UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LEONARDO DOS REIS GANDIA

A POLÍTICA AO FIO DA ESPADA

Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A POLÍTICA AO FIO DA ESPADA

Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)

Leonardo dos Reis Gandia

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-graduação em História Social do
Departamento de História da Universidade
de São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Monica Duarte Dantas

São Paulo

2015

“Não sou nada.
Nunca serei nada.
Não posso querer ser nada.
À parte isso, tenho em mim todos os sonhos
do mundo. [...]

Que sei eu do que serei, eu que não sei o
que sou?
Ser o que penso? Mas penso ser tanta coisa!
E há tantos que pensam ser a mesma coisa
que não pode haver tantos! [...]

(Álvaro de Campos (heterônimo de
Fernando Pessoa), *Tabacaria*, 1928)

RESUMO

O Rio da Prata foi uma região estratégica aos interesses políticos e econômicos de todos os países ao sul do continente americano. As disputas por seu controle e navegabilidade estiveram em pauta nos embates entre projetos de nação nos Estados em formação naquele momento e, em muitas oportunidades, transpuseram o limite das ideias e negociações e chegaram ao campo de batalha, onde tais países puseram-se frente a frente na defesa de interesses distintos, tanto pela consolidação de suas relações externas quanto pela estabilidade política interna. Nesse sentido, a presente dissertação pretende analisar de que maneira o Brasil criou condições para levar a cabo seus projetos políticos e econômicos no Rio da Prata, entre 1842 e 1852. Tomando por base a atuação política e militar de Luis Alves de Lima e Silva – barão, conde, marquês e futuro duque de Caxias – nesse período, busca-se compreendê-lo como uma figura central e um importante representante e artífice dos interesses políticos brasileiros no contexto platino, desde a sua missão de pacificação da conhecida “Revolução Farroupilha”, passando por seus primeiros anos como senador do Império (pelo Rio Grande do Sul), até regressar ao campo de batalha, nas campanhas que derrubaram do poder Manuel Oribe, na República Oriental do Uruguai, e Juan Manuel de Rosas, na província argentina de Buenos Aires, durante a intervenção brasileira na Guerra Grande.

Palavras-chaves: Império do Brasil, Luis Alves de Lima e Silva, Rebelião Farroupilha, Senado, Rio da Prata, Guerra Grande.

E-mail do autor: leonardo.gandia@gmail.com

ABSTRACT

The River Plate was a strategic region to the political and economic interests of all the southern countries of the American continent. The disputes for its control and seaworthiness were in focus on the conflicts between nation projects in the states in formation at that moment, and in many occasions, they transposed the limit of the ideas and negotiations and reached the battlefield, where such countries settled face to face to defend different interests, for consolidation of its external relationship and internal political stability. Therefore, this dissertation intends to analyze the method Brazil used to create conditions to execute its political and economic projects on the River Plate between 1842 and 1852. Based on the political and military performance of Luis Alves de Lima e Silva - Baron, Count, Marquis and future Duke of Caxias – at that period, it's intended to see him as a main character and an important representative and creator of the Brazilian political interests in the River Plate region context, since his pacification mission of the well-known Ragamuffin War, through his first years as the Empire senator (representing Rio Grande do Sul), until his return to the battlefield, in the campaigns that took Manuel Oribe off the power, in the Eastern Republic of Uruguay, and Juan Manuel de Rosas, in the Argentine province of Buenos Aires, during the Brazilian intervention in the Uruguayan Civil War.

Keywords: Brazilian Empire, Luis Alves de Lima e Silva, Ragamuffin War, Senate, River Plate, Uruguayan Civil War (*Guerra Grande*).

Aos meus pais, José Roberto e Alice,
com todo o amor do mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos mais de três anos de pesquisa e escrita solitária deste trabalho, muitas pessoas e instituições foram fundamentais para que este intento se concretizasse. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo por me conceder a bolsa de pesquisa no Brasil, o que possibilitou a dedicação integral ao trabalho, bem como a bolsa de estágio no exterior (BEPE-FAPESP), por meio da qual pude viver alguns meses em Buenos Aires e enriquecer tanto a pesquisa quanto minha vida acadêmica e cultural. Agradeço também a todos os funcionários de arquivos, bibliotecas e órgãos universitários, tanto no Brasil quanto no exterior, que tanto me auxiliaram na obtenção de documentos, bibliografias e “atalhos” importantes nos caminhos da pós-graduação.

Às pessoas que fizeram parte desta jornada, agradeço, em primeiro lugar, à Monica Duarte Dantas, muito mais que uma orientadora, o “oráculo” de seus orientandos e, acima de tudo, uma boa amiga. Mesmo com todos os mil embaraços que a vida lhe ofereceu nos últimos anos, sua presença constante, seu apoio e sua dedicação foram inspiradores e me deram muita segurança e vontade de seguir na pós-graduação. Suas orientações e conselhos sempre precisos, sua leitura criteriosa e detalhista – sem deixar de ser (muitíssimo) divertida – me ensinaram a ser historiador e a entender cada vez mais o velho Brasil. Por isso, me alegra muito agradecer à “tia Monica” pela conclusão de um trabalho que é tão dela quanto meu.

Um agradecimento especial às professoras Gabriela Nunes Ferreira e Miriam Dolhnikoff, que compuseram a banca de qualificação, em fevereiro de 2014. Com leituras muito generosas e atentas de meu trabalho, me deram sugestões importantes e me incentivaram a continuar “no caminho certo”. Um “saludo” especial ao professor César Augusto Barcellos Guazzelli que, mesmo à distância, foi muito solícito nas diversas oportunidades em que nos correspondemos, sempre oferecendo boas explicações e sugestões de leitura. Agradeço também à professora Maria Ligia Coelho Prado pelo incentivo desde os tempos de graduação e pela inspiradora paixão pela docência.

Do outro lado do Prata, agradeço a todos os “chicos y chicas” do projeto de pesquisa “Estado, política y ciudadanía en la Argentina de la segunda mitad del siglo XIX: Prácticas y representaciones”, com quem pude compartilhar bons momentos de discussão sobre a história da América Latina. Em especial, agradeço ao colega Ignacio

Zubizarreta, pelas fundamentais orientações sobre a política argentina, sobre os caminhos a seguir nos trabalhos de arquivo e também pelas ótimas indicações dos cafés e bares da capital argentina. Por fim, um agradecimento muito especial à querida professora Hilda Sabato, supervisora de meu estágio de pesquisa em Buenos Aires, pela orientação erudita, solicitude e simpatia com que me recebeu durante meus meses de vida portenha, em 2014.

À Ana Paula Fabro de Oliveira, agradeço pelas excelentes aulas de espanhol e pela valiosa ajuda na tradução do projeto e na revisão técnica do relatório de estágio no exterior. À Grazielle Duarte, Juliana Vansan, Fernanda Otero de Farias e ao Aislan Ferreti, agradeço pela amizade, pelo incentivo sincero e pelo companheirismo da “facção”. Ao Adriano Lacerda, minha gratidão por todas as trocas de experiências, pelo sem-número de cervejas compartilhadas, pelas conversas na calçada e pela amizade fraternal. Ao Edmar Vinicius da Silva e ao Guilherme Camargo de Freitas, agradeço pelos inesquecíveis momentos que passamos juntos (alguns de completa insanidade) nessas quase duas décadas de amizade. Ao amigo Jair Garcia Jr., agradeço por sua constante e divertida curiosidade sobre a vida do “duque de Caixinha”.

Não poderia deixar de mencionar aqui meus velhos amigos de graduação. Ao Samuel Sarachini de Oliveira, agradeço pelo constante incentivo e pelas longas conversas, às vezes, quase colóquios, sobre história e historiografia. Ao Leandro Junqueira Antoniasse, pelos intermináveis cafés e boas conversas. Com Valdir Santos, Marcia Pacito, Angélica Beghini Morales e Ana Paula Souza, queridos e eternos amigos, compartilhei os melhores e os piores momentos de minha vida acadêmica e, seguramente, compartilho mais esta conquista (que, aliás, tem muito deles em cada página escrita), aos quais sou imensamente grato.

A todos os meus amigos “do Império”, agradeço pela presença constante, pelas agradáveis conversas e por partilharem comigo as angústias, dúvidas e entusiasmos sobre as pesquisas, leituras e sobre a vida. Em especial agradeço à Marina Garcia de Oliveira, pela troca de experiências e informações “secretas” sobre os medalhões do Império do Brasil, além, é claro, pela sincera amizade. Ao Filipe Nicoletti, sou grato pela companhia na primeira viagem de pesquisa ao Rio de Janeiro, com quem dividi muitas de minhas dúvidas e reflexões sobre história do Brasil que se apresentam nas páginas seguintes, e pela inexorável companhia nos bares espalhados por toda a Lapa carioca.

Jamais deixaria de agradecer aos inesquecíveis amigos “boludos” que fiz em Buenos Aires e que me fazem muita falta. Aos queridos Matteo Dalla Bonna (Itália), Mauricio Fabian Zapata Benitez (Argentina), Agustín Eduardo Almada (Argentina), Maria Pia Alvaréz (Argentina), Cynthia Mufanga (Alemanha), Juana Maria Casierra Christiansen (Dinamarca), Rose Ritter (Alemanha), Alexandra Lefort (México), Charles Lemmé (França), Adrian Muñoz Prudencio (Bolívia), Marc Vial-Montpellier (França), agradeço pelo incentivo diário, pela intensa e divertida convivência – pela condescendência nos últimos jogos da Copa do Mundo (!) – e, acima de tudo, por me mostrarem que o mundo é muito maior do que parece.

Sou muito grato também aos amigos que cultivei, durante longos anos, nas famílias Oliveira e Lovatti, sempre grandes apoiadores. Agradeço demais aos amigos da “família Medeiros” pela generosidade e confiança que me deram em um momento decisivo de minha carreira acadêmica. Em especial, cito meus queridos amigos Victor “Zé” Augusto Silva, Michele de Lima, Mariana Mariussi Redigolo, Fernanda Porcari, André Cardoso de Medeiros, Tiago Vaz, Vera Lúcia Moura de Oliveira e Arioaldo Zaniratto, pela companhia e amizade, fundamentais nos últimos tempos do trabalho. E à Letícia Cardoso de Medeiros, que sempre foi e esteve, agradeço, com muito amor, por agora ser e estar.

Por fim, meu mais profundo e necessário agradecimento à minha família. A todos os meus primos e tios queridos, sou grato pelo interesse e apoio ao meu trabalho e por compreenderem minhas constantes ausências nos momentos decisivos. À minha cunhada, Mércia, meu muito obrigado pelo apoio e amizade, e por sempre relevar a minha “suave” sinceridade, como uma irmã que eu nunca tive. Ao meu irmão, Rodrigo, agradeço pelo amor, companheirismo e por, mesmo com suas piadas infames sobre a “utilidade” do meu trabalho, sempre me incentivar, me entender e me divertir nas fases mais difíceis. Aos meus pais, José Roberto e Alice, meus maiores e mais sinceros entusiastas, agradeço imensamente por todos os mil esforços que fizeram para que tudo isto fosse possível e por estarem ao meu lado sempre, sabendo, ao seu modo, me ajudar nos momentos em que mais precisei. Longe de querer (ou poder) retribuir tudo aquilo que me dedicaram por toda, dedico a eles este trabalho, com todo o amor do mundo!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – Do militar ao político: Caxias, da pacificação da Farroupilha ao Senado imperial (1842-1851)	17
1.1. Arranjos políticos com os rebeldes do sul (1842-1845).....	18
1.2. Ecos da Farroupilha: os primeiros anos de Caxias no Senado (1846-1851).....	43
1.3. A reconciliação entre Império e província: a preparação para a guerra.....	66
CAPÍTULO 2 – De volta ao campo de batalha: Caxias na campanha contra Manuel Oribe (1851)	81
2.1. A “Questão Platina”: política e guerra.....	82
2.2. O caminho de volta ao sul: a nomeação do “bom general”.....	98
2.3. À espera do inimigo e do aliado: o avanço sobre o Estado Oriental e as tensões na relação com Urquiza.....	109
CAPÍTULO 3 – Mais político que militar: Caxias na construção de uma nova política brasileira no Rio da Prata (1851-1852)	127
3.1. No Uruguai recém-pacificado: a montagem do novo sistema político.....	128
3.2. Rumo ao outro lado do Prata: a aliança contra Rosas e a batalha de Caseros.....	146
3.3. Acertos finais: a política ao fio da espada.....	164
ANEXO 1 – Convênio de 29 de maio de 1851	174
ANEXO 2 – Convênio de 21 de novembro de 1851	179
FONTES	186
BIBLIOGRAFIA	190

INTRODUÇÃO

[Posso] certificar ao Senado que as instruções que foram dadas aos meus antecessores, as que levei, e as que se me enviaram depois, todas queriam o emprego dos meios de conciliação sem se desprezarem os da força.

(Conde de Caxias, 08/06/1846)¹

Nesses termos, o então conde de Caxias dava explicações aos seus colegas senadores sobre a maneira pela qual havia conduzido sua missão de pacificação do Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1842, quando fora nomeado para o comando-em-chefe das forças legalistas em operação e à presidência daquela província. Naquele momento, debatiam-se na Câmara Alta, os meios “conciliatórios” para por fim à conhecida “Revolução Farroupilha”, que havia se arrastado por quase uma década na província meridional do Império. Dentre os senadores presentes, alguns deles, antigos ministros durante os últimos anos da sublevação, reivindicavam a “autoria” da conciliação entre o centro e a província apartada do restante do país desde 11 de setembro de 1836, quando da proclamação da República Rio-Grandense.

Ainda que o trecho acima diga respeito ao contexto das negociações de paz da Farroupilha, deixa entrever uma postura mais ampla de Caxias e do governo do Rio de Janeiro frente a determinadas situações de conflito. Assim, analisando-o dentro de um contexto mais amplo – tanto acerca da política interna do Brasil na época, quanto dos rumos da política internacional, especialmente frente aos países vizinhos na região do Rio da Prata – é possível notar um dos principais fundamentos da posição brasileira na região sul de seu território, em um momento no qual era essencial uma confluência de interesses entre a Corte e as lideranças políticas e militares da província, que, para o caso específico do Rio Grande do Sul oitocentista, facilmente se fundiam numa mesma elite dirigente.

Nesse sentido, tanto a formação histórica da província rio-grandense, de um modo geral, quanto o surgimento de seus mais diversos grupos e projetos políticos, em particular, ao longo do século XIX, estiveram fortemente imbricados ao complexo

¹ ANAIS do Senado do Império do Brasil. 1846, vol. Único. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 160.

contexto de construção e consolidação dos Estados Nacionais na região do Rio da Prata, os quais, igualmente, apresentaram profundos e duradouros conflitos de ideias e projetos de nação após a irrupção dos processos de emancipação na América do Sul. Longe de se circunscreverem ao campo das ideias, tais embates constantemente alcançaram o campo de batalha e puseram frente a frente não somente as disputas internas pelo exercício do poder em cada Estado, mas também objetivos mais amplos de hegemonia regional e delineamento da política externa.

A partir disso, não é um exagero pensar que o Império do Brasil, durante seus anos de construção e consolidação política, esteve envolvido nesse processo, sobretudo, se levarmos em conta todas as especificidades das disputas pelo controle da estratégica região platina, que remontam ao período colonial e à reorganização das porções americanas dos impérios ibéricos no século XVIII, que tomaram novos rumos, nas décadas posteriores à independência. Essa relação conflituosa ao sul do continente ganha ainda mais importância para o entendimento do processo de consolidação do Estado brasileiro no século XIX, tomando-se por base o papel de sua província meridional e sua posição estratégica na região platina, entre os Estados vizinhos em formação e o poder central brasileiro.

Evidentemente, não é pretensão desta dissertação a difícil tarefa de analisar todo o longo período de contendas políticas e militares que envolveram o Rio da Prata, tampouco historiar a fundo a formação dos os Estados Nacionais dentro de tal contexto. O que se busca com este estudo é oferecer uma interpretação sobre um momento específico desse processo, que marcou praticamente todo o Brasil oitocentista e que, de alguma forma, consolidou os interesses imperiais, impondo seu projeto político – por muitas vezes derrotado – aos demais países que disputavam a hegemonia da porção platina do continente. Para isso, dar voz aos indivíduos que conduziram esse intrincado período de disputas é fundamental para entender o que, de fato, estava em jogo e os meios pelos quais os projetos políticos foram encaminhados.

Desta maneira, proponho uma análise mais detida da atuação política e militar do futuro duque de Caxias desde sua missão de pacificação da Farroupilha, em novembro de 1842, até os momentos finais de Juan Manuel de Rosas à frente do governo da província de Buenos Aires e a organização da política platina no rescaldo da Guerra Grande, no ano de 1852.

Luis Alves de Lima e Silva – barão, conde, marquês e duque de Caxias – foi, sem dúvida, um dos personagens mais importantes da história do Brasil oitocentista.

Sua vida pública, no entanto, acabou sendo sintetizada, muitas vezes, em sua carreira nas armas, ainda mais quando, postumamente, foi feito patrono do Exército brasileiro, já no século XX, construindo-se, desde então, uma narrativa biográfica fundamentalmente atrelada a seus grandes feitos à frente do exército imperial, tanto em território nacional quanto em missões militares no exterior. A grande questão em torno dessa abordagem diz respeito, em primeiro lugar, ao fato de tal narrativa ter suas raízes ainda no século XIX, com a construção de um discurso que tende sempre a colocá-lo como um militar *strictu sensu*, deixando de lado sua longa carreira na política.

Em linhas gerais, mesmo apresentando em suas obras uma estrutura cronológica e descritiva interessante para situar o biografado, a maioria dos biógrafos carrega nas tintas por seu tom laudatório e mitificador (sobretudo aqueles ligados ao Exército). Tais biografias seguem uma proposta trazida desde o século XIX, com o primeiro destes trabalhos, escrito pelo Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, autorizado pelo próprio Caxias, em 1878, e reeditada na década de 1930 pelos militares. Tal obra, *Vida do grande cidadão brasileiro...*, embora o título sugira um enfoque mais abrangente da vida de Caxias, traz consigo forte ênfase em sua atividade no Exército, desde seus anos na Academia Militar até o alto oficialato.²

Seguindo a mesma linha, já no século XX, Eugênio Vilhena de Moraes, uma das principais referências no que concerne à produção biográfica sobre Caxias, além de privilegiar sua atuação militar, oferece capítulos sobre sua vida pessoal, suas intimidades e sua relação com os amigos do Exército e da política, sem, contudo, ir além disso.³ No entanto, as cores laudatórias em torno da vida de Caxias se destacam, sobretudo, na obra de Affonso de Carvalho, em que o autor usa o personagem como metonímia da própria história do Império brasileiro, defendendo uma coincidência de fatos e datas que sugerem que o “Brasil só se torna nação quando Caxias se faz soldado”, e que o Estado imperial consolida-se quando Caxias se torna general, entrando em declínio quando Caxias morre.⁴

² Joaquim Pinto de Campos. *Vida do grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva; Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1938.

³ Eugênio Vilhena de Moraes. *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

⁴ Affonso de Carvalho. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/ Graphicos Bloch, 1938. Para outras obras que seguem essa mesma perspectiva narrativa, ver Eudoro Berlink. *Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia., 1934; A. P. Quartim de Moraes. *Caxias (1803-1880)*. São Paulo: Editora Três, 1974; Paulo Matos Peixoto. *Caxias: nome tutelar na nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973; Eugênio Vilhena de Moraes. *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na “Questão Religiosa”*. Rio de Janeiro, 1930 e Idem, *O Gabinete São João: a última etapa*

Por outro lado, em livro originado de sua tese de doutorado defendida em 2004, Adriana Barreto de Souza traz contribuições importantes sobre a carreira do biografado, especialmente no que concerne à trajetória da família Lima e Silva desde os antepassados portugueses até sua consolidação na nobreza brasileira. Além disso, se reporta aos anos de formação de Luis Alves para compreender a construção de sua carreira militar e a política na década de 1840 – período em que, para a autora, Caxias se metamorfoseia em nobre e general – dentro do contexto mais amplo da consolidação do Estado imperial. Buscando abarcar em seu estudo duas “regiões de silêncio” das biografias deste personagem, seus anos de formação e sua atuação política, a autora reconstitui a vida de Caxias desde sua infância até o auge de suas conquistas militares e políticas com o fim da Farroupilha, quando é eleito senador. Para a historiadora, sua atuação política deve ser pensada privilegiando-se seus anos de formação e “metamorfose”, defendendo a ideia de que o futuro duque pensava politicamente suas missões militares a partir de uma “mediação conservadora”.⁵

Por diversas vezes presidente de província, senador pelo do Rio Grande do Sul por mais de três décadas e, em três oportunidades, presidente do Conselho de Ministros, além de ter sido o único nobre titulado duque no Segundo Reinado, Caxias, além de um proeminente militar, foi também uma figura importante do Partido Conservador, destacado político do Império do Brasil, estando presente em episódios cruciais da vida política do país. A despeito de sua centralidade no presente estudo, não se trata de uma biografia, tampouco, uma biografia política de Luis Alves de Lima e Silva. O objetivo aqui é partir da atuação política e militar do futuro duque de Caxias para compreender um período central da consolidação do Estado imperial, sobretudo no que diz respeito aos interesses políticos e diplomáticos brasileiros na região do Rio da Prata, os quais invariavelmente permearam a dinâmica da política interna do país desde suas origens, mas, especialmente, durante as décadas de 1840 e 1850.

Para além do fato de Caxias ter participado ativamente de inúmeros eventos na região sul do continente, desde os primeiros anos do pós Independência, quando ainda aspirava a postos mais elevados no Exército brasileiro⁶, o enfoque do trabalho se

da carreira política do Marechal Duque de Caxias. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1977.

⁵ Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶ Vale lembrar que Luis Alves, ainda como capitão do Exército, lutara contra as tropas argentinas na década de 1820, estando presente na derrota brasileira na batalha de Ituzaingó, durante a Guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828.

justifica, acima de tudo, por sua presença no enfrentamento das cizânias políticas durante a pacificação da Farroupilha – cujo desenvolvimento e longevidade, em grande medida, foram frutos diretos das dificuldades em torno da indefinição das fronteiras com os países vizinhos e, portanto, da influência que os conflitos externos exerceram na resolução da revolta provincial – bem como os resultados posteriores a isso, que, conforme defende-se nos capítulos seguintes, se relacionam visceralmente com os arranjos políticos e as definições estratégicas conduzidas pelo então barão de Caxias na província rio-grandense.

Desta forma, esta dissertação desenvolve uma análise dos acontecimentos relacionados à implementação dos projetos políticos brasileiros para a região do Rio da Prata entre os anos de 1842 e 1852, tomando como ponto de partida privilegiado o papel exercido por Caxias naquele contexto, entendendo-o como um importante representante e artífice dos interesses mais prementes do Império àquele respeito. Para isso, torna-se fundamental uma análise que não privilegie somente sua carreira militar, ou então sua atuação política no período. O que se propõe é uma narrativa que coadune seus dois campos de atuação e que os compreenda como complementares, ou mesmo como reflexos diretos um do outro, não só em sua atuação como político – visto que, após a Farroupilha, foi eleito senador pela província que ajudou a pacificar –, mas também como um general que soube representar, pela força das armas, os projetos centrais do Império, dialogando diretamente com seus pares políticos no Parlamento e no ministério e propondo suas posições diante de questões cruciais na condução da política brasileira na região do Rio da Prata.

Por isso, o trecho destacado na epígrafe é sintomático, tanto da forma como o Império criou condições para impor seu projeto político aos vizinhos no estuário platino, quanto da maneira como Caxias atuou como elemento fundamental do grupo político que tomou a dianteira na consolidação dos interesses brasileiros naquela região. Conforme será demonstrado, o trecho do discurso do então conde de Caxias a respeito da pacificação da Farroupilha, na tribuna do Senado, em 1846, poderia facilmente ser atribuído aos fundamentos da política brasileira na condução dos conflitos na região do Rio da Prata, levados a cabo no início da década de 1850, momento no qual ele foi um dos principais representantes do Império diante das lideranças dos países vizinhos.

Para tanto, a dissertação divide-se em três capítulos que respeitam o eixo analítico destacado acima. No primeiro, aborda-se o processo de pacificação do Rio Grande do Sul a partir da nomeação de Caxias ao comando-em-chefe das forças

legalistas em operação e à presidência da província. O objetivo central é demonstrar que tanto os combates abertos, mas essencialmente as negociações, os “meios de conciliação” pelos quais se atingiu a terminação da revolta responderam a uma demanda política fundamental do Império a respeito de seu posicionamento frente ao avanço do conflito nos países vizinhos, às voltas com a Guerra Grande desde os últimos anos da década anterior. Em seguida, tendo como um dos resultados da pacificação, a eleição de Caxias ao Senado, analisa-se sua atuação política, não somente como representante dos interesses provinciais, senão como um intermediário importante no estabelecimento de bases sólidas que dessem condições para que o Brasil interviesse na guerra em território estrangeiro.

O segundo capítulo diz respeito à campanha contra Manuel Oribe na República Oriental do Uruguai. Num primeiro momento, apresenta-se uma reconstituição histórica do complexo contexto de formação e aprofundamento dos conflitos políticos e militares envolvendo a chamada “questão platina”. Por meio de interpretações já bastante cristalizadas, tanto na historiografia brasileira quanto na dos países vizinhos, mas principalmente baseado em estudos mais recentes, que oferecem importantes releituras sobre o período de construção dos Estados argentino e uruguaio, procura-se demonstrar as intersecções e choques entre os mais diversos projetos políticos de nação no tocante à região estratégica do Rio da Prata, que culminariam com a deflagração do conflito internacional em 1839 e o envolvimento brasileiro na Guerra Grande, a partir de 1851.

Em seguida, destacam-se os debates no Senado em torno da escolha de Caxias ao generalato-em-chefe das forças brasileiras contra Oribe, acompanhada novamente de sua nomeação à presidência da província do Rio Grande do Sul, em junho de 1851. Na última parte do capítulo, analisa-se mais detidamente o desenrolar da campanha no Estado Oriental, as dificuldades em torno da organização militar, os empecilhos políticos decorrentes da formação da aliança envolvendo o Brasil, Montevidéu e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, dando atenção especial às divergências políticas e militares e às difíceis relações, muitas vezes conduzidas pelo general brasileiro, com o governador entrerriano aliado, Justo José de Urquiza.

Por fim, no terceiro capítulo, o tema central é a sequência da intervenção brasileira no conflito internacional, de certa forma, dividida em duas frentes complementares, a militar e a política. A primeira delas, que constituía o cerne da presença brasileira em território estrangeiro, teve como objetivo o avanço contra Juan Manuel de Rosas, governador da província argentina de Buenos Aires e grande ameaça

às aspirações do Império para o Prata. A segunda, os embates para uma reorganização política da República Oriental do Uruguai que possibilitasse a implementação e legitimação do projeto de dominação do Brasil na região platina, constituída por meio do “sistema de tratados”, assinado entre o Brasil e o vizinho oriental logo após o fim oficial da Guerra Grande em território uruguaio.

Nesse sentido, o terceiro capítulo oferece uma análise detalhada da elaboração dos termos da aliança ofensiva contra Rosas, bastante diferente da primeira, contra Oribe, nas atribuições, compromissos e responsabilidades de cada um de seus membros, tendo como objetivo principal tanto a contenção das ações do aliado Urquiza – em resposta à forma com que este conduziu a capitulação de Oribe, em outubro de 1851, à revelia dos interesses Império e da participação de Caxias –, quanto a reiteração de bases diplomáticas visando a estender e consolidar o projeto político do Brasil também na Confederação Argentina.

Desta forma, tenciona-se evidenciar que, durante o período estudado, o Brasil criou condições políticas e bases diplomáticas para intervir militarmente em um conflito internacional que vinha impondo fortes barreiras à sua estabilidade interna e aos seus projetos políticos externos para a região fronteiriça e para sua presença e atuação no estuário platino. Acima de tudo, o que se pretende demonstrar é que, o Brasil, de modo geral, e Caxias como seu destacado representante, em muitos momentos, mesmo seguindo pela via da negociação e dos “meios conciliatórios”, jamais desprezaram, na condução de seus interesses políticos, a via da força.

CAPÍTULO 1

Do militar ao político: Caxias, da pacificação da Farroupilha ao Senado imperial (1842-1851)

[...] Eu o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil [...] Attendendo ao distincto merecimento, letras e mais requisitos necessarios, que concorrem na vossa pessoa, e usando da authoridade que me compete, hei por bem [...] nomear-vos Senador do Imperio, e com este emprego haveis o subsidio estabelecido e gozareis de todas as honras, prerrogativas, authoridades, isenções e franquezas, que como tal vos pertencem.

(D. Pedro II, Rio de Janeiro, 01/09/1845)⁷

Foram estas as palavras encaminhadas a Luis Alves de Lima e Silva, então conde de Caxias, que o alçaram oficialmente ao mais alto posto da representação nacional. No primeiro dia de setembro de 1845, o “pacificador” tornava-se senador do Império, ocupando uma das cadeiras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, recém pacificada sob sua liderança.

Depois ter liderado as missões de combate às revoltas da Balaiada, no Maranhão, entre 1839 e 1841 – que lhe rendeu o título de barão – e às revoltas liberais nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, Luis Alves de Lima e Silva foi nomeado, neste mesmo ano, comandante-em-chefe das forças imperiais em operação no Rio Grande do Sul, posto que exerceu cumulativamente ao de presidente de província, bem como havia feito anos antes no Maranhão.⁸ Entretanto, ainda em 1839, antes mesmo do combates aos balaies, Luis Alves fora designado para acompanhar o então

⁷ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Coleção Duque de Caxias”, ACP 35, Lata 393, Pasta 17.

⁸ Durante o combate aos rebeldes liberais em São Paulo, Caxias repondia pelos postos de comandante-em-chefe das forças em operação e vice-presidente da província, cujo presidente era José da Costa Carvalho (político conservador baiano, ex-regente durante a Regência Trina Permanente e futuro marquês de Monte Alegre). Barão de Javari. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962, p. 447. Sérgio Buarque de Holanda mostra como essa estratégia teve continuidade após o período de combate às revoltas provinciais, sobretudo na liderança de Caxias nos conflitos na região platina. Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 7, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 41. Ver, também, John Schulz, “O Exército e o Império”. IN: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II, v. 6, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 275-302 (referente à ideia acima, ver p. 286).

ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, em viagem de reconhecimento ao Rio Grande do Sul, com o intuito de avaliar a situação em que se encontrava tal província, levantada contra o Império desde 1835 e declarada República Rio-grandense em 1 de setembro de 1836.

Se o movimento de 20 de setembro de 1835, liderado pelo rico estancieiro Bento Gonçalves da Silva, eclodiu com um grito em uníssono entre os rebeldes (ao menos com uma aceitação tácita das reivindicações iniciais), logo se desenrolou numa contenta que dizia respeito muito mais às contrariedades intrínsecas às próprias lideranças da província, à formação da sociedade rio-grandense e aos objetivos distintos de cada grupo social envolvido na revolta. Além disso, há que se considerar, fundamentalmente, os meandros da política na bacia do Rio da Prata, seus desdobramentos, o contexto beligerante e os impactos dessa realidade externa na conjuntura interna da província/república rio-grandense. Aliás, numa análise mais ampla, é necessário indagar se, de fato, se tratava de uma realidade “externa” ou de uma conjuntura conflituosa abrangente, cujos desdobramentos se cruzavam no âmbito dos interesses regionais, tendo em vista que o estado beligerante na região platina era anterior muito anterior farroupilha e somente chegou a seu termo anos depois de findada a revolta na província rio-grandense.

Foi nesse contexto complexo que Luis Alves assumira o comando-em-chefe das forças em operação e a presidência do Rio Grande do Sul, em novembro de 1842, substituindo Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho. Responsável por debelar os pontos de resistência ao longo da província (ou mesmo em território estrangeiro) e criar condições para a pacificação da revolta, Caxias combinou a atuação militar com uma negociação profunda com os rebeldes ao longo dos mais de três anos em que esteve no sul. Este período, conforme será demonstrado a seguir, parece fundamental para se entender as bases de sua atuação efetivamente política no Império – não só pelo simples fato de ter sido escolhido senador pelo Rio Grande do Sul após o fim da revolta – além de destacar algumas das principais linhas de força da política brasileira à época, sobretudo no que diz respeito às relações de tensão entre o Império e os países vizinhos.

1.1.Arranjos políticos com os rebeldes do sul (1842-1845)

No início de novembro de 1842, o barão de Caxias desembarcou na província rio-grandense e seguiu para Porto Alegre, onde foi empossado como presidente. Saíra

da Corte com o *status* de “pacificador” e fora ao sul com ordens bem definidas para por fim à revolta que já se arrastava por mais de sete anos. Entretanto, na ocasião da chegada do novo presidente e comandante-em-chefe das forças imperiais, o cenário já era muito diferente daquele que levava os liberais rio-grandenses a se rebelarem e deporem o presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 1835. O contexto, aliás, já não era nem mesmo aquele encontrado pelo próprio coronel Luis Alves, quando acompanhou o ministro da Guerra em visita estratégica à província meridional em 1839.

Pouco tempo depois de iniciada a revolta, segundo parte da historiografia, os liberais que haviam levantado as mesmas bandeiras, acusando o poder Executivo (nomeado pela Corte) de ingerência no Legislativo provincial – recém criado a partir do Ato adicional – começaram a apresentar profundas divergências entre suas ideologias e projetos políticos para a província. O processo de enfraquecimento dessa relativa coesão entre os revoltosos, conforme afirma Moacyr Flores, teria se dado a partir da decisão pela proclamação da república, atendendo aos anseios de uma parcela mais radical dos farrapos que preconizava um federalismo separatista. Combinadas aos insucessos militares das tropas imperiais nos primeiros tempos de revolta, as divergências políticas se tornaram cada vez mais acentuadas, mesmo com as tentativas de contemplar, no seio do governo farroupilha, membros das várias vertentes políticas do Rio Grande do Sul.⁹

Sandra Jatahy Pasavento, partindo de uma análise materialista, busca reconstruir o passado colonial e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul como política e economicamente subsidiário aos grandes centros da produção colonial, o que teria gerado uma relação conflituosa entre o centro e a província no período de construção do Estado brasileiro no século XIX. Segundo a autora, essa tensão, refletida desde a esfera econômica, estava na base das reivindicações provinciais e teria sido o fator central para que a elite rio-grandense se revoltasse contra a Corte e fosse capaz de se manter por quase dez anos em luta. Nesse sentido, as maiores divergência entre os farroupilhas

⁹ Flores também afirma que, neste primeiro momento, o governo central não ofereceu uma resistência acentuada devido ao fato de Diogo Antonio Feijó, líder destacado do “partido farroupilha” de São Paulo, ocupar o posto de Regente e dar um apoio tácito ao movimento. Neste sentido, o separatismo somente teria ganhado força após a ampliação da repressão aos farrapos por parte do Rio de Janeiro. Moacyr Flores. *A Revolução Farroupilha*. 4ªed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, especialmente as pp. 63-70. Em outra obra, o mesmo autor busca demonstrar como a ideologia em torno do movimento teria se desenvolvido a partir do liberalismo europeu vindo de Locke e Montesquieu, conformando uma espécie de liberalismo farroupilha. Ainda segundo o autor, a própria longevidade do movimento se deve a busca da instalação desse liberalismo e não de um sistema federalista atrelado às repúblicas vizinhas, tampouco simplesmente a deposição do presidente Braga. Cf. Moacyr Flores. *Modelo político dos farrapos*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

diziam respeito a uma “incompatibilidade” entre um liberalismo econômico e social que norteava o movimento (próprio da época em que se inseria a revolta) e a continuidade ou legitimação da escravidão no exercício governativo dos rebeldes.¹⁰

Buscando estabelecer uma síntese histórica e bibliográfica dos acontecimentos, José Plínio Guimarães Fachel desenvolve uma análise mais detida sobre os projetos políticos envolvidos ao longo de todo o movimento e que, de alguma forma, separaram os grupos políticos da “maioria” e o da “minoridade”. Enquanto o primeiro grupo – cuja liderança mais destacada era Bento Gonçalves da Silva – tinha um projeto político republicano, defendendo, no entanto, a confederação com o Império, o Uruguai e Entre Ríos, o segundo grupo – liderado por Antonio Vicente da Fontoura e David Canabarro – não possuía uma perspectiva política bem definida, preconizando muito mais a garantia de tais ou quais benefícios pessoais. De todo modo, para Fachel, a cisão entre os liberais rio-grandenses teria se dado ao longo do período republicano da revolta e, conseqüentemente desmobilizado a consolidação de seu governo, facilitando os arranjos políticos que puseram fim à guerra.¹¹

Além disso, o autor afirma que tal cisão entre os rebeldes, além de enfraquecer o movimento, deu margem para a “desordem” da sociedade escravista, de modo que “revolucionava” a estrutura social, dando margem para que os escravos pleiteassem a liberdade por meio da luta nas tropas rebeldes. No entanto, ao tratar da questão, César Augusto Barcellos Guazzelli considera a importância dessa visão, porém mostra como a inclusão impactante não só de escravos e libertos como de mestiços e indígenas nas tropas rebeldes transpunha a simples demanda de combate e apresentava-se como um “prolongamento do trabalho”, dizendo, em expressão lapidar, que “o estancieiro, com seus peões, tornava-se o caudilho comandando lanceiros!”¹²

¹⁰ Sandra Jatahy Pasavento. *A Revolução Farroupilha*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. Sobre a “incompatibilidade” entre liberalismo e escravidão, pp. 63 e ss.

¹¹ José Plínio Guimarães Fachel. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEl, 2002.

¹² César Augusto Barcellos Guazzelli. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. IN: Monica Duarte Dantas (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-261 (citação à p. 255). Sobre a questão da participação dos negros nas tropas dos farrapos, Spencer Leitman, importante referência no que concerne aos estudos sobre essa revolta, afirma que as lideranças do movimento resistiram à introdução dos escravos na composição das forças que lutavam contra os imperiais, mas a necessidade de fortalecer os quadros militares e o tipo de trabalho feito por boa parte dos negros no sul facilitou a participação massiva dessa população na guerra, que, por sua vez, barganhava sua liberdade em troca do serviço militar. Nesse sentido, para esse brasileiro, a promessa de liberdade feita pela elite rebelde (não aceita pela Corte) e em grande medida descumprida, teria configurado uma hipocrisia racial ao longo do conflito. Cf. Spencer Leitman. “The Black Ragmuffins. Social Hypocrisy in Nineteenth Century Southern Brazil”. *The Americas*, vol. 33, n. 3, jan. 1977, pp. 504-518.

Com isso, Guazzelli aponta dois fatores cruciais que teriam sustentado o movimento farroupilha por quase uma década. O primeiro deles seria a própria participação dessa população que compôs parte considerável do exército rebelde. O segundo fator, que funcionou de forma dúbia tanto para os rio-grandenses quanto para o Império, foi a complexidade das relações em torno das fronteiras, indefinidas geograficamente e abertas politicamente para as diversas influências internas e externas à província. Acima de tudo, Guazzelli considera que a guerra dos farrapos, apesar dessa composição diversificada das tropas, não foi um movimento popular, nem em suas propostas políticas, tampouco em seu desenvolvimento.¹³

Nesse sentido, partilho aqui das ideias do historiador rio-grandense no que diz respeito ao caráter da revolta que eclodiu em 1835. O separatismo não era um programa político dos rebeldes desde o início; o que estava na base do movimento era um questionamento forte à ingerência das autoridades centrais na província no que dizia respeito especificamente ao amplo poder de ação dos comandantes das fronteiras e de suas atividades autônomas frente aos orientais e às propriedades na região. Além disso – e essencial para os objetivos mais amplos do presente trabalho – separado do Império, o Rio Grande do Sul esteve sempre envolvido em questões que extrapolavam os limites das fronteiras e suas ações diplomáticas e militares estiveram fortemente conectadas com as questões do Prata, onde os líderes farrapos transitaram constantemente entre *blancos* e *colorados*, *federales* e *unitários*, entre o Império e os países vizinhos, que historicamente constituíram, em especial na figura de seus mais destacados caudilhos, o “horizonte da província” rio-grandense.¹⁴

Após 1836, os conflitos entre os membros desta diversificada elite rio-grandense ganharam novas cores, na medida em que era necessário, naquele momento, organizar a república recém proclamada.¹⁵ Estas disputas pela direção e representação política do

¹³ Não obstante as várias vertentes de análise da guerra e de suas reivindicações políticas e econômicas, essa interpretação é dominante entre os estudiosos do tema. Além das obras já citadas acima, ver também Spencer Leitman. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; Walter Spalding. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963 e idem. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional/ EdUnB, 1980.

¹⁴ César Augusto Barcellos Guazzelli. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro. Agradeço ao autor por me ceder, muito gentilmente, uma versão digital da íntegra de sua tese de doutorado.

¹⁵ Mesmo não sendo seu tema central, a principal obra de Miriam Dolhnikoff analisa a construção do Estado imperial levando em conta a dinâmica do sistema representativo brasileiro no século XIX (sobretudo a partir do Ato Adicional de 1834). Nesse bojo, a historiadora toma como exemplos três revoltas do período como embates entre centro e província, em decorrência de um dito processo de centralização do poder em torno da Corte, em detrimento da autonomia das províncias. Um desses casos

Rio Grande do Sul, além da presença constante das questões platinas e dos dirigentes vizinhos no contexto, são fundamentais para compreender o desenvolvimento da revolta, em especial seu desfecho, dado, sobretudo, por meio de arranjos políticos entre partes específicas da elite rio-grandense e o governo central, representado pelo então presidente da província e comandante-em-chefe das forças imperiais, o barão de Caxias. Das correspondências escritas por Caxias, no período, é possível estabelecer uma interessante narrativa dos acontecimentos, dando uma boa noção do desenrolar dos combates e principalmente das negociações estabelecidas, não só no interior da província, mas também frente aos líderes dos países vizinhos e ao próprio governo brasileiro.

Em seu primeiro ofício enviado ao ministro da Guerra, José Clemente Pereira, Caxias fazia uma descrição das condições da província e do Exército que ali se encontrava, além de algumas observações preliminares em relação ao combate. Uma de suas maiores preocupações se concentrava no estado precário da cavalaria do exército, muito maltratada e em número reduzido em decorrência do inverno chuvoso que a província tivera naquele ano, mas também por não ter, até aquele momento, recebido nenhum armamento ou demais materiais que solicitara ao ministério antes mesmo de deixar a Corte. Como medida emergencial, Caxias pedia que fosse mandado um agente

específicos, além São Paulo e Pernambuco, é o Rio Grande do Sul. A escolha das três províncias e de suas respectivas revoltas se deve, segundo a autora, à diversidade regional e, portanto, às formações distintas e interesses específicos de cada uma delas no processo de formação de elites políticas regionais, articuladas ao exercício do poder central. É preciso ressaltar que o objetivo da autora não é analisar especificamente as revoltas provinciais, mas sim entendê-las dentro de um processo mais amplo e dinâmico de negociações e arranjos políticos entre as partes do Império e a Corte. Assim, Dolhnikoff afirma que o movimento teria surgido não do questionamento da ordem institucional estabelecida após o Ato Adicional – que supostamente golpeava a autonomia provincial na decisão de seus assuntos mais prementes – mas sim de um conflito interno à própria elite rio-grandense em torno do exercício dessa autonomia estabelecida a partir de 1834. Segundo a autora, o estopim do movimento foi a forma como a presidência da província era conduzida por Fernandes Braga, uma vez que ele não estaria usando das prerrogativas de seu cargo para defender os interesses provinciais. Além disso, o que estava em jogo também era a representação na Assembleia Provincial, fortemente favorável à política de Fernandes Braga e composta por elementos da elite que não pactuavam com os interesses do grupo farroupilha. Em suma, a eclosão da revolta no Rio Grande do Sul, em 1835, já trazia consigo as disputas pelo desenvolvimento de políticas que atendessem aos interesses de determinados grupos postulantes à direção provincial, sem que o arranjo institucional estabelecido pelo Ato Adicional fosse posto em cheque e sem que o separatismo tomasse a frente do projeto dos rebeldes (vale lembrar que a cisão com o Império e a proclamação da república rio-grandense só ocorreriam um ano após o início do conflito). Para a autora, mesmo as reivindicações econômicas dos farroupilhas a respeito da prejudicial taxaço que incidia sobre o charque deve ser analisada a partir dessa perspectiva, na medida em que o orçamento não era uma prerrogativa do poder Executivo, mas passava pelas mãos da representação da província. Miriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo: 2005, pp. 206-216.

diplomático ao Paraguai, para fortalecer os contatos entre os dois países e obter apoio estratégico, principalmente no que concernia ao envio de cavalos daquele país.¹⁶

Essa parecia ser uma questão de base no contexto da campanha de Caxias no Rio Grande do Sul. Segundo César Guazzelli, o Império somente levou vantagem no combate e venceu a guerra porque, ao assumir o comando das forças, Caxias adotou a estratégia de uma “guerra de movimento” contra os rebeldes. Esta foi, para o autor, a mais adequada para a luta aberta na região, uma vez que, as forças imperiais, embora tivessem mais que o triplo do contingente militar dos rebeldes, possuíam uma cavalaria inferior, tanto em número quanto em qualidade de treinamento.¹⁷ Ao que parece, essa foi uma dificuldade enfrentada ao longo de toda a campanha, não obstante o fato de Caxias ter conseguido, ao passo que as vitórias foram conquistadas, reforçar o número de cavalos das tropas, tomando-os dos rebeldes. Outro meio adotado foi a compra de cavalos de particulares (os que ainda tinham animais em condição de monta) ou mesmo dos países vizinhos, embora esta alternativa, com o passar do tempo, já não atendia mais às necessidades porque “os Estados conterrâneos já se achão mui exaustos de tal artigo em consequência da guerra civil que também os flagella”.¹⁸

Essa questão da estratégia de guerra adotada a partir de 1843 pode ser notada inclusive na descrição das operações lideradas por Caxias. Na maior parte das ações das tropas, o comandante reportava ao ministro a perseguição aos rebeldes que, a cada movimentação, eram acossados e encurralados na região da fronteira (principalmente com o Estado Oriental) onde atravessavam para o país vizinho. Poucas são as descrições de conflitos abertos entre as tropas imperiais e os rebeldes. Segundo informações do barão, a perseguição mais longa fora empreendida contra o líder David Canabarro, cujo trânsito na fronteira era constante. Desse modo, reconhecendo a dificuldade em combater o exército imperial com a nova estratégia de guerra, Canabarro assumira uma

¹⁶ “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

¹⁷ Essa carência se acentuava pela dificuldade de recrutamento de soldados desta arma nas outras partes do Império, cf. Guazzelli, “Libertos...”, op. cit., p. 236.

¹⁸ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198-2. A mudança de estratégia teria inclusive dado à infantaria do Exército uma importância muito maior do que tinha antes, a ponto de Caxias dizer ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, em carta particular, que o Império deveria a esta arma os louros da pacificação da província. Cf. “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 11/11/1843”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 106, doc. 5146.

postura defensiva, cuja “manobra favorita [era] fugir sem dar hum tiro, e não acceitar combate, ainda que a força imperial seja tres vezes menor que a delles”.¹⁹

Outro ponto comentado por Caxias, no mesmo ofício de 29 de novembro de 1843, foi o posto de brigadeiro dado ao dissidente farroupilha Bento Manoel Ribeiro e o emprego de Engenheiro do Exército a Miguel de Frias Vasconcelos, antigo líder da Abrilada no Rio de Janeiro em 1832, quando fora perseguido pelo então capitão Luis Alves.²⁰ Estes dois empregos são amplamente considerados muito polêmicos pelos biógrafos de Caxias, os quais lhe atribuem autonomia e coragem para inserir homens outrora contestadores do regime político do Brasil em uma missão militar tão importante.²¹ Já Adriana Barreto de Souza, em obra originalmente apresentada como tese de doutorado, também ressalta o episódio, de modo a destacar a maneira como este “pensava politicamente as guerras”.²² Esta é uma perspectiva mais profícua para analisar a atuação política de Caxias, na medida em que, tomando o texto do ofício ao ministro, nota-se um tom estratégico na escolha pontual dos dois cargos.

Sobre o “Major Frias”, empregado na Engenharia do Exército, onde teria descoberto “muitas espertezas que nas mesmas obras se fazião”, Caxias demonstrava confiança e noção de como utilizar artifícios específicos para manter seu apoio. Informava ao ministro que pretendia empregar o major também na fiscalização da contabilidade dos corpos do Exército, para que Frias se encarregasse de sanar os sérios problemas das contas da corporação na província. Por fim, sugeria que o ministro o promovesse ao posto de Tenente-coronel para que fosse “redimida uma sua preterição”, sendo que muitos outros oficiais mais novos foram promovidos “sem tanto merecimento” em detrimento de Frias, o que poderia reduzir seu empenho nos bons serviços prestados no sul.

¹⁹ “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 31/10/1843”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 106, doc. 5160. Provavelmente Caxias se referia às tropas de cavalaria, dado o fato que a soma de soldados imperiais era muito maior, comparada a dos rebeldes, conforme apontado acima.

²⁰ A repressão à Abrilada e a perseguição a Miguel de Frias, além de sua posterior reincorporação aos serviços imperiais pelo próprio Caxias são destacadas por Eugênio Vilhena de Moraes. *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, pp. 33-50.

²¹ Além da obra de Eugênio Vilhena de Moraes, acima citada, refiro-me também à primeira biografia de Luis Alves de Lima e Silva, escrita ainda no século XIX e que, de modo geral, serviu de base para muitas das obras escritas posteriormente sobre o duque de Caxias. Joaquim Pinto de Campos. *Vida do grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva; Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1938.

²² Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 424-427.

Já no caso mais polêmico de Bento Manoel Ribeiro, Caxias demonstrava ter consciência da utilidade do estancieiro, tal como sua influência política e militar na região, que deveria sempre funcionar em benefício dos imperiais. Nas palavras do comandante-em-chefe

a vinda de Bento Manoel causou pouca ou nenhuma sensação aqui, porque já todos contávão com ella á muito tempo.[...] Eu julgo, como V. Ex^a impolitico o dar commandos a Bento Manoel e muito menos [ilegível] d'elle ter dado umma prova de sua verdadeira contrição [sic], porem creio também que elle me vai ser muito util, supprindo-me n'aquillo de que tenho falta, que he conhecimento pratico do terreno, e com as suas relações na campanha espero obter mais alguma gente de cavallaria e cavallos. Descanse V. Ex^a que eu me hei-de manejar com cautella com elle, e politica com o Exercito.²³

E foi nesses termos que Caxias tratou da presença de Bento Manoel ao longo de todo o tempo em que liderou o combate aos farrapos. Adriana Barreto de Souza faz uma narrativa detalhada do processo de nomeação do dissidente farroupilha, ressaltando tanto a polêmica gerada pela posição do barão quanto sua perda do apoio político na Corte. Naquele momento, seu amigo e grande aliado político, José Clemente Pereira, ministro da Guerra que articulava sua ida para o sul, perdara seu posto com a queda do gabinete de 23 de março de 1841. Em seu lugar, assumiu a pasta o oficial do Exército Salvador José Maciel – que já havia ocupado o mesmo cargo no último gabinete da Regência, de 18 de maio de 1840 e sido presidente do Rio Grande, na década de 1820²⁴. Maciel, segundo Souza, foi o superior que reduziu fortemente o apoio político de Caxias na Corte, não lhe oferecendo as condições necessárias para conduzir a campanha satisfatoriamente. Isso, segundo a autora, teria destacado a maneira como Caxias “pensava politicamente as guerras”, além de reforçar sua autonomia na condução do conflito.²⁵

Entretanto, há que se considerar o fato de que, efetivamente, o apoio de José Clemente Pereira enquanto Caxias esteve no sul se estendeu por pouco tempo e num período em que a nova legislatura havia acabado de se reunir para iniciar os trabalhos, atrasados pela dissolução da Câmara de 1842, eleita pelas conhecidas “eleições do

²³ “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

²⁴ Barão do Javari, op. cit., p. 73.

²⁵ Souza, op. cit., pp. 432-446.

cacete”.²⁶ De fato, é preciso levar em conta o amplo apoio dado pelo antigo ministro da Guerra, sobretudo se pensarmos que fora sob os auspícios deste que foram dadas as principais instruções à missão de Caxias, antes mesmo de sua partida para o sul. A insatisfação com o novo ministro fica clara em uma carta de Caxias ao seu pai, o senador Francisco de Lima e Silva, em 1843:

Maciel longe de me mandar recurços, tem só me mandado ordens de comprometimento. Agora quer que eu lhe mande 2 corpos, em casco [?] para ahi o refazer, quando eu estou constantemente pedindo gente para suprir os mortos e desertores, que constantemente desfalcão os Batalhões.²⁷

A insatisfação do barão em relação ao ministro de fato foi constante, na medida em que eram reiterados os pedidos de armamentos, munições e fardamentos aos soldados. No entanto, mesmo se queixando constantemente da demora no envio de materiais de guerra para o sul, Caxias não deixava transparecer uma tensão generalizada com todo o gabinete, mas sim especificamente com Maciel. Em outra carta ao seu pai, já de 1844, o general comemorava a queda de Maciel do ministério, porém contemporizava a questão em relação aos outros membros do gabinete dizendo que “muito estimei a queda do louco do Salvador [José Maciel], *sentido contudo a de seus companheiros, de quem sou e serei sempre amigo*”.²⁸ Vale lembrar que, como comandante-em-chefe, Caxias deveria necessariamente se reportar ao ministro da Guerra. Porém, como presidente da província, relacionava-se diretamente com outros ministros, sendo que, na composição do dito gabinete, encontravam-se seus antigos amigos Honório Hermeto Carneiro Leão (responsável pelas pastas da Justiça e dos Negócios Estrangeiros) e Joaquim José Rodrigues Torres (ministro da Marinha), o que possibilitava a ampliação das conexões políticas com a Corte.²⁹

Essa era uma das facetas da atuação de Caxias no Rio Grande do Sul. Porém, pensando mais especificamente no âmbito provincial e no combate aos rebeldes, é

²⁶ Considerando sua data de saída do Rio de Janeiro (30 de outubro de 1842) e a data oficial de início do gabinete “organizado” por Honório Hermeto Carneiro Leão, 23 de janeiro, Caxias se reportou a Clemente Pereira por menos de três meses. Considerando o período de funcionamento do legislativo naquele ano, a Sessão Legislativa somente foi inaugurada quase dois meses depois de Caxias partir para o sul.

²⁷ “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 11/11/1843”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 106, doc. 5146.

²⁸ “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 05/05/1844”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5195 (Grifo meu).

²⁹ Além destes dois, o gabinete era composto por José Antônio da Silva Maia, Joaquim Francisco Vianna e pelo próprio Salvador José Maciel, respectivamente, ministros do Império, da Fazenda e da Guerra. Cf. Barão do Javari, op. cit., pp. 89-90.

curioso notar quais eram as expectativas do então recém empossado barão, ao escrever ao seu amigo, o ministro da guerra Clemente Pereira:

Pergunta-me V. Ex^a na sua carta [...] qual a minha convicção sobre o que devemos esperar a respeito da terminação da guerra, devo dizer com franqueza a V. Ex^a que se algum acontecimento inesperado me não vier transtornar o plano que tenho concebido, supponho que por todo o mês de março terei de anunciar o resultado de um combate geral, que se não for igual ao de Sta Luzia em Minas, será de certo muito semelhante, e os rebeldes que me restarem hão de passar para a Banda Oriental; e estou firme em que todas as mais medidas que se tiverem de tomar para a pacificação são improficuas.³⁰

De fato, as tropas imperiais, em muitas ocasiões entraram em confronto com os rebeldes. Porém, dos mais de 32 combates³¹, nenhum deles se assemelhou ao de Santa Luzia, nem bem pela amplitude, tampouco pela violência. Além disso, conforme se verá, foram “todas as mais medidas que se tiverem de tomar para a pacificação”, ditas “improficuas” pelo general, que se mostraram mais eficazes.

Este grande confronto provavelmente não ocorrera pelos motivos descritos por Caxias em diversos ofícios ao ministério. O primeiro foi o fato de os rebeldes terem, de forma geral, se dispersado em diversos grupos ao longo do território próximo à fronteira, mantendo, como já foi dito sobre Canabarro, uma tática defensiva, esquivando-se de confrontos diretos com as tropas imperiais. Em segundo lugar, em decorrência das passagens constantes dos rebeldes pela fronteira com o Estado Oriental, onde recebiam suporte material, principalmente do general Frutuoso Rivera – que por seu turno, vinha sendo constantemente acochado por Manoel Oribe, general uruguaio apoiado pelo governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas.

Desde o início dos confrontos, Caxias demonstrava preocupação com a possibilidade de “D. Fructo” dar socorro aos rebeldes pela fronteira do Rio Chuí, logo guarnecendo a região e solicitando maior número de tropas que dessem conta de proteger algumas localidades estratégicas para transposição das fronteiras.³² Percebe-se, portanto, que a premência na proteção das fronteiras era fundamental para evitar o contato entre os farrapos e os caudilhos uruguaioes que lhes davam socorro, mas também

³⁰ “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa, 810, Pasta 1, doc. 22.

³¹ Cf. Flores, *A Revolução Farroupilha*, op. cit., p. 96.

³² “Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

para impedir que o rescaldo da guerra no território oriental surtisse efeitos indesejados à pacificação do Rio Grande do Sul.

A compreensão desse contexto se torna ainda mais complexa se considerarmos que Caxias, não obstante as instruções imperiais, não manteve uma “neutralidade” tão restrita frente aos conflitos externos. Em abril de 1844, oficiando a Jerônimo Francisco Coelho, novo ministro da Guerra, o general dizia que as perseguições feitas às tropas rebeldes os conduziram novamente ao território uruguaio, onde os principais líderes farrapos se encontraram com Rivera. Este, por sua vez, teria sugerido aos rebeldes “a idea de um acomodamento com o Imperio”. Os farrapos teriam concordado com a proposta, desde que o governo imperial se compromettesse a confirmá-los nos postos de oficiais que haviam recebido durante a revolta.³³

Caxias não se mostrou disposto a negociar com os rebeldes nesses moldes, programando novas marchas de perseguição às tropas ainda resistentes, visto que o exército de Rivera também estava comprometido em decorrência da perseguição das tropas oribistas. O que parecia também contribuir para isso era a pouca resistência oferecida pelos rebeldes no interior da província. Ainda em agosto de 1843, Caxias escrevia ao ministro Maciel que

não há hoje uma só povoação dominada pelos rebeldes, não há mesmo na provincia nenhuma força d’elles, á excepção de pequenas partidas de vinte a trinta homens, que tem mais o character de salteadores do que o de partidistas politicos; e se a nossa fronteira com o Estado Oriental não fosse tão longa e facil de ser atravessada impunemente em qualquer lugar e se os rebeldes não podessem n’aquella região[?] receber os socorros de que necessitão, principalmente o de cavalhadas, poder-se hia affirmar que a revolta estava concluída; todavia senão occorrer alguma circunstância imprevista, creio poder afiançar a V. Ex^a que ate novembro d’este anno se terá ultimado a pacificação da Provincia.³⁴

Vê-se, portanto, que o problema da fronteira dificultava imensamente a pacificação da revolta. Porém, algumas dessas “circunstâncias imprevistas” devem ser consideradas. Uma delas seria a dificuldade na deposição das armas de tropas rebeldes capturadas em combate. A segunda, a constante interferência que Rivera passou a ter nas primeiras tentativas de negociação. Naquele momento, a presença do caudilho

³³ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/04/1844”. Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 177. Dentre os líderes citados estavam David Canabarro, Bento Gonçalves da Silva, José Mariano de Mattos e José Gomes de Vasconcelos Jardim.

³⁴ “Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 106, doc. 5143.

uruguaio não era arriscada pela ajuda que poderia dar aos rebeldes (como vinha dando). Ao contrário, Caxias parecia entender a aproximação de d. Fructo como um artilho para conseguir vantagens e proteções dos rebeldes e do Império contra Oribe, que o tinha batido pouco tempo antes e imposto o cerco a Montevideú, em 1842.

Nesse sentido, Adriana Barreto de Souza mostra que a saída proposta por Caxias foi um acordo, mesmo que provisório, entre o Rio de Janeiro e o líder *blanco* Manoel Oribe, algoz de Rivera. Essa opção oferecia riscos ao Império – de modo que indiretamente daria apoio à política de Juan Manoel de Rosas – mas reduziria, momentaneamente, as dificuldades de pacificação do Rio Grande do Sul, anulando o “jogo duplo” feito por d. Fructo, que se aproximava dos farrapos sem romper com o Império.³⁵ Essa proposta parecia ser uma condição limite para que se encaminhasse a pacificação, tendo em vista que em algumas ocasiões o próprio barão afirmara ter se correspondido ora com Oribe ora com Rivera, em pé de negociações em torno das delicadas relações na fronteira com o Estado Oriental. Nesse contexto, o tom das informações enviadas ao ministério da Guerra sugere que tais contatos com os caudilhos uruguaios teriam sido feitos à revelia do governo, uma vez que, nas ocasiões em que isso era referido, Caxias parecia sempre estar se retratando e justificando suas ações.

Veja-se, por exemplo, um ofício de junho de 1844, em que o barão assumia ter se correspondido tanto com Oribe quanto com Rivera em relação aos problemas gerados pela passagem constante dos rebeldes para o interior do Uruguai. Segundo ele, havia trocado cartas com ambos os líderes sem saber da postura do governo, uma vez que não havia recebido, até aquele momento, nenhuma instrução da Corte que esclarecesse a questão, garantindo ao ministro que “pode V. Ex^a estar certo que tanto os Fructistas quanto os Oribistas nenhuma confiança me merecem”.³⁶

Ao que parece, Caxias demonstrava insatisfação com a suposta imparcialidade do governo imperial frente aos caudilhos uruguaios. Isso continuava a dar margens para que os rebeldes se refugassem em terras estrangeiras e para que Rivera se salvaguardasse tanto do lado dos rio-grandenses quanto do lado dos imperiais. Em uma carta ao então presidente da República Rio-grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Rivera dizia que o barão se mostrava esperançoso de entrar em acordo com os rebeldes e que, por isso, já havia tomado providências para que um enviado seu fosse

³⁵ Souza, op. cit., pp. 466-471.

³⁶ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta nº 4, doc. 198-2.

representá-lo diante do presidente do Rio Grande do Sul, “resguardando al mismo tiempo, mi persona, de cualquier desaire que proyectase hacerme”. Fica claro, neste trecho, qual era o grande interesse de d. Fructo em intermediar as negociações entre os farrapos e o Império. Sitiado por Oribe e com um exército comprometido, Rivera via na aproximação com os farrapos, um meio de reforçar suas tropas, perseguidas pelo inimigo, sem perder de vista um possível apoio da diplomacia e do Exército brasileiros para contratacar o general *blanco*.³⁷

Toda a problemática envolvendo a indefinição das fronteiras e a interferência dos conflitos e interesses externos nos rumos da revolta chama a atenção de Adriana Barreto de Souza para o sentido de a Farroupilha ter sido “mais que uma guerra civil”. Para a historiadora, ao pegar em armas contra o Império, os rebeldes rio-grandenses estavam lutando contra uma política-econômica imposta pelo governo central. Numa região de fronteiras indefinidas e de uma cultura política muito peculiar – que aproximava a província muito mais do Prata que do Rio de Janeiro – a revolta ultrapassava os limites de uma guerra interna, tanto para os rebeldes quanto para o Império.³⁸

De fato, é fundamental considerar a complexidade das relações políticas e econômicas na indefinida fronteira sul do Brasil no século XIX. Entretanto, a ideia de que a farroupilha teria sido “mais que uma guerra civil” é uma interpretação coeva à revolta e, além de tudo, feita pelo próprio Caxias, antes mesmo da pacificação da província.³⁹ Além disso, se levarmos em conta toda dinâmica política e o conflito de interesses no interior da elite rio-grandense desde o início da revolta é possível perceber que as pedras-de-toque dos farrapos estavam muito mais numa realidade interna à província que num espectro mais amplo, ainda que as relações políticas (ou mesmo pessoais) entre os farrapos e os caudilhos dos países vizinhos compusessem uma realidade histórica bastante relevante. Isso fica mais evidente nos arranjos políticos feitos entre o barão e os líderes rebeldes.

Numa comunicação ao ministro da Guerra, em junho de 1844, Caxias dava detalhes das perseguições aos rebeldes na região de Bagé, onde muitos praças desertores se apresentaram ao seu Estado Maior, enfraquecendo ainda mais as tropas e

³⁷ “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Coleção Alencar Araripe”, ACP-09, Lata 845, Pasta 27.

³⁸ Souza, op. cit., p. 464.

³⁹ A frase encontra-se num ofício de Caxias de 17 de setembro de 1844, cf. Souza, op. cit., p. 478.

desmoralizando os líderes farrapos que já não podiam contar com os auxílios uruguaios. Naquele momento, o barão sinalizava com maior facilidade para uma negociação mais segura com os líderes rebeldes, não só pelas condições precárias em que se encontravam as forças resistentes, mas especialmente pelos sinais claros de cisão entre as lideranças mais importantes dos rebeldes. O trecho abaixo é sintomático:

[...] o estado de intriga tem chegado a tal ponto que há poucos dias Bento Gonçalves dirigio um Cartel de desafio a Canavarro, e *urde-se ali uma conspiração, cujo fim é derribar Canavarro do Generalato em Chefe, e elevar Bento Gonçalves a essa Comissão e á Presidencia da agonizante republiqueta*. Tenho recebido diversos commissionados dos rebeldes propondo a pacificação da Provincia por meios conciliatorios, porem até agora com condições tais que as hei rejeitado por injuriosas aos direitos de Sua Majestade o Imperador; tenho toda a probabilidade de que hirão modificando tais condições, e que ellas chegarão a ponto de serem admissiveis, em cujo caso terei a honra de as levar a presença de V. Ex^a para as fazer presentes a Sua Majestade o Imperador.⁴⁰

O mais interessante no trecho acima é notar como as propostas de conciliação por parte dos rebeldes vinham sendo analisadas e rejeitadas pelo próprio barão, sem se reportar, a princípio, aos seus superiores na Corte, ao menos não de forma oficial. Essa postura de Caxias pareceu não ter agradado ao ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, que, ao saber dessas diversas ofertas de conciliação que chegavam ao conhecimento do presidente da província, pediu explicações do conteúdo das negociações em um aviso reservado de 28 de julho de 1844. Respondendo ao ministro em um longo ofício datado de 11 de setembro de 1844, Caxias narrou detalhadamente as negociações entre os líderes rebeldes e ele, esclarecendo quais eram as condições de paz oferecidas pelos farrapos que vinha rejeitando sem informá-las ao governo.⁴¹

Em maio de 1843 o ex-ministro dos rio-grandenses, José Pedroso de Albuquerque, havia procurado o barão, em nome de Canabarro, dizendo que este pretendia dar cabo da guerra por meio de uma conciliação e que boa parte dos chefes rebeldes estava de acordo com tais termos. Vale ressaltar que, naquela ocasião, a presidência da república rio-grandense ainda era ocupada por Bento Gonçalves da Silva (coadjuvado por José Mariano de Mattos), e a vice-presidência, por José Gomes de

⁴⁰ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 198 (Grifos meus).

⁴¹ As ideias contidas nos parágrafos seguintes são baseadas no “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

Vasconcellos Jardim. Conforme informações dadas por Canabarro, toda cúpula do governo rebelde estaria em consonância com suas pretensões. Caxias, então, respondeu positivamente, aceitando negociar condições que não fossem desrespeitosas aos interesses do Império.

Entretanto, seguiu-se a isso uma troca de correspondência entre Canabarro e Vasconcelos Jardim, na qual este último, anexando cópia do manifesto de 1835 (escrito por Bento Gonçalves quando da eclosão da revolta), dizia que, embora confiasse nas boas intenções do barão, “não lhes convinha depor as armas, senão declarando o Imperador esta Província como Estado federado ao Império!”. Este fato teria marcado a indisposição generalizada entre os líderes farrapos. De um lado se colocaram Canabarro, Antonio Vicente da Fontoura, Jacinto Guedes da Luz, João Antonio da Silveira e Onofre Pires da Silveira Canto. De outro, Bento Gonçalves, José Mariano de Mattos, Vasconcelos Jardim e Antonio de Souza Netto. Esta cisão foi o estopim para que Bento Gonçalves desafiasse Onofre Pires ao célebre duelo de espadas que terminou com a morte deste último e a perspectiva de que o mesmo ocorresse a Canabarro, tamanha a tensão entre os grupos da elite rio-grandense.

Depois disso, foi ao encontro de Caxias um parente de Bento Gonçalves (não há referência ao nome do enviado) dizendo que o antigo líder farroupilha desejava tratar pessoalmente com o general sobre uma paz que fosse “airoza” para o Império, ao que o barão respondeu que o fizesse por escrito, porque naquela ocasião Bento Gonçalves já não ocupava nenhum cargo de relevo entre os rebeldes, o que não o qualificava para negociar termo de paz algum. Bento Gonçalves teria então insistido por uma entrevista e dito que desejava por fim a guerra, mas que vinha sendo obstado pelo barão de Caxias, que se negava a tratar da paz. Inviabilizado tal contato, tropas rebeldes tentaram tomar Alegrete, o que foi frustrado pelo movimento rápido que as tropas de Caxias e Bento Manoel fizeram em contramarcha. Como artifício imediato, os rebeldes atravessaram a fronteira e convidaram Fructuoso Rivera para mediar uma negociação com o Império, assinando uma concordata para que o caudilho uruguaio pudesse tratar com Caxias.

Quando Rivera já havia solicitado uma conferência com Caxias, os rebeldes receberam a notícia de que o coronel Francisco Pedro de Abreu⁴² havia sido derrotado pelo chefe rebelde Antonio Manoel do Amaral (notícia, segundo Caxias, exagerada

⁴² Francisco Pedro de Abreu ocupava o posto de Comandante da Cavalaria dos Guardas Nacionais e era uma dos principais membros do Estado-Maior em operação no Rio Grande do Sul, formado após 1842. Era também conhecido como “Chico Pedro”.

pelos farrapos). Com isso, afirmava Caxias, os rebeldes solicitaram a Rivera que “me entretesse [ao barão] enquanto tomavam Pelotas e arrebatavam-me a cavallhada com que eu contava do outro lado do [rio] São Gonçalo”, acreditando ter virado a sorte a seu favor. Sabendo dos planos por seus informantes, Caxias levou a cabo sua contramarcha, malogrando o intento das tropas farroupilhas, inclusive forçando mais uma vez o recuo de Canabarro para a região da fronteira.

Enquanto isso, Bento Gonçalves novamente instou por uma entrevista com Caxias, então dizendo estar autorizado pelos demais chefes rebeldes a tratar com ele sobre uma conclusão amigável ao conflito. Em resposta, o barão disse saber do estado precário das forças que os rebeldes, ainda reuniam nas imediações da fronteira com o Uruguai e que, por isso, não aceitaria condição alguma oferecida pelos farrapos que não tivesse por base a deposição total das armas. Além disso, nada seria aceito senão a “obediência ao Governo de Sua Majestade o Imperador, de quem deverião esperar o perdão de seus erros”. Enquanto tais condições não se apresentassem oficialmente, fosse por Bento Gonçalves, fosse por qualquer outro líder, Caxias não concederia a entrevista solicitada.

Foi somente depois deste ultimato do barão que Bento Gonçalves apresentou uma proposta de reconhecimento, por parte do Império, das dívidas interna e externa adquiridas pelos farrapos, além da manutenção dos militares nas patentes em que se encontravam e das promoções que receberam durante a revolta. Tudo isso, aceitando a reintegração definitiva ao Império. Caxias se comprometeu, então, a apresentar a proposta ao governo. Porém, nesse ínterim, Bento Gonçalves informou que Canabarro havia novamente negado a proposta, resistindo a qualquer intenção de negociação entre o outro líder farrapo e o barão. Este último, insatisfeito com a indefinição da situação, garantiu a continuidade de todas as marchas em perseguição aos rebeldes, buscando obriga-los a depor as armas e entrar, de fato, em negociação.

Nesse sentido, instado por Jerônimo Francisco Coelho a respeito de suas opiniões sobre as conversações, Caxias sublinhava a completa contraposição e desunião entre os líderes rebeldes, a ponto de não saber com quem deveria tratar da paz. Além disso, salientava que, em decorrência de tal rivalidade, acreditava que as lideranças não aceitariam a negociação ou qualquer proposta de paz do governo, temendo a reação do grupo rival. Assim, defendia, perante o ministro, que a continuidade da ocupação das localidades ainda sob domínio dos rebeldes, da perseguição aos grupos armados dispersos pela província e “a faculdade da amnistiar a todos os que dispuserem as

armas”, seriam as formas mais profícuas de obter a pacificação. Afora isso, o barão assegurava não ter assumido compromissos com qualquer dos chefes orientais e que continuaria “a guardar a mais rigorosa neutralidade, conforme V. Ex^a me recomenda.”

Entretanto, esta última parte do ofício soa contraditória se comparada a outras declarações do barão acerca das negociações com os rebeldes, ou mesmo frente aos chefes uruguaios. Sabendo da aproximação entre os farrapos e Rivera, e sem que o governo brasileiro oferecesse uma saída diplomática para o impasse, Caxias parecia ter encontrado uma alternativa para a questão no isolamento de Rivera das negociações. Se antes havia entrado em contato com os líderes orientais sem a imediata autorização do governo central, de meados de 1844 em diante, Caxias optou pela negociação direta com os rebeldes, tendo como base as notícias sobre as fortes contendas entre as lideranças farroupilhas. Desta feita, o barão não se comprometia mais em tratar da pacificação da província que presidia com Rivera, ainda que outras correspondências foram trocadas entre o barão e d. Fructo.

Isso pode ser observado num ofício de Rivera a Caxias, escrito no final de setembro de 1844, no qual o caudilho uruguaio novamente se apresentava como representante dos farrapos. Nesta ocasião, propunha ao barão a suspensão das armas nas localidades controladas pelo Império, durante trinta dias, até que fossem apresentadas as propostas dos rebeldes para apreciação do Imperador, “debiéndose prolongar la suspensión de hostilidades por el tiempo que se considere necesario al regreso de los gefes que han de conducir las bases acordadas.”⁴³ No mesmo período, outro ofício enviado por Rivera tratava novamente das negociações de paz e de propostas para sanar problemas sobre o trânsito de gados pela fronteira, para proteger as propriedades rio-grandenses e uruguaias da violência com que vinha agindo o governador de Buenos Aires nas invasões ao território oriental.⁴⁴

Em resposta, Caxias concordava com o decreto apresentado por Rivera – muito vantajoso, sobretudo aos proprietários rio-grandenses – mas tergiversava acerca da pacificação, repetindo o que já havia dito a Bento Gonçalves, ou seja, que nenhuma proposta seria aceita que não se baseasse na deposição prévia das armas por parte dos rebeldes. Além disso, o barão dava mostras de que, se houvesse interesse em tratar da

⁴³ “Ofício de Fructoso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

⁴⁴ Trata-se de um documento intitulado “Noticias interessantísimas da Provincia do Rio Grande” (datado de 01/10/1844), que traz cópias de ofícios e avisos de Caxias, Rivera e Francisco Pedro de Abreu, escritos entre o final de setembro e início de outubro de 1844. Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5249.

pacificação, não exitaria em dar passagem segura aos líderes que fossem enviados à Corte, sem, no entanto, corroborar a mediação oferecida por Rivera.⁴⁵ A insatisfação de Caxias ficava evidente em uma carta escrita ao seu pai pouco tempo depois dessa conversação:

Tive a abilidade de separar o velhaco do Fructo dos farrapos com quem queria fazer papel de Juiz de Paz em nossas desavenças internas, e creio que o Governo, e paralelamente [?] o Imperador, a quem de coração sirvo, se satisfará com o meu proceder.⁴⁶

Outro ponto de contradição nas declarações do barão se refere àquilo que dissera a respeito de não saber com quem negociar a pacificação, tamanha a cisão entre os líderes mais destacados da revolta. Pouco tempo depois desta declaração, Caxias escrevia novamente ao ministro, dando a notícia de ter recebido no acampamento o farrapo anistiado, Ismael Soares da Silva, representante de Bento Gonçalves. Este último solicitava salvos-condutos para si e Antonio de Souza Netto, para que pudessem apresentar suas propostas de paz ao governo. O barão, então, anuiu ao pedido, enviando os documentos aos dois líderes que se encontravam isolados na região da fronteira com o Uruguai. O que chama a atenção – e destaca a contradição nas declarações – é a maneira como Caxias justificou sua ação. Acreditava que a emissão dos salvos-condutos daria o golpe de morte nos rebeldes, mas especialmente em Canabarro, que estaria, por sua vez, disposto a “bater a estes dois Chefes no mesmo momento em que elles deixarem o serviço rebelde”. Para além disso, vale destacar o motivo mais forte que teria levado Caxias a emitir aos salvos-condutos. Segundo ele,

*Conquanto Bento Gonçalves e Netto sejam hoje Chefes secundários, ainda exercem muita influencia na campanha, e estou quase certo de que Canabarro em poucos dias tera de abandonar a Provincia senão depuzer tambem as armas, como he natural.*⁴⁷

Eram, portanto, “chefes secundários”, mas dada a desmobilização das tropas e do próprio governo rebelde, Caxias parecia estar mais interessado na influência e no

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5236.

⁴⁷ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

apoio político que os líderes do chamado grupo da “maioria” teriam na negociação da paz. Canabarro e seus apoiadores, naquele momento, ainda estavam em segundo plano, mesmo ocupando os principais cargos do governo farroupilha. Contudo, dias depois, uma resposta de Bento Gonçalves sobre os salvos-condutos, surpreendeu Caxias. O antigo líder farrapo negou os termos do documento, alegando que “o mesmo não satisfaz plenamente meus desejos”. Além disso, Bento Gonçalves escrevia na carta que as bases da negociação iniciada entre o barão e ele não “não forão então aceitas por parte de meus companheiros, com o que neutralizarão meus esforços”, o que parecia, pelo tom, isolado-o das tratativas de paz e o levado a desistir das negociações.

Garantindo que em breve estaria uma pessoa habilitada para tratar com Caxias, Bento Gonçalves reforçava a necessidade de se findar o conflito:

*Acredite V. Ex^a que não há um instante a perder-se á vista da attitude imponente do tyrano Rozas, de quem será presa o continente, se continuam a guerrear-se mutuamente seus filhos, destruindo os poucos elementos que restão para desputar o passo ao deposto audaz, que nos ameaça com aguerridas hostes; esta consideração, que sobre mim pesa, deve convencer a V. Ex^a da urgente necessidade de levar a effeito o que proponho, no que fará transcendente serviço ao paiz que o vio nascer, desviando-o dos males que lhe acarreta a prolongação dessa luta, e mais de tudo impondo respeito ao feroz inimigo que nos ameaça, para o que apesar de velho e cansado, prestarei gostoso meus debeis serviços a par de meus irmãos brasileiros.*⁴⁸

Vê-se aí que uma motivação mais premente aparecia com força nas negociações para a pacificação do Rio Grande do Sul, qual seja, a ameaça oferecida pelo inimigo externo. Não mais a de d. Fructo com seu “jogo duplo” e sua interferência nos assuntos internos, mas agora a do avanço temerário do projeto político de Juan Manoel de Rosas para a região do Rio da Prata, tendo em vista, inclusive, sua influência garantida no Uruguai por meio da ocupação das tropas lideradas por Oribe, general oriental alinhado e financiado por Rosas.

Essa perspectiva, no entanto, já havia sido mencionada em setembro, na mesma oportunidade em que Caxias dava notícias detalhadas de todos os contatos dos rebeldes em busca de um acordo de paz. Naquele momento, a decisão pelo grupo da elite rebelde que tomaria a frente das negociações estaria condicionada aos rumos que o Brasil, por

⁴⁸ “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Coleção Alencar Araripe”, ACP-09, Lata 820, Pasta 9 (Grifo meu). Trata-se de uma espécie de caderno de anotação contendo transcrições de documentos (hoje depositados, sobretudo no Arquivo Nacional) e recortes de jornais que publicavam parcial ou integralmente documentos sobre o período da Farroupilha, como é o caso da carta citada acima.

ventura, tomasse a respeito do perigo oferecido por Rosas. Antes mesmo de ser procurado pela primeira vez por Bento Gonçalves, Caxias fora aconselhado por um estancieiro de Alegrete, tio de Canabarro, da seguinte maneira:

Por segunda vez, me tornou a fallar em composição, um tio de Canabarro, que é estancieiro em Alegrete, dizendo-me que por seu sobrinho não era a duvida, e que elle tinha certeza que *se o Governo Imperial declarasse a guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Imperio para o bater, e que isso mesmo elle o tinha encarregado de me fazer, e que tratasse eu de acabar com o partido do Bento Gonçalves que com elle podia eu contar, assim como com toda a sua gente*. Conhecendo eu que a divisão entre elles esta atheada, e que era isso de muita vantagem para a conclusão da guerra, a tenho alimentado quanto me é possível, conseguindo que Bento Gonçalves e a gente do seu partido esteja tão inimizada com a de David Canabarro, quasi como está com as tropas imperiais.⁴⁹

Se essas informações não dão condições suficientes para uma reflexão mais concreta, ao menos oferecem evidências que apontam para o fato de que o processo de pacificação do Rio Grande do Sul passou gradativamente a ser conduzido com vista para o horizonte beligerante no Prata. Desse modo, ao que parece, as tratativas de paz não diziam mais respeito somente à necessidade de findar o conflito para que o Império pudesse, então, ter ao seu lado novamente o Rio Grande do Sul na defesa da fronteira meridional. Pode-se pensar, para além disso, que o próprio arranjo político para findar a guerra a partir de uma “paz honrosa”, teria sido construído com o intuito de se formar uma base política e militar sólida na província, visando a um conflito internacional na região, uma vez que os próprios rebeldes tinham plena noção da ameaça externa e de sua importância para qualquer ação planejada pelo Império.

Assim, há que se considerar as ideias contidas em um documento apócrifo escrito no Rio Grande do Sul na mesma data em que Caxias reportava ao ministro as propostas de paz dos rebeldes. O documento contestava peremptoriamente a pretensão do governo imperial em declarar guerra a Rosas por este estar supostamente auxiliando os rebeldes, quando, de fato, quem os vinha socorrendo era Fructuoso Rivera, inimigo de Oribe. Vale aqui destacar um trecho do texto:

⁴⁹ “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 5, doc. 231 (Grifo meu). Vale ressaltar que este mesmo ofício encontra-se integralmente transcrito no documento depositado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, referido na nota 42, acima.

E sempre que os rebeldes desta Província necessitam de socorro para evitarem sua total ruína, tem achado apoio em Fructo Rivera; ora, como se pode combinar, que achando os rebeldes em todo o tempo recursos em Rivera, possam estar unidos a Rosas? Passa como certo que os farrapos tem combinado com Fructo de ajudal-o a fim de bater e destroçar o Exército de Rosas, para depois tirarem partido disso com o Imperio, reconhecendo-os nos seus postos, mas tudo isso julgo estratagemas farrapal, para ao menos prolongrem a guerra nesta Província, e cada vez mais me convenço de minha antiga opinião, que os farrapos só com força e muita força se sujeitarão á obediência do Imperio; tudo o mais hé contemporizar e dar-lhes azas a sustentarem suas malvadas opiniões.⁵⁰

Anexo a estas colocações encontra-se outro documento intitulado “Quesitos que se estabelecem sobre o estado da rebelião na Província do Rio Grande do Sul”, no qual se apresentavam algumas das questões mais prementes que envolviam a governança na província e as ações de terminação da guerra. As mais importantes indagações diziam respeito à conveniência ou não de se declarar guerra a algum Estado vizinho para estabelecer a paz no Rio Grande do Sul, ou à continuidade da ação enérgica e violenta do Império no combate aos rebeldes. Considerando-se a veracidade destas informações, pode-se aventar a possibilidade de o Império estar em pé de “neutralidade” em virtude das incertezas sobre a deflagração de um conflito externo (ou mesmo sobre o possível alvo para tal declaração de guerra). Porém, é fundamental ressaltar que, diante desse complexo jogo de interesses e do quadro beligerante no Prata, que cada vez mais se aproximava do Brasil, o governo central, mesmo que aparentemente postergando o conflito externo, não deixou de colocar a agenda em discussão. Desta maneira, a definição do conflito no Rio Grande do Sul pode ser considerada como uma parte importante desse contexto. Assim, tratar como uma política de neutralidade a postura brasileira diante de um conflito que diretamente afetava pacificação do Rio Grande do Sul é reduzir uma guerra somente ao conflito aberto no campo de batalha, pondo de lado todos os interesses e antecedentes políticos envolvidos na questão.

De todo modo, o fato é que os movimentos finais antes do encerramento oficial da Guerra dos Farrapos continuam sendo obscuros, devido, em grande medida, à carência de documentação sobre o período. David Canabarro continuou a ser acossado pelas tropas imperiais e por grupos armados da própria elite rebelde, que pretendiam lhe tomar o poder após a derrota de sua tropa de lanceiros negros no Serro de Porongos, na

⁵⁰ “Documento sem assinatura..., 11/09/1844”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5218.

madrugada de 14 de novembro de 1844.⁵¹ Esse combate, conhecido como a “surpresa de Porongos”, liderado por Chico Pedro, redundou na morte de cerca de cem soldados negros do exército farroupilha, na prisão (e posterior anistia) de alguns líderes rebeldes e na fuga de Canabarro para a região fronteira. Para Caxias, apesar da fuga, o combate serviu para mostrar aos “meus Senhores” (possivelmente membros do governo) “que não he Canabarro invencível e que elle mesmo se escapou em sirôillas e sem botas”, conforme se vangloriava em carta ao seu pai, uma semana após o confronto.⁵²

Entretanto, muito além disso, Porongos rendeu talvez a maior das polêmicas a respeito da pacificação da Farroupilha, sobretudo quando, pouco depois da batalha, veio a tona a suspeita de que o ataque violento e rápido dos imperiais ao Batalhão de Lanceiros Negros teria sido previamente combinado entre o próprio Canabarro e Caxias, sendo que este, por sua vez, teria dado todas as instruções por escrito para o coronel Chico Pedro, responsável pela movimentação das tropas até o Serro de Porongos, onde os farrapos foram atacados durante a madrugada.⁵³ Embora David Canabarro tenha sido acusado de traição, seu grupo político continuou à frente das negociações de paz e ele mesmo se manteve como um dos protagonistas.

Após o isolamento de Bento Gonçalves das negociações, Antonio Vicente da Fontoura, ministro farroupilha aliado de Canabarro, tomou a frente das tratativas de paz e foi enviado para a Corte com o objetivo de apresentar aos ministros as condições dos rebeldes para o fim da guerra. Na mesma viagem, seguiu também para o Rio de Janeiro Manuel Marques de Souza, com uma importante missão dada por Caxias: a de informar “de viva voz” ao ministro da Guerra o que, até o momento, havia sido tratado entre o barão e os rebeldes e quais eram as impressões e pretensões do barão em relação às propostas de paz. Da mesma forma, o coronel Marques de Sousa traria até Caxias, mais uma vez “de viva voz”, as principais instruções de Jerônimo Francisco Coelho e demais

⁵¹ Dizia Caxias ao ministro no final do ano de 1844: “Consta-me que Bento Gonçalves se reunira a Canabarro, logo depois da derrota de 14 de Novembro, com o fim de lhe arrebatrar o mando [?], porem tendo Canabarro sido obrigado a dispersar a sua gente, este d’elle se separou, voltando para o lugar d’onde tinha sahido, mais desanimado do que já estava, e diz que só espera a volta do Fontoura dessa Corte para novamente me pedir amnistia.” Cf. “Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1 (Grifo meu).

⁵² “Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5236.

⁵³ Poucos biógrafos de Caxias se dedicaram a aprofundar o estudo deste episódio. Evitando fugir demasiado do tema central deste trabalho, não me estenderei em torno da questão. No entanto, remeto-me à obra citada de Adriana Barreto de Souza, que faz uma excelente e bem fundamentada crônica de todo o debate criado em torno de Porongos, tanto à época quanto nos posteriores estudo históricos e memorialísticos sobre a Farroupilha. Cf. Souza, op. cit., pp. 512-527.

membros do governo para ultimar o conflito no sul. Como bem observa Souza, o que se trata oralmente não tem a necessidade de ser registrado e esse certamente era o objetivo do barão em encarregar uma pessoa especificamente para transmitir suas opiniões, ou seja, impedir que suas ideias em torno da negociação viessem a público.

De volta à província, em dezembro de 1844, Marques de Sousa entregou a Caxias as instruções imperiais para que se estabelecessem os termos de um acordo de paz com os rebeldes, além daquilo que, mais uma vez “de viva voz”, transmitia o ministro. O artigo 2º das instruções dava recomendações expressas para que, findado o conflito e estabelecidos os termos da paz e anistia, tudo fosse amplamente divulgado no sul, na Corte e nas demais províncias do Império. Ao que parece, essa foi uma das únicas instruções não cumpridas, ou mesmo modificadas, pelo barão.⁵⁴ Aliás, o resultado do processo de pacificação da província, analisado a partir de seus resultados, foi efetivo. Porém, oficialmente, não conformou, de fato, um acordo de paz, na medida em que o conhecido acordo de Ponche Verde, tomado como o tratado de paz da Farroupilha, na realidade, foi a reunião dos oficiais do exército rebelde e do alto escalão do governo republicano para votarem os termos da negociação com o Império, não constando, portanto nenhuma assinatura de representantes plenipotenciários dos dois lados do conflito. No máximo, assinam a ata da reunião os membros da elite farroupilha presentes no encontro, não havendo, posteriormente, nenhum tratado de paz que valesse o nome, ou seja, um documento oficial firmado entre o Império e os farrapos.⁵⁵

Enfim, todas as trocas de informações “de viva voz”, os mistérios em torno de um possível ataque planejado e conhecido pelos rebeldes para massacrar os lanceiros negros farroupilhas e a “informalidade” (na falta de um termo mais adequado) dos acordos para o encerramento da guerra tornam complexa, senão incerta, qualquer afirmação sobre os eventos que permearam o período de novembro de 1844 ao início de março de 1845. Contudo, é importante notar que, como foi dito no início deste subcapítulo, as divergências políticas no seio da elite farroupilha e os conflitos pela tomada do poder dentro da província foram cruciais para a definição da revolta. Depois da chegada do barão de Caxias, em novembro de 1842, mas, especialmente de meados de 1844 em diante, o que estava em jogo era a pacificação da província, mas não somente. O que se colocava em pauta naquele momento era quem, ou qual grupo

⁵⁴ “Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844”, Arquivo Histórico do Museu Imperial, Maço 107, doc. 5246.

⁵⁵ Sobre isso, ver também Souza, op. cit., p. 508 e Flores, *A Revolução Farroupilha*, op. cit., p. 102.

político “faria” a pacificação com o Império, o que, no limite, significava qual grupo assumiria a proa da política provincial a partir da reintegração do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil.

Nesse contexto é que fazem mais sentido os acertos e recusas que permearam os primeiros contatos entre os rebeldes e o barão com o intuito de se chegar a um termo “airozo” à guerra. Depois da cisão declarada entre os líderes da república, negociar as propostas de um grupo, em detrimento das do outro significava ganhar vantagens consideráveis na construção da estrutura política, administrativa e, por que não, militar da província. Não por acaso, Bento Gonçalves e Antonio de Souza Netto, grandes opositores de Canabarro e Fontoura⁵⁶, após o encerramento da guerra, foram deliberadamente aliados da cúpula decisória rio-grandense. Curiosamente, nos últimos dias de fevereiro de 1845, o encontro no município de Dom Pedrito, nas largas campinas de Ponche Verde, foi a última vez que os líderes mais destacados da elite rio-grandense entraram em acordo.

Findada a revolta, Caxias, já agraciado com o título de conde, foi indicado e confirmado à presidência da província reunificada, o que já estava previamente determinado pelas condições da pacificação. Com isso, poderia, de alguma forma, aparar as arestas que por ventura persistissem. De início, é interessante notar que o tratamento dado à Farroupilha passou de “revolta” ou “guerra” para “revolução” (“os principaes Chefes da extincta revolução desta Província...”).

Em julho de 1845, Caxias recebeu a notícia de que Oribe vinha tentando uma nova aproximação com os chefes rio-grandenses, sendo intermediado por Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos. O general uruguaio propunha a incorporação das tropas do Rio Grande ao seu Exército para defenderem a causa do governo vizinho, oferecendo como barganha o apoio material e os postos que possuíam durante a revolta. O presidente do Rio Grande do Sul não parecia se preocupar profundamente com a questão, dizendo saber que os antigos rebeldes, agora seus aliados, não pretendiam dar prosseguimento à negociação, ainda que não pudesse assegurar que tal postura permaneceria, dados os artifícios de “sedução” aos quais os rio-grandenses poderiam ser submetidos.

⁵⁶ Enquanto Bento Gonçalves arrefecia seus ânimos e se isolava das negociações depois da volta de Fontoura da Corte, Netto se transformou no grande crítico às propostas da “minoria”, dizendo pelas localidades da província que reuniria tropas para dar continuidade à guerra. Cf. Souza, op. cit., pp. 504-505.

Tinha assim tanta certeza dessa posição porque “por cautella, não deixo de cartear-me com os chefes dos outr’ora dissidentes, afim de os ter sempre em boa harmonia e amizade”. Ou seja, a proximidade de Caxias com os antigos sublevados era bem maior do que qualquer outra ameaça que pudesse exercer influência política ou militar dentro da província. Entretanto, para evitar maiores problemas e insatisfações das demais lideranças, suspendeu o recrutamento nas regiões fronteiriças, “tanto para as tropas de linha como para a guarda nacional”, dando orientações aos comandantes de fronteira, “nos quaes deposito grande confiança”, para que empregassem os meios necessários e evitassem as “seduções” de Oribe. Seu temor era o de que

cedendo alguns dos influentes que estão hoje congraçados com nosco, não faltará quem os acompanhe, e que depois venhão elles, movidos pela perfida política do nosso visinho, envadir a provincia e levantar de novo a bandeira da revolta.⁵⁷

Nesse sentido, em agosto de 1845, escrevendo ao novo ministro do Império, José Carlos Pereira de Almeida Torres, o presidente do Rio Grande do Sul indicava para assumir a vice-presidência da província o Tenente-coronel da Guarda Nacional da capital, Patrício Correa da Câmara. Segundo Caxias, apesar de suas inúmeras qualidades e sua experiência, o desembargador Manoel Paranhos da Silva (atual vice-presidente) era “já bastante idoso, e falto por isso da necessaria energia para em caso de necessidade tomar conta da Presidencia”. Essa energia, para o presidente, seria vital no caso de este ter de sair da capital para se ocupar com possíveis “ocorrencias dos Estados Visinhos”. Parece claro que a projeção de um conflito externo continuava na ordem dia da política de Caxias no Rio Grande do Sul. A indicação de um militar para assumir a vice-presidência é uma boa evidência de que, no contexto do Prata, sobretudo na província recém-pacificada, alguém que falasse sua língua era fundamental.⁵⁸

Entretanto, no horizonte de suas preocupações estava também a vida política na Corte. Uma de suas primeiras ações como presidente da província foi a convocação das eleições para a Assembleia Provincial e para a deputação geral e o Senado, cujas cadeiras da província estavam desocupadas desde o final da década de 1830. Ao que parece, Caxias formou um bom grupo de apoiadores, que teria trabalhado muito em prol

⁵⁷ “Officio do Conde de Caxias a Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ministro da Guerra, 08/07/1845”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 7, doc. 332.

⁵⁸ “Officio do Conde de Caxias a José Carlos Pereira de Almeida Torres, ministro do Império, 18/08/1845”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 7, doc. 343-1.

de sua eleição para o Senado. Em um ofício de Vicente Paula d'Oliveira Vilas Bôas ao conde, percebe-se muito bem como as tramas políticas tecidas desde 1842 surtiram efeito nas mais diversas formas. Vilas Bôas tratava da eleição de Caxias ao Senado, dizendo que somente trabalhou para que seus companheiros e amigos políticos retribuíssem o bom serviço que somente o barão prestou na província. Além disso, Vilas Bôas dava detalhes interessantes sobre como teria sido conduzido o pleito, com a utilização de alguns batalhões do exército e de oficiais subordinados a Vilas Bôas, que garantiram também a eleição, para a Assembleia Geral, de Luis Alves de Oliveira Bello – promotor em Porto Alegre e primo de Caxias – e de Domingos José Gonçalves de Magalhães, fiel secretário de governo e forte indicação de Caxias.

Apesar do “ardil” utilizado pelos outros candidatos, difundindo a ideia de que a votação em Caxias “inutilizava o nosso melhor General”, o presidente da província do Rio Grande do Sul foi o candidato mais votado na lista tríplice encaminhada para o Imperador e teve oficialmente seu nome escolhido pelo monarca com o decreto de 1 de setembro de 1845, citado na epígrafe do capítulo.⁵⁹

1.2. Ecos da Farroupilha: os primeiros anos de Caxias no Senado (1846-1851)

Em março de 1846 o presidente da província do Rio Grande do Sul licenciava-se de seu cargo e seguia para a Corte, onde assumiria a única cadeira de senador da mesma província, que presidira por mais de três anos. Desde 1836, com a morte do Monsenhor Antonio Vieira da Soledade, a província não contava com representante senatorial.⁶⁰

O conde de Caxias ingressou na Câmara Alta do parlamento em um período marcado pelo intenso embate entre grupos políticos, rescaldo das profundas transformações na estrutura institucional do país, iniciadas na década anterior e que fomentaram a gradativa separação entre as lideranças políticas da época em torno de projetos e interesses distintos. Nesse sentido, para lidar com o período conhecido como “Quinquênio Liberal” é preciso remontar aos anos iniciais do Segundo Reinado, mesmo

⁵⁹ “Ofício de Vicente Paulo d'Oliveira Vilas Boas ao Conde de Caxias, 12/06/1845”, Arquivo Nacional, “Coleção Caxias”, Caixa 810, Pasta 7, doc. 322-A. Além das eleições de Caxias para o Senado e de Magalhães para a Câmara, um dos eleitos para a Assembleia Provincial foi Manuel Luis Osório, oficial do Exército que fazia parte do círculo de amizade de Caxias. Cf. também Souza, op. cit., p. 542.

⁶⁰ Até a 6ª Legislatura do Império, a província do Rio Grande do Sul possuiu somente uma cadeira na Câmara Alta do parlamento. Ver Barão do Javari, op. cit., p. 413. Somente em 8 de outubro Caxias deixou oficialmente a presidência do Rio Grande do Sul, cf. “Decreto Imperial, 08/10/1846”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “Coleção Duque de Caxias”, Lata 393, Pasta 18.

que brevemente, para compreender quais os interesses e projetos em jogo e, além disso, as interpretações mais influentes sobre esse período instável da história brasileira do século XIX.

O “Golpe de Maioridade” em 1840, muito além da ascensão formal do novo monarca ao trono, foi o resultado de uma série de embates e arranjos políticos que se inseriram num processo mais amplo de construção do Estado Imperial. As articulações da maioria, de modo geral, ganharam força após o enfraquecimento do grupo político liberal em 1837, quando o novo regente, Pedro de Araújo Lima, assumiu seu cargo com um amplo apoio dos chamados *regressistas* – ala formada por lideranças dissidentes dos liberais moderados (grandes responsáveis pelas reformas empreendidas nos primeiros anos da Regência) em cooperação com antigos *caramurus*.⁶¹ Em posição desprestigiada no cenário político da Corte, os liberais (ou *progressistas*), ansiosos por retornarem ao poder, mas sem força suficiente nos espaços de representação nacional, aglutinaram-se em torno do projeto de antecipação da maioria do imperador. O intuito de tais líderes era o de, a reboque da ascensão do novo monarca, retomar o espaço político perdido.

Composto por figuras de proa da política nacional, o “Clube da Maioridade” ou Sociedade Promotora da Maioridade, formado em 15 de abril de 1840, reuniu-se com o objetivo de organizar as propostas para oficializar a maioria do monarca, apresentando no Senado, poucas semanas depois, dois projetos nesse sentido.⁶² Entendendo a rejeição do projeto por apenas dois votos (18 contra 16) como um sintoma do fortalecimento da proposta, os *maioristas* recorreram, então, ao próprio

⁶¹ Ao ascenderem ao Executivo, em 1837, contando também com maioria de representantes no Legislativo, a dissidência dos liberais moderados articulou-se em torno da revisão das reformas realizadas em 1834, tornando o período posterior à eleição do segundo regente um conhecido como “Regresso Conservador”. Com isso, colocando termos aos projetos elaborados pelas legislaturas anteriores, o Parlamento, em 1840, aprovou a Lei de Interpretação do Ato Adicional. O projeto de Interpretação do Ato Adicional fora apresentado à Câmara já em 1836 por Joaquim José Rodrigues Torres, em meio à efervescência da cisão do grupo dos Liberais Moderados. Como a maioria ainda era formada pelos moderados, o projeto foi barrado, mas retornou na legislatura de 1837, com maioria regressista. Dolhnikoff, op. cit., p. 125. Como resultados mais imediatos, essa lei retirou das Assembleias Provinciais o poder de legislar sobre os empregos centrais (o que incluía, especialmente, os cargos do Poder Judiciário, estabelecidos por leis imperiais). O grupo responsável, em grande parte, pelo Código de Processo Criminal (aprovado em 1832) e pelo Ato Adicional (de 1834) e que, em 1840, encontrava-se em minoria na Câmara, articulou-se no sentido de promover a antecipação da maioria de Pedro II, com vistas a retornar ao Executivo. Paulo Pereira de Castro. “A “Experiência Republicana”, 1831-1840”. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1978, p. 56.

⁶² Um deles propondo a imediata maioria de d. Pedro e outro, a criação de um “conselho privado da Coroa”, contendo 10 membros. Apud. Marcelo Basille. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles (orgs). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 53-119.

Pedro II com o intuito de reforçar sua posição e, assim, ganhar respaldo suficiente do monarca para levar o intento adiante. Com o famoso “quero já” do herdeiro do trono, a maioria, planejada para 2 de dezembro daquele ano, terminou por ocorrer em 23 de julho, pondo fim ao período regencial.

Junto com a maioria de Pedro II, os *maioristas* conseguiram então retornar ao Executivo, mas sua permanência no ministério não duraria muito. Em razão, sobretudo, de seus estratagemas para garantir maioria na legislatura seguinte, baseados em uma generalizada e violenta interferência nas eleições de 1841 – conhecido já pelos coevos como “eleições do cacete”⁶³ – terminaram sendo demitidos, dando espaço ao retorno de seus opositores, afastados pelo golpe de 1840. Assim, a troca do gabinete e a continuidade, até 1841, da legislatura eleita em pleno Regresso Conservador, possibilitaram a aprovação da reforma do Código de Processo. A lei de 3 de dezembro de 1841, não só reduziu as atribuições dos juízes de paz, como estabeleceu os cargos de delegado e subdelegado, aumentando também as responsabilidades dos juízes municipais e de direito, uma magistratura togada que, como os delegados, era indicada pelo governo central.

Para Sergio Buarque de Holanda, esse processo de transformações no seio do Estado em construção se inseria num contexto mais amplo de transição da cultura política colonial ao Império ou de superação da “herança colonial” do localismo. Segundo ele, “é indiscutível que os hábitos mais longamente estabelecidos se mostravam mais poderosos do que as intenções inovadoras”, algo que estaria ligado ao conflito entre a centralização política sob a égide monárquica e as aspirações de autonomia das partes. Em outras palavras, no Brasil pós-1822, segundo o autor, o conflito se dava entre a defesa de princípios federalistas de descentralização das arcaicas elites provinciais em busca do atendimento de seus interesses específicos, sem

⁶³Roberto Saba, a partir da análise da atividade peticionária no Império brasileiro, mostra como o episódio das “eleições do cacete” ganhou vulto nas discussões políticas e foi usado como argumento principal dos conservadores para exigir a deposição do primeiro Gabinete Maiorista e, no ano seguinte, a dissolução da Câmara eleita em 1841. Com isso, Saba destaca a importância da participação política tanto dos representantes como dos representados num momento de busca por estabilidade do regime representativo no Império, em que se pese o papel decisivo das inúmeras petições de denúncia das fraudes eleitorais nas províncias, ao contrário de Roderick J. Barman, que vê as fraudes eleitorais como uma falha da nova organização política do Império, uma vez que as conexões locais para realizar as manipulações no processo eleitoral criavam uma dependência prejudicial do sistema a esse tipo de prática, além de fortalecer os “faccionalismos” locais. Cf. Roberto N. P. F. Saba *As Vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. 2010, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo, p. 77. Roderick J. Barman. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 225.

preocupações de unidade e nacionalidade, e o caráter modernizador pretendido pela parte que visava à centralização, em detrimento da visão tacanha dos poderes locais.⁶⁴

Nesse sentido, Paulo Pereira de Castro interpreta a abdicação de d. Pedro I e o interregno regencial como a grande oportunidade de atuação dos liberais moderados e de implantação de seu projeto político, caracterizando uma “experiência republicana” dentro da monarquia. No entanto, para o autor, embora os liberais tenham conseguido levar a cabo suas reformas de cunho descentralizador, a instabilidade e insatisfação geradas pela regência de Feijó, aliadas aos próprios conflitos que dividiam o grupo dos moderados, até então preponderante, causou sua cisão, levando a que as conquistas federalistas fossem paulatinamente enfraquecidas e suplantadas pelas novas propostas dos regressistas em ascensão, cujo auge foram as reformas do início da década de 1840, possibilitadas pela antecipação da maioria do monarca.⁶⁵

Já para José Murilo de Carvalho, em seu livro *A Construção da Ordem* – primeira parte de sua tese de doutorado de 1979 – a questão não é tanto de divergências de projetos, mas, ao contrário, da existência de um substrato comum a todos que participavam dos principais postos do Império. Para o autor, a elite que assumiu o processo de construção do Estado não só partilhava de uma mesma formação universitária, como se formara numa carreira pública similar (proporcionada pelo próprio Estado em construção), o que lhe dava uma homogeneidade ideológica e a fazia se distanciar dos interesses particulares e materiais das elites provinciais, em prol do interesse geral do Império. Para ele, portanto, a vitória do Regresso conservador em 1840-41 significava a vitória desta elite dirigente e o consequente isolamento dos agrupamentos regionais e locais em suas próprias províncias, submetidos às diretrizes políticas emanadas do governo central.⁶⁶

Ilmar Rohloff de Mattos, escrevendo em 1986, por seu turno, destaca que a centralização conservadora, encerrada na aprovação das leis de 1840-41, foi o que possibilitou a total articulação entre os interesses e o projeto de uma classe senhorial, os

⁶⁴ Sergio Buarque de Holanda. “A Herança Colonial – sua desagregação”. In: Idem (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II, Vol. 1, São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976, pp. 38-39.

⁶⁵ Castro, op. cit. Cabe aqui destacar que a expressão utilizada por Paulo Pereira de Castro como título de seu texto, já bastante sedimentada na historiografia, deve ser relativizada uma vez que as mudanças aprovadas na Regência visavam muito mais à reorganização de certas instituições do Estado do que, de fato, a criação de um regime republicano.

⁶⁶ José Murilo de Carvalho. *A Construção da Ordem/ Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Saquaremas⁶⁷, e a Coroa no processo de construção do Estado brasileiro. Conforme o Estado ganhava contornos mais definidos, esta classe se sedimentava no cenário político nacional como elite dirigente do Império, concentrada no governo central e única detentora de um projeto político e ideológico nacional. Com a consolidação desse projeto, os saquaremas teriam sido capazes de levar a cabo a construção do Estado, impondo sua direção sobre as províncias e seus interesses localistas incapazes de atender aos propósitos do Império como um todo.⁶⁸

Segundo Jeffrey D. Needell, com o intuito de barrar o avanço do “Partido da Maioria”, o “Partido da Minoria”⁶⁹ articulou o Golpe da Maioridade de Pedro II, como única maneira de retornar ao domínio do ministério e fazer novamente a maioria legislativa necessária para impedir o avanço do “regresso”, o que reflete, segundo o autor, a ocasionalidade das alianças políticas deste grupo de “oposição liberal”⁷⁰. Além disso, o brasilianista defende que, no cerne das propostas dos regressistas estava um modelo francês de organização do Estado. Em outras palavras, o projeto regressista buscava um equilíbrio entre os poderes através do parlamento (pautado na aversão ao extremismo) como espaço de representação de interesses, mas, sobretudo, o papel central da monarquia como “garantidora de uma ordem estável”.⁷¹

Ao contrário de todas essas interpretações consagradas, Miriam Dolhnikoff preconiza que, embora fossem projetos encampados por diferentes grupos políticos (especialmente se levarmos em conta suas lideranças), a reforma constitucional de 1834 e as leis de 1840 e 1841 não se anulavam, uma vez que estas últimas não configuraram um golpe de morte à “descentralização” conquistada anos antes pelos liberais moderados e que tais reformas liberais (de cunho federalista) atendiam às aspirações de variados grupos políticos. Nesse sentido, a Interpretação do Ato Adicional, teria mantido inalterada a divisão de competências entre o centro e as províncias –

⁶⁷ Os Saquaremas, para Mattos, são um grupo de destaque dentro dos conservadores e de grande prestígio nos círculos de poder do Império, originados, sobretudo, das elites cafeicultoras fluminenses e que assumem a dianteira no processo de construção do Estado Nacional, transformando seu projeto político de classe em um projeto de nação ao Império. Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. 5ªed, São Paulo: Hucitec, 2004.

⁶⁸ Mattos, op. cit., especialmente cap. II.

⁶⁹ Needell mostra que a designação “da maioria” era dada ao grupo que apoiava o Gabinete (no caso os ministros indicados pelo regente Araújo Lima) e os que estavam contra este eram chamados “da minoria”. Portanto, não se referiam a termos numéricos de cada grupo. Jeffrey D. Needell. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº10, Nov. de 2009.

⁷⁰ Para o autor, as negociações e alianças feitas para desfechar o Golpe da Maioridade mostraram o oportunismo político e a inconsistência ideológica dessa oposição, adepta das alianças de ocasião. Needell, op. cit., p. 15.

⁷¹ Ibid, p. 12.

esclarecendo, aliás, certas atribuições conferidas em 1834 – procedendo-se somente a uma centralização do sistema judiciário.⁷² Assim, segundo Dolhnikoff, com a reforma constitucional da Regência, teria se estabelecido um pacto de tipo federativo que se manteria por todo o Segundo Reinado.⁷³

Pouco depois de feita a Maioridade, parte daquele grupo de liberais moderados que efetivara as reformas nos primeiros anos da Regência, no caso, paulistas e mineiros, acabaram por se rebelar contra a nova ordem política que se estabelecia a partir de 1841-42, conformando um grande levante armado, com uma violenta repressão do governo central. Após o fim dos combates, o rescaldo da Revolta Liberal ainda persistiu. As lideranças alinhadas aos conservadores buscavam declaradamente manter os “Luzias” (como ficaram pejorativamente conhecidos os liberais após a derrota mineira em Santa Luzia) distantes da política imperial, opondo-se à anistia dos rebelados.⁷⁴ Tal rigidez do grupo vencedor, segundo Barman e Castro, não atendia às pretensões do imperador que, naquele momento, buscava uma pacificação entre as lideranças políticas, o que o levou a recorrer aos representantes liberais para a formação de um novo gabinete mais parcimonioso, como é voz corrente entre a historiografia que trata do tema.⁷⁵ Esse retorno dos liberais, em 1844⁷⁶, após três gabinetes marcados pela presença dos áulicos, sobretudo na figura de Aureliano Coutinho (sendo dois destes majoritariamente regressistas), marcou o início do período conhecido como “Quinquênio Liberal”.

⁷² Dolhnikoff, op. cit., p. 150. Segundo a historiadora, a reforma do Código de Processo, em 1841, é o que teria marcado, de fato, a cisão entre os liberais moderados, ao contrário, por exemplo, de Castro e Jeffrey Needell que veem a aprovação do Ato Adicional, ao mesmo tempo, como o auge das reformas pretendidas por este grupo e o ponto de cisão entre seus membros, uma vez que, doravante, as lideranças passaram a apresentar posturas distintas acerca dos rumos que as reformas deveriam então tomar. Cf. Castro, op. cit., pp. 25-26; e Jeffrey D. Needell. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁷³ Dolhnikoff, op. cit., pp. 82-83 e 97.

⁷⁴ Algo a que Barman, *Brazil...*, p. 221, atribui valores de exclusivismo e ambições políticas dos conservadores.

⁷⁵ Principalmente Barman, *Brazil...*, p. 223 e Paulo Pereira de Castro. “Política e Administração, 1840-1848”. In: Holanda, op.cit., T. II, Vol. 2, p. 519. Este último afirma que a demissão de Honório Hermeto Carneiro Leão, principal membro daquele gabinete, foi uma reafirmação do poder do imperador, insatisfeito com a forma intransigente e exclusivista com que vinha conduzindo a política imperial.

⁷⁶ Segundo Barman, *Brazil...*, pp. 224, a delimitação efetiva da polarização entre “Liberais” e “Conservadores” se deu a partir das eleições de 1844, por meio da divisão de representantes no parlamento. Nesse sentido, Needell, “Formação dos partidos...”, p. 12 destaca que, mesmo as designações dos partidos Liberal e Conservador não tendo surgido a priori, a segmentação entre os grupos já era patente nos primeiros anos de 1840. Para o autor, o Partido Liberal assim ficou conhecido já no início da década de 1840, mas os Conservadores ainda mantiveram sua designação de “Partido da Ordem” até o início dos anos 1850. Mesmo a alcunha de “saquaremas” surgiu antes disso, segundo Mattos, op. cit., p. 142.

No que tange ao período de 1844-1848, em que os liberais novamente estiveram à frente do Executivo, a historiografia tende a ser mais breve em suas discussões. Os principais autores que o contemplam, não aprofundam a análise acerca das diferenças entre os gabinetes, apresentando, com algumas variações, os cinco ministérios liberais a partir de uma mesma chave interpretativa. Os ministérios de 1844 a 1848 teriam sido essencialmente efêmeros, inábeis e pouco produtivos no trato dos interesses nacionais⁷⁷, sendo os assuntos políticos pelos quais respondiam de iniciativa anterior a 1844 e de outros grupos políticos⁷⁸. Nesta perspectiva, foi preciso que o Imperador, em 1848, chamasse os conservadores novamente ao poder para que assuntos de iminente importância fossem resolvidos, sob a égide dos Saquaremas, entre 1848-53⁷⁹.

No entanto, há que se lembrar que foi durante o Quinquênio Liberal que o tão discutido projeto de reforma eleitoral fora aprovado e que a anistia aos revoltosos de 1842, um dos principais objetivos de d. Pedro II nos primeiros anos de seu reinado e que trouxe novamente os liberais ao poder em 1844, fora concedida em prol da estabilização política do Império, algo que os gabinetes anteriores não levaram a cabo. Para além disso, uma série de outras questões consideradas como conquistas políticas do grupo saquaremas no poder a partir de 1848, estiveram em franca discussão na Câmara dos Deputados durante o período, ocupando as preocupações dos senadores, ao menos desde 1846.⁸⁰

Para além disso, as ideias de conciliação política surgiram também neste momento, sob os auspícios das grandes lideranças liberais. Segundo Castro, fora em nome da conciliação partidária que se defendera a anistia dos rebelados de 1842⁸¹ e, se retomarmos uma obra muito bem documentada escrita ainda no século XIX pelo

⁷⁷ Referimo-nos, aqui, sobremaneira, às obras de Barman, *Brazil...*; Castro, “Política e Administração...”; e Mattos, op. cit.

⁷⁸ Segundo Barman, *Brazil...*, p. 228, “os liberais permaneciam nos ministérios, mas não governavam”.

⁷⁹ Pactuam com essa interpretação, com algumas variações, Barman, op. cit., pp. 231-232. Mattos, op. cit., pp. 182-186. Needell, *The Party of Order...*, pp. 134 e ss.

⁸⁰ Alguns exemplos foram novas propostas de reforma do sistema eleitoral, críticas à forma como vinha sendo feito o recrutamento militar e, finalmente, o projeto de organização fundiária (que deu origem à conhecida Lei de Terras de 1850. É importante, pois, matizar o chamado “Quinquênio Liberal” na medida em que várias das agendas políticas vistas neste período seriam posteriormente retomadas durante o Gabinete da Conciliação. É o caso, por exemplo, do projeto de reforma eleitoral de 1855 (que revisitaria muitas das questões discutidas no parlamento nos anos finais de 1840) ou mesmo o projeto de reforma do judiciário de Nabuco de Araújo que, mesmo não indo adiante, foi uma das grandes pretensões do ministério Paraná, conforme mostra Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo (esta dissertação foi publicada, em 2013, pela editora Annablume, com o título *Conciliar o Império: o marquês de Paraná e a política imperial (1842-1856)*).

⁸¹ Castro, “Política e Administração...”, pp. 522-523.

conservador Luiz de Mello Mattos, notamos que Francisco de Paula Souza e Mello, um dos rebeldes de 1842, foi um dos que encampou mais veementemente esta ideia no Parlamento durante o Quinquênio Liberal.⁸²

Essa proposta conciliatória, segundo Fábio Santiago Santa Cruz, também permeou as revoltas províncias da década de 1840. Movidas, sobretudo, por contendas entre grupos políticos provinciais, as revoltas acabavam por afastar dos interesses da Coroa regiões e forças políticas importantes presentes no âmbito provincial. Visando à absorção dos rebeldes pelo Estado imperial, as negociações entre os grupos políticos rebelados, segundo o autor, eram conduzidas dentro de uma lógica conciliatória.⁸³ Dois grandes exemplos disso foram a já citada Revolta Liberal de 1842, cujo debate em torno da anistia dos rebelados foi decisiva na condução do jogo político nos anos seguintes, e a Farroupilha, cuja negociação de paz (muito mais efetiva que os combates armados na resolução dos conflitos, ao contrário do que se viu em 1842, em São Paulo e Minas Gerais) foi capaz de articular interesses provinciais e central na pacificação do Rio Grande do Sul.

Ambos os episódios, contaram com a liderança de Luiz Alves de Lima e Silva no combate às revoltas, ainda que de maneira diversa, uma vez que na primeira houve uma submissão violenta dos rebeldes, enquanto na segunda a resolução do impasse se deu por meio da aliança entre o governo central e a elite rio-grandense, cujo resultado trouxe benefícios estratégicos a ambos, por meio de termos de negociação até hoje pouco conhecidos, conforme indicado acima.

Quando Caxias já integrava o corpo senatorial, essa defesa de uma conciliação política surgiu com força a respeito da pacificação do Rio Grande do Sul. Naquela oportunidade, os agentes políticos envolvidos na negociação para o fim da revolta pareciam disputar a “autoria” dessa conciliação, envolvendo inevitavelmente a atuação do próprio Caxias, agora representante da província recém-pacificada. Desde o início dos trabalhos de 1846, foram recorrentes as críticas de alguns senadores à política do

⁸²Luiz de Mello Matos. *Páginas d'Historia Constitucional do Brasil (1841-1848)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Editor, 1870, pp. 152-153. Em trabalho recente, Fabio Santiago Santa Cruz defende que o projeto de conciliação vinha sendo aludido desde o período regencial, mostrando como os liberais foram os grandes porta-vozes desta ideia política durante várias “ondas conciliatórias” entre 1831 e 1855. Entretanto, é preciso considerar as transformações políticas entre às década de 1830 e 1850 e o impacto sobre a ideia de conciliação. Fabio Santiago Santa Cruz. *Em Busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. 2008, Tese (Doutorado em História). UNB, Brasília. Para uma crítica dessa interpretação sobre as “ondas” de conciliação entre 1830 e 1850, ver Estefanes, op. cit., p. 175.

⁸³ Santa Cruz, op. cit. p. 193.

gabinete de 2 de fevereiro de 1844 (que marca o retorno dos liberais ao Executivo), principalmente no tocante aos problemas financeiros gerados pelas medidas do ministério da Fazenda ocupado por Manoel Alves Branco. Essa discussão não se restringiu somente às questões de fazenda, enveredando-se por debates em torno da política dos ministérios da Guerra dos gabinetes de 23 de março (1842-1843) e 2 de fevereiro em relação à pacificação do Rio Grande do Sul.

Na sessão de 8 de julho de 1843, o ex-ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, apresentou um discurso na Câmara dos Deputados destacando todos os esforços feitos por ele e pelos membros de sua secretaria para abreviar a revolta “por via de conciliação”. Para isso, teria dado “instruções terminantes” a Caxias para que fosse levada a cabo a pacificação, de modo que a anistia aos rebeldes fosse dada incondicionalmente e que os anistiados e escravos que houvessem ocupados postos no exército ou no governo rebelde fossem encaminhados para a Corte, sem represálias por parte da legalidade.

Em resposta às declarações de seu sucessor, o senador José Clemente Pereira fez uma explanação contundente na defesa de sua atuação como ministro da Guerra entre 1841 e 1843. Disse que, através das detalhadas e bem prevenidas instruções dadas ao general-em-chefe, procurou “conseguir os mesmos fins pelos mesmos meios, ampliando alguns ainda mais”, mostrando que por algum tempo, estas foram as diretrizes que nortearam a ação de Caxias no Rio Grande do Sul. Para reforçar o que dizia, o senador leu algumas correspondências trocadas com “pessoa que fez algumas proposições ao governo imperial relativamente à pacificação” (da qual não citou o nome), dizendo que todas as informações teriam sido conferenciadas ao general e correspondiam ao anseio do governo pelo fim da revolta mediante uma “conciliação amigável com os irmãos dissidentes”. Ao final de seu discurso, Clemente Pereira reforçou o papel de seu ministério, afirmando que se o “de 2 de fevereiro mandou instruções para a terminação da guerra quando já havia propostas feitas, o de 23 de maio não esperou essas propostas, *“deu poderes amplos ao seu delegado assim que o nomeou.”* Para comprovar o que dizia, segundo ele, bastava levar ao Senado a íntegra das instruções que havia dado ao general em 1842.⁸⁴

⁸⁴ Anais do Senado do Império do Brasil. 1846, vol. Único, Brasília: Senado Federal, 1978, pp. 156-161 (Grifo meu). Os questionamentos acerca da pacificação do Rio Grande do Sul começaram no Expediente da Sessão em 8 de junho de 1846.

Estes “poderes amplos”, como apontado na primeira parte do capítulo, foram percebidos ao logo da campanha de Caxias no sul, no entanto, pouco se sabe, de fato, sobre seus limites, bem como acerca das instruções que levava em 1842 para combater os rebeldes. Instado pelo senador Clemente Pereira, Caxias se manifestou de modo a tentar desviar o foco das discussões no que concernia às medidas tomadas na pacificação da Farroupilha. Ressaltava a imprudência de levar à tribuna as instruções requisitadas, tendo em vista as circunstâncias em que a província recém-pacificada “não pode deixar de estar depois de um abalo tão violento como aquele por que passou”. Contemporizando a tensão entre os dois ex-ministros, o senador rio-grandense defendeu que fossem as instruções levadas após sua nomeação, fossem as enviadas depois de avançado o conflito, ambas tinham por objetivo

o emprego dos meios de conciliação sem se desprezarem os da força. Se a pacificação se não concluiu a mais tempo, foi isso devido a não serem as circunstâncias da rebelião em 1842 as mesmas em que ela se achara em 1844.⁸⁵

Como se viu, de fato, as condições de 1844 eram bastante diversas das encontradas em 1842, em decorrência de que, no segundo momento, os “meios de conciliação” ocupavam maior espaço no processo de pacificação. Em outras palavras, em 1844, Caxias já parecia, de alguma forma, ter estabelecido uma base segura de controle dos rebeldes e de negociações com as lideranças farroupilhas, seriamente cindidas. Contudo, em 1846, o que estava em jogo, na verdade, não parecia ser o total esclarecimento daquilo que se fez pouco tempo antes no Rio Grande do Sul, quais meios foram empregados para se fazer a paz ou, acima de tudo, de onde partiram as instruções para que tais ou quais meios fossem empregados.

Como se percebe dos trechos destacados acima, a pretensão de Caxias era evitar que o tema fosse trazido à tona, sobretudo, naquele contexto de disputas políticas entre ministros que compuseram gabinetes com posições políticas divergentes. Em primeiro lugar, porque, mesmo licenciado do cargo, o senador ainda não havia se desligado da presidência do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, trazer à discussão pública a pacificação daquela revolta, da forma como fora feita, poderia comprometer os acordos políticos e estratégicos estabelecidos na província e na Corte, especialmente levando em

⁸⁵ Idem, p. 160.

conta o caráter “extraoficial” desses arranjos. Com amplo apoio dos senadores, a questão foi, por ora, silenciada, mas não esquecida.

Dois anos depois, as indagações a respeito das instruções dadas a Caxias ocuparam novamente a tribuna do Senado. Desta vez, o que se questionava era se de fato Caxias havia cumprido as ordens ministeriais. Durante a sessão de 10 de julho de 1848, quando da 2ª discussão sobre a proposta de fixação das forças de terra para o ano financeiro de 1849-50, Honório Hermeto Carneiro Leão apresentou um discurso de defendendo o conde. Dias antes, um dos representantes rio-grandenses, o deputado Israel Rodrigues Barcelos⁸⁶, teria acusado Caxias de descumprir as instruções enviadas pelo governo quando da pacificação da província, sobretudo no que concernia à utilização das riquezas nacionais dispensadas pelo governo. Segundo o deputado, Caxias teria estabelecido acordos com Francisco Pedro de Abreu envolvendo remessas indevidas de despesa do governo.

O mais notável, no entanto, foi o coro que Carneiro Leão levantou para que se publicassem tais instruções secretas do governo, com o intuito de esclarecer as acusações e possíveis abusos por parte ou do governo ou de Caxias. Nesse sentido, porém, as palavras do senador mineiro tornavam contestável sua defesa ao conde:

“Provavelmente o Sr. conde de Caxias terá um esboço, uma cópia das instruções; mas tendo-as recebido como empregado do governo, a ele cumpre não dar-lhes publicidade, se o governo quer conservá-las em segredo. [...] O que digo é que é necessário que essas instruções se publiquem, para que se possa examinar se elas foram ou não cumpridas [*sic*], se houve violação, e até que ponto foi esta violação. *Talvez que a não publicidade prejudique mesmo o governo, podendo supor-se que há nelas coisas extraordinárias que não podem aparecer.*”⁸⁷

Diante da provocação feita por Carneiro Leão, o ministro da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto, tomou a palavra e afirmou ter estado presente na ocasião da acusação a Caxias na Câmara dos Deputados. Dizia o ministro ter tentado tomar a palavra para defender o senador, porém a sessão foi encerrada. Além disso, o ministro

⁸⁶ Naural de Porto Alegre, Barcelos era bacharel e ocupava, em 1848, pela primeira o posto de deputado geral. Segundo Sérgio da Costa Franco, em 1848 o deputado representava a voz dissonante da quase unanimidade na deputação rio-grandense, sendo naquele momento declaradamente um “Luzia”, porém, tempos depois, tornando-se um forte líder “saquarema” no Rio Grande do Sul. Cf. Sérgio da Costa Franco. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Coleção “Os 170 anos do Parlamento gaúcho, v. 1, Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 21. (Disponível no link http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=7rql_XHGwSA%3D&tabid=3101&language=pt-BR, acessado em 20/12/2013).

⁸⁷ Anais do Senado do Império do Brasil. 1848, vol. 3 (julho), op. cit., pp. 212-213. Grifo meu.

tentou arrefecer os ânimos, ressaltando os serviços prestados por Caxias na pacificação do sul (e ao país de modo geral) e sua estrita obediência às instruções enviadas pelo governo, descartando, pois, a necessidade da divulgação desses documentos cujo teor parecia ser sempre tão sensível e nebuloso à política da época.

Carneiro Leão, em seguida, parecia por o governo na mira das críticas a respeito das referidas instruções. Segundo ele, o governo devia ter motivos muito graves para se opor com tanta veemência à publicação das instruções, uma vez que nem mesmo estando em jogo a reputação do próprio Caxias, seus membros se dispunham a levar à opinião pública as diretrizes para o encerramento da Farroupilha.⁸⁸

Mais ácido que o primeiro foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ao tomar a palavra, Vasconcelos retomou a defesa de Caxias dizendo que em nenhuma circunstância uma Câmara encerraria a sessão com um ministro presente no aguardo de tomar a palavra e, assim, essa justificativa do ministro para não defender Caxias seria falaciosa. Numa provocação a Santos Barreto, Vasconcelos diz que se o ministro não lograva falar numa Câmara em que seu partido possuía maioria “seria isso prova de que o Sr. ministro não tinha até consideração alguma na câmara em que tal acontece”⁸⁹ Mais do que isso, o orador sustentou a conveniência em se manter o segredo sobre as instruções do governo, mas que isso não fosse perene. Segundo ele, já havia se passado três anos desde que Caxias estivera no sul e esse tempo já era suficiente para que os ânimos se acalmassem e, portanto, que as informações a respeito da missão de Caxias fossem tiradas do desconhecimento público. Era preciso, ao menos, dar a “história [...] registrar esses acontecimentos”.

Contrários a isso, Clemente Pereira e Antonio Pedro da Costa Ferreira (senador pela província do Maranhão) sugeriram que Caxias e o próprio governo se esforçassem em continuar o silêncio sobre as questões envolvendo o sul do país. Vale à pena destacar o trecho abaixo:

“[Clemente Pereira] Passando agora a dizer duas palavras sobre as coisas do sul, não acha V. Ex. que é melhor o silêncio?

O Sr. conde de Caxias: - *Para o país talvez seja, para mim não.*

O Sr. Costa Ferreira: - Às vezes, senhores, aparecem tais misérias, certas coisas que é melhor ficarem sepultadas debaixo do alçapão do segredo. A província está em paz, graças ao ministério, graças ao general que lá esteve;

⁸⁸ Idem, pp. 214-215.

⁸⁹ Idem, p. 222.

não se trate de mais nada; nova vida será melhor do que remexer essas coisas. [...]”⁹⁰

Não só para o país. Para Caxias também. Conforme dito na primeira parte do capítulo, os acordos estabelecidos para o encerramento da Farroupilha mostraram sua eficiência no arranjo político entre os membros da elite rio-grandense, em um certo isolamento dos opositores, que perderam poder de decisão nas negociações entre a Corte e a província e na formação de um grupo de representantes, saído do núcleo da revolta e que pactuava com os termos da paz. Entretanto, não obstante o sucesso, tal negociação gerou compromissos difíceis de se desfazerem e que, em grande medida, dependiam fortemente da manutenção do “silêncio” dos envolvidos para serem levados adiante.

Pelas falas proferidas na tribuna do Senado, Caxias parecia, em 1848, muito mais propenso à publicação das instruções que recebera no sul. No entanto, essa aquiescência parece corresponder muito mais a sua irritação às acusações do deputado opositor do Rio Grande do Sul que a uma real disposição em trazer a público as ordens do governo. Há que se pensar que a divulgação desses documentos, mais do que mostrar as posições do governo, evidenciaria tudo aquilo que, por ventura, o então barão não praticara, em prol dos arranjos políticos diretamente como os rebeldes. No trecho abaixo isso fica mais claro:

“Não me faço cargo de responder às historietas que nessa discussão apareceram da parte do Sr. deputado a quem me refiro (julguei que não lhe merecia tão pouca atenção); por isso nem explicarei o caso que ele referiu passado entre mim e o nobre barão de Jacuí; se eu contasse esse fato, talvez que o nobre deputado se arrependesse de o haver lembrado. Por isso nada direi, salvo se o governo me autorizar a publicar as instruções, instruções que, repito, tenho consciência de haver cumprido exatamente, e a contento do governo que dessa comissão me encarregou.”⁹¹

Na sequência, Caxias continua a responder as acusações do deputado Barcelos, reiterando sua estrita observância às instruções do governo e, valendo-se da presença de alguns senadores que ocuparam pastas ministeriais em 1844, diz ter ficado aquele gabinete bastante satisfeito com a pacificação, recebendo o “Apoiado” de Alves Branco (um dos componentes do ministério de 2 de fevereiro). Do longo discurso do senador, que encerra a discussão sobre sua obediência às instruções do ministério, vale destacar

⁹⁰ Idem, p. 231 (Grifo meu).

⁹¹ Idem, p. 228.

uma das passagens, que, de modo geral, sintetiza grande parte daquilo que se debatia no Senado a respeito da pacificação da Farroupilha:

“Não sei se foi boa se má a pacificação, sei que *quando se ela efetuou todos reclamaram para si a glória*; eu declaro que nunca alardeei dela; tenho porém consciência de que cumpri exatamente tudo quanto o ministério me encarregou de fazer, e tenho provas na minha mão de que este ministério ficou satisfeito.”⁹²

Quais provas eram estas não se sabe. O que se sabe é que a satisfação do governo foi de fato grande, se pensarmos naquilo que a missão rendeu a Caxias.⁹³ No entanto, interessa aqui notar como a pacificação daquela revolta serviu como artifício político entre as lideranças também na Corte. Claro que a alusão à “conciliação” com o Rio Grande do Sul, na prática, configurou uma série de negociações e acordo que tinham por base a confluência de interesses estratégicos de ambas as partes envolvidas, ou seja, elite farroupilha e o Corte, cujo fiel da balança foi Caxias. Em nada deve ser confundida com a política que viria a ser consagrada na década seguinte pelo gabinete presidido por Carneiro Leão (e posteriormente pelo próprio Caxias).

Contudo, a referência à conciliação com os rebeldes, se analisada a partir daqueles que disputavam sua “autoria”, se torna interessante. Lembremos que o início dessa discussão se deu com Jerônimo Francisco Coelho (ministro da Guerra do primeiro gabinete do Quinquênio Liberal) atribuindo à sua administração os louros da pacificação da Farroupilha. Por sua vez, o senador Clemente Pereira, mostrava que, na realidade, os amplos poderes dados ao general-em-chefe no sul e suas instruções teriam sido essenciais para que se alcançasse um fim conciliatório à guerra.

Nesse sentido, parecia importante para Clemente Pereira reclamar sua participação no encerramento da revolta, tendo em vista que fora, como se sabe, sob suas ordens – quando estava à frente do ministério da Guerra, no segundo “Gabinete Maiorista” – que Caxias liderara a forte repressão aos liberais rebeldes em São Paulo e Minas Gerais. Além disso, Clemente Pereira, depois desses episódios, foi um dos principais apoiadores de Honório Hermeto (ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros do mesmo gabinete) na negativa à anistia geral aos liberais derrotados de 1842, o que teria sido o principal motivo para a demissão do gabinete e o retorno dos

⁹² Idem, p. 232. Grifo nosso.

⁹³ Além de Caxias, Francisco Pedro de Abreu, também envolvido na acusação do deputado Barcelos, fora agraciado com o título de barão de Jacuí após a pacificação da província.

liberais ao Executivo em 1844. Retomar a pacificação do Rio Grande do Sul destacando suas instruções a Caxias seria, portanto, uma forma de reiterar sua participação (e de seus companheiros de gabinete) no combate aos rebeldes “por meios conciliatórios” e não por meio da violência. Por fim, daria a Clemente Pereira a possibilidade de oferecer uma resposta política ao ministério liberal de 2 de fevereiro de 1844, que tomara pra si os louros de uma missão importante para o país à época.

A retomada desse passado recente do Rio Grande do Sul não servia somente nesse sentido. O que chama a atenção é como os acontecimentos daquela província, sua organização política e militar, sua especificidade e sua importância estratégica ecoaram na tribuna do Senado, especialmente nas palavras de seu senador. Ecos que serviram tanto para a reestruturação das bases políticas e militares da província, comprometidas pela longa revolta, quanto para projetar possíveis conflitos externos, cuja possibilidade já estava posta antes mesmo da pacificação da província, conforme apontado anteriormente.

No dia 4 de agosto de 1846, Caxias apresentou ao Senado, juntamente com José Clemente e José Saturnino da Costa Pereira, um projeto de lei autorizando o governo, tão somente no Rio Grande do Sul, a empregar no regimento de cavalaria os oficiais da Guarda Nacional desta província, oferecendo postos honorários do Exército (correspondentes aos que já possuíam naquela milícia) como recompensa aos serviços prestados.⁹⁴ Na sessão do dia 20 daquele mês o projeto entrou em discussão. Como um dos signatários, Caxias explicou que havia necessidade de se criar um novo regimento de cavalaria no Rio Grande do Sul “porque é indispensável que haja naquela província uma boa força desta arma”.

O senador então ressaltou a eficiência e economia que seriam alcançadas com a aprovação do projeto. Eficiência na medida em que, havendo a necessidade de incorporar oficiais ao novo regimento a ser criado, nenhuma corporação ofereceria indivíduos mais bem treinados e capacitados para o exercício naquela arma que os próprios oficiais da Guarda Nacional da província. Além disso, a experiência da guerra recentemente findada provava que os oficiais de cavalaria do sul do país não eram de outra parte do país, pois a dificuldade era grande de se recrutar em outras províncias. A economia, por sua vez viria do fato de que grande parte dos oficiais da Guarda Nacional com postos honorários que recebia soldo sem ter a obrigação de servir seria incorporada ao

⁹⁴ Texto do projeto de lei em Anais do Senado do Império do Brasil. 1846, op. cit., p. 378.

Exército, evitando que novos oficiais tivessem de ser promovidos para o preenchimento dos postos.

A necessidade de oferecer postos honorários a tais oficiais, vinha da própria especificidade da cultura militar rio-grandense. Apropriando-se disso, Caxias dizia “que o espírito militar do Rio Grande é excessivo” e que “nenhumas honras se estimam ali tanto como as militares”. Cabia, então, ao governo utilizar o serviço dos Guardas Nacionais, muito adaptados e treinados no interior da província, e posteriormente lhes dar o pecúlio e a honra necessária para tirar daquele oficial o melhor serviço oferecido. O senador, lembrando de acontecimentos da revolta, ressaltou a importância de muitos guardas nacionais ao longo da guerra que, posteriormente ficaram sem o respaldo de suas patentes, encontrando-se “reduzidos á condição de simples guardas”.⁹⁵

Aprovado em primeira discussão, o projeto foi à segunda discussão na sessão seguinte (21 de agosto), contando também com a presença do ministro da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto. Apresentando suas opiniões, o ministro defendeu a pertinência das determinações do projeto, afirmando que, embora o Exército possuísse um número elevado de oficiais “avulsos”, não bastava simplesmente transferi-los das diversas regiões do país para o sul, uma vez que “tendo as guerras no Rio Grande do Sul um caráter especial, exigem [sic] habilitações especiais que não podem [ser] negadas aos oficiais da guarda nacional daquela província.”

Apesar de ter dado inicialmente seu apoio, Santos Barreto se contrapôs à segunda determinação do projeto apresentado pela comissão de Marinha e Guerra do Senado, referente aos postos honorários atribuídos àqueles que ainda não os possuíam na Guarda Nacional. Sua crítica se baseava nos gastos excessivos que o governo teria de fazer para que todos os oficiais recebessem os postos (e seus respectivos soldos), sendo que muitos guardas nacionais já os possuíam, sem prestar serviço. Além disso, o ministro temia que a medida pudesse fomentar a indisciplina nos corpos do Exército “se de um paisano se fizer por exemplo um coronel”, ou seja, se um oficial de baixa patente da Guarda Nacional, sendo utilizado no Exército, ascendesse a postos mais elevados que os oficiais de carreira da corporação.⁹⁶ Sua proposta era a de que somente os oficiais

⁹⁵ Discurso completo de Caxias em *Idem*, pp. 378-379.

⁹⁶ *Idem*, pp. 482-483. Essa questão já estava posta durante a negociação dos termos de pacificação do Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, os generais não foram confirmados em seus postos e o restante do alto oficialato manteve as patentes, de forma honorífica. Adriana Barreto de Souza, em sua obra já citada, afirma que, dessa forma, o governo evitaria que os oficiais de alta patente rio-grandenses fizessem parte do “grupo seletivo” da elite, com todas as distinções e privilégios que possuía um oficial da corporação, como ocorreu com o próprio Caxias. Em outra obra sua, a historiadora mostra como, baseado numa

que já tivessem seus postos na Guarda Nacional fossem deslocados para a cavalaria do Exército, para desonerar os gastos do Estado.

Em resposta ao ministro da Guerra, Caxias concordou com a adição dos oficiais já ocupantes de postos honorários na Guarda Nacional, como propunha Santos Barreto. Entretanto, rebateu as críticas do ministro a respeito da segunda parte das determinações do projeto de lei. Para o senador, era fundamental para a manutenção do bom serviço dos guardas que essa medida fosse implementada. Mais uma vez destacou o que já havia dito na primeira discussão do projeto, sobre a importância de uma honraria militar no Rio Grande do Sul e destacou que a oferta de tais postos honorários trouxesse aos oficiais a satisfação que alguns ainda não haviam tido. Na defesa desses oficiais, Caxias reforçava seus serviços prestados, não só no Rio Grande do Sul:

Os oficiais da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul foram os que mais serviços prestaram na guerra, e foram entretanto os menos bem recompensados, não só comparativamente aos mais que serviram nessa guerra, mas ainda dos que serviram durante as revoltas do Maranhão, S. Paulo e Minas. Muitos desses oficiais, alguns até completamente aleijados, acham-se reduzidos à última miséria.

E termina mostrando, além de tudo, que a aprovação do projeto proposto sanaria uma dívida que o Império, mas especialmente o próprio senador, possuía com estes oficiais:

Nesta convicção é que ele orador [conde de Caxias] apresentou o projeto que se discute, com o qual teve também por fim mostrar aos seus companheiros de armas que tanto o ajudaram a pacificar a província que se não esqueceu deles. Já havia levantado seus nomes ao conhecimento do governo geral, e

tradição da nobreza portuguesa de Antigo Regime, os militares, ao ascenderem aos mais altos postos do Exército, ingressavam no seio da Corte, passando a ter acesso ao Paço e se integrando à cúpula do poder e da “sociedade de corte” do país, uma vez que tais patentes funcionavam como títulos de nobreza. Embora não partilhe da mesma perspectiva historiográfica da autora – de que isso constituía uma das facetas do processo mais amplo de consolidação do Estado por meio de uma “centralização conservadora”, que manteve fortes bases coloniais na construção do Estado Nacional – há que se considerar o fato de que uma parte significativa do alto oficialato brasileiro do século XIX se integrou a cúpula do Estado, não simplesmente no sentido de uma “sociedade de corte, mas sim de uma rede de interesses e de espaços de negociação no interior do Estado em construção. Adriana Barreto de Souza. *O Exército na formação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999 (para a integração do alto oficialato à política, ver pp. 41-64). Vale destacar que estudos recentes trazem uma interpretação diferente sobre a nobreza brasileira, rompendo com a noção de Antigo Regime da nobilitação e demonstrando como tal prática passou a ter um significado profundamente político no bojo da formação do Estado Nacional, configurando uma espécie de “nobreza liberal”. Ver, especialmente, Marina Garcia de Oliveira. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. São Paulo: FFLCH-USP, Dissertação de mestrado, 2013.

*hoje que tem a fortuna de sentar-se no Senado, quer concorrer para o pagamento de uma dívida que julga sagrada, dando ao governo uma autorização, cuja falta alguém disse a ele orador que era causa de não terem sido atendidos os serviços daqueles oficiais.*⁹⁷

Vê-se aí dois pontos importantes para se compreender os primeiros anos de atuação política como senador. A condição da cavalaria no Rio Grande do Sul, conforme mostrado na primeira parte do capítulo, era uma grande preocupação de Caxias desde quando assumira a presidência e o comando das armas da província. Naquela oportunidade, o general buscou sanar o problema com a compra de cavalos ou mesmo por meio da incorporação de cavalcadas tomadas dos rebeldes em batalha. No entanto, a maior dificuldade era a de mobilizar tropas devidamente treinadas para o serviço de cavalaria. Contudo, o contexto era outro e as dissidências na província, aliadas aos impedimentos legais, impediam que os contingentes do Exército e os oficiais da Guarda Nacional, treinados numa realidade específica e em constante beligerância, fossem aproveitados de maneira satisfatória.

Ingressando no Senado como representante daquela província, Caxias pode criar condições para que essa dificuldade de fortalecimento da cavalaria rio-grandense fosse sanada, agregando a ela aqueles elementos importantes ao longo da guerra. Com o projeto de lei que se discutia no Senado em agosto de 1846, o conde, articulando apoio dentro da Câmara Alta, constituía mecanismos legais para reforçar o contingente militar de uma arma tão importante para a realidade específica do Rio Grande do Sul. Mas não só isso. Do discurso do senador, entende-se que havia um compromisso ainda maior que guardava fortes lastros com aquilo que havia sido feito quando ainda estava no sul. Em outras palavras, recompensar os oficiais da Guarda Nacional e agregá-los à oficialidade do Exército (mesmo na condição honorífica) respondia a outra necessidade fundamental para a manutenção dos arranjos estabelecidos no contexto da pacificação da Farroupilha, não só militar, mas acima de tudo politicamente. Buscava, deste modo, dar continuidade àquilo que vinha fazendo desde os últimos meses de revolta, pagando as “dívidas sagradas” com os grupos que deram base para que ele articulasse a pacificação junto aos líderes rebeldes.⁹⁸

⁹⁷ Anais do Senado do Império do Brasil, 1846, op. cit., p. 483 (Grifo meu).

⁹⁸ Tomaram parte do debate o senador Carneiro Leão, versando sobre a legitimidade de se atribuir os postos honorários aos oficiais, baseando-se na prerrogativa constitucional dada ao próprio governo para atribuir distinções e títulos, com o que rebate as críticas apresentadas pelo ministro Santos Barreto. Outros senadores apresentam suas considerações, que por questões de publicação dos discursos, não foram

Nesse sentido, não se pode deixar de notar o importante papel que Caxias assumiu na defesa do aumento da deputação geral da província do Rio Grande do Sul, cuja proposta vinda da Câmara dos Deputados, entrou em discussão em agosto de 1847.⁹⁹ Bernardo Pereira de Vasconcelos, insatisfeito com os termos da proposta, discursou, oferecendo como artigo aditivo uma resolução que já havia sido rejeitada pelos senadores no ano anterior. Essa resolução propunha o aumento do número de deputados também para as províncias do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Mato Grosso. Sua justificativa era a de que se havia motivos para o aumento no Rio Grande do Sul (no que o senador não acreditava), deveria haver para as outras partes do Império. Vasconcelos preconizava que da forma como estavam organizadas as eleições, não fazia diferença o número de deputados. Uma vez que, falseado como dizia ser o processo eleitoral, somente aumentar-se-iam as influências dos poderes provinciais e as fraudes contínuas nas eleições caso o número de deputados fosse alterado. Para ele, o que deveria haver era uma discussão do tema somente com base nas estatísticas de cada província para que se avaliasse, de fato, a necessidade de aumento da deputação proporcionalmente à população provincial.¹⁰⁰

Caxias, por seu turno, discursou favoravelmente ao aumento da deputação da província que o elegera. Para ele, embora houvesse estatísticas da população do Rio Grande do Sul para embasar a decisão, o crescimento populacional e a importância das vilas e cidades da província eram evidentes. Muitas dessas localidades, segundo o senador, vinham recebendo número significativo de pessoas das mais diversas regiões, mas, sobretudo de cidades uruguaias e argentinas, que se instalavam na província brasileira para fugir do conflito que ainda persistia entre os países vizinhos. Naquele momento, não existia outra parte do Brasil que pudesse ser comparada, em aumento populacional, ao Rio Grande do Sul (exceção feita somente ao Rio de Janeiro).

Para além disso, Caxias apontava certa discrepância entre as deputações das diversas províncias o que redundava em injustiças com a própria população rio-

transcritas no volume dos Anais do Senado. Na sessão de 27 de agosto, o projeto foi aprovado em 3ª discussão, sem debate, para ser encaminhado à Câmara dos Deputados. Idem, p. 504. Em decorrência de problemas contratuais entre o Senado e *Jornal do Commercio* ocorridas desde 1841, a tradicional folha carioca deixou de publicar a íntegra das sessões do Senado, de onde foram transcritos e publicados em livros, conforme consta a “Apresentação” deste volume único dos Anais.

⁹⁹ Como a resolução da Câmara passara sem debates na 1ª discussão, seu texto integral não foi apresentado na publicação da sessão. A discussão a seguir diz respeito, portanto, à 2ª discussão da proposta.

¹⁰⁰ Anais do Senado do Império do Brasil. 1847, v. 3 (agosto), op. cit., pp. 87-90.

grandense, grande responsável pela relativa estabilidade provincial após quase uma década de conflitos. Em suas palavras:

Ora, todas as províncias têm, creio eu, tido maior ou menor aumento em o número de seus deputados, e a do Rio Grande do Sul, nenhum. Esta província esteve 10 anos em guerra, mas esta guerra não foi tão devastadora como pareceu; não obistou o engrandecimento da província, porque a emigração foi imensa, em consequência da guerra nos estados vizinhos, e os emigrados não tem de lá saído. A população tem crescido muito com emigração continuada de Buenos Aires, de Entrerios, de Corrientes, etc que é excessiva.

Por estas considerações julgo que o Senado pode mui bem fazer uma excessão a respeito da província do Rio Grande do Sul. Digo excessão porque o ano passado veio aqui um projeto aumentando as deputações de diferentes províncias e não passou [o mesmo projeto referido por Vasconcelos]; a Câmara dos Deputados este ano aprovou o aumento porque reconheceu que ela merecia alguma excessão.¹⁰¹

Ao se enveredar no debate, o senador maranhense Antonio Pedro da Costa Ferreira questionou a grande disparidade numérica entre as representações das províncias, sendo, pois, o Maranhão uma das mais afetadas, de modo que, com um número reduzido de deputados, ficava a mercê de seu presidente. Ao contrário de Vasconcelos, Costa Ferreira acreditava que o aumento das deputações era fundamental para estabelecer a independência em relação ao poder Executivo nas províncias, porque “quanto maior for o número de deputados, tantas mais garantias tem a nação, tanta mais dificuldade tem o governo em desviá-las do verdadeiro caminho, em chamá-los para o seu lado.”¹⁰² Ademais, o senador maranhense afirmou ainda que essa disparidade no número de deputados fora engendrada pelo próprio processo de independência do Brasil, na medida em que

Quis-se dar para as províncias do Norte, menos número de deputados que para as províncias do Sul, para que parecesse que o número de deputados que queriam a independência era muito superior ao número dos deputados das províncias que ainda não tinham aderido a esse sistema.¹⁰³

Por sua vez, o senador por Mato Grosso, José Saturnino da Costa Pereira, deu seu apoio ao aumento da deputação do Rio Grande do Sul e a todas as falas de Caxias

¹⁰¹ Idem, pp. 90-91.

¹⁰² Idem, p. 95.

¹⁰³ Idem, p. 103.

em defesa da medida e se contrapôs a emenda oferecida por Vasconcelos, de aumento para outras províncias. O senador dizia-se favorável a todos os aumentos, porém considerava importante que cada um fosse discutido e votado separadamente, criando-se resoluções específicas para cada caso. Segundo o orador, fazer uma votação geral, da forma como constava na emenda de Vasconcelos, seria prejudicial à causa das províncias em questão, que não teriam suas necessidades específicas satisfatoriamente reconhecidas.¹⁰⁴

Nesse sentido, a resposta de Costa Ferreira questionava os motivos pelos quais José Saturnino havia votado pelo aumento da deputação do Rio Grande do Sul e o rejeitado para outras províncias. Para o orador, tomar por base somente a fala de Caxias de que a população rio-grandense crescera recentemente, sem saber o quanto (sobretudo levando-se em conta o fato de Caxias ter sido presidente daquela província e, naquele momento, ser seu único senador) não era suficiente, uma vez que isso também poderia ser dito a respeito de sua província. Para o senador maranhense, portanto, seriam necessárias as estatísticas para que se mantivesse a proporcionalidade nas deputações. Caso o Senado votasse pela aprovação da resolução, sem estes fundamentos e somente em favor do Rio Grande do Sul, incorreria em grande injustiça.¹⁰⁵

Em meio a acalorada discussão, Caxias apenas se manifestou apoiando as ideias de Costa Ferreira sobre o crescimento da população do Maranhão naquela época. A despeito deste apoio, não aceitou a emenda que propunha o aumento para outras províncias, restringindo-se a reiterar o notável crescimento da população do Rio Grande do Sul como justificativa central para o aumento do número de representantes da província, independentemente das demais. Ao que parece, o projeto, apesar da crítica de alguns senadores, obteve amplo apoio no Senado. Posto em votação, foi aprovado em 2ª discussão, posteriormente passando, sem debates, em 3ª discussão. Vinte dias após o início da discussão sobre matéria, foi apresentado, no Expediente da sessão de 26 de agosto de 1847, o ofício que elevou de três para cinco o número de deputados da província do Rio Grande do Sul.¹⁰⁶

Contudo, a mesma questão voltaria a ocupar as sessões do Senado no ano seguinte. Num discurso durante o expediente da sessão de 25 de setembro de 1848, o mesmo senador Costa Ferreira criticou a suposta rapidez com que os assuntos referentes

¹⁰⁴ Idem, pp. 104-106.

¹⁰⁵ Idem, pp. 107-108.

¹⁰⁶ Idem, p. 386.

ao sul do país eram resolvidos no plenário, em detrimento das províncias do norte que, para ele, sempre tinham seus assuntos protelados pela representação nacional. Queixava-se, mais uma vez, sobre o aumento da representação de sua província, escanteada em 1847 e cujo projeto específico, vindo da Câmara dos Deputados, nunca passou pelo parecer da comissão responsável. Durante as falas inflamadas e bastante irônicas do senador, Caxias, notadamente um dos alvos das críticas do orador, fez alguns pequenos apartes, que ainda visavam à defesa do Rio Grande do Sul. A transcrição do diálogo, embora longa, é interessante para notar o tom ácido do deputado maranhense, além de certa parcimônia do senador pelo Rio Grande do Sul, representantes de interesses opostos na discussão:

O Sr. Costa Ferreira: - Sr. presidente, se eu tivesse o prestígio de alguém, diria que parece que os negócios das províncias do Sul são tratados com mais celeridade, com mais atividade do que os das províncias do Norte. V. Ex. é testemunha de que aqui se provou que o grande derramamento de sangue e o extraordinário dispêndio dos dinheiros do tesouro, que houve com a guerra na província do Rio Grande do Sul, deram em resultado espantoso aumento da população naquela província. Veio da câmara dos deputados um projeto aumentando o número dos deputados do Rio Grande do Sul, e provou-se na casa que durante a guerra tinha aparecido ali cidades e vilas muito povoadas em lugares até então desertos. Eu nessa ocasião pedi também que se aumentasse o número dos deputados do Maranhão; o Sr. Vasconcellos mandou uma emenda nesse sentido; mas alguns nobres senadores disseram que isso empatava o negócio; que eles estariam prontos a votar por um projeto separado para aumentar a deputação do Maranhão; a emenda não passou e aprovou-se o projeto a respeito do Rio Grande do Sul. Não só se deram mais deputados e senadores a essa província, mas criou-se um bispado, etc., tudo por que? Porque uma guerra duradoura e o sangue derramado fizeram o prodígio de aumentar-lhe a população.

O Sr. conde de Caxias: - É verdade.

O Sr. Costa Ferreira: - População que, segundo me parece, afluíu para ali à maneira de aves de arribação.

O Sr. conde de Caxias: - Mas que lá ficaram.

O Sr. Costa Ferreira: - Seja como for, não vou contra isso; mas veio um projeto da câmara dos deputados para o aumento dos deputados do Maranhão, foi a uma comissão e lá ficou enterrado até hoje. Ora, V. Ex. é testemunha de que temos gasto a maior parte de tempo em trabalhos de comissões. V. Ex. tem dito muitas vezes que não há nada que fazer no senado, que se trabalhe em comissões até a chegada do ministro; qual será pois o motivo porque este projeto jaz enterrado na comissão? Creio que não é outro senão terem os ilustres membros medo de ficarem cegos se tocarem no projeto, que está coberto de pó. Parece-me que não haverá outro, do contrário já teriam dado o parecer.

O Sr. Carneiro Leão: - Há de vir.

O Sr. Costa Ferreira: - Deus permita que venha, decida-se alguma coisa; talvez a nobre comissão diga que não se deve dar esse aumento para o Maranhão, porque não houve ali essa guerra espantosa, esse sangue derramado...

O Sr. conde de Caxias: - Houve; também lá houve.

O Sr. Costa Ferreira: - Sim, mas à vista do que ocorreu no Rio Grande o que foi? Para levantar cidades, multiplicar a população a tal ponto é preciso que se derrame muito sangue! Enfim, eu nada mais digo; peço a V. Ex. que faça com que a nobre comissão tenha a bondade de desenterrar esse projeto, ela pode fazê-lo com cautela sem que levante tanto pó que a cegue. Apareça alguma coisa e não se diga na minha província, muito lesada a semelhante respeito, que não se cuida nos seus negócios. Tenha V. Ex. piedade.”¹⁰⁷

Como se vê, a insatisfação do senador maranhense era grande e suas palavras, peremptórias em relação ao assunto. A partir do trecho acima, pode-se perceber como, naquela primeira discussão em 1847, o objetivo não parecia ser simplesmente o de aumentar deputações irrestritamente, mas sim o de colocar à luz a questão para o caso do Rio Grande do Sul, recém-pacificado, porém com relações políticas ainda instáveis com o centro do país. Aumentar o número de representantes do Rio Grande do Sul não configurava somente um aspecto formal em relação ao aumento da população provincial. Tampouco respondia a um privilégio do sul do país em ter suas demandas atendidas com maior rapidez pelos membros do Parlamento. Naquele contexto, o aumento da deputação rio-grandense significava a ampliação dos nexos políticos entre a província e o centro do país, por meio deste canal de negociação fundamental no arranjo institucional do sistema representativo brasileiro no século XIX.

Essa preocupação, no que tange ao corpo representativo das províncias, também deixa clara a maneira como esse campo de diálogo e negociação entre as várias partes do país, onde as demandas e interesses regionais eram defendidos, teria sido fundamental à consolidação e estabilidade do Império do Brasil, desde suas origens, como sugere Miriam Dolhnikoff.¹⁰⁸ Se o tema discutido no trecho acima não oferece subsídios suficientes para uma análise concreta da situação política de modo geral, serve como um indício para se entender as disputas de interesses interprovinciais no seio da representação nacional e o destaque aos do Rio Grande do Sul, em cuja defesa seu senador teve forte influência em seus primeiros anos no Senado. Caxias parecia compreender bem a questão; se, ainda como presidente do Rio Grande do Sul, pode, por meio das negociações com a elite provincial – bem como pela força das armas – aparar algumas arestas e apartar tensões na relação entre as partes em conflito, ao assumir sua cadeira como representante da mesma província, soube como manter os arranjos

¹⁰⁷ Anais do Senado do Império do Brasil. 1848, vol. 5 (setembro/outubro), op. cit., pp. 332-333.

¹⁰⁸ Dolhnikoff, op. cit.

políticos estabelecidos no sul, anos antes, e reintegrar gradativamente a província ao Império por meio da política.

1.3. A reconciliação entre Império e província: a preparação para a guerra

Se, por um lado Caxias buscou defender os interesses do Rio Grande do Sul frente ao Império, por outro trabalhou também no sentido de garantir que alguns interesses ou necessidades do Império na província fossem garantidos. Sua experiência de quase quatro anos no sul do país foi levada para o Senado e deu margem para que ele pleiteasse melhorias em setores estratégicos da província, tendo por base uma das questões prementes durante a pacificação da Farroupilha, qual seja, a instabilidade nas relações com os países vizinhos. Um exemplo disso diz respeito ao arrendamento de uma porção de terras na província, conhecida como “Rincão do Saican”. Foi uma das primeiras discussões que abriram o ano legislativo de 1847, cuja proposta viera aprovada da Câmara dos Deputados. O postulante ao arrendamento era Cândido Batista de Oliveira, lente da Academia Militar, diplomata e ministro durante a regência de Araújo Lima.¹⁰⁹ Caxias, de imediato se opôs à proposta, partindo de justificativas que dão margem para uma observação mais atenta das preocupações e pretensões do senador no que concernia ao território do Rio Grande do Sul.

Atualmente Saicã (na grafia atual) faz parte do município de Cacequí, situado na região Missioneira do Rio Grande do Sul. Entre os municípios de Cacequí e a fronteira com a Argentina e Uruguai encontra-se a porção pampeana do estado. O estado rio-grandense, em seus limites geográficos atuais, tem um formato losangular, cuja “diagonal maior”, horizontal, é formada pela bacia de dois rios: o Ibicuí, afluente do Rio Uruguai, e o Jacuí, afluente do Rio Guaíba, o que consequentemente dá acesso à Lagoa dos Patos e, portanto, ao Atlântico, através do porto de Rio Grande, o único do estado.

Na época que se seguiu à pacificação da Farroupilha, quando Caxias assumiu a presidência do Rio Grande do Sul, seus planos eram o de fazer um canal que comunicasse os dois rios, de modo a permitir a navegação direta entre a costa atlântica e a fronteira com a Argentina. A ideia dos militares desde os tempos de Caxias era a de que uma invasão massiva dos argentinos ocuparia toda a região da Campanha (como efetivamente ocorreu em 1865, quando os paraguaios invadiram o Rio Grande do Sul e

¹⁰⁹ Cf. Sebastien Auguste Sisson. *Galeria dos brasileiros ilustres*. v. 1, Brasília: Senado Federal, 1999, pp. 125-131.

tomaram os municípios de São Borja, Itaqui e Uruguaiana). A organização da resistência defensiva seria justamente no Saicã, aproveitando os pontos mais altos (divisores de águas) entre os rios Ibicuí e Jacuí supracitados. Até hoje, segundo informações, o Terceiro Exército, localizado no sul, é o maior em efetivos e armamentos, e suas manobras sempre se realizam no Saicã em tempos de paz. Há algumas décadas, quando o transporte ferroviário era o principal, Cacequí foi um importante centro de estradas de ferro, justamente para dar-lhe acesso desde outras regiões.¹¹⁰

Desse modo, o que chama a atenção nas críticas de Caxias ao arrendamento são as motivações do senador e suas projeções em relação à região. Em suas palavras:

O Rincão do Saican é excelente para o depósito de cavalhadas, não só porque oferece muito bom pasto ao cavalo, como também porque, estando na proximidade da fronteira, acha-se contudo em lugar muito seguro. Ora tendo a nação um local tão apropriado para o depósito de sua cavalhada, há de pagar para este fim avultadas somas a particulares, que não só recebem o dinheiro, mas ainda empregam os cavalos no seu próprio serviço? [...] *Acrece que tarde ou cedo é provável que tenhamos que lutar com as repúblicas vizinhas*, e claro está que o Rincão do Saican, se fosse agora arrendado, vinha a fazer uma falta imensa.¹¹¹

Nota-se no trecho acima que as perspectivas de Caxias transcendiam o mero tema do arrendamento de uma porção de terras qualquer, evidenciando uma de suas maiores preocupações nestes primeiros anos no Senado. Conhecendo bem o Rio Grande do Sul e sabendo o impacto dos conflitos externos na estabilidade desta província, Caxias, por mais de uma vez, preconizou que se mantivessem condições estratégicas bem estruturadas que atendessem às necessidade de intervir militarmente nas contendas da região platina. Por isso, o conde rejeitava fortemente o arrendamento, sobretudo após 22 de maio daquele ano, quando Candido Batista de Oliveira assumiu a pasta da Marinha do novo gabinete. Tentando protelar a decisão, Caxias requereu à presidência

¹¹⁰ Sou muito grato ao professor César Augusto Barcellos Guazzelli (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) por todas as valiosas informações que me ofereceu a respeito da região do Saicã.

¹¹¹ Anais do Senado do Império do Brasil. 1847, v. 1 (maio-junho), op. cit., p. 114 (Grifo meu). O “Rincão do Saican” localizava-se no perímetro da comarca de Alegrete, sudoeste da província, nos entornos dos municípios de Alegrete e Uruguaiana. A região possuía uma importância estratégica pois era cortada por grandes rios e localizava-se bem próxima da fronteira. Cf. Candido Mendes de Almeida. *Atlas do Império do Brasil: os mapas de Candido Mendes*. Rio de Janeiro: Arte e História Livros e Edições, 2000.

do Senado que o assunto fosse encaminhado ao governo, para que novas informações sobre a utilidade daquela porção de terras fossem apresentadas ao Legislativo.

Questionando o requerimento de Caxias, José Saturnino alegou que a questão não merecia ser levada ao governo para novas explicações. Para o orador, legalmente, qualquer terra que se encontrasse em local estratégico deveria ser cedida ao governo, sem pagamento de pecúlio pelo Estado. Respondendo ao questionamento, Caxias mostrou que, fazendo uso de terras particulares ou atribuindo aos proprietários locais o cuidado com a cavalhada do país, o prejuízo era grande e o tempo de organização das tropas, ainda maior.¹¹² A despeito de ter passado seu requerimento, o parecer enviado pelo então ministro da Guerra, Antonio Manuel de Melo, foi favorável ao arrendamento. Nesse sentido, merece destaque um trecho da fala de Caxias, na qual desiste de seu voto contrário à proposta inicial:

Levantei-me unicamente para explicar uma ideia que emiti aqui em uma das sessões passadas, e pelo ofício do Sr. ministro parece-me que não foi bem percebida por S. Ex^a. Eu disse que o rincão era muito próprio para depósito de cavalcadas do Exército, e quando disse isto, não me referi ao estado de guerra, mas ao estado de paz, *e paz armada que nos convém manter no Rio Grande do Sul*. Em circunstâncias tais, o Rincão do Saican é o mais apropriado possível ao fim que indiquei. Em estado de guerra, não há rincão nenhum que seja seguro para o depósito de cavalhada.¹¹³

Uma vez mais, a realidade beligerante da região meridional do país aparece no horizonte de Caxias. Embora sua posição não tenha sido vitoriosa, o que merece atenção é o pano de fundo de sua argumentação. A preocupação com um iminente conflito com as nações vizinhas evidencia um caráter político de uma figura que no Senado demonstrava uma experiência específica que lhe dava condições de tratar de temas como este. Nesse sentido, muito além de um militar defendendo os interesses de sua corporação – um “advogado do Exército”¹¹⁴ – Caxias mostrava-se muito mais um político atento às questões de ordem militar e consciente do funcionamento da política do país, na qual as decisões mais prementes eram definidas por meio da representação nacional.

¹¹² Anais do Senado do Império do Brasil. 1847, v. 1 (maio-junho), op. cit., pp. 180-181.

¹¹³ Idem, p. 375 (Grifo meu).

¹¹⁴ A tese de que Caxias foi muito mais um chefe dos conservadores, embora tenha agido como grande advogado do Exército é defendida por Schulz, op. cit., p. 280.

Todas as informações acima citadas tendem a reforçar a importância estratégica dada ao Rincão do Saican e atribuem sentido às críticas de Caxias ao arrendamento da região. Sua experiência como chefe militar e, essencialmente, como líder da pacificação da Farroupilha lhe davam cabedal para defender a propriedade estatal de uma porção de terras, cuja importância era crucial para o aparelhamento e preparação do Exército brasileiro no sul do país, tendo em vista, acima de tudo, as preocupações com um conflito armado do Brasil contra Uruguai e Buenos Aires. Nesse sentido, é necessário sublinhar que a primeira referência a isso nos debates senatoriais desde 1846 partiu justamente do conde. Entretanto, se em um primeiro momento as pautas envolvendo a iminência de uma guerra com os países vizinhos apareceram de forma velada e estiveram circunscritas sobremaneira às falas de Caxias, nos anos seguintes, o debate tornou-se franco e tomou corpo, ocupando boa parte das sessões do Senado.

A começar pelas próprias Falas do Trono, de abertura e encerramento dos trabalhos no Senado, cujas discussões de resposta desencadearam longos debates em torno das questões envolvendo a fronteira rio-grandense, as tensões entre os habitantes desta província e as lideranças dos países vizinhos, e a necessidade de uma intervenção armada do Império. No início do ano legislativo de 1848, em meio a diversas questões de ordem nacional sugeridas como prioridades, o Imperador enunciou a seguinte consternação:

Tenho procurado cultivar relações de paz e de boa inteligência com todos os estados da Europa e da América, e para resolver algumas dificuldades, de que tendes conhecimento continuarei a empregar meios pacíficos e honrosos. A questão entre as repúblicas do Rio da Prata ainda não está definitivamente terminada, e os interesses dos meus súditos continuam a ser gravemente prejudicados por uma luta tão desastrosa como prolongada. Faço pela pacificação das duas repúblicas os mais sinceros votos: eles estão de acordo com os interesses que deve inspirar-nos a independência do Estado Oriental do Uruguai.¹¹⁵

Aqui, o tom empregado pelo Imperador em sua fala parecia ser de maior comedimento e com referências somente à guerra nos países vizinhos, mas ainda com poucas indicações acerca das hostilidades dos estrangeiros aos rio-grandenses habitantes da fronteira. Entretanto, vale destacar, considerando-se o trecho acima, que as questões externas ainda eram, de alguma forma, atenuadas mediante a alusão à manutenção

¹¹⁵ “Sessão Imperial de Abertura em 3 de maio de 1848”, Anais do Senado do Império do Brasil. 1848, vol. 1 (maio), op. cit., pp. 7-9; citação à p. 8.

irrestrita da independência do Uruguai. De fato, essa defesa já estava oficialmente posta no tratado de paz firmado entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, ao final da Guerra da Cisplatina, em 1828, momento no qual se formou, a partir da “Banda Oriental”, o Estado uruguaio. Segundo Luis A. Moniz Bandeira, o Uruguai, desde sua origem, teria sido forjado como uma espécie de “Estado-tampão” estrategicamente estabelecido entre o Império e as Províncias Unidas com o intuito de arrefecer as tensões entre os dois polos do conflito cisplatino. Neste mesmo tratado de paz definiu-se, então, que ambas as nações se responsabilizariam pela proteção e manutenção do Estado recém-formado.¹¹⁶

Essa manutenção serviria para o Brasil como uma forma de conter as investidas argentinas ao território uruguaio, fazendo com que os interesses econômicos brasileiros fossem garantidos com maior segurança. No entanto, à revelia do tratado, as lideranças das Províncias Unidas continuaram sistematicamente exercendo suas influências políticas e militares na região, ameaçando também a presença dos estancieiros brasileiros ali, sobretudo após o estreitamento das relações entre Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, e Manuel Oribe, este último em disputa pelo poder no Uruguai contra Fructuoso Rivera. A situação se agravava quando, em 1839, teve início, ao menos juridicamente, a “Guerra Grande”, com a declaração de guerra de Rivera a Rosas e, desde então, os conflitos armados passaram a tomar conta do cenário platino, com um pano de fundo econômico, na medida em que o Uruguai estava localizado numa região de grande potencial agropecuário de profundo interesse a todos os Estados em seu entorno e às margens do Rio da Prata.¹¹⁷

Durante praticamente toda a década de 1840, o Império teria assumido uma postura de “neutralidade” frente à beligerância entre Buenos Aires e Uruguai, sobretudo em razão dos conflitos internos no sul que vinham demandando grandes esforços do Estado. Neste ponto, dois aspectos merecem destaque. Gabriela Nunes Ferreira apregoa que após o término da Farroupilha, alguns “assuntos pendentes” de ordem nacional tomaram conta da cena política do Império. Destes, o de maior relevo seria o posicionamento do Brasil diante das tensões na região platina. Segundo a autora, desde os primeiros anos de formação do Estado brasileiro e mesmo após a pacificação do Rio

¹¹⁶ Luis Alberto Moniz Bandeira. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998; sobre o a formação do “Estado-tampão” e o tratado de paz entre Brasil e Províncias Unidas, ver pp. 170-172.

¹¹⁷ Idem. Adiante, no Capítulo 2 desta dissertação, farei uma discussão historiográfica mais extensa e detalhada sobre a Guerra Grande e os conflitos na região platina.

Grande do Sul, em 1845, esta província teria funcionado como uma “correia de transmissão” dos conflitos e dos interesses das lideranças platinas para o interior do Brasil, tanto pela proximidade das lideranças rio-grandenses com aquelas dos Estados vizinhos como pela inconsistência na delimitação das fronteiras no extremo sul do Brasil. Nas palavras da autora:

A província do Rio Grande vivia, portanto, uma situação particular: de um lado, integrava o Império do Brasil, respeitava sua Constituição e subordinava-se às ordens do Poder Central – o qual, aliás, nomeava os presidentes da província. De outro lado, sua posição geográfica, sua tradição militar desenvolvida nas recorrentes lutas na fronteira aberta, seu perfil social e econômico, vínculos pessoais, econômicos e políticos aproximavam-na de seus vizinhos do Prata. A província meridional do Brasil acabava por funcionar, assim, como uma correia de transmissão dos conflitos platinos para dentro do Império.¹¹⁸

Em segundo lugar, conforme anotado na primeira parte do capítulo, essa influência dos conflitos externos nos rumos internos da política brasileira estava também nos horizontes estratégicos de Caxias, quando este ainda respondia pela presidência da província e pelo comando das armas no sul do país. De acordo com Adriana Barreto de Souza, com já mencionado acima, Caxias, em diversas oportunidades teria sugerido ao governo brasileiro que tomasse posição frente aos conflitos entre *blancos* e *colorados*, acreditando ser esta a principal maneira de arrefecer o apoio das lideranças estrangeiras aos rebeldes e definir as fronteiras da província, em prol da resolução da revolta. O que o então barão propunha era uma aproximação com Manuel Oribe, no sentido de fortalecer a repressão ao “jogo duplo” que Rivera vinha fazendo entre o Império e os farrapos. Quanto a isso, Souza destaca a “política de neutralidade” do Império como simplesmente consequência de uma completa falta de opção, tendo em vista que

Essa certeza de que Oribe tentaria invadir as fronteiras uruguaias, mais o fato de ele ser um antigo aliado de Rosas, praticamente inviabilizava a proposta do barão de Caxias, que, após as dificuldades enfrentadas em 1843, sugeria ao governo buscar um acordo com o caudilho. O problema é que, por esta mesma lógica, o Império deveria então se aproximar do maior rival de Oribe, Fructuoso Rivera. Só que este, por seu turno, apesar de tentar agir discretamente, já fazia ajustes com os líderes farrapos. Quando o barão de Caxias embarcou para a província, em fins de 1842, recebeu do então

¹¹⁸ Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 75.

ministro Clemente Pereira ‘instruções’ bem claras a respeito de Rivera. O ministro afirmava “que se ele [Rivera] bater Oribe, há de vir auxiliar os rebeldes”. Ou seja, o Império mantinha uma ‘política de neutralidade’ porque realmente se encontrava em relação ao Prata completamente sem opção. Por isso o governo do Rio de Janeiro preferia – e essa era a orientação de Clemente Pereira – ‘apressar quanto for possível algum golpe forte contra os rebeldes, antes que Rivera se desembaraçasse de Oribe’ e viesse em auxílio dos farrapos.”¹¹⁹

Todo o impasse político e diplomático que enfrentava o Brasil durante a Farroupilha parecia persistir após 1845, porém, em meio a outro panorama interno. Como se viu nos próprios debates senatoriais, as referências ao Rio Grande do Sul foram constantes e os senadores, em especial Caxias, reconheciam a indefinição das fronteiras e a situação particular da província recém-pacificada frente aos países vizinhos como uma questão de ordem naquele momento. Mesmo com a província meridional pacificada, os “assuntos pendentes”, nas palavras de Gabriela Ferreira, pareciam conformar algumas das prioridades dos parlamentares brasileiros.

Todavia, se a Fala do Trono de 1848 mostrava maior parcimônia, a sessão de abertura dos trabalhos no Senado em 1850 sugeria uma mudança na postura do governo diante dos conflitos platinos. A paz com as nações estrangeiras continuava a ser mencionada, porém não mais de modo pleno e certo, como se vê no trecho a seguir:

A paz é condição essencial da prosperidade dos povos. Desvelar-me-ei pois em manter as relações pacíficas que existem entre o Brasil e as potências estrangeiras, *enquanto puder fazê-lo sem quebra da honra e dignidade nacional.*

*Chamo a vossa atenção sobre a necessidade de providências que habilitem o governo a aumentar a força do Exército e Marinha, e lhes dêem organização mais regular e vigorosa.*¹²⁰

Evidentemente que as referidas “potências estrangeiras” não eram os Estados vizinhos, mas sim os países europeus, frequentemente envolvidos nas questões platinas, desde muito tempo antes. O que chama a atenção neste trecho é o fato da manutenção da paz com esses países ter sido colocada em termos condicionais. Essas condições, muito mais do que a “honra e dignidade nacional”, pareciam corresponder às condições materiais para que o Império se envolvesse em um conflito externo. Isso fica evidente se

¹¹⁹ Souza, *Duque de Caxias...*, pp. 466-467.

¹²⁰ “Sessão Imperial de Abertura em 1º de Janeiro de 1850”, *Anais do Senado do Império do Brasil*. 1850, vol. 1 (dezembro de 1849-janeiro de 1850). op. cit., p. 11 (Grifo meu).

notarmos que imediatamente após a menção à manutenção da “paz”, a Fala do Trono sugeria que os representantes brasileiros criassem medidas de organização e reforço sistemático das Forças Armadas. Essa mudança de tom na fala do Imperador no Parlamento fica ainda mais clara no ano seguinte, no início do ano legislativo de 1851:

Por mais que seja o meu desejo de manter a paz não deixarei de dar aos meus súditos a proteção que lhes devo, nem serei indiferente a acontecimentos que possam prejudicar a segurança e tranquilidade futura do Império, tendo sempre por dever respeitar a independência, as instituições e a integridade dos Estados vizinhos e nunca me envolver de modo algum em seus negócios internos.¹²¹

Deste modo, é possível perceber uma gradativa mudança de posicionamento do Executivo – por meio das Falas do Trono – a respeito da situação beligerante entre as Estados platinos e os respingos desse conflito na situação interna do Brasil. Entretanto, se nas sessões imperiais no Parlamento o comedimento do ano de 1848 foi dando lugar à insatisfação aberta diante das hostilidades estrangeiras e a uma intensificação das referências a uma intervenção militar, nas discussões dos senadores esta agenda já era tratada abertamente desde 1848, ou antes, em 1847, quando das colocações de Caxias que contrariavam ao arrendamento do Rincão do Saican. Isso foi notado tanto nas discussões de resposta às Falas do Trono, mas principalmente durante dos debates sobre projetos de ordem militar ou de propostas de orçamento das forças de terras nesses anos.

Na 2ª discussão sobre o orçamento da Guerra para o ano 1849-1850, em 20 de maio de 1848, o ministro da Guerra Manuel Felizardo de Souza e Melo, a partir das emendas da Câmara dos Deputados, fez um discurso propondo algumas alterações no projeto e mostrou-se descontente com as cifras apresentadas pelo governo. Apesar disso, o ministro sublinhava a impossibilidade de grandes mudanças, dada a precariedade de determinadas áreas militares e uma consequente inviabilidade orçamentária que suprisse todas as necessidades prementes de reforço do Exército. Vale destacar um trecho sintomático da fala do ministro:

Supondo que, no decurso do ano não serão as nossas circunstâncias tão felizes que possamos reduzir o exército a 15.000 praças de pré, pedi que a guarda nacional destacada no Rio Grande do Sul não fosse incluída nas

¹²¹ “Sessão Imperial de Abertura em 3 de maio de 1851”, Anais do Senado do Império do Brasil. 1851, vol. 1 (maio), op. cit., p. 6.

15.000 praças de *pré*, e então se deverá votar a quantia necessária para sustentar esta força.”¹²²

Na sequência do debate, Caxias tocou numa questão que, neste eixo de discussões acerca das relações entre o Brasil e os Estados platinos, foi frequentemente referida, qual seja, o aparelhamento das cavalarias de fronteira:

O Sr. Conde de Caxias: - Concorde com todas as emendas apresentadas; mas vejo que o número de cavalos que o Sr. ministro pede para o serviço da fronteira é diminuto: estive ali por três anos, e sei, por experiência, que são necessários para cada soldado, pelo menos, cinco cavalos.¹²³

Entrecortada por outros assuntos, a discussão continuou no mês de junho, já na presença de João Paulo dos Santos Barreto, responsável pela pasta da Guerra desde 31 de maio. Ao contrário de seu antecessor, o ministro preconizou a utilização de braços da Guarda Nacional nas forças do exército. Sua pretensão era reforçar os quadros da cavalaria no Rio Grande do Sul, ainda bastante desprovidos em relação às necessidades da província, não obstante a aprovação, em 1846, de uma medida nesse sentido conforme apontado acima.¹²⁴ Sobre isso, o senador Carneiro Leão contrariou a proposta de se manter uma cavalaria com 5 cavalos por praça, mesmo reconhecendo as necessidades de reorganização das forças rio-grandenses e de reforço da cavalaria de fronteira, conforme a proposta de Caxias. Para o senador mineiro, adotando tal medida, o Estado teria de arcar com custos muitos altos tanto na compra de cavalos quanto na manutenção das tropas e dos animais.

Além disso, o senador afirmava que, com as somas que seriam investidas, o Estado poderia contratar e equipar um número maior de praças que pudessem se organizar com uma quantidade menor de cavalos, tendo em vista que, para ele, por mais que o Brasil investisse na compra de animais para as tropas, estaria sempre em desvantagem frente Buenos Aires, como se vê abaixo:

¹²² Anais do Senado do Império do Brasil. 1848, vol. 1 (maio), op. cit., p. 117, discurso completo nas pp. 114-117 (Grifo nosso).

¹²³ Idem, p. 118. Essa proposta de compra de cinco cavalos por soldados de cavalaria já havia sido oferecida pelo mesmo Caxias ao governo ainda durante a campanha contra os farrapos. Naquela ocasião, as dificuldades de reforço da cavalaria, como mostrado acima, inviabilizaram a medida. Cf. Guazzelli, op. cit., p. 236.

¹²⁴ Idem, p. 213.

Se conservarmos o sistema de guerra atual, pelo que toca à força de cavalaria, havemos de estar sempre em uma grande inferioridade em presença das tropas de cavalaria de Buenos Aires; essa confederação terá muito maior número de cavalos, poderá montar portanto muito maior número de homens, e os terá muito melhor montados do que nós. Acho pois que, no sistema atual de guerra, o método adotado na organização da força de cavalaria, que consiste em ter cada cavaleiro cinco cavalos é pernicioso, e deve ser reformado.¹²⁵

Carneiro Leão insistia no argumento de que fosse pensada uma nova organização da cavalaria, particularmente no Rio Grande do Sul, pela inferioridade manifesta do Brasil frente à Buenos Aires – região pecuarista com grande criação de cavalos – e por todos os prejuízos ao Império, sempre fazendo claras referências à situação periclitante dos países vizinhos:

Eu julgo que este sistema que apregoo, está unido com o sistema de defesa do Rio Grande do Sul, que era necessária talvez a criação de praças de guerra. [...] mas chamo a sua atenção sobre a conveniência que há em se tratar de modificar o sistema agora seguido por necessidade da nossa defesa; aliás seremos constantemente inferiores a Buenos Aires. [...] Se no Império se seguisse outro sistema, poderíamos, senão montar tantos cavaleiros, montar ao menos uma respeitável força de cavalaria que pudesse entrar em concorrência com a força de Buenos Aires em qualquer circunstância. Os governos não devem viver de dia em dia, não devem olhar só para a atualidade; os bons governos devem olhar para o futuro, o governo de um país novo como o nosso dever procurar ser criador.”¹²⁶

O vislumbre do futuro, de um país “criador”, defendido pelo senador nesse contexto, aliado à relação constante com Buenos Aires, pode ser entendido como a projeção de um confronto com a confederação vizinha. Isso fica ainda mais patente na sequência da fala de Carneiro Leão, em que tecia críticas à efemeridade dos gabinetes e à consequente incapacidade de desenvolver reformas e mecanismos de defesa satisfatórios por não haver continuidade nas políticas empregadas para estes fins.

Eu me persuado de que é uma rotina o sistema que nós seguimos sem razão suficiente, sistema que na verdade não se poderia deixar de seguir, porque isto não se faria de um dia para o outro; mas é necessário meditar sobre os meios de o reformar, *porque ele nos torna inferiores à Confederação Argentina, com quem poderemos ter questões a ventilar.*”¹²⁷

¹²⁵ Idem, pp. 215-216.

¹²⁶ Idem, pp. 219-220.

¹²⁷ Idem, p. 221 (Grifo meu).

Evidentemente, as críticas do senador são contundentes e sintomáticas da posição que parte importante do Legislativo defendia naquele momento. No entanto, é preciso problematizar a questão, na medida em que tais ideias foram proferidas no Senado num momento em que o governo vinha sendo ocupado, desde 1844, por políticos liberais que ascenderam novamente ao Executivo, como dito anteriormente, após a demissão do gabinete “liderado” pelo próprio Carneiro Leão. Além disso, mesmo com esse predomínio dos liberais desde 1844, muitos esforços no legislativo foram levados a cabo, com vistas para a situação do Rio Grande do Sul e das ofensivas externas, em especial a partir da atuação política do conde de Caxias, no Senado desde 1846, conforme aponte até aqui.

Sobre isso, é necessário observar em primeiro lugar que, no que concernia aos objetivos de ordem militar em discussão, na maioria dos casos, a referência geral era sempre o caso do Rio Grande do Sul, algo que colocava a província no cerne da política militar do Império, ao menos naquele momento específico. Essa importância deve ser analisada com cuidado, sobretudo para os objetivos desta pesquisa, em que se pese o fato de que todas as relações do Brasil, em geral, e do Rio Grande do Sul, em particular, com os conflitos platinos vinham de muito antes de 1848. Datam, inclusive, de antes da missão de Caxias durante a pacificação da Farroupilha.

Além disso, é preciso lembrar que, durante os anos em que esteve no sul, Caxias buscou expandir uma rede de relações com grandes proprietários e lideranças políticas da província que o levou ao Senado; indivíduos que estariam envolvidos diretamente nas rusgas com os uruguaios na região fronteira. Nesse sentido, Carla Menegat, em pesquisa em andamento, aponta para essa proximidade de Caxias com as questões de fronteira no Rio Grande do Sul e no desenvolvimento dos mecanismos de defesa.

Destacando a consolidação de uma cultura política e administrativa na província meridional, até então fortemente permeada por uma “cultura de armas”, a autora mostra como após o encerramento da revolta, em 1845, os grandes estancieiros e líderes militares se inseriram numa rede de administração e política provincial e mesmo nacional, sobretudo após 1850 com a criação do Conselho Superior da Guarda Nacional – cuja principal função era a organização da proteção das fronteiras –, no qual muitos nomes fortes da província passaram a atuar em contato direto com o governo central. Um desses casos, destacado por Menegat, merece menção, tendo em vista as ideias

apresentadas até aqui. Trata-se da nomeação de David Canabarro a um dos postos de Comandante Superior, segundo a autora, sob os auspícios de Caxias:

David Canabarro se tornou Comandante Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento em 1850. Seu histórico farroupilha pareceu não incomodar o Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz. Canabarro provavelmente contou com a indicação de um antigo conhecido, o Conde de Caxias, que após ter pacificado a Província, soube reconhecer aqueles que dentre os revoltosos, poderiam ser úteis ao Império. E as utilidades de tais homens poderiam se tornar extraoficiais.¹²⁸

Com isso, pode-se notar que a experiência política e militar de Caxias no sul não se restringia somente a artifícios de argumentação em suas falas no Senado, mas mostrou-se também valiosa num contexto reorganização da província recém-pacificada, ainda tão próxima aos conflitos com os países vizinhos. O fato de Canabarro figurar em posição tão prestigiosa e estratégica no Rio Grande do Sul dá margem para reforçar a perspectiva de que a pacificação da Farroupilha, com a “opção” pelo grupo liderado Antonio Vicente da Fontoura e Davi Canabarro, foi feita sob a perspectiva dos conflitos externos. Ao que parece, Caxias seguiu os conselhos do tio de Canabarro, estancieiro em Alegrete, sobre a utilidade de seu sobrinho para pretensões futuras do Império na região.

Para além disso, esses serviços “extraoficiais” sugeridos pela autora também tiveram forte relação com o aprofundamento das contendas entre o Brasil e os países platinos, fundamentalmente no que concerne à formação das “califórnicas”, tropas de particulares que invadiam o território uruguaio para recuperar animais apreendidos após a proibição da entrada de gado em pé pelo governo oriental em 1848. O caso mais conhecido foi o das tropas organizadas pelo barão de Jacuí, Francisco Pedro de Abreu, importante membro do Estado-Maior organizado por Caxias durante o combate aos rebeldes, ao lado de Bento Manuel Ribeiro. Este episódio foi tão significativo a ponto de ser citado na Fala do Trono de 1850, onde se lê a passagem a seguir, amplamente debatida em maio de 1850, sobre a relação com os países vizinhos no Prata e a situação na fronteira com o Rio Grande do Sul:

¹²⁸ Carla Menegat. “Cultura Política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011, p. 6.

As nossas relações com as potências estrangeiras permanecem no mesmo estado em que se achavam na época da abertura da sessão passada. Continuo a desvelar-me em manter a paz.

Alguns súditos do Império, auxiliados por emigrados dos estados vizinhos, conseguiram formar reuniões, e entraram armados no território além do Quaraím, não obstante as ordens do presidente da Província. O meu governo, ao mesmo tempo que tem dado as instruções e providências necessárias para chamar a seus deveres esses brasileiros, não cessa de procurar a remoção das causas que deram lugar a tão deplorável sucesso.¹²⁹

Ao que parece, a extraoficialidade e hostilidade da missão do barão de Jacuí levou à insatisfação do Imperador. Contudo, a própria Fala do Trono gerou, por seu turno, críticas de alguns senadores, como foi o caso de Carneiro Leão, Clemente Pereira e d. Manuel de Assis Mascarenhas. O cerne do debate foi a crítica a suposta inalteração das relações pacíficas com os países vizinhos. A voz corrente era a de que o Senado vinha discutindo medidas de proteção da fronteira em resposta às hostilidades infligidas aos brasileiros habitantes dessas regiões, consequência direta da situação periclitante das relações com os países vizinhos no Prata e não da paz vivida na região.

De fato, um dos grandes temas tratados no plenário do Senado naqueles anos foi a situação da fronteira rio-grandense e a política brasileira frente aos conflitos da Guerra Grande. Além de todos os pontos já mencionados acima, em fevereiro de 1850 foi apresentado no Senado um projeto de lei que autorizava o governo a criar corpos de Cavalaria ou Infantaria “destinados especialmente para fazerem os serviço ordinário de polícia nas respectivas fronteiras, e para auxiliarem ai a força de 1ª linha do Exército em campanha”, nas províncias que faziam fronteira com os países vizinhos, cujo texto recebeu parecer favorável da comissão de Marinha e Guerra, que pedia urgência na discussão.¹³⁰

Na sessão de 8 de fevereiro, deu-se a primeira discussão do projeto. Caxias e José Saturnino apresentaram franca oposição à medida, alegando certa contradição e prejuízo às resoluções contidas em outro projeto anteriormente apresentado (e apoiado pela Comissão de Marinha e Guerra), que daria autorização ao governo para organizar e dispor da Guarda Nacional na proteção das fronteiras e apoio das tropas do Exército. Diante das colocações, o senador Cândido Batista de Oliveira, um dos autores do projeto de lei discutido, colocou-o sob o juízo do Senado, dizendo que somente

¹²⁹ “Sessão Imperial de Encerramento da 1ª sessão e de Abertura da 2ª sessão da 3ª Legislatura”. Anais do Senado do Império do Brasil. 1850, vol. 3 (maio), op. cit., p. 541.

¹³⁰ Anais do Senado do Império do Brasil. 1850, vol. 2 (fevereiro-abril), op. cit., pp. 5-6.

apresentaria defesa se o Senado não o julgasse prejudicado, o que não ocorreu, especialmente pelas críticas feitas por Caxias.¹³¹ Como se não bastasse, ao longo de todo ano de 1850, Caxias continuou defendendo o reforço da Cavalaria do Exército, preconizando o estabelecimento de um número razoável de cavalos e praças para “casos fortuitos” e não somente que se pensasse na manutenção do corpo em situações ordinárias. Dai parecia vir a proposta sempre aventada pelo senador de incluir a Guarda Nacional rio-grandense nos contingentes do Exército, tendo em vista, como já citado, o bom preparo das milícias no sul.¹³²

Todos os debates expostos acima se concentraram, como se viu, nos anos legislativos de 1848 e 1850. Estudando o período, Gabriela Nunes Ferreira busca mostrar que teria havido, após a pacificação bem sucedida da revolta dos farrapos, uma transformação gradativa no posicionamento diplomático do Brasil frente aos conflitos platinos, sem precipitações por parte do governo, algo que teria ficado claro por uma preparação para a guerra, essencialmente após a ascensão do “gabinete saquarema” de 29 de setembro de 1848 e, mais especificamente, de Paulino José Soares de Souza à pasta dos Negócios Estrangeiros.

Embora a autora analise as discussões parlamentares para desenvolver suas ideias, o Poder Executivo – na figura do Ministério dos Estrangeiros e do Conselho de Estado – assume uma centralidade em sua argumentação e os debates no parlamento parecem contemplados somente quando da presença de Paulino de Souza na tribuna. O que busquei apresentar até aqui foi a existência de uma mudança notável na postura política diante do tema da guerra no campo da representação nacional. Com isso, uma série de leis foram propostas, visando ao fortalecimento do Exército e a proteção das fronteiras, tomando por base o Rio Grande do Sul. Para além disso, essa reflexão é valiosa, na medida em que um dos principais políticos inseridos nestas discussões e um dos primeiros senadores a reconhecer a necessidade de preparação do Brasil para a guerra foi o próprio Caxias, desde seu primeiro ano na Câmara vitalícia.

Deste modo, partilho em grande medida das proposições de Gabriela Ferreira, no entanto, o que sugiro é uma análise mais detida da dinâmica legislativa do Império no contexto dessas discussões tão prementes na política nacional do período. Vale lembrar que, no Senado, verificaram-se longas e intrincadas discussões e projetos políticos no

¹³¹ Idem, pp. 90-91.

¹³² Essa discussão, entre outras passagens, pode ser vista na 2ª discussão sobre a fixação das forças de terra para o ano financeiro de 1851-1852. Anais do Senado do Império do Brasil. 1850, vol. 5 (julho), op. cit., p. 268.

sentido da preparação para a guerra com os países vizinhos, antes mesmo da mudança de gabinete em setembro de 1848.

Acima de tudo, analisando a atuação política e militar de Caxias, desde que assumiu o combate aos rebeldes do Rio Grande do Sul até a seu retorno ao campo de batalha novamente naquela província, notamos um eixo comum extremamente importante e que teria baseado inclusive seus primeiros anos de atuação política no Senado. Nesse sentido, os arranjos políticos com os rebeldes do sul, da forma como foram efetivados, podem ser entendidos como um dos fatores fundamentais para que o Brasil se preparasse militar e politicamente para um conflito internacional que vinha rondando suas indefinidas fronteiras meridionais desde muito tempo antes. Eleito senador pelo Rio Grande do Sul, Caxias foi capaz de propor medidas e se articular com outras lideranças nacionais em prol da estruturação da província, do Exército no sul e da proteção das fronteiras. As bases políticas que haviam sido iniciadas ainda na luta contra os rebeldes foram ampliadas e consolidadas por meio de sua atuação como senador do Império.

A volta ao Rio Grande do Sul, depois de quase seis anos, significou também a volta de Caxias ao teatro da guerra. Entretanto, desta vez o contexto era completamente outro. Os rebeldes que tempos atrás eram acossados por suas tropas, em 1851 comporiam as bases mais fortes e preparadas das forças brasileiras durante as campanhas contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas. O apoio ao novo presidente da província e comandante-em-chefe das forças brasileiras no sul foi amplo, sem dúvida, em decorrências dos bem fundamentados acordos de findaram a Farroupilha. Neste novo momento, Império e província lutariam do mesmo lado, uma vez que os interesses eram os mesmos, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

De volta ao campo de batalha: Caxias na campanha contra Manuel Oribe (1851)

É terrível a falta de um bom general.

(Paulino José Soares de Sousa, Rio de Janeiro,
14/10/1850)¹³³

Este trecho, extraído de uma das muitas cartas trocadas entre o então ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Paulino José Soares de Sousa, e seu encarregado especial de negócios do Brasil no Prata, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, destaca uma das grandes preocupações do ministro a respeito das questões envolvendo, naquele momento, a preparação do Brasil para um conflito com os países vizinhos. Apesar de salientar o esforço do Império na preparação material, com o deslocamento de tropas e de armamentos para a província do Rio Grande do Sul, Paulino de Sousa lamentava a ausência de uma liderança militar de destaque (e de confiança, há que se dizer) para conduzir a questão *in loco*.

Para o ministro, Caxias era o “bom general”. Na sequência da carta, Paulino de Souza dava conta de que as propostas feitas ao conde teriam sido até então negadas, visto que Caxias temia “se gastar antes com lutas de partidos, Assembleias Provinciais...”. Naquele ano de 1850, o general lhe afiançava, contudo, que seguiria para o Rio Grande tão logo se deflagra-se o conflito contra Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires, e seu aliado do outro lado do Rio da Prata, Manuel Ceferino Oribe y Viana.

Como vimos no capítulo anterior, tanto o ingresso do Brasil na Guerra Grande quanto a nomeação de Caxias ao comando das forças brasileiras e à presidência do Rio Grande do Sul vieram a desencadear discussões partidárias profundas e acirradas no parlamento brasileiro no ano de 1851, alguns meses depois da carta supracita. Entretanto, o contexto já se mostrava bastante diverso e as contingências militares e diplomáticas no estuário do Prata favoreceram e puseram em destaque o retorno de

¹³³ “Carta de Paulino José Soares de Sousa a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, 14/10/1850”, apud. Ferreira, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 157.

Caxias ao campo de batalha. Como veremos, não somente as questões de política interna brasileira impactaram, tanto a decisão de Caxias em assumir as nomeações quanto a mudança de posicionamento diplomático do Brasil frente à situação beligerante.

Se, no primeiro capítulo deste trabalho, o foco foram os aspectos internos da política e do Exército brasileiros, agora é necessário fazer uma análise mais detida das relações políticas e militares na esfera internacional. Ainda que o recorte cronológico do capítulo seja especificamente o do período em que o Brasil esteve de fato em guerra, é preciso buscar nos anos anteriores os nexos necessários para compreender os arranjos políticos que teriam fundamentado a aliança militar e diplomática contra Rosas e Oribe, oficializada em 1851, entre o Brasil, a província de Entre Rios, governada pelo poderoso caudilho Justo José de Urquiza (apoiado pelo governador de Corrientes, Benjamín Virasoro), e pelas lideranças uruguaias que resistiam ao cerco de Montevideu imposto por Oribe desde 1842.

2.1. A “Questão Platina”: política e guerra

A chamada “questão platina” não foi um fenômeno nascido com os Estados nacionais no século XIX, tampouco um episódio único e homogêneo de disputas políticas e militares. Suas raízes guardam relações diretas com o próprio processo, longo e conflituoso, de colonização da América do Sul pelas monarquias ibéricas, bem como com a disputa pela posse da região estratégica do estuário do Rio da Prata que, em diversos momentos históricos, transpuseram o campo da negociação política e redundaram em conflitos armados – em especial durante as tentativas de reconfiguração dos impérios ibéricos em crise, a partir da segunda metade do século XVIII.

Evidentemente, não é pretensão deste trabalho fazer um recuo tão longo, muito menos delimitar marcos de origem para um tema de tamanha complexidade. Entretanto, é fundamental observar o contexto no qual essa questão se insere, no bojo do processo de formação dos Estados Nacionais na região do Rio da Prata, para compreender a formação dos grupos e projetos políticos distintos que estiveram frente a frente durante o século XIX, tanto no âmbito internacional – com as disputas entre os países sul-americanos pelo domínio da região – quanto em âmbitos nacionais, cujos diversos projetos políticos de nação, em vários momentos, tocaram a questão platina ao longo dos processos de consolidação dos Estados. Nesse sentido, o final da década de 1820 é

um importante momento para entender o surgimento dos grupos que formariam o jogo de forças naquela região.

Em resposta à anexação da Província Cisplatina pelo governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825, o Império brasileiro declarou guerra ao Estado vizinho. O interesse brasileiro passava pela manutenção do território oriental sob seu mando e, sobretudo, pela garantia de livre navegação do Rio da Prata, fundamental para o desenvolvimento do comércio internacional na região, assim como para conectar as províncias mais interiores de seu território com o restante do país (sobretudo no caso do Mato Grosso). A Guerra da Cisplatina (ou *Guerra del Brasil*, como a chamam do outro lado do Prata), depois de três anos de conflito, conheceu seu fim na célebre Batalha de Ituzaingó e trouxe um saldo bastante negativo ao Império, uma vez que, além das impactantes perdas materiais e humanas de um exército pouco estruturado, apresentou como principal medida de pacificação entre Brasil e a República Argentina¹³⁴ o reconhecimento da antiga Província Cisplatina como país independente, sob o nome de República Oriental do Uruguai, em 1828, mediante a assinatura da Convenção Preliminar de Paz, mediada pela Inglaterra.¹³⁵

Após a definição do conflito, assumiu a frente da política uruguaia Juan Antonio Lavalleja, um dos principais líderes da resistência cisplatina às ofensivas do Império e

¹³⁴ Vale destacar que a guerra fora declarada, em 1825, às Províncias Unidas do Rio da Prata, posteriormente transformadas em República Argentina, em 1826. A partir de 1831, já sob o governo dos federalistas em Buenos Aires, o país passou a se chamar Confederação Argentina. Por isso, em certos momentos, há uma confusão em relação às nomenclaturas: a historiografia, ao tratar do período de Rosas, ou mesmo das questões envolvendo os *federales*, refere-se ao “federalismo” rosista, projeto federal(ista), governo dos federalistas, ainda que a referência seja ao período posterior à assinatura do tratado entre as províncias argentinas, em 1831, que estabeleceu a confederação como modelo político para o país. Por outro lado, ao tratar das questões diretamente ligadas à organização política da Argentina naquele período, a maior parte dos historiadores utiliza os termos “confederação”, (províncias) “confederadas” etc.

¹³⁵ A mediação da Inglaterra teria por base seu interesse em agilizar o comércio na área e evitar o envolvimento político e militar de outros países (americanos ou europeus, em especial a França) nas contendas. Esse interesse se evidenciou na garantia da livre navegação do Rio da Prata, que seria (não por muito tempo) compartilhada por Brasil, Uruguai e Buenos Aires. A reconstituição do período, para o caso da Argentina, está baseada em Noemi Goldman (dir.) *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, principalmente os capítulos VIII: “El ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)”, de Rosana Pagani, Nora Souto e Fabio Wasseman; e IX: “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, de Ricardo Salvatore; além da importante referência da historiografia argentina Tulio Halperín Donghi. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987. Para o caso uruguaio, ver José Pedro Barrán. *Apogeo y crisis del Uruguay partoril y caudillesco (1839-1875)*. Colección Historia Uruguay, Tomo 4, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975. Poucas obras da historiografia brasileira apresentam uma contextualização mais aprofundada sobre os projetos políticos dos países platinos e a formação dos Estados na região. Como obra mais geral, ver Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro/ Brasília: Revan/EdUnB, 1998; e Gabriela Nunes Ferreira. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

aliado do governo de Buenos Aires. Sob seu governo provisório, foi aprovada a primeira constituição do novo Estado, em julho de 1830, que previa eleições para a presidência ainda naquele ano. Em substituição a Lavalleja, foi eleito presidente o líder do grupo “colorado”, José Fructuoso Rivera, não sem a resistência de seu antecessor, o que rendeu dois anos de guerra civil, vencida pelo presidente constitucionalmente eleito, no ano de 1834. Durante seu governo, “don Fructo”, como era chamado, criou uma forte base militar na campanha uruguaia, o que lhe deu amplo apoio contra seus opositores durante a década de 1830.

Nas eleições de 1834, ascendeu ao poder federal seu antigo ministro e principal líder do partido “blanco”, Manuel Ceferino Oribe y Viana. Oribe, que inicialmente contou com o apoio de Rivera, passou a desenvolver um governo favorável à política do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, gerando a insatisfação de Rivera e seus aliados. A tensão que se abriu entre “blancos” e “colorados” culminou em uma revolta liderada por Rivera em 1836. Derrotado pelas tropas oribistas, o antigo presidente uruguaio se refugiou na província do Rio Grande do Sul e, com o auxílio material e político de parte dos farrapos¹³⁶, logrou reorganizar seu exército e retornar ao Uruguai no ano de 1838, quando, em uma ofensiva às tropas legalistas, tomou a cidade de Montevideú, obrigando Oribe a renunciar à presidência e se retirar do país. Com isso, Rivera alcançava, pela segunda vez, o posto de presidente da república, deflagrando de uma vez por todas a cisão política entre “blancos” e “colorados” no Uruguai.

Essa disputa interna no Uruguai ganhou um novo episódio, extrapolando então os limites das fronteiras. Na outra margem do Prata consolidava-se o governo centralizado nas mãos do rico estancieiro portenho Juan Manuel de Rosas. Destacado líder militar durante a década de 1820, Rosas foi escolhido governador de Buenos Aires no ano de 1829, cargo que exerceu, por meio de medida articulada dentro da Sala de Representantes, com “faculdades extraordinárias”. Isso significava, na prática, o exercício pleno do poder executivo e a sobreposição de sua província às demais. Esse plano ganhou ainda mais força em 1831, com a assinatura do Pacto Federal entre as províncias argentinas. Entretanto, um revés impôs barreiras ao exercício do poder de Rosas, quando, em 1832, a Sala dos Representantes revogou suas “faculdades extraordinárias”. Rosas, que se autointitulava “el Restaurador de las Leyes” afirmava não ser possível manter a ordem e levar adiante a restauração das leis e instituições

¹³⁶ Sobre as relações de Fructuoso Rivera e os rebeldes de Rio Grande do Sul, desde meados da década de 1830, ver o subcapítulo “1.1. Arranjos políticos com os rebeldes do sul” deste trabalho.

nacionais sem esse poder expandido, o que o levou a renunciar ao cargo de governador naquele mesmo ano.

Em seu lugar, a Sala de Representantes escolheu seu ministro da Guerra, o general Juan Ramón Balcarce. Se inicialmente deu continuidade à política rosista, Balcarce logo revelou um outro lado de seu posicionamento político, contrariando sua lealdade irrestrita ao antecessor. Em decorrência de “su permeabilidad a distintas influencias; debilidad que transformaba esa fidelidad en algo fácilmente mutable”¹³⁷, Balcarce se voltou contra a política de Rosas que, naquele momento, liderava a Campanha do Deserto, mas mantinha suas influências políticas na capital portenha. Diante de uma crise desencadeada pela campanha pró-Rosas na imprensa (que ressaltava a imagem e o prestígio do “Restaurador”) e com pouco respaldo político em Buenos Aires, Balcarce apresentou, em outubro de 1833, sua demissão. A Sala o substituiu pelo general Juan José Viamonte, que assumiu o poder com uma proposta conciliatória frente aos choques constantes entre as facções políticas de Buenos Aires e de aproximação com as províncias ainda não aderentes ao Pacto Federal de 1831.

Temendo uma retomada do protagonismo dos unitários na província, Rosas e seus apoiadores se opuseram de maneira explícita à administração de Viamonte, sobretudo naquele momento em que Rosas voltava a Buenos Aires ainda mais fortalecido pelo sucesso da Campanha do Deserto.¹³⁸ Enfraquecido pela instabilidade política decorrente da violência das disputas partidárias, Viamonte renunciou em junho de 1834. Deste modo, a Sala dos Representantes viu, no vazio político assim gerado, a chance de alçar novamente ao poder a figura mais importante da política portenha. No entanto, Rosas se negava a assumir o governo sem suas anteriores “faculdades extraordinárias”, cuja revogação motivara sua saída em 1831.

O impasse entre o líder federal e os representantes se estendeu até março de 1835¹³⁹, quando a Sala finalmente sucumbiu às pressões políticas do forte grupo federal e elegeu Rosas o novo governador e Capitão-general da província de Buenos Aires pelos próximos cinco anos, investindo-lhe todos os poderes excepcionais exigidos pelo caudilho. Para sacramentar não só o retorno de Rosas ao governo como também legitimar seus poderes, um plebiscito aprovou com ampla maioria a atribuição das

¹³⁷ Rosana Pagani; Nora Souto; Fabio Wasserman. “El ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)”, in: Noemi Goldman (dir.) op. cit., p. 311.

¹³⁸ Trata-se de uma série de campanhas militares que visavam à ocupação dos imensos territórios indígenas ao sul das províncias confederadas.

¹³⁹ Durante este interregno, o governo de Buenos Aires ficou interinamente a cargo do então presidente da Sala de Representantes da província, Manuel Vicente Maza.

“facultades extraordinárias” ao governador, que retomava seu projeto federalista depois de quatro anos, fazendo com que Buenos Aires, após seu retorno, se mostrasse “monolíticamente federal hasta en sus mínimas, y no por eso menos importantes, expresiones”.¹⁴⁰

A segunda ascensão de Rosas ao poder ocorria paralelamente ao acirramento das disputas entre *blancos* e *colorados*. Conforme assinalado acima, após sua eleição à presidência do Uruguai, Manuel Oribe teve de enfrentar a forte oposição de seu antecessor Rivera – contrário à política oribista pró-Rosas. Após dois anos de conflitos armados que envolveram não só uruguaios como também dissidentes farroupilhas e tropas unitárias argentinas, Rivera tomou o poder novamente, obrigando Oribe a renunciar à presidência e deixar Montevideú, único local ainda sob domínio dos *blancos*. Com isso, d. Fructo assumiu novamente a presidência da República, agora pela força das armas. Derrotado, Oribe refugiou-se em Buenos Aires, onde recebeu de Rosas, seu grande apoiador e amigo pessoal, os incentivos políticos e materiais necessários para restabelecer sua força de combate e novamente enfrentar o inimigo *colorado*.

Com a consolidação da aliança política e militar entre Oribe e Rosas, diversas razões levaram o conflito a transpor os limites orientais. A primeira delas foi o acirramento das disputas internas na Confederação Argentina: de um lado, os federais

¹⁴⁰ Pagani; Souto; Wasserman, op. cit., p. 319. Analisando o período de governo de Rosas a partir da vivência política do federalismo em Buenos Aires entre 1829 e 1852, Ricardo Salvatore demonstra como o rosismo, ao contrário do que fora difundido pela historiografia argentina (e que ainda reverbera, se tomarmos por base a historiografia brasileira), teria sido um projeto político com ampla aceitação e apoio por parte dos mais diversos grupos sociais, desde as elites muito próximas ao governo até a população mais pobre, fosse ela camponesa ou urbana. O historiador argentino pondera, contudo, que isso não significa dizer que o governo tenha tido uma adesão homogênea e perene ao longo de mais de vinte anos, mas sim que as próprias práticas políticas, os acordos travados e a maneira de governar do caudilho e de seus principais líderes teriam sido a fórmula encontrada por Rosas para manter o apoio e a consolidação de sua política, para alguns ditatorial, mas que, no limite, encontrava uma aceitação importante – ainda que matizada ou “morna” na palavra do autor – nas várias esferas sociais. Nas palavras de Salvatore, portanto, “La existencia de diferentes modalidades de ‘ser federal’ y las desigualdades implicadas en esta diversidad sirven para modificar nuestra comprensión del apoyo al federalismo rosista. Primero, porque al desplazar el terreno de la política hacia las prácticas cotidianas [...] nuestro entendimiento se acerca un poco más a lo que debió ser la política, como la vivieron los habitantes de la campaña bonaerense. Segundo, porque al divorciar el discurso del régimen de las formas prácticas en que la mayoría de los actores sociales expresaban sus “adhesiones”, tenemos una manera de asir la verdadera popularidad del régimen. Tercero, porque plantear la existencia de diversas formas de adhesión deja entrever la naturaleza ambigua y contestada del propio federalismo. [...] Si las identidades políticas podían ser más o menos intensas, distintos agentes sociales responderían de diferente manera al llamado de la ‘Causa Federal’. Ésta, como he indicado, no demanda identidades políticas profundas de toda la población, sólo de aquellos servidores públicos que debían aplicar la ley y movilizar apoyo para la guerra. Es por ello que durante el período de 1829-1852 coexistieron adhesiones ‘tibias’ y ‘profundas’, sin que unas y otras fueran definitorias del ‘ser federal’”. Ricardo Salvatore. “Expresiones federales, formas políticas del federalismo rosista”. En: Noemi Goldman y Ricardo Salvatore (comp.) *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, pp. 189-222 (citação à p. 220).

liderados por Rosas, cujas fileiras então se engrossavam com a adesão dos *blancos* oribistas; de outro, os unitários ao mando do general Juan Lavalle, que apoiavam o governo de Rivera. Isso sem contar as forças vindas do Rio Grande do Sul que, em 1836, havia se separado do Império com a proclamação da república e igualmente deflagrado uma cisão entre as lideranças do movimento na província, segundo demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho.

Além da ofensiva unitária, Rosas teve de lidar com uma ameaça internacional. Malogradas diversas tentativas de negociação diplomática do governo francês, contrário à política de nacionalização e fechamento da navegação dos rios interiores e do Rio da Prata, a frota naval francesa, em março de 1838, bloqueou o porto de Buenos Aires com o intento de garantir a livre navegação na região e, portanto, seus interesses comerciais na América do Sul. O bloqueio francês foi levado a cabo no mesmo momento em que as alianças entre o federalismo rosista e o líder *blanco*¹⁴¹ foram oficializadas, ou seja, quando os planos de retomada do Uruguai ganharam mais força com o oferecimento de tropas federais para lutarem sob a liderança de Oribe.¹⁴²

Não interessava a nenhum dos países que se beneficiavam com a política de livre navegação do Prata – oficialmente garantida pelo Tratado Preliminar de Paz de 1828 – que se consolidasse o projeto de “sistema americano” defendido por Rosas.¹⁴³ Neste sentido, a oposição de Rivera a Oribe e o bloqueio francês ao porto de Buenos Aires foram os primeiros sintomas do descontentamento internacional com o avanço do projeto rosista para a região platina, justamente no momento em que o governador de Buenos Aires concretizava outra importante ferramenta de sua política federalista. Junto de suas “faculdades extraordinárias”, Rosas alcançava outro feito político fundamental para consolidar um exercício pleno dos poderes, tanto em sua própria província quanto

¹⁴¹ Segundo o historiador argentino Tulio Halperín Donghi, até sua eleição para a presidência do Uruguai e a aproximação política com Rosas, Oribe aparecia como “figura de segunda fila”, sobretudo frente ao grande poder político do antigo rival de Rivera na política uruguaia, Juan Lavalleja, possuidor de contatos e reputação política muito mais destacadas. A figura de Oribe teria ganhado força após a aliança com Rosas e o avanço contra Montevideú. Cf. Halperín Donghi, op. cit., p. 354.

¹⁴² Essa aproximação entre Oribe e Rosas, o refúgio daquele em Buenos Aires e o financiamento e aparelhamento de tropas federais (oferecidos por Rosas) para fazer frente a Rivera punham em risco iminente, para o governo francês, a já frágil navegabilidade e livre comércio tanto no Rio da Prata como nos dois grandes rios interiores que o formavam, o Paraná e o Uruguai. Barrán, op.c it., pp. 7-10.

¹⁴³ Tratava-se de uma política expansionista do governador de Buenos Aires que visava à anexação do território da antiga Banda Oriental, da província do Rio Grande do Sul e mesmo do Paraguai, além do domínio completo das províncias argentinas mais interiores e das terras indígenas ao sul do continente. No limite, interessava a Rosas a reintegração dos territórios do antigo Vice-reino do Rio da Prata, aliando expansão territorial e a nacionalização dos rios interiores como ferramentas fundamentais para consolidar seu projeto político de nação. Ver Jorge Gelman. *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la revolución de ls estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, especialmente o Capítulo 1: “De la crisis del sistema colonial al primer sistema de Rosas”, pp. 19-46.

naquelas sob o Pacto Federal: além de governador e Capitão-general de Buenos Aires, tomou para si a direção das relações exteriores argentinas, o que deu maior amplitude ao seu regime, ainda que tenha posto em evidência problemas de governabilidade que demandavam solução. Segundo Tulio Halperín Donghi:

A partir de ahora Rosas tomaría directamente en sus manos la dirección de las relaciones exteriores, y se revelaría en ellas un maestro: sólo gracias a una combinación muy ajustada de intransigencia verbal y espíritu conciliador saldría con bien del conflicto internacional que por otra parte estaba ya sacando a luz todas las secretas flaquezas y las tensiones implícitas en el orden federal.¹⁴⁴

Esta nova atribuição conferida a Rosas pela representação da província lhe deu possibilidades de centralizar as decisões no âmbito da política e comércio exteriores, viabilizando uma margem ainda mais ampla de manejo da política argentina interna e externamente. Foi por meio de tal acúmulo de funções e poderes que o governador de Buenos Aires conseguiu controlar o primeiro momento de crise de seu regime, uma vez que pode negociar um acordo estratégico de comércio e navegação com o governo francês que pôs fim, em 1840, ao bloqueio do porto da capital e restabeleceu o equilíbrio de interesses, especialmente entre os grandes estancieiros bonarenses prejudicados pelo fechamento do comércio externo. Paralelamente, teve condições materiais e políticas de resistir à investida empreendida por Juan Lavalle à capital da

¹⁴⁴ Halperín Donghi, op. cit., pp. 353-4. As “tensiones explícitas” referidas pelo autor dizem respeito exatamente às relações com os estancieiros federais, seus grandes apoiadores e que, gradativamente passaram a se rebelar. O primeiro caso sintomático foi a rebelião dos “Libres del Sur”. O bloqueio ao porto de Buenos Aires pelos franceses deflagrou a insatisfação generalizada de uma forte base de apoio ao governo federalista de Rosas, qual seja, os grandes estancieiros do sul da província de Buenos Aires (muitos deles federalistas próximos ao governador). O bloqueio teria causado grandes prejuízos aos proprietários da região, que dependiam da exportação de seus produtos pecuários e se beneficiavam dos privilégios obtidos com a política comercial proposta por Rosas. Em decorrência disso, os estancieiros culpavam seu governador por ter provocado indiretamente o bloqueio francês com sua intransigência no manejo da política externa, inclusive com a centralização das decisões em suas mãos. Outro fator de insatisfação por parte desses grandes “hacendados” foi a demanda por recrutamento militar gerada pelo conflito com os franceses e com as tropas do unitário Lavalle que ameaçavam invadir Buenos Aires (o que se concretizou em 1840). Essa revolta, estalada em 1839, ficou conhecida como rebelião dos “Libres del Sur” e, mesmo que violentamente reprimida pelas tropas federais (liderados por Oribe), obrigou o governador portenho a reorganizar suas bases de apoio na província para a continuidade de seu governo. Sobre este contexto de rivalidades e combate ao rosismos entre os anos 1838-1840 ver Jorge Gelman. *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la revolución de los estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

província, fazendo prevalecer ali e em praticamente todo o território da confederação seu projeto político.¹⁴⁵

A partir do novo cenário, o campo estava aberto para a investida contra o governo colorado de Rivera. Enquanto Rosas consolidava seu “novo sistema”¹⁴⁶ político após os conflitos internos e externos do final da década de 1830, Oribe levava a cabo um contrataque ao rival uruguaio que o havia tirado da presidência em 1838. Entretanto, naquele momento, d. Fructo já se encontrava profundamente comprometido, militar e politicamente, com todas as principais forças que o auxiliaram na expulsão de Oribe e na retomada do poder em 1838 – parte da elite rebelde do Rio Grande do Sul, dos unitários argentinos exilados no Uruguai e ainda a esquadra francesa. Esse comprometimento o levou, no dia 10 de fevereiro de 1839, a declarar guerra ao governo de Rosas, oficialmente o marco inicial da Guerra Grande.¹⁴⁷

Vencendo a Batalha de Arroyo Grande contra as tropas *coloradas* de Rivera (ainda em território argentino, na província de Entre Rios), Oribe levou definitivamente o conflito para interior o Uruguai. Com o exército enfraquecido após essa primeira grande derrota¹⁴⁸, Rivera não foi capaz de conter o avanço das tropas *blancas*, que,

¹⁴⁵ Desde o início do segundo governo de Rosas, em 1835, mas especialmente após a derrota unitária de Juan Lavalle, muitos opositores ao rosismo foram perseguidos, alguns presos e assassinados (não só na capital, como também nas mais diversas províncias confederadas), outros exilados, ainda que sem abrir mão da crítica veemente ao regime. Em uma excelente e muito bem documentada tese de doutorado, o historiador argentino Ignacio Zubizarreta mostra como a crítica profunda ao rosismo e os mais diversos projetos de derrubada do regime centralizado em Buenos Aires foram desenvolvidos fora do solo argentino, numa experiência de combate político no exílio. Seja no Uruguai, numa resistência mais concreta contra as tropas oribistas, no Chile, no Brasil ou ainda nos Estados Unidos e na Europa, o autor destaca a vivência das questões do Prata e o intercâmbio intenso das experiências políticas na região como algo que mantinha os exilados mais ou menos ativos no contexto amplo dos projetos políticos possíveis para a Argentina pós-independência. Numa abordagem interessante do ponto de vista da interpretação dos eventos, Zubizarreta apresenta uma análise profunda dos meandros do período de construção do Estado argentino entre as décadas de 1820 a 1850, sobretudo do período do governo de Rosas, a partir da perspectiva daqueles que, por muito tempo, estiveram “excluídos” dos grandes círculos decisórios da política ou mesmo da própria produção historiográfica argentina: os unitários. Cf. Ignacio Zubizarreta. *Los Unitarios: faccionalismos, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica*. Stuttgart, Alemanha: Verlag Hans-Dieter Heinz, 2012. Agradeço ao autor por me ter cedido a versão digital de seu trabalho e pela fundamental orientação que me ofereceu, durante minha estadia em Buenos Aires, sobre a política argentina novecentista.

¹⁴⁶ A expressão é de Jorge Gelman ao analisar o governo de Rosas no novo contexto político gerado pelo bloqueio francês, pela rebelião dos estancieros do sul da campanha bonaerense e pela investida unitária de Lavalle em 1840. Ainda que Rosas tenha saído vitorioso e fortalecido de todos esses eventos, seus impactos teriam sido importantes no sentido de um câmbio na condução da política rosista e no estabelecimento das bases de apoio do governo. Gelman, op. cit.

¹⁴⁷ Para o historiador uruguaio José Pedro Barrán, Rivera, tomando o poder de um apoiador de Rosas por meio das armas, teria aberto caminho para a legitimação de uma ofensiva (ou, ao menos, uma resistência) do rosismo no estuário platino. Cf. Barrán, op. cit., p. 21.

¹⁴⁸ Segundo Barrán, Rivera contaria com o auxílio militar dos farrapos e de alguns líderes unitários argentinos, o que não se concretizou (ainda que as alianças tivessem sido feitas anteriormente), o que teria

rumando em direção à capital do país, deram início, em 1842, ao conhecido Cerco a Montevideú, que perduraria até 1851.¹⁴⁹ A partir daí, isolado na capital uruguaia e sem apoio material suficiente, Rivera passou a buscar auxílio por outros meios. Conforme apontado no primeiro capítulo, o *colorado* oficialmente distanciou-se dos farrapos com o intuito de barganhar o apoio político e militar do governo imperial. No entanto, extraoficialmente, Rivera vinha desenvolvendo um “jogo duplo” entre os rebeldes rio-grandenses e o Rio de Janeiro, visando ao apoio de ambos os lados em contenda.

Em 1843, Caxias, já à frente da presidência e do comando das forças brasileiras no Rio Grande, defendia uma tomada de posição do Império em relação aos conflitos internacionais que cercavam a província rebelada e dificultavam o controle das forças inimigas, em decorrência do trânsito mais ou menos livre na fronteira com o Uruguai. A ideia de Caxias era o entabulamento de um acordo com Oribe e, consequentemente, com Rosas, para conter a influência de Rivera nas questões do Rio Grande do Sul, interrompendo, deste modo, a “correia de transmissão” dos conflitos platinos para o interior do Império, mesmo que momentaneamente.¹⁵⁰ De fato, o acordo proposto foi esboçado pelos representantes diplomáticos de Brasil e Argentina, sem sucesso. Rosas teria negado a aproximação com o Império por interpretar o possível acordo como uma forma de obstaculizar sua política no Rio da Prata, criando compromissos que, naquele momento, seriam desnecessários e prejudiciais para seu projeto político. Sobre isso, afirma Halperín Donghi:

Ahora la decisión de aplastar todo adversario, de no compartir el poder de decisión, fijaba objetivos que los recursos de Buenos Aires no bastaban para alcanzar. En particular esa inclinación tuvo consecuencias gravísimas cuando llevó a Rosas a rechazar la oferta de alianza imperial, que era fruto de las hábiles negociaciones de su agente en Río de Janeiro, el general [Tomás] Guido (y de la situación objetiva creada por el acercamiento entre Rivera y los republicanos de Río Grande). La alianza de Buenos Aires y Río de Janeiro pareció a Rosas innecesaria cuando la derrota de Rivera parecía abrir a Oribe el retorno triunfal a su pérdida capital. Pero, a más largo plazo

comprometido profundamente a resistência à ofensiva oribista em Arroyo Grande. Cf. Barrán, op. cit., pp. 22-23.

¹⁴⁹ Durante todo o período da “Nova Troia”, na expressão de Alexandre Dumas, conviveram no Uruguai dois governos: o de Montevideú chamado de *Gobierno de Defensa* sob o comando de Fructuoso Rivera, e o de Manuel de Oribe que organizou seu governo (conhecido como *Gobierno de Cerrito*) nas imediações da cidade em três acampamentos: o acampamento do *Cerrito de la Vitoria*, onde se organizava a milícia, o do *Barrio Unión* onde se manejava a política, e o do *Puerto del Buceo* onde se dirigia a economia e se decidia por onde se exportariam os couros. Ver Barrán, op. cit. pp. 24-34.

¹⁵⁰ A expressão está em Ferreira, op. cit., pp. 75 e ss. Sobre o “jogo duplo” de Rivera entre os farrapos e o Rio de Janeiro, ver, além do subcapítulo 1.1. deste trabalho, Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 466-471.

¿no excedía a las fuerzas de Buenos Aires la ambición de fijar el destino oriental a espaldas del Imperio? Los hechos iban a demostrar que si: en 1845 el fin de la guerra civil rio-grandense devolvía al Brasil su plena capacidad para actuar en el Río de la Plata, y desde entonces la falta de un entendimiento con él llevaría paulatinamente a la catástrofe al sistema rosista.¹⁵¹

De fato, antes da “catástrofe do sistema rosista”, apontada pelo historiador argentino, a postura assumida pelo Império foi outra. Malogradas as tentativas de acordo com Rosas (sob os auspícios de um gabinete conservador), Caxias teve de conviver com a presença de Rivera ao longo das campanhas militares contra os farrapos, mas, sobretudo, no longo processo de pacificação da província por meio da negociação política. Por mais de uma vez, o líder *colorado* se ofereceu como intermediário nas negociações de paz entre os farrapos e o Rio de Janeiro, ou mesmo como representante dos interesses dos rebeldes frente ao Império, algo sucessivamente rechaçado por Caxias durante as tratativas, conforme demonstrado no capítulo anterior.

Essa estratégia de Rivera nascia não só de sua busca por apoio de ambos os lados. A manutenção da resistência frente ao cerco a Montevideu o manteve como figura forte na defesa dos interesses daqueles que lutavam contra o avanço de Rosas na região, como era o caso do Brasil. No entanto, naquele momento, era necessário o controle da situação interna como condição *sine qua non* para a intervenção nas questões externas, conforme o discurso corrente da época. Segundo José Pedro Barrán, a ação diplomática brasileira cuidou por diversas vezes de buscar soluções para a situação de Montevideu, inclusive na Europa. O caso mais sintomático foi a missão do visconde de Abrantes na Europa com o intuito de reunir forças para a intervenção na região platina. Para o historiador uruguaio, as diplomacias inglesa e francesa teriam se decidido pelo envio de esquadra para a proteção de Montevideu temendo, na verdade, as pretensões do Brasil na região. Em outras palavras, o segundo envolvimento da França, agora secundada pela Grã Bretanha, teria sido a estratégia encontrada para evitar que o Império tomasse completamente a frente da resistência e implementasse no estuário do Prata uma política mais restrita em relação ao livre comércio, no caso de uma intervenção do Brasil “por su cuenta”.¹⁵²

A partir de 1845, portanto, as frotas anglo-francesas passaram a proteger Montevideu dos avanços de Oribe e Rosas por mar, bem como deram o apoio material

¹⁵¹ Halperin Donghi, op. cit., p. 379.

¹⁵² Barrán, op. cit., pp. 34-35.

que Rivera não obtivera antes para resistir ao inimigo por terra. Paralelamente, William Gore Ouseley e o barão de Deffaudis, enviados diplomáticos das duas potências, buscaram abrir negociações com o governador de Buenos Aires que havia novamente fechado a navegação e o comércio nos afluentes do Prata. Rosas, por sua vez, manteve-se intransigente, sustentando o bloqueio à navegação e exigindo a participação de Manuel Oribe nas reuniões de negociação, uma vez que o considerava o presidente e representante constitucional do Uruguai e detentor dos direitos de participação nas tratativas. Sem acordo de ambos os lados, Rosas decidiu pela expulsão dos diplomatas europeus de Buenos Aires. Em resposta à postura do governador portenho, os europeus ordenaram o imediato bloqueio ao porto de Buenos Aires e a abertura forçada da navegação e comércio do Rio Paraná.¹⁵³

Esse período de intervenção europeia na Guerra Grande foi marcado por vicissitudes de ordem militar e diplomática. Batalhas cruentas no território uruguaio e a manutenção forçada da navegabilidade dos rios interiores da bacia do Prata marcaram a presença dos franceses e ingleses na região, decorrente, para além dos motivos mais óbvios, do desacordo diplomático entre as duas potências europeias e do entabulamento de acordos paralelos, não com um ou outro governo uruguaio, mas sim com o governador de Buenos Aires. Segundo conta José Pedro Barrán, o bloqueio ao porto da capital argentina servia como retaliação à ação de Rosas, embora os ingleses não pretendessem mantê-lo por muito tempo, visto que a medida impunha barreiras aos seus próprios interesses comerciais, além de facilitar as pretensões francesas na região:

Buenos Aires era el puerto por donde penetraban las mercaderías británicas y salían los cueros para su manufactura. Era también la ciudad donde más ricos y numerosos eran los comerciantes de nacionalidad inglesa. Además Gran Bretaña temía que la influencia preponderante que los residentes franceses habían alcanzado en el Montevideo colorado y su ejército, diera pie a que Francia pretendiera la ocupación definitiva de Montevideo y aun de todo el Estado Oriental.¹⁵⁴

Desconfianças de lado a lado conduziram a um distanciamento entre as diplomacias inglesa e francesa, não só em razão do jogo de interesses na região platina, mas também como reflexo da disputa entre as duas grandes potências imperialistas europeias que pretendiam estender sua influência pela América independente, num

¹⁵³ Salvatore, op. cit., pp. 373-376.

¹⁵⁴ Barrán, op. cit., p. 37.

momento em que o Brasil se abstinha do envolvimento no conflito.¹⁵⁵ Neste sentido, ainda no ano de 1847, a Grã-Bretanha desfez o bloqueio imposto dois anos antes à capital portenha e passou a negociar um acordo comercial diretamente com Rosas, em detrimento dos franceses que se concentravam na parte oriental do conflito. Felipe Arana, homem de confiança de Rosas, tratando com o novo representante diplomático britânico, Henry Southern, mostrou então um interesse maior de Buenos Aires em negociar e articulou um acordo que atendesse às pretensões de ambos os lados. Ainda que a Grã-Bretanha tenha sido beneficiada com o tratado – sobretudo pelo fato de ter deixado de lado os interesses franceses –, o grande vitorioso foi Rosas e seu projeto político. Além de não ter sido prejudicado em sua política e comércio exterior, passaria a contar com o apoio dos britânicos na condução de posteriores negociações com a França.¹⁵⁶

Em decorrência dos acertos entre Buenos Aires e Grã-Bretanha, o governo francês encontrou maiores dificuldades de negociação com Rosas. Pelo fato de os ingleses terem desbloqueado o porto de Buenos Aires em 1847, a França foi obrigada a fazê-lo no ano seguinte, como forma de manter a concorrência comercial com seu rival europeu na região. Contudo, o acordo com a diplomacia portenha foi mais demorado, na medida em que grande parte dos comerciantes franceses fixados no Uruguai pretendiam um deslocamento massivo em direção à capital argentina. Desse modo, o governo inglês resistia e pressionava Rosas a impedir que sua província fosse tomada pelo comércio francês. Por fim, em 31 de agosto de 1850, um tratado, com termos semelhantes aos firmados entre britânicos e portenhos, foi assinado com a França (representada pelo almirante Lepredour). Para concretizar a convenção, a França teve de reconhecer Manuel Oribe como presidente legal do Uruguai, a revelia de seu antigo aliado Fructuoso Rivera. De fato, essa medida jamais seria aceita pelo parlamento francês, menos pela campanha feita pelo representante do Governo da Defesa (Montevideu) na França, Melchor Pacheco y Obes, mas sim pelo revés político ocorrido no jogo de forças argentinas e platinas poucos meses depois da retirada da França.

¹⁵⁵ Halperin Donghi, op. cit., 381-382.

¹⁵⁶ Os termos da convenção definitiva, assinada em 24 de novembro de 1849, incluíam a devolução das embarcações apresadas pelos ingleses no período de intervenção, a desocupação da ilha de Martín García, o reconhecimento, por parte dos ingleses, do Rio Paraná como um rio interior e, portanto, submetido à legislação da Confederação Argentina. No mais, Rosas se comprometia a retirar todas as forças federais do território uruguaio assim que as tropas estrangeiras (majoritariamente, franceses) se desarmassem. Cf. Salvatore, op. cit., p. 375.

Como era habitual, todos os anos Rosas apresentava sua renúncia à Sala de Representantes e aos governadores das províncias confederadas. Essa prática pautava-se na segurança que tinha Rosas da igualmente habitual rejeição ao pedido por parte dos representantes e líderes provinciais. No entanto, no ano de 1851, a renúncia de Rosas foi efetivamente aceita. Em 1 de maio daquele ano, o grande estancieiro e governador da província de Entre Rios, Justo José de Urquiza, veio a público oficializar sua aceitação ao pedido do governador de Buenos Aires e responsável pelas relações exteriores da confederação. Em sua proclamação (“El Pronunciamiento de Urquiza”, como é conhecida), além de confirmar a renúncia de Rosas em nome de Entre Rios, o governador entrerriano reassumia oficialmente a condução de seu comércio e das relações externas da província com outras nações (agora sem a submissão às ordens portenhas) até que se formalizasse uma constituição à Confederação Argentina.¹⁵⁷ Pouco depois, o pronunciamiento de Urquiza foi secundado pelo então governador da província de Corrientes, Benjamín Virasoro, abrindo caminho para o rompimento definitivo das forças políticas em território argentino e da formação da aliança político-militar que lutaria contra as tropas federalistas de Rosas tempos depois.

Ainda que seja voz corrente na historiografia brasileira que o rompimento de Urquiza com o rosismo tenha sido o fator crucial para a tomada de posição do Império frente ao conflito entre os países vizinhos, há que se destacar a intensa mobilização diplomática brasileira nos anos anteriores. Como demonstra José Maria Rosa, mesmo o pronunciamiento de Urquiza teria sido resultado de um processo de negociações entre os representantes brasileiros no Prata (sob os auspícios do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa) e a administração entrerriana. Urquiza, ao lado de outros governadores confederados, há muito se indispunha e se distanciava da política exercida por Rosas, aproximando-se de outras forças políticas na região, em especial após a retirada do bloqueio ao porto de Buenos Aires e a assinatura dos acordos de Rosas com britânicos e franceses. Essa destacada vitória do projeto rosista teria

¹⁵⁷ Há duas obras de referência no que diz respeito ao “Pronunciamiento de Urquiza” e aos rumos da guerra após a tomada de posição do governador de Entre Ríos contra Rosas. Trata-se de dois importantes e muito bem documentados estudos do historiador e diplomata argentino José Maria Rosa que versam sobre o período de crise do rosismo a partir da análise das relações internas e externas do regime. Ver José María Rosa. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010; e Idem. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960 (consultado e reproduzido no volume depositado no Museo Mitre, Buenos Aires). Além destes, a contextualização do período também toma por base Halperín Donghi, op. cit.

subtraído a força comercial e financeira de outras províncias e seus ricos estancieros, como era o caso de Urquiza em Entre Ríos.¹⁵⁸

Sua ascensão ao governo entrerriano, em 1842 – no contexto do conflito platino – foi um importante ponto de virada nas relações políticas e econômicas da província mesopotâmica com Buenos Aires. Entre Ríos, e seu governador eleito, se beneficiou da imposição do cerco a Montevideú, passando a controlar a venda de produtos pecuários e o contrabando de produtos ingleses para a capital uruguaia sitiada. Neste sentido, durante a intervenção dos europeus em Buenos Aires e a abertura forçada dos rios interiores, Urquiza teria experimentado um enfraquecimento da ingerência rosista nos assuntos provinciais e uma autonomia na tomada de decisões políticas e econômicas. A vitória diplomática de Rosas com a assinatura dos tratados que puseram fim à intervenção europeia em 1847-1848 reduziu drasticamente as vantagens obtidas pelas províncias no que concernia ao comércio internacional e à política externa. Entretanto, naquele momento, o panorama já não era o mesmo, e tampouco o jogo de forças entre os dois mais poderosos caudilhos argentinos. Urquiza detinha então um poder inflado pelas relações políticas amalhadas durante seu tempo de governo, sendo que a estabilidade econômica de sua província o punha em pé de igualdade com Rosas.¹⁵⁹

As relações com o sistema rosista foram gradativamente se afrouxando e as atenções dos dirigentes entrerrianos se voltaram para os antigos “inimigos”. Foi nesse contexto que a diplomacia do Governo da Defesa, de Montevideú, nas mãos de Melchor Pacheco y Obes, teria articulado, desde a retirada das frotas francesa e inglesa da região platina, uma aliança militar entre a capital sitiada, as províncias mesopotâmicas da Confederação Argentina e o Brasil. Pacheco y Obes, buscando o apoio estratégico de Urquiza, oferecia todas as possibilidades para que o caudilho entrerriano liderasse o

¹⁵⁸ Cf. Rosa, *La caída...*, op. Cit., pp. 367 e ss.

¹⁵⁹ Idem, pp. 372-3. Especificamente sobre a biografia de Urquiza, seu papel na política argentina ou mesmo seu período de governo em Entre Ríos, não há uma obra mais inovadora na historiografia argentina, tampouco brasileira. Entretanto, há que se destacar a vasta obra de Beatriz Bosch, uma grande especialista argentina na vida e obra deste personagem importante. Ainda que apresente uma narrativa encomiástica, é uma das principais referências no diz respeito à biografia de Urquiza e seu papel político na Argentina do século XIX, além de trazer importante produção sobre a formação territorial e política da província de Entre Ríos. Ver, entre outros trabalhos, Beatriz Bosch. *Urquiza: gobernador de Entre Ríos, 1842-1852*. Paraná: s. n., 1940; Idem, *Presencia de Urquiza*. Buenos Aires: RAIGAL, 1953; Idem, *Urquiza, el organizador*. Buenos Aires: EUDEBA, 1963; Idem, *Urquiza y su tiempo: la visión de sus contemporáneos*. Buenos Aires: Centro Editor de Latino América, 1984, Idem, *Sarmiento y Urquiza. Del unitarismo al federalismo*. Buenos Aires/ Paraná (R. A.): Coni, 1938; e sobre a história da província de Entre Ríos (com destaque dado ao período nacional governado por Urquiza), ver Idem. *Historia de entre Ríos, 1520-1969*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978.

movimento e tirasse as maiores vantagens possíveis do rescaldo da pretendida queda de Rosas do poder central argentino.

Urquiza, contudo, nutria sérias desconfianças em relação ao posicionamento brasileiro frente às contendas territoriais entre sua província e o Paraguai. Para ele, o Império, reconhecendo e se comprometendo a garantir a independência paraguaia, colocava-se contra uma série de interesses argentinos que passavam pelos privilégios na navegação dos rios interiores e da ocupação de territórios limítrofes entre os dois países.¹⁶⁰

Desta feita, o processo de negociação entre os países vizinhos foi intenso. Com a saída das potências europeias, o Brasil pode exercer maior influência no jogo político e diplomático no plano regional platino, visto que as contendas na província do Rio Grande do Sul já haviam sido articuladas nessa direção, visando ao envolvimento do Império na situação beligerante que cada vez mais se avizinhava, conforme destacado anteriormente.¹⁶¹ Junto da pacificação feita no sul do país e da articulação das forças regionais em torno dos interesses brasileiros no Prata, a virada política em 1849 – com a escolha de Paulino José Soares de Sousa para o ministério dos Negócios Estrangeiros (em substituição ao visconde de Olinda) – teria sido importante para a concretização dos acordos entre o governo brasileiro e as forças políticas argentinas e uruguaias contra o rosismo, o inimigo comum na região.¹⁶²

Conforme defendido no primeiro capítulo, a mudança política de 1848-49 não foi necessariamente a “quebra da neutralidade” brasileira no que diz respeito aos assuntos do Prata, senão a consolidação de uma discussão política intensa que já vinha sendo travada no seio do parlamento desde meados da década de 1840 (ou mesmo antes), criando bases políticas e militares mais sólidas para a intervenção brasileira na região. Estava claro que um acordo com Rosas já não seria mais possível. Em primeiro lugar, em razão de sua vitória diplomática concretizada no acordo com britânicos e franceses, que devolvera ao governador de Buenos Aires o exercício pleno da política externa argentina. Paralelamente, tendo novamente o controle das relações exteriores, Rosas pode reforçar seu projeto de domínio da região platina, à revelia do Brasil e de

¹⁶⁰ Idem, p. 375.

¹⁶¹ Sobre a pacificação da farroupilha como um mecanismo importante de preparação do Brasil para o ingresso na Guerra Grande, acompanhada das articulações políticas feitas no parlamento (com intensa e sintomática participação de Caxias), ver o subcapítulo “1.2. Ecos da Farroupilha: os primeiros anos de Caxias no Senado (1846-1851)” deste trabalho.

¹⁶² Sobre a importância de Paulino de Sousa à frente do ministério dos Negócios Estrangeiros para a condução da ofensiva brasileira contra Oribe e Rosas, ver Moniz Bandeira, op. cit.; e Ferreira, op. cit., especialmente o capítulo 3 “A nova política no Prata: da neutralidade à intervenção”, pp. 131-178.

outros grupos políticos, como era o caso das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes (ou mesmo do caso mais evidente de Montevideu).

Em 1850, as possibilidades de negociação se encerraram com o rompimento das relações diplomáticas entre Buenos Aires e o Império. O governador portenho, insatisfeito com as investidas de particulares sobre o território uruguaio (controlado por Oribe) – as chamadas *califórrias*, lideradas por Francisco Pedro de Abreu, então barão de Jacuí – e o que considerava a posição omissa do Império, solicitou oficialmente o passaporte de seu representante na corte do Rio de Janeiro, Tomás Guido. Vale à pena transcrever a nota do ministro das Relações Exteriores de Rosas, Felipe Arana de 15 de maio de 1850:

El Excmo. Sr. gobernador ordena a S. E. que [...] replique a la inconveniente contestación del Gobierno de S. M. el Emperador, persistiendo muy energicamente en que se dé a estos gobiernos [de Oribe e Rosas] sin demora, las justas satisfacciones y reparaciones que le son debidas; y aplique un ejemplar castigo al cabecilla Jacuhy, secuaces y cómplices.

Ordena muy especialmente a V. E. declare al gobierno de S. M. I. que los de las Repúblicas del Plata mirarán cualquier evasión del de S. M. para satisfacer estas justas demandas, o una dilación, como una denegación de justicia y una aprobación de los inicuos procederes del cabecilla Jacuhy.

En su consecuencia, no pudiendo V. E. permanecer entreteniéndose amigables relaciones, de parte del argentino, con un gobierno que tan gratuita y deslealmente lo ofendería en este caso [...] van a V. E. órdenes precisas y muy terminantes para pedir sus pasaportes y retirarse de esa corte. Y esto lo verificará V. E. sin demora alguna, si en la contestación que le dé el gobierno de S. M. I. no satisface explícita y cumplidamente las justas exigencias de las Repúblicas del Plata.¹⁶³

A partir daquele momento, as negociações entre o Império, Entre Ríos e Montevideu se intensificaram e as posições no novo contexto da Guerra Grande se definiram no campo da diplomacia, visto que as discussões parlamentares no Brasil já apontavam uma preparação para a guerra contra Rosas desde anos antes da deflagração do conflito ou mesmo da ascensão de Paulino de Sousa ao ministério dos Negócios Estrangeiros. Nesse sentido, a consolidação dos acordos entre o Império e os aliados externos, bem como o próprio “Pronunciamento de Urquiza” teriam sido o ponto alto de um longo e intenso processo de negociações políticas e alianças militares que, há que se

¹⁶³ Nota de Felipe Arana a Tomás Guido, Buenos Aires, 15/05/1850, Archivo General de la Nación, Colección “Secretaria de Rosas”, Relaciones Exteriores (Brasil), Sala X, legajo 1-7-7, doc. s/n.

dizer, estava longe de caracterizar uma posição neutra do Brasil frente à beligerância no Prata e ao projeto expansionista de Rosas na região.

O que se pode afirmar, a partir do cotejamento das fontes, é que a oficialização da aliança Brasil-Entre Ríos/Corrientes-Montevideú desencadeou algumas consequências importantes no que concerne à definição da liderança militar do Exército brasileiro para o combate. Em outras palavras, o rompimento de relações entre Urquiza e Rosas teria sido o principal fator para que Caxias, em 1851, após muitos pedidos de Paulino de Sousa, aceitasse a nomeação para o Comando-em-chefe das forças brasileiras na guerra, cumulativamente ao posto de presidente da província do Rio Grande do Sul. A “falta de um bom general”, tão reclamada por Paulino, ainda em 1850, seria suprida por Caxias; seu retorno ao Rio Grande do Sul, depois de cinco anos, significava também sua volta ao teatro da guerra. Entretanto, desta vez o contexto era completamente outro. Os rebeldes que tempos atrás eram açoitados por suas tropas, em 1851 compuseram as bases mais fortes e preparadas das forças brasileiras contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas. O apoio ao novo presidente da província e comandante-em-chefe das forças brasileiras no sul foi amplo, sem dúvida, em decorrência dos bem fundamentados acordos que puseram fim à Farroupilha. Nesse novo contexto, Corte e província lutariam do mesmo lado, uma vez que os interesses, no limite, passaram a ser os mesmos.

2.2. O caminho de volta ao sul: a nomeação do “bom general”

No dia 10 de junho de 1851 atracava no porto do Rio de Janeiro o paquete brasileiro *Golfinho*, vindo do sul. Seria mais uma entre tantas embarcações trazendo os despachos e ofícios da política na região platina, não fosse por um documento em particular. Chegava finalmente à Corte a notícia oficial do “pronunciamento de Urquiza”, publicado pelo estancieiro entrerriano no início do mês anterior. Em outras palavras, desembarcava no Rio de Janeiro a condição que faltava para que Caxias, o “bom general” vislumbrado por Paulino José Soares de Sousa, revisse suas anteriores negativas ao chamado do ministro dos Negócios Estrangeiros e aceitasse a liderança das forças brasileiras no Prata.

Do ponto de vista diplomático, a posição brasileira no conflito platino caminhava, no início da década de 1850, para uma intervenção armada iminente, tendo em conta as alianças políticas estratégicas que haviam sido feitas nos últimos anos,

fossem estas internas ou externas. A mudança política levada a cabo em 1849, especialmente com a escolha de Paulino de Sousa para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi importante para uma alteração na postura diplomática do Brasil frente à beligerância na região, segundo a historiografia especializada.¹⁶⁴ Entretanto, analisar a questão somente deste prisma acaba por reduzir a importância de outros agentes e contextos políticos que, em alguns casos, transpuseram a fronteira brasileira ou mesmo guardavam raízes anteriores ao célebre “Gabinete Saquarema”, como é o caso da pacificação da Farroupilha, analisado ao longo do primeiro capítulo desta dissertação.

Além do mais, é fundamental destacar que, apesar da aproximação do Brasil com as lideranças argentinas e uruguaias inimigas de Rosas, o ingresso do Império na Guerra Grande não foi uma unanimidade na política interna do país, sobretudo nos anos imediatamente anteriores à intervenção brasileira. Isso pode ser notado, muito vivamente, nas discussões que se travaram no Senado imperial, no momento em que Caxias, aceitando em definitivo o chamado ministerial, pedia licença do exercício de seu posto para assumir a frente das tropas brasileiras na campanha contra Oribe, em 1851.

Embora, nas discussões sobre a resposta à Fala do Trono de 1851 (analisadas anteriormente), o tema das relações de conflito na região fronteira do Rio Grande do Sul com os países do Prata tenha tomado boa parte dos meses de maio e junho, o que mais chama a atenção é outra discussão, cuja particularidade é cara ao tema deste trabalho. Mesmo não havendo nenhuma intervenção direta de Caxias, é interessante que se dê destaque à questão, haja visto que o general, naquela oportunidade, tornou-se o objeto dos debates entre seus colegas da câmara alta. Na sessão de 16 de junho de 1851 foi apresentado no Senado um ofício do ministro da Justiça

participando que tendo S. M. o Imperador julgado *indispensável, para o bem do Estado*, encarregar da presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Sr. conde de Caxias, membro da Câmara do Srs. Senadores, de ordem do mesmo augusto senhor solicita da mencionada câmara a necessária licença para a saída do referido Sr. senador. – À comissão de constituição, *com urgência*.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Essa tese encontra-se em Moniz Bandeira, op. cit. e com profunda e bem documentada análise em Ferreira, op. cit.

¹⁶⁵ Anais do Senado do Império do Brasil. 1851, vol. 2 (junho), op. cit., p. 189. Grifos meus.

Na mesma sessão, a comissão de Constituição emitiu parecer favorável à licença de Caxias, aprofundando o pedido feito pelo governo e reforçando a urgência em se discutir o tema. Após apresentação do parecer, assinado por Antonio Paulino Limpo de Abreu e o visconde de Olinda, o senador d. Manoel de Assis Mascarenhas – um dos principais arautos da oposição à intervenção do Brasil na Guerra Grande – questionou as reais motivações da nomeação urgente de Caxias. Para ele, essa decisão teria sido tomada em decorrência das notícias vindas do sul na embarcação chegada dias antes à Corte, sobretudo, a declaração de guerra feita por Urquiza a Buenos Aires. Mais ainda, o senador sugeria o acerto de uma aliança entre os orientais e a Inglaterra, para ele a única motivação plausível para que Urquiza declarasse guerra, na medida em que o Uruguai não apresentava meios suficientes de manter um conflito por si mesmo. O que o senador questionava eram as motivações e os meios “obscuros” pelos quais o governo decidira pela nomeação.¹⁶⁶ Embora tenha criticado os atos de guerra contra os países vizinhos (durante a discussão de Resposta à Fala do Trono) passou a apoiar uma postura mais agressiva do Brasil:

Faço portanto hoje mais do que nunca votos ao Altíssimo para que o ministério mude de política, de sistema, para que envie para as províncias dezoito homens de paz, dezoito homens que conheçam o estado do país, e não moços inesperientes, não homens que até agora não deram ainda uma prova de que são capazes para lugares tão eminentes como são os de presidentes de províncias, mas homens já conhecidos pelos seus antecedentes, homens enfim que desenvolvam o pensamento do governo, que o ponham em execução, se porventura o pensamento do governo é como deve ser, a conciliação da grande família brasileira.¹⁶⁷

Na sessão de 17 de junho – após a primeira aprovação da urgência e do parecer da comissão – o senador Francisco Gê de Acaiaba Montezuma votou a favor do parecer e justificou-se dizendo ser aquele um caso de ordem nacional e que, portanto, era necessário tanto a dispensa de Caxias do senado para assumir a presidência, quanto sua dupla nomeação (também de comandante-em-chefe das forças brasileiras no sul). Para o senador, a medida era fundamental para conduzir uma resolução pacífica e conciliar os interesses envolvidos em prol da nação, uma vez que preconizava o isolamento do Brasil das disputas entre a Confederação Argentina e o Uruguai.¹⁶⁸

¹⁶⁶ Idem, pp. 193-196.

¹⁶⁷ Idem, p. 197.

¹⁶⁸ Idem, especialmente p. 226.

Ao contrário do senador baiano, Mascarenhas defendia o envolvimento do Brasil nas disputas entre Urquiza e a Confederação Argentina, fazendo votos pela vitória do primeiro. Dizia que com isso o Império ganharia a tranquilidade externa necessária e faria justiça aos rio-grandenses que vinham sofrendo com os abusos e violências do governo de Buenos Aires nos últimos tempos. Para reforçar sua posição, Mascarenhas sugeria ao governo que se aproveitasse da situação favorável para defender tanto os seus interesses quanto de seus súditos das províncias do sul do país. Segundo ele, Rosas era “tão inimigo comum hoje do Brasil, do Paraguai, de Montevideu e de Corrientes, como outrora foi Napoleão de todas ou de quase todas as potências da Europa.”¹⁶⁹ Com isso, o senador exaltava a necessidade de uma mudança na política brasileira diante das hostilidades externas como única maneira de solidificar internamente o Império:

Não, senhores, é tempo de seguir outra senda, é tempo de adotar outra política; é tempo de desenvolver mais vigilância; é tempo, enfim de cumprir um dever sagrado estabelecendo sobre bases sólidas a segurança da província de S. Pedro do Sul, e porventura a do império todo.¹⁷⁰

Grosso modo, todos os senadores que se manifestaram em relação à nomeação de Caxias para presidente e comandante das armas no Rio Grande do Sul não se opuseram ao parecer concordante da comissão de Constituição. A divergência de opiniões se deu no campo das relações internacionais, em que cada um dos senadores entendia de maneira diversa o modo como o Império deveria se portar diante dos conflitos externos. O que entrou na discussão, em suma, foi o entendimento de cada representante sobre o envolvimento do Brasil no conflito externo. Como se viu acima, Mascarenhas destacava a iminência da beligerância, enquanto Montezuma a descartava e, por isso, mantinha-se mais comedido em relação ao envolvimento imediato do Brasil na guerra. Carneiro Leão, por sua vez, defendia a necessidade de uma intervenção brasileira em resposta às ações de certas lideranças argentinas. Dito de outro modo, o senador mineiro preconizava uma ação efetiva contra a política agressiva de Rosas, mas não à Confederação Argentina e tampouco ao povo portenho, o que evidentemente atenuava as pretensões do Brasil e dava margem de negociação com outras partes da confederação avessas ao “sistema” de Rosas.¹⁷¹

¹⁶⁹ Idem, p. 233.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Idem, pp. 234-240.

Na sequência do debate, mais uma vez Mascarenhas, criticando as ideias de Montezuma, defendia uma política mais agressiva do Brasil, que não deveria esperar a ação beligerante do governador de Buenos Aires, devendo, portanto, se colocar em estado de guerra prontamente, evitando que o inimigo se preparasse e invadisse o território brasileiro, comprometendo, assim, ações futuras.¹⁷² Carneiro Leão, reforçando o tom de Mascarenhas, rebatia Montezuma, dizendo que todos os meios de negociação e diálogo diplomático com Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas, naquele momento, já haviam sido utilizados sem sucesso e que, diante do quadro de fracasso, não havia cabimento uma constante busca por caminhos pacíficos nas relações com as nações vizinhas. Nesse sentido, o senador dizia que “esta opinião não é pela guerra, *esta opinião é para nos prepararmos para a guerra*; esta opinião tem em consideração o estado dos nossos negócios”¹⁷³ e continuava seu discurso, afirmando que:

Neste estado de coisas, Sr. Presidente, não podemos impor a paz, paz e paz; devemos deixar liberdade ao governo para poder conseguir essa mesma paz. Todos devemos desejar a paz, mas sem excluir a guerra se a guerra for necessária para conquistar a paz.¹⁷⁴

Apresentando também suas críticas ao senador Montezuma, Costa Ferreira fez interessantes observações acerca da nomeação de Caxias e dos objetivos do governo com a medida. Aquiescia à licença a Caxias por considerá-lo um “general de paz, em todas as circunstâncias em que se tem empregado tem pugnado pela paz; portanto há de continuar a pugnar por ela”. Vale destacar um trecho de seu discurso, especificamente sobre a nomeação de Caxias à presidência do Rio Grande do Sul:

eu que ouvi o nobre senador pela Bahia persuado-me de que o governo não quer senão a guerra. Senão a quer, para que é este general? Pra presidir a província do Rio Grande do Sul? Está tão bem presidida, o presidente tem governado tão bem, tem sido geralmente acolhido pela província com todos os louvores, com todo o afago... não poderia ele continuar? Por que vai então o Sr. conde de Caxias? Porque o governo entende que quem pode melhor desempenhar as funções da guerra é um general.”¹⁷⁵

¹⁷² Idem, p. 250.

¹⁷³ Idem, p. 252 (Grifo meu).

¹⁷⁴ Idem, p. 253.

¹⁷⁵ Idem, pp. 255-256.

Foi, portanto, nesse contexto de defesa de uma preparação para guerra, que já se desenrolava desde 1848, que Caxias deixou o Senado para assumir as nomeações à presidência e ao comando das armas no Rio Grande do Sul. Ele já vinha sendo instado, principalmente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, a assumir a frente do combate no sul do país, conforme dito acima. Não havia aceitado ainda por questões políticas, como se vê na carta trocada entre Paulino de Souza e Rodrigo de Souza da Silva Pontes, onde se lê o trecho da epígrafe deste capítulo:

Estamos nos preparando. Já foram dois batalhões mais para o Rio Grande manda-se buscar tropas às províncias do Norte. O Rego Barros já partiu para a Europa para engajar tropas. É terrível a falta de um bom general. O Caxias esquivou-se de ir, declarando que iria logo se rebentasse a guerra. Diz que tem medo de se gastar antes com lutas de partidos, Assembléias Provinciais...¹⁷⁶

Entretanto, os seus receios com as “lutas de partidos, Assembleias Provinciais” diziam respeito muito mais ao cargo de presidente de província; em relação ao comando militar, seus “medos” tocavam outras questões. Conhecendo bem o jogo político na região da fronteira no sul, o general sabia que o apoio político no Rio Grande já estava minimamente garantido, tendo em vista a forma como se havia dado a pacificação da província, da qual fora um dos artífices. Pelo mesmo motivo, eram necessárias garantias mais bem fundamentadas do respaldo político e militar do outro lado do Prata. O “Gobierno de la Defensa”, em Montevidéu, e seu exército de resistência não seriam suficientes para lutar uma guerra contra Oribe, mesmo com todas as medidas políticas que vinham sendo tomadas na Corte para fortalecer o exército rio-grandense.

Era fundamental que o Império pudesse contar com uma força militar do lado argentino. Foi, portanto, nesse sentido, que a tomada de posição de Urquiza contra Rosas ganhou importância e abriu caminho para um novo momento no combate ao governador de Buenos Aires e seu fiel aliado oriental. Conforme apontado no subcapítulo anterior, o “pronunciamento de Urquiza”, de 1º de maio de 1851, não foi um ato isolado de insatisfação do governador entrerriano, senão o resultado de um processo de negociações diplomáticas com o Brasil e Montevidéu que buscava atender aos interesses internacionais de todas as partes envolvidas, assim como às ambições

¹⁷⁶ Apud. Ferreira, op. cit., p. 157.

políticas do próprio Urquiza dentro da Confederação Argentina, controlada por Buenos Aires.

Entre Ríos (ao lado da província de Corrientes), na sua condição “mesopotâmica”, tinha uma posição estratégica na região, o que possibilitava não só a navegabilidade dos rios interiores, mas também o próprio enfraquecimento da nacionalização desses rios, estabelecida pelos acordos firmados entre Rosas e as diplomacias britânica e francesa anos antes. Para além disso, contar com o apoio das “províncias mesopotâmicas” contra Rosas significava, por assim dizer, um duplo prejuízo ao governador de Buenos Aires. Primeiramente, porque Entre Ríos era, naquele momento, a província mais rica da Confederação, atrás apenas da capital, e governada por um rico, influente e respeitado estancieiro, com redes de comércio estendidas por toda a região platina. Em segundo lugar, Urquiza detinha o comando do principal e mais bem estruturado exército do país; posicionar-se contra Rosas, significava, portanto, retirar do governador de Buenos Aires uma parte fundamental de sua influência militar e de seu poder de defesa.¹⁷⁷

Junto da notícia do pronunciamento oficial de Urquiza chegava ao Rio de Janeiro, no mesmo pacote *Golfinho*, a notícia da assinatura de um acordo de aliança entre a diplomacia brasileira e os líderes de Entre Ríos, Corrientes e Montevideú. A informação circulou pela Corte com o mesmo status “secreto” com o que fora feito o tratado. Era uma condição fundamental para que houvesse cooperação de todas as partes envolvidas e para que a guerra ficasse circunscrita aos países platinos. Para o ministro Paulino de Sousa, por exemplo, essa era uma medida que visava a manter distantes os riscos de uma intervenção inglesa ou francesa na guerra ao lado de Rosas, tendo em conta os tratados firmados entre este e as potências europeias nos últimos anos da década anterior. Um posicionamento público e oficial do Brasil contra Buenos Aires daria margens para que seu governador recorresse aos aliados europeus no caso de uma intervenção armada em seu território. Nesse sentido, o acordo secreto com os inimigos do rosismo no Prata daria maior segurança para as ações brasileiras na região.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Cf. Rosa, *El pronunciamiento...*, op. cit., pp. 28-30.

¹⁷⁸ Grande parte da narrativa dos acontecimentos da participação do Brasil na Guerra Grande será baseada na obra já citada de José María Rosa, *La caída de Rosas*, op. cit., que traz uma reconstituição minuciosa e muito bem embasada em documentos diplomáticos e particulares dos principais envolvidos no contexto da luta contra o governador de Buenos Aires, consultados em arquivos braileiros, argentinos e uruguaios. Por esse motivo, as citações se restringirão às referências documentais diretas mais relevantes. Ver, sobretudo, a parte II (“La Guerra”) da obra, pp. 363-662. Os termos do acordo garantiam, entre outros pontos, o apoio total e irrestrito do Império às ações dos exércitos aliados, oferecendo armamentos, tropas das três armas e outros petrechos militares necessários para os combates, além do pagamento de uma

Desta maneira, a partida de Caxias para o Rio Grande do Sul ocorreu, em meados do mês de junho de 1851, sob condições políticas e diplomáticas muito favoráveis ao Império e o próprio general partira da Corte como um dos elementos fundamentais para que a vitória fosse garantida. Mais do que isso, há que se lembrar que um grupo forte de representantes dessa nova política de intervenção havia sido formado nos últimos meses antes de rebentar a guerra. Junto de Paulino de Sousa e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, que já ocupavam seus cargos desde 1849, compuseram esse grupo o próprio Caxias, sondado desde anos antes, Honório Hermeto Carneiro Leão e seu secretário especial, José Maria da Silva Paranhos, nomeados já nos últimos meses de 1851, como veremos adiante.

Nesse contexto, Caxias, recém-desembarcado no Rio Grande do Sul, tomou posse como presidente da província em Porto Alegre no dia 27 de junho e rapidamente seguiu para o acampamento militar da cidade de Rio Grande, onde assumiu oficialmente seu posto de comandante-em-chefe e se inteirou do estado crítico no qual se encontrava o exército provincial. Logo em seus primeiros dias, teve de lidar com uma série de adversidades decorrentes da desmobilização das tropas e de problemas financeiros. Além do mais, as dificuldades geradas pela situação indefinida das fronteiras com os países vizinhos seguiam causando sérias contendas entre os estancieiros rio-grandenses e uruguaiois.

O caso mais alarmante foram as “califórnicas” empreendidas pelo velho conhecido de Caxias dos tempos da farroupilha, Francisco Pedro de Abreu, o “Chico Pedro” – em 1851 já sob o título de barão de Jacuí, alcançado após a pacificação de sua província e por indicação do próprio Caxias. As incursões ao território uruguaio para capturar gado (e eventualmente escravos fugidos) feitas pelas tropas do barão, conforme apontado no capítulo anterior, já vinham causando diversos problemas de ordem política na região da fronteira, chegando inclusive a ser um dos temas levantados pela Fala do Trono daquele ano. Alegando a propriedade sobre o gado capturado, o barão de Jacuí se negava a cessar seus ataques violentos às fazendas vizinhas, comprometendo, assim, a possibilidade de apoio político e material dos estancieiros da parte limítrofe do Estado Oriental, controlada por Oribe. Inteirando-se da situação periclitante gerada pelas ações de Jacuí e suas tropas (principalmente das alegações deste de que as “califórnicas” não cessariam em decorrência da falta de pagamento dos soldados), Caxias

considerável quantia mensal para os governos de Entre Ríos e Montevidéu até o restabelecimento da ordem na região.

tomou medidas mais enérgicas, proibindo qualquer outra ação autônoma desta natureza, porém dispondo de uma grande quantia dos lucros de aduana da província para pagar o que se devia aos militares da província. De certo modo, a medida surtiu efeito, eliminando o foco principal das contendas na fronteira – o que vinha impondo dificuldades às manobras militares na região –, colocando novamente o barão de Jacuí sob as ordens do Exército, sendo logo enviado com seus comandados para a proteção da fronteira.

Outra questão pendente que mereceu a atenção do recém empossado comendante-em-chefe foi a sublevação de tropas estrangeiras do exército provincial, também sob a excusa de falta de pagamentos durante vários meses. Uma tropa de soldados alemães estacionada em Pelotas, que havia se revoltado contra a falta de soldo, se negava a seguir as ordens de mobilização e marcha em direção à fronteira enquanto não recebessem o que lhes devia o Exército. Para contornar a situação e agilizar as ações de guerra, Caxias usou parte do montante retirado da aduana provincial para sanar as dívidas com a tropa. Entretanto, como medida de segurança, o comandante proibiu que o contingente de estrangeiros fosse incorporado ao exército brasileiro que seguiria para o combate, ordenando também o envio dos cabeças da sublevação, presos em Pelotas, para a Corte. Caxias, que sempre foi um crítico agudo da participação de estrangeiros no exército nacional, fosse em situações ordinárias ou extraordinárias, teve de enfrentar o risco de novas sublevações pelos meses seguintes.¹⁷⁹

Em vários ofícios trocados entre ele e Carneiro Leão¹⁸⁰, nota-se a insatisfação com a presença dos alemães e a possibilidade de novas rebeliões por parte destes

¹⁷⁹ “O grande Caxias, ao opor-se ao contrato de tropas estrangeiras, havia prestado mais um notável serviço à causa do Brasil” é o que afirma o Capitão Genserico de Vasconcelos em sua obra sobre a Campanha de 1851-1852. Ali se encontram informações detalhadas sobre as tropas alemãs contratadas por Sebastião do Rêgo Barros em Hamburgo (enviado *ad hoc* de Paulino de Souza) e incorporadas ao Exército imperial naquele momento. Segundo o autor, do contingente contratado em Hamburgo (cerca de 1800 homens), poucos foram de fato incorporados aos regimentos, sendo que somente os mais experientes foram aproveitados até a batalha final de Caseros, em fevereiro de 1852. Entretanto, mesmo os mais bem preparados e experientes soldados alemães não pouparam o exército de levantes e deserções recorrentes ao longo dos meses de campanha. Há uma passagem curiosa em que Caxias teria dito ao major Von Lemmers (comandantes do 15º Batalhão, composto pelos alemães) “que o batalhão por êle comandado era o peor e o de menos confiança, que os soldados dos demais corpos eram, na realidade, negros, os alemães, porém, só tinham brancos os rostos, sendo neles tudo o mais preto”. Ver Capitão Genserico de Vasconcelos. *História Militar do Brasil. Introdução da influência do fator militar na organização da nacionalidade: a Campanha de 1851-1852*. 2 vols, 3ª ed., Rio de Janeiro: Bedeschi/Biblioteca do Exército, 1941, pp. 414-416. (trata-se da publicação de onze conferências proferidas pelo autor nas Escolas de Estado-Maior e Aperfeiçoamento de Oficiais (Volume 1) e de grande fortuna documental militar e diplomática referente à campanha contra Oribe e Rosas (Volume 2). Nela se encontra, por exemplo, boa parte das Ordens do Dia do Exército comandado por Caxias).

¹⁸⁰ Quando este já respondia pelo cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil no Prata, ao qual fora nomeado em setembro de 1851.

soldados estrangeiros. Em um destes ofícios, datado de 8 de dezembro de 1851, Honório demonstrava preocupação com a situação do Estado Oriental e reforçava a necessidade de manter o alerta a qualquer forma de movimentação de grupos armados para evitar um conflito interno que enfraquecesse o Exército Imperial. Além disso, dava notícias, trazidas por um correspondente de Urquiza em Buenos Aires, de que alguns alemães desertores das tropas imperiais haviam ido àquela cidade e alegavam estar muito insatisfeitos com seus superiores por não receberem os fornecimentos que lhes eram de direito. A preocupação de Honório era tanta que o plenipotenciário sugeria a Caxias, não obstante todas as precauções tomadas pelo comandante-em-chefe, a utilização de espões infiltrados nas tropas estrangeiras para levantar informações mais detalhadas sobre os movimentos e ideias dessas tropas, conforme se lê abaixo:

[...] Sei que V. Ex^a está de cautella, mas isso me não dispensa de recommendar á V. Ex^a toda a energia e emprego de espões que vigiem a conducta dos Alemães. O Commandante do vapor Paquete do Sul pode informar á V. Ex^a o que tem occorrido com aquelles que leva a seu bordo.¹⁸¹

Poucos dias depois, um novo ofício do diplomata brasileiro a Caxias retomava o tema. Lamentavelmente, os escritos de Caxias não foram encontrados – nem nos arquivos consultados, tampouco em publicações que tratam do período. Contudo, pelo tom das respostas emitidas por Carneiro Leão é possível supor o teor das informações contidas nos ofícios do general, que parecia pedir celeridade na resolução da questão. Logo no dia 10 de dezembro, Honório respondeu a uma carta de Caxias em que este comunicava que pretendia mandar treze soldados alemães das tropas imperiais à Corte por insubordinação. Neste ofício, Honório detalha as providências que vinham sendo tomadas para levar os praças de volta à capital, como prisioneiros, e evitar que houvesse qualquer ato de violência do traslado.¹⁸² Porém, a questão ainda se estendeu por mais algum tempo. Aparentemente por dificuldades de transporte, os soldados presos permaneciam por demasiado tempo no acampamento, o que aumentava o risco de novas insubordinações. Somente duas semanas após a prisão dos treze soldados, o problema foi solucionado, conforme informa Carneiro Leão, em carta a Caxias no dia 24 de dezembro:

¹⁸¹ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 08/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

¹⁸² “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias”, Montevidéu, 10/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

Os oficiais alemães seguirão para a Côrte na charrua “Carisca”. Mandeí abonar para comedoria d’elles cento e setenta e dous patações na razão de 14 patações por cada indivíduo: segundo as informações que tive é a mesma quantia que para o seu rancho derão os oficiais da charrúa e menos do que o Governo Imperial costuma pagar pelo sustento dos seus passageiros nos paquetes de vapor. Remeto incluso o recibo d’essa despesa que V. Ex^a me fará o favor de mandar satisfazer á meu hospede, o negociante Manoel Jozé Fernandes Guimarães que é quem esta no desembolso d’essa quantia.¹⁸³

Tais episódios demonstram, mesmo que de maneira superficial, que mesmo com o esforço empreendido nos anos anteriores para que o exército do Rio Grande do Sul fosse estruturado visando à proteção da fronteira e ao conflito internacional, muito ainda havia para ser feito, tanto em termos de organização administrativa quanto em questões relativas ao alistamento e treinamento dos soldados. Daí a necessidade (ou mesmo exigência) de Caxias em assumir o duplo cargo, político e militar, quando seguia para suas missões, visto que como comandante-em-chefe e presidente de província poderia contar tanto com as tropas do exército de carreira como com os contingentes da Guarda Nacional que, no caso do Rio Grande do Sul, tinha um treinamento e experiência militar especial reconhecidos e por muitas vezes elogiados pelo próprio conde no Senado, conforme destacado anteriormente.¹⁸⁴

¹⁸³ “Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão ao conde de Caxias”, Montevideu, 24/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

¹⁸⁴ A questão da ainda incipiente organização do exército nacional no período da Guerra Grande não era um problema somente brasileiro. O historiador uruguaio Mario Etchechury demonstra, numa análise interessante sobre a formação política e ideológica do Estado Oriental, como a experiência do legionarismo militar, dos alistamentos de tropas europeias e da imigração massiva no contexto das revoluções liberais em meados do século XIX na Europa impactaram na formação da nação uruguaia e na ideia de uma “causa” nacional que, no limite, atendia às importantes demandas militares na época da Guerra Grande. No entanto, o historiador analisa as dificuldades de formação de contingentes capazes de manter uma guerra tão longa e custosa num Estado dividido durante o longo período de conflito, as experiências sociais e políticas vindas da Europa e que, muitas vezes, se chocavam com uma realidade distinta na América do Sul, causando conflitos internos num Exército ainda em formação. Nesse sentido, Etchechury destaca a importância de uma espécie de função político-diplomática autônoma de lideranças ou grupos militares que agiam à margem de um sistema centralizado, mas que teriam sido essenciais para a manutenção, mesmo que instável, da proteção de fronteiras e sustentação das lutas na região platina na primeira metade do século XIX. Cf. Mario Etchechury Barrera, “La ‘causa de Montevideu’. Imigración, legionarismo y voluntariado militar en el Río de la Plata, 1848-1852”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Débats, dezembro de 2012. Disponível no link <http://nuevomundo.revues.org/64670> (consultado em 18/02/2015); ver também Idem, “Una guerra en busca de sus autores. Algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el Río de la Plata (1835-1845)”, In: *Illes i Imperis* (monográfico), “Justícia, violència y contrucció estatal”, nº 15, 2013, pp. 75-100. Sobre as experiências de legionarismo e formação das forças militares argentinas em torno de ideias políticas antirosistas e faccionalistas ver Zubizarreta, op. cit., principalmente a segunda parte (“Prácticas políticas, construcción identitaria y disparidades de la facción reveladas por la prosopografía”), pp. 131-297.

2.3. À espera do inimigo e do aliado: o avanço sobre o Estado Oriental e as tensões na relação com Urquiza

Não obstante as questões de organização das tropas – que perduraram por toda a campanha – foi preciso seguir com agilidade para a região de fronteira, visto que em julho de 1851 Caxias era informado que o general Urquiza já estava em posição para ultrapassar o Rio Uruguai e invadir o território oriental ocupado pelas tropas de Oribe. Nesse ínterim, era mister que o alto comando político e militar brasileiro soubesse o estado das forças militares de Montevideu e das províncias argentinas aliadas, ou seja, qual o contingente efetivo que seria destacado para combater ao lado das tropas imperiais. Para isso, foi enviado o então tenente-coronel Manuel Luis Osório para tratar com os principais líderes militares dos exércitos aliados (Urquiza, Garzón e Virasoro). Voltando ao Rio Grande do Sul, Osório demonstrou otimismo e chegou a afirmar a Caxias que a campanha seria “um passeio militar sobre o Uruguai”.¹⁸⁵

Ainda assim, Caxias não pactuava da ideia de um ataque tão pronto ao inimigo. Preconizava uma melhor organização de suas tropas e de seus aliados com o intuito de evitar intercorrências durante a missão. No entanto, teve de seguir em marcha, uma vez que havia se comprometido a agir de acordo com as ordens dos generais Urquiza e Garzón, assumindo, por assim dizer, uma postura “auxiliar” diante dos exércitos aliados. Além disso, a celeridade na investida contra Oribe atenderia também às pretensões de parte da diplomacia brasileira de evitar interferências externas nos combates. Em outras palavras, era preciso adiantar-se na retomada do Estado Oriental e poupar o Brasil de uma possível intervenção anglo-francesa na missão. Mesmo não sendo a ação inteiramente defendida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, acabou por ser levada a cabo. Deste modo, a pedido de Paulino de Sousa, o enviado uruguaio na Corte, Andrés Lamas, autorizou a entrada do Exército imperial no território uruguaio, ainda em junho de 1851.

Apesar de concedida a autorização, a invasão brasileira ao território uruguaio ainda tardou em decorrência do processo de mobilização e concentração do exército imperial na região de fronteira. Entretanto, o mesmo não ocorreu por parte dos aliados do outro lado do Prata. Urquiza, que já vinha mobilizando suas tropas em Entre Ríos

¹⁸⁵ Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 509.

desde o seu pronunciamento de 1º de maio, tão logo as teve em bom estado e concentradas às margens do Uruguai, ordenou a passagem do rio, com a pretensão de tomar o acampamento de Paisandú e seguir em marcha contra as tropas lideradas pelos irmãos Oribe, Inácio e Manuel. À revelia dos termos do tratado secreto de 29 de maio, Urquiza adotou uma estratégia militar autônoma em relação ao exército brasileiro, prescindindo, por assim dizer, do auxílio material e do contingente do exército aliado, num primeiro momento.

O governador de Entre Ríos sabia que travar uma luta contra Oribe contando somente com seu exército e apoiado pelo de Virasoro (de Corrientes) seria uma temeridade. No entanto, o que teria possibilitado essa iniciativa autônoma em relação ao Exército imperial foi a nomeação de Eugenio Garzón (destacado general uruguaio) ao comando-em-chefe do exército uruguaio que lutaria ao seu lado, conforme o artigo 19º do tratado secreto de 29 de maio de 1851.¹⁸⁶ Deste modo, Urquiza garantiria, acima de tudo, o aumento gradativo de seu contingente militar com o apoio dado por líderes militares orientais mais simpáticos a Garzón, golpeando, ao mesmo tempo, o poder de defesa de Oribe. Com a concentração do chamado “Ejército Grande” (formado pelas forças lideradas por ele, Virasoro e Garzón) e a adesão dos contingentes dissidentes da causa oribistas, novas possibilidades materiais se abririam para que Urquiza pudesse levar adiante seus planos de campanha.

Entretanto, há que se destacar que não só as garantias dadas pela presença de Garzón ao seu lado teriam levado Urquiza a agir em detrimento do exército de Caxias. Conforme dito acima, Urquiza ambicionava recuperar seus privilégios e relativa autonomia política e econômica comprometidas com a expansão da política rosista durante a década de 1840, de modo que seu pronunciamento contra Rosas teria sido a maneira de restabelecer seu *status quo ante*. Para isso, teve que se aproximar de líderes políticos que, se por um lado lhe davam as garantias necessárias para uma vitória contra o inimigo portenho, por outro, colocavam os interesses desses mesmos aliados em destaque, os quais, invariavelmente, se chocariam com os seus no caso da derrubada de Rosas do poder. Desta maneira, adiantar-se em relação ao vizinho aliado lhe daria vantagens numa possível negociação de paz com Oribe, impondo barreiras ao Brasil,

¹⁸⁶ *Convênio de 29 de maio de 1851, celebrado entre Brasil, a República Oriental do Uruguai e o Estado de Entre Ríos, para uma aliança ofensiva e defensiva afim de manter a independência e de pacificar o território daquela República.* A versão consultada do tratado encontra-se publicada na obra de Francisco Felix Pereira da Costa, *História da Guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay*. Vol. 2, Rio de Janeiro: A. G. Guimarães & Cia., 1870, pp. 78-81.

bem como estabelecendo bases políticas e econômicas seguras na região. Portanto, não se tratava somente de uma “rejeição” ao apoio militar do Império – visto que o fortalecimento da coalizão contra Oribe e Rosas era uma necessidade real – mas sim uma forma de suprir tal necessidade sem depender excessivamente do exército brasileiro.

Caxias, por sua vez, mostrava-se precavido diante da postura do aliado entrerriano. Tão logo fora informado da entrada das tropas argentinas no território oriental, o comandante-em-chefe brasileiro novamente enviou Osório ao encontro de Urquiza no intento de, mais uma vez, acertar a reunião de todos os exércitos aliados para seguir em marcha contra Oribe. Tendo em vista que as tropas sob o mando de Caxias já se encontravam estacionadas na fronteira com o Estado Oriental, os planos do general visavam à união de todo o contingente aliado na região do Rio Negro. Entretanto, Urquiza teria faltado ao encontro com o enviado brasileiro, esquivando-se uma vez mais das aproximações com o exército imperial. Sobre este evento, Genserico de Vasconcelos, em obra já citada, aponta para os riscos calculados das medidas de Urquiza e o fundamento político de suas ações. Vale destacar o seguinte trecho do autor:

[...] E quais as razões do procedimento de Urquiza? O seu caráter maquiavélico, a sua preocupação em servir-se dos brasileiros para os seus fins políticos, tirando-lhes, por isso, toda ocasião de exercer qualquer influência nos acontecimentos militares e políticos. Demais, Urquiza, invadindo isoladamente o território uruguaio, pouco arriscava militarmente. A nomeação do General Garzón havia-lhe granjeado a quasi [sic] certeza de que a maior parte dos orientais se bandearia para a causa aliada; e, se isso não acontecesse, e êle fosse batido, seu exército, composto só de cavalaria, retirar-se-ia para a fronteira onde se encontrava a massa imponente, para o cenário militar da época, do Exército brasileiro.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Vasconcelos, op. cit., vol 1, pp. 185-186. É certo que a obra citada do capitão do Exército brasileiro, fruto de conferências ministradas para formação de oficiais no início da década de 1940, apresenta claramente um tom encomiástico em relação à sua corporação, além de propor uma análise das táticas militares levadas a cabo durante a campanha, sem um compromisso estrito com a condução política e diplomática do conflito. No entanto, a obra se torna relevante tendo em vista seu considerável embasamento documental e sua riqueza de detalhes a respeito da movimentação dos contingentes militares durante a campanha. Em decorrência dessa abordagem, Vasconcelos, mesmo considerando a “guerra como uma continuação da política com armas na mão”, tende sempre a analisar os acontecimentos políticos da Guerra Grande como um “desvio” da conduta militar, seja atribuindo cores negativas à postura política dos inimigos, ou até mesmo dos aliados brasileiros, como se vê no trecho acima para o caso de Urquiza.

Para o autor, a posição de Urquiza, naquele momento, não fora um ato isolado e imprudente de tática militar, mas sim uma estratégia política nascida da possibilidade que tinha de aproveitar o auxílio imperial no caso de malogro, ainda que mantivesse suas tropas mais a frente de todas as outras que compunham o Exército Grande aliado. Ao que parece, mesmo a diplomacia brasileira (e, conseqüentemente, as ações militares por ela planejadas) se pautava por uma desconfiança em relação ao apoio de Urquiza. Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em meados de setembro de 1851 – quando o exército liderado por Caxias ainda não havia se reunido com as tropas de Urquiza – alertava seu superior de um possível ardil do governador de Entre Ríos na condução da campanha, especialmente no que dizia respeito aos aliados vizinhos. De Buenos Aires, escrevia Pontes que “[...] parece indubitável que Urquiza engana alguém, mas quem é a vítima do caracter especial deste homem?”¹⁸⁸

Nesse contexto, se era evidente que o aliado entrerriano do Império agia de modo a enganar alguém, a fim de buscar vantagens nos acordos de aliança mis conformes aos seus interesses, sem a participação das outras partes envolvidas no conflito, por que, então, a diplomacia e o comando militar do Império permitiram as seguidas ações autônomas de Urquiza no avanço contra as tropas de Oribe? Se era sabido, desde antes da deflagração das hostilidades, que nenhum dos exércitos aliados teria chance de lutar sozinho com o inimigo oriental, tampouco contra Rosas, por que não houve uma restrição às ações militares do aliado vizinho quando de sua entrada em território uruguaio? As respostas para todas essas questões parecem ir além da tática militar. Para respondê-las é preciso atentar muito mais aos interesses políticos do Império. Para isso, uma análise mais detida dos termos do tratado secreto de aliança de 29 de maio de 1851 pode dar algumas ideias de como teria sido desenhada a estratégia política e militar do Brasil em seu envolvimento no conflito internacional.

Pelo artigo 1º se definem as bases oficiais e os principais objetivos do convênio. Na letra fria do acordo, a aliança se fazia estritamente contra o general Manuel Oribe, objetivando a pacificação e restabelecimento da ordem política daquela república:

Art. 1º. Sua Magestade o Imperador do Brasil, a Republica Oriental do Uruguay, e o Estado de Entre Ríos, se unem em alliança offensiva, para o fim de manter a independencia e de pacificar o territorio da mesma Republica, fazendo sahir do territorio d’esta o general D. Manoel Oribe, e as

¹⁸⁸ Apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 532.

forças Argentinas que commanda, e cooperando para que restituídas as cousas ao seu estado normal, se proceda á eleição livre do Presidente da Republica, segundo a constituição do Estado Oriental.¹⁸⁹

Para tanto, firmava-se uma união irrestrita de forças militares entre os países conveniados, de modo que os objetivos do tratado fossem atingidos de comum acordo e sob somente um general-em-chefe (que seria o do Estado Oriental, enquanto as tropas aliadas ali se encontrassem). Desse modo, definia-se (artigo 22º) a indivisibilidade da aliança até que os objetivos do acordo fossem plenamente alcançados. Entretanto, essa condição era descrita no tratado após uma série de outras medidas que abriam largas margens de ação para as várias partes envolvidas no acordo, em especial para o Império. A própria função do general Eugenio Garzón (nomeado, conforme dito acima, no artigo 19º) não teria ficado bem definida no que dizia respeito à sua atuação efetiva como comandante-em-chefe durante as ações em território oriental, conforme o que se lê abaixo:

Art. 6º. Desde que as forças dos aliados entrarem no territorio da Republica Oriental do Uruguay, estarão debaixo do commando e direcção do general em chefe do exercito oriental, *excepto o caso de que o total das forças de cada um dos Estados aliados exceda o total das forças orientaes, ou dado o caso de que o exercito do Brasil, ou o de Entre Ríos passe todo para o territorio da Republica*. No primeiro caso as forças brasileiras ou alliadas, serão commandadas por um chefe de sua respectiva nação, e no seguinte caso os seus respectivos generaes em chefe; mas em qualquer dessas hypotheses o chefe aliado deverá pôr-se de accordo com o general do exercito oriental, pelo que respeita á direcção das operações de guerra, e para tudo quanto possa contribuir ao seu bom exito.¹⁹⁰

Pode-se depreender, portanto, que havia uma grande margem de manobra para que os demais chefes militares dos países aliados agissem sem que os termos do tratado fossem completamente rompidos. Além disso, o trecho destacado acima, de alguma forma, relativizava o que de mais “maquiavélico” teria existido nas ações autônomas de Urquiza, à revelia do exército brasileiro, como tende a analisar Genserico de Vasconcelos em sua obra citada. Em primeiro lugar, porque, pelos próprios dados apresentados pelo autor, o contingente total liderado por Urquiza somava cerca de 6 mil homens das três armas do exército, sendo que a maior parte estava mobilizada sob suas

¹⁸⁹ Ver nota 55. O texto integral do tratado encontra-se transcrito no “Anexo I”, deste trabalho.

¹⁹⁰ Grifo meu.

ordens.¹⁹¹ Em segundo lugar, o próprio general Garzón, a priori, liderava o segundo maior contingente do exército de Urquiza (antes mesmo de sua nomeação ao comando-em-chefe do Exército Oriental), o que dava a este maior vantagem na condução dos movimentos militares, desde o território de sua província em direção ao Uruguai.

Por fim, avançando antes do exército de Caxias pelo território uruguaio, como o fez, Urquiza poderia aumentar seu contingente militar, contando com as deserções das tropas orientais, teoricamente garantidas pela presença de Garzón ao lado do Exército Grande aliado. A possibilidade de aumento do número de homens mobilizados potencializava-se por meio do artigo 7º do convênio, que previa a incorporação às tropas orientais de todos os imigrados uruguaio nos territórios aliados. Não se tratava de uma incorporação ao exército do país no qual se encontrava estabelecido o cidadão uruguaio, mas sim o envio deste para a luta sob o comando do chefe oriental, o que favorecia o aumento de tropas de Urquiza, em decorrência de seu avanço antecipado apontado acima. O próprio Caxias, ainda em agosto de 1851, autorizava o coronel do Manuel Hornos a

reunir todos os emigrados orientaes que estejam nas circunstancias de servirem no Exercito, e marchar com elles para o ponto em que se achar o mesmo Exercito, e recommenda as autoridades civis e militares, a quem esta for apresentada, que lhe prestem os auxilios de que necessitar para o bom desempenho desta comissão¹⁹²

Cotejando os termos do tratado secreto de 29 de maio – com todas as possibilidades de ação por ele abertas – com as informações sobre as ações de Urquiza pode-se notar que o general entrerriano de fato teria agido de modo a estar sempre um passo adiante em relação aos seus aliados¹⁹³, porém, sem se desvencilhar

¹⁹¹ Os números exatos são: tropas de Urquiza: 2650 homens, divididos em 4 divisões, um esquadrão e um batalhão de infantaria; tropas de Garzón: 1700 homens, divididos em 2 divisões; tropas de Virasoro: 1500 homens. Ver Vasconcelos, op. cit., vol 1, p. 192.

¹⁹² Conde de Caxias, Despacho Oficial. Bagé, 3 de agosto de 1851. Academia Nacional de Historia Argentina – Colección Enrique Fitte, Sección XII, doc., 54. Manuel Hornos era um militar entrerriano exilado no Uruguai e, posteriormente no Rio Grande do Sul após a intensificação das perseguições políticas aos unitários durante o período de apoio de Urquiza a Rosas. Após o rompimento do governador de Entre Ríos com o governo de Buenos Aires, Hornos gradativamente se reaproximou de Urquiza, chegando, no momento do qual se trata, a liderar uma das tropas do Exército Grande, atuando também na derrota de Rosas, em Caseros. Sobre isso, ver Rosa, *El pronunciamiento...*, op. cit., p. 48 e Zubizarreta, op. cit, pp. 246-7.

¹⁹³ Inclusive à frente do próprio general Garzón, que, ainda em agosto, liderava uma das tropas do contingente entrerriano que transpôs o Rio Uruguai em direção a Paisandú. Conforme aponta Vasconcelos, Urquiza, com o maior contingente, atravessou o rio e, antes mesmo da chegada dos outros dois grupos (de Garzón e de Virasoro), marchou em direção ao acampamento de Paisandú, arriscando-se

completamente dos termos da aliança. Ao que parece, Urquiza soube manejar bem suas ações dentro das possibilidades que o tratado lhe abria, sem, no entanto, rompê-lo definitivamente e dar motivos para uma retaliação por parte dos demais governos aliados. Nesse sentido, o governador de Entre Ríos esteve muito mais dentro dos limites estabelecidos pelo tratado do que fora deles; e soube, por seu turno, tirar para si as vantagens que lhe poderiam servir num futuro próximo.

Pode-se, portanto, sugerir que Urquiza atuou na mesma lógica com a qual teriam agido Caxias, em sua missão, e o corpo diplomático brasileiro nesse primeiro momento do conflito. Além de ter no horizonte de ações as mesmas possibilidades oferecidas aos demais aliados, o Império tinha garantido, pelos termos do tratado, uma série de interesses específicos e estratégicos, seja para as ações futuras na região platina seja no que diz respeito à dinâmica política e econômica na região de fronteira com os Estados vizinhos – o que, havia muito, era um grande foco de conflitos e dificuldades diplomáticas para o país, conforme destacado anteriormente.

Neste sentido, outros pontos do convênio secreto de 29 de maio de 1851 merecem destaque. O primeiro deles, descrito no artigo 5º, refere-se especificamente à defesa dos interesses e das propriedades dos estancieiros brasileiros nas regiões controladas por Oribe¹⁹⁴:

Art. 5º. Porém, tomando-se igualmente em consideração que o governo do Brasil deve proteger aos súditos brasileiros que tem sofrido e sofrem ainda a opressão imposta pelas forças e determinações do general D. Manuel Oribe, fica ajustado que, dado o caso dos artigos anteriores, as forças do Império, além das que se destinam às operações da guerra, poderão fazer efectiva aquela pretensão, encarregando-se (de accordo com o general em chefe do Estado Oriental) da segurança das pessoas e das propriedades, tanto de brasileiros, como de quaisquer outros indivíduos que residam e estejam estabelecidos sobre a fronteira até uma distância de vinte léguas dentro do Estado Oriental; e isto se fará contra os roubos, assassinatos e tropelias praticadas por qualquer grupo de gente armada, qualquer que seja a denominação que tenha.

sem tanto poder de defesa, mas respaldado pela garantia da defecção do contingente liderado por Servando Gomez, o que, de fato, se concretizou sem derramamento de sangue.

¹⁹⁴ Há que se lembrar que a indefinição das fronteiras, decorrente do próprio avanço das propriedades dos estancieiros da região limítrofe, e as medidas, prejudiciais aos proprietário gaúchos, de Manuel Oribe geraram uma série de conflitos entre os grandes proprietários daquela região que, muitas vezes redundaram em beligerância entre milícias armadas dos líderes locais e proprietários de terras, como foi o caso das já citadas “califórnicas” levadas a cabo pelo barão de Jacuí, desde os últimos anos da década de 1840.

Com isso, o Império poderia, de forma legítima, intervir nas contendas entre os particulares da região, garantindo largas vantagens para os proprietários brasileiros de terras e escravos, ou mesmo legitimar as ações dos líderes militares que já vinham agindo de maneira autônoma em relação às decisões da Corte desde anos antes. Tal hipótese não parece tão descabida na medida em que se atenta para a composição do corpo militar mobilizado para a missão. As quatro divisões do exército brasileiro no Rio Grande do Sul, foram lideradas por velhos conhecidos de Caxias, com os quais o conde havia estado em campo de batalha nos tempos da Farroupilha, fosse como aliado fosse como inimigo. Com dois deles Caxias teria entabulado as principais negociações para a pacificação da província e composto, já em 1845, um grupo forte de políticos e proprietários aliados: Bento Manuel Ribeiro (Comandante Marechal da 1ª Divisão) e Davi Canabarro (Comandante Coronel da 4ª Divisão ligeira).¹⁹⁵ Além destes dois destacados membros da elite política e militar do Rio Grande do Sul, fortalecida após a pacificação da Farroupilha, figuravam, entre os líderes militares, outros nomes que haviam participado ativamente da revolta findada em 1845 (tanto nas fileiras da legalidade, quanto dos rebeldes) como é o caso do coronel João Propício Mena Barreto,

¹⁹⁵ Conforme já destacado no capítulo 1, Davi Canabarro, em 1850, havia sido nomeado pelo ministro da Justiça sob os auspícios do próprio Caxias, ao cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional (dos municípios de Quaraí e Livramento), órgão criado no mesmo ano com o objetivo central de organizar e legitimar as ações de proteção das fronteiras nacionais. Além de Canabarro, outros Comandantes Superiores da Guarda Nacional de municípios fronteiriços compuseram o corpo militar de Caxias durante a campanha, como o coronel da 7ª Brigada, José Joaquim de Andrade Neves (Comandante Superior da Guarda Nacional dos municípios de Caçapava e Encruzilhada), além de Luis Manoel de Lima e Silva (tio de Caxias e importante estancieiro da província), que ocuparia o mesmo posto nos municípios de Porto Alegre e São Leopoldo. André Fertig, analisando o papel político e militar da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul como uma instituição fundamental para a proteção interna e externa do Império, define a criação dos Comandos Superiores, em 1850, como um mecanismo de centralização do projeto de Estado Imperial e um artifício fundamental de exercício do clientelismo político, não somente no âmbito local, senão também entre as províncias e o centro. Baseado nas abordagens de Richard Graham sobre a dinâmica política clientelista no Brasil do século XIX, o autor busca mostrar como, a partir de 1850, com a reforma da Guarda Nacional – em especial a partir da criação dos Comandos Superiores – o Império implantou seu projeto centralizador na organização da milícia, bem como reforçou os vínculos e o controle do centro em relação às províncias por meio do novo cargo criado, cujos comandantes eram nomeados diretamente pelo Ministro da Justiça, a partir de “indicações” dos presidentes de província. Deste modo, segundo Fertig, tais Comandos teriam apresentado uma forte dinâmica de controle do centro sobre as localidades, sendo, portanto, uma instituição ao mesmo tempo de aproximações e fortes tensões entre os interesses provinciais e centrais, o que, no limite, somente fortaleceu o caráter clientelista da política brasileira e das relações entre os diversos níveis de poder político no Brasil. Mesmo não partilhando da mesma perspectiva do historiador citado, destaco a relevância de seu trabalho visto que apresenta importantes informações sobre as relações sociais e políticas na província do Rio Grande do Sul e a participação fundamental da Guarda Nacional rio-grandense na composição das tropas de linha do Exército brasileiro, em especial durante o período aqui abordado. André Fertig. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: EdUFSM, 2010 (sobre os Comandos Superiores da Guarda Nacional ver e a participação da milícia nos conflitos internacionais no Prata ver, pp. 21-31 e 229-291, respectivamente).

brigadeiro Manuel Marques de Souza, o coronel Vicente de Paula Oliveira Vilas-Boas (um dos articuladores da eleição de Caxias ao Senado, em 1845) e o próprio Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, um dos principais responsáveis pelas missões de proteção das propriedades fronteiriças durante a campanha contra Oribe.¹⁹⁶

Neste sentido, mesmo com todas as determinações do tratado de 29 de maio atribuindo o comando das forças aliadas e a livre requisição dos contingentes necessários de todos os exércitos aliados ao general Garzón, o Império garantia para si uma ampla liberdade de ação no que concernia à proteção de seus interesses na região de fronteira. Isso fica explícito nos artigos 8º e 9º, que tratavam a questão nos seguintes termos:

Art. 8.º Os contingentes com que devam concorrer os exércitos aliados, serão subministrados por simples requisição do general em chefe do exército oriental, quando e como o requisiante, prevenindo com antecipação e pondo-se de acordo com os generais respectivos, *sempre que seja possível*.

Art. 9.º O artigo antecedente e o artigo 5º [transcrito acima] *não se devem entender de modo que prejudiquem a liberdade de ação das forças imperiais, quando o acordo e prévia inteligência com o chefe das forças orientais não seja possível*, ou para as operações de guerra, ou para a proteção a que se refere o citado artigo 5º.¹⁹⁷

Deste modo, estaria assegurada uma larga margem de ação ao Exército de Caxias, tendo em vista a defesa da propriedade de terras, animais e escravos na região da fronteira, em especial se levarmos em conta a composição das forças militares do Império para a missão e a preparação brasileira para a intervenção no conflito, conforme demonstrado no presente trabalho, desde o capítulo anterior. Da mesma forma que o tratado dava possibilidades de ação para Urquiza, oferecia ao Brasil meios institucionais de intervir em questões de suma importância naquela região, o que antes, porém, não era possível dada a necessidade de reorganização das forças militares e ao arranjo político com a elite dirigente da província. Assim, mesmo o fato de Caxias ter garantido que lutaria sob as ordens dos chefes aliados pode ser problematizada. Ainda que sua postura oficial fosse essa, o que se vê pelas definições do tratado – e mesmo na maneira

¹⁹⁶ É importante notar que, das 11 brigadas do exército em operações entre 1851 e 1852, 9 eram compostas por corpos de infantaria e cavalaria ligeira da Guarda Nacional rio-grandense. Para uma descrição completa da composição do exército brasileiro mobilizado para a campanha contra Oribe, ver Vasconcelos, op. cit., pp. 198-200. Algumas informações – ainda que superficiais, dado o tom bastante laudatório da obra – sobre os nomes que figuravam nas fileiras brasileiras sob o comando de Caxias encontram-se em Aquiles Porto Alegre. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1917.

¹⁹⁷ Grifos meus.

como o general brasileiro conduziu com cautela sua marcha em direção ao Estado Oriental – sugere que, na prática, o Exército brasileiro encontrava-se em condições de estabelecer suas próprias bases de ação e defender os interesses brasileiros na região platina, acima de quaisquer outros.

Desta forma, enquanto Caxias permanecia estacionado com seu exército na região de fronteira com o Estado Oriental, Urquiza seguia avançando contra os contingentes de Inácio e Manuel Oribe. Além dos pontos já destacados acima, Urquiza se beneficiava de um fato fundamental resultante de outra determinação do tratado, qual seja, a interrupção do contato entre os inimigos dos dois lados do Prata pela esquadra brasileira. Evidentemente que o convênio de 19 de maio não apresentava a questão nesses termos, no entanto, o que se viu, na prática, foi um bloqueio efetivo das conexões entre Oribe e Rosas por meio do Rio da Prata, o que redundou no isolamento daquele na campanha oriental, impedindo-o de receber os auxílios materiais necessários para manter a resistência ao avanço do Exército Grande. Pelos artigos 4º e 10º ficava definido que:

Art. 4º. Logo que se julgue isso conveniente, o exército brasileiro marchará para a fronteira, a fim de entrar em ação sobre o território da República, quando seja necessário; e a esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil, se porá em estado de hostilizar imediatamente o território dominado pelo general Oribe. [...]

Art. 10º. O governo oriental declarará roto o armistício de acordo com os aliados, e desde esse momento a manutenção da Ilha de Martín Garcia em poder das forças e autoridades orientais, incumbirá a cada um dos aliados (segundo os meios de que possa dispor) de acordo com o governo da República Oriental do Uruguai; *sendo principalmente do dever do comandante em chefe da esquadra brasileira proteger a dita ilha, seu porto e fundeadouro, assim como a navegação livre das embarcações pertencentes a qualquer dos Estados aliados.*¹⁹⁸

Os dois artigos do convênio referentes à movimentação da esquadra brasileira possibilitaram, portanto, mesmo que “extraoficialmente”, o bloqueio da cooperação entre os líderes inimigos. A Ilha de Martín Garcia estava, à época, sob o controle de Montevideu, porém, durante a Guerra Grande foi palco de diversas rusgas entre as facções em luta, especialmente em decorrência de sua posição estratégica na desembocadura dos rios Uruguai e Paraná no Rio da Prata. Não era à toa, então, que o controle da ilha significasse uma garantia importante para a navegação dos rios interiores. Daí as vantagens aos aliados: tendo em vista que a ilha localizava-se entre

¹⁹⁸ Grifo meu.

Buenos Aires e o território oriental, garantir sua posse significava literalmente separar os dois líderes inimigos, sem que fosse necessário oficializar um conflito com ambas as partes. Além disso, como a proteção da ilha ficaria sob as ordens da esquadra brasileira, o Império assegurava, uma vez mais, um de seus mais candentes objetivos com a intervenção no conflito, qual seja, a livre navegação tanto do Rio da Prata quanto de seus grandes afluente formadores.

Há que se considerar o resultado deste ponto do acordo como “extraoficial”, tendo em conta que o próprio convênio de 29 de maio fora estabelecido sob bases secretas e como uma aliança específica contra o general Manuel Oribe e com um só objetivo: o de “esperar por Rosas”. Desde o início das negociações entre as diplomacias do Brasil, Montevideu e Entre Ríos esse foi um ponto fundamental na construção do tratado entre os aliados, uma vez que não interessava a nenhum dos três Estados, ou mesmo a nenhum outro que aceitasse os termos do acordo e ingressasse na aliança¹⁹⁹, uma aproximação entre Rosas e Oribe que deflagrasse a beligerância nas duas margens do Prata.

A Montevideu, tal quadro dificultaria enormemente suas chances de livrar-se do sítio imposto por Oribe. A Urquiza, isso significaria ter de lutar em duas frentes, avançando contra o território dominado por Oribe, mas correndo o risco de ter sua província, desguarnecida, invadida por Rosas. Ao Brasil era interessante não abrir hostilidades contra Rosas, num primeiro momento, para evitar a possível ingerência das potências europeias no conflito. Por isso, a diplomacia brasileira teria articulado e oficializado uma aliança “exclusivamente” contra Oribe que, no limite, tinha como fundamento a contenção do rosismo na região platina. Em expressão lapidar, José Maria Rosa sintetiza a questão dizendo que “la ficción de una guerra exclusivamente contra Oribe que había elaborado Paulino” retirou dos aliados a necessidade de formalizar uma

¹⁹⁹ Há que se lembrar que tanto durante as reuniões de negociação do acordo quanto após sua efetivação, uma das preocupações do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Paulino de Souza, era que o Paraguai não aceitasse o convite para aderir à aliança, conforme consta do artigo 23º do texto final do tratado. De fato, as suspeitas de Paulino se concretizaram e, após o convite oficial feito pelos representantes da aliança ao governo paraguaio, seu presidente, Carlos Antonio Lopez, negou a adesão ao convênio alegando o risco de se fazer acordos diplomáticos não com a totalidade dos Estados Soberanos, mas sim com províncias ou partes destes, como era o caso de Entre Ríos e Corrientes, ou Montevideu sitiada. O temor de Paulino era um possível prejuízo às ações militares futuras, mas, acima de tudo, o comprometimento da navegabilidade dos rios interiores, que faziam parte também do território paraguaio, um dos principais interesses do Brasil naquele momento. Além disso, Paulino receava uma aproximação de Lopez e Rosas, uma vez que, naquele momento, Urquiza ainda não havia reconhecido a independência do Estado paraguaio, bem como tinha problemas de fronteira ainda indefinidos com o governo de Lopez, o que vinha dificultando as relações entre o Paraguai e as províncias mesopotâmicas argentinas desde as décadas anteriores. Cf. Rosa, *La caída...* op. cit., pp. 500-502.

declaração de guerra contra o inimigo portenho, sem, no entanto, se respaldar de todas as medidas militares e diplomáticas necessárias para um conflito iminente com o governador de Buenos Aires, evidenciado, por exemplo, nos artigos 15º e 16º:

Art. 15º. Conquanto esta aliança tenha por único fim a independência real e efetiva da República Oriental do Uruguai *se por causa desta mesma aliança o governo de Buenos Aires declarar a guerra aos aliados individual, ou coletivamente, a aliança atual se tornará em aliança comum contra o dito governo*, ainda quando os seus atuais objetos se tenham preenchido, e desde esse momento a paz e a guerra tomarão o mesmo aspecto. Se, porém, o governo de Buenos Aires se limitar a hostilidades parciais contra qualquer dos Estados aliados, os outros cooperarão com todos os meios a seu alcance para repelir e acabar com tais hostilidades.

Art. 16º. Dado o caso previsto no artigo antecedente, a guarda e segurança dos rios Paraná e Uruguai será um dos principais objetos em que se deva empregar a esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil, coadjuvada pelas forças dos Estados aliados.²⁰⁰

Além do mais, mediante tais termos, o Brasil dava um “golpe mortal” em Rosas, pois obrigava-o a declarar guerra ao Império, em decorrência das hostilidades contra seu aliado oriental. Porém, em agosto de 1851²⁰¹, os aliados já haviam se acercado de Oribe e a esquadra brasileira já se encontrava estacionada no Rio da Prata, bloqueando, portanto, qualquer possibilidade de auxílio material a Oribe ou de ataque ao território brasileiro.²⁰²

Desta forma, a guerra contra o rosismo começou a ser vencida longe de Buenos Aires e sem que o Império tivesse de disparar nenhum tiro contra o inimigo. Sem poder contar com os auxílios materiais oferecidos por Rosas, com suas forças militares desorganizadas e sem uma tática de defesa definida, e malogradas as tentativas de retirada de seu país²⁰³, Oribe praticamente não ofereceu resistência ao exército de

²⁰⁰ Grifo meu.

²⁰¹ 18 de agosto de 1851 foi a data da declaração formal de guerra de Rosas ao Império.

²⁰² Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., pp. 519-531. O trecho citado está na p. 531.

²⁰³ Vale destacar que durante o mês de setembro de 1851, acossado pelo inimigo e claramente perdida a aliança com Rosas, Oribe havia buscado o apoio da Inglaterra e da França para poder se retirar do Uruguai e evitar o conflito aberto, levando consigo tanto o exército blanco quanto o contingente de argentinos que liderava em território oriental. Representado por seu ministro plenipotenciário, Carlos Villademoros, Oribe negociou seu transporte para Buenos Aires com as esquadras dos dois países, porém, a oposição feita por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes ao acordo teria levado a diplomacia das duas potências a se afastarem de Oribe. Ao que parece, a diplomacia brasileira considerava arriscado permitir que Oribe, capitulando, se refugiasse em Buenos Aires, o “território neutro” pretendido pelo líder blanco. Sobre isso, Rosa destaca que a mesma “ficção” de uma guerra somente contra Oribe, elaborada por Paulino, possibilitava àquele “darse por vencido, asilarse en un territorio neutral y ser transportado por buques neutrales; aunque ese ‘territorio neutral’ fuera la Confederación Argentina. Ni Francia ni Inglaterra tenían motivos valederos para oponerse; es más, era su obligación prestar el transporte según los usos, del derecho de gentes”. Cf. Rosa, *La caída...*, op. Cit., pp. 531-2.

Urquiza. Além disso, conforme avançava sobre o território uruguaio, o general entrerriano ganhava mais e mais apoio das tropas desertoras de Oribe. De acordo com Vasconcelos, Oribe somente optou pelo ataque a Urquiza quando Rosas ameaçou destituí-lo de seu posto de comandante das tropas federais que lutavam em território uruguaio, o que o faria oficialmente perder todo o respaldo político vindo de Buenos Aires, e que ainda lhe dava algumas garantias. Mesmo assim, sua ofensiva não ofereceu grandes riscos ao avanço de Urquiza, ainda que o exército *blanco* fosse mais forte e bem aparelhado que o do general entrerriano, que seguia distante e à frente do exército de Caxias.²⁰⁴

Sobre isso, José Maria Rosa também ressalta as vantagens materiais do exército de Oribe não aproveitadas diante da aproximação de Urquiza. Ameaçado pela possibilidade de ter que travar uma luta em duas frentes – tendo em vista a proximidade com o cerco a Montevideu, decorrente das seguidas fugas das forças entrerrianas – e apostando em vantagens mais seguras que aquelas oferecidas pela luta armada, Oribe optou por abrir negociações com Urquiza sem maiores resistências. Nas palavras do autor:

No le queda outro medio a éste [Oribe] que presentar combate o capitular. Lo primero se demoraría hasta la llegada de los brasileños, pues la caballería de Urquiza es impotente contra la infantería y artillería de Oribe, y ésta no puede tampoco ir en busca de aquélla; lo segundo habría que hacerlo inmediatamente, antes de que se acercasen los imperiales.²⁰⁵

Nota-se, portanto, que Oribe, já sem condições de manter militarmente seu *status quo* no Uruguai, soube aproveitar as escassas possibilidades que lhe restavam, oferecendo ao inimigo as condições de uma capitulação sem maiores hostilidades. Contudo, essa postura de Oribe, inicialmente, teria beneficiado somente a Urquiza, tendo em conta a distância existente entre os exércitos liderados por ele – muito mais próximos do acampamento de Oribe – em relação ao exército de Caxias, que, mesmo

²⁰⁴ Vasconcelos, op. cit. pp. 215-216. Algumas páginas antes, o autor avança algumas hipotéticas formas de ação a Oribe e Rosas: a de Oribe levantar o sítio de Montevideu e seguir para Buenos Aires, onde lutariam com os dois contingentes reunidos; a de reforçar o exército de Oribe para vencer a guerra no Uruguai, o que se inviabilizou por conta da presença da esquadra brasileira no Rio da Prata desde o início de maio de 1851; e, por último, a de Oribe continuar sua resistência no Estado Oriental enquanto Rosas invadisse Entre Ríos, obrigando os aliados a lutarem em dois teatros de guerra diferentes. Ponderando cada uma das possibilidades, Vasconcelos afirma, em seguida, que “entre todas as soluções possíveis para a luta contra a aliança, Rosas e Oribe adotaram a pior – ficaram passivamente onde estavam, deixando toda a liberdade aos aliados, para a execução de seus planos de operação.” Cf. idem, pp. 187-188.

²⁰⁵ Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 532.

em território oriental, encontrava-se estacionado cerca de trezentos quilômetros do exército entrerriano.

No início de outubro de 1851, concentrado com suas tropas no quartel de Pantanoso, Oribe enviava a Urquiza sua proposta de acordo contendo cinco artigos bem definidos, transcritos na íntegra abaixo:

1º Se reconoce que los servicios que han prestado los militares y ciudadanos que han servido a las órdenes del general don Manuel Oribe son hechos a la nación Oriental del Uruguay.

2º Se reconoce que la resistencia que han hecho los militares y ciudadanos a la intervención anglofrancesa ha sido con la idea de defender la independencia de la República Oriental.

3º Se declaran legales todos los actos gubernativos y judiciales que, en conformidad a las leyes de la República y su Constitución, se han ejercido en el territorio que han ocupado las armas del general don Manuel Oribe.

4º Se reconocen en todos los ciudadanos orientales de las diferentes opiniones en que ha estado dividida la República, iguales derechos, iguales servicios e iguales méritos; y opción a los empleos políticos en conformidad a la Constitución.

5º Se reconoce por la Nación Oriental las cantidades que ha quedado adeudando el gobierno del general don Manuel Oribe, y cuya deuda provenga de desembolsos hechos por particulares y para objetos determinados.

De todos os pontos oferecidos por Oribe, Urquiza, interlocutor direto do chefe capitulado, aceitou três da redação original (o 2º, o 3º e o 5º), modificando e transformando os dois restantes num só e acrescentando três outros artigos, fixados, no acordo definitivo, nos seguintes termos:

4º Se procederá oportunamente, y de conformidad con la Contitución, a la elección de senadores y representantes en todos los departamentos, los cuales nombrarán al Presidente de la República.

5º Se declara que entre todas las opiniones diferentes en que han estado divididos los orientales, no habrá vencidos ni vencedores, pues todos deben unirse bajo el estandarte nacional para el bien de la patria y para defender sus leyes y independencia. [reescrito a partir dos artigos 1º e 4º da proposta original]

6º El general Oribe, como todos los ciudadanos de la República, queda sometido a las autoridades constituidas del Estado.

7º De conformidad a lo dispuesto en el artículo anterior, el general don Manuel Oribe podrá disponer libremente de su persona.²⁰⁶

²⁰⁶ Apud. Idem, pp. 533-534. O texto final das concessões em *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembleia Geral Legislativa (Ministro Paulino José Soares de Souza)*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852, Anexo D, pp. 23-24. (Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1489/000148.html>, consultado em 24/02/2015).

Recebendo, dias depois, as modificações e acréscimos feitos por Urquiza e encerradas as reuniões para acertar os termos finais de sua capitulação, Oribe aceitava, sem mais alterações, todos os artigos do acordo. Mesmo com as propostas de Urquiza, Oribe alcançava um fim honroso para um conflito que mantivera vivo durante mais de uma década. Além disso, ambos os líderes conseguiam congregiar todos os grupos políticos orientais sem atribuir a vitória a nenhum deles. Entretanto, o próprio fato de retirar de Oribe toda e qualquer “culpa” referente à beligerância teria dado a ele e a seus sectários alguns privilégios consideráveis com o fim da guerra.

Nesse contexto, o que mais chama a atenção é o fato de toda a negociação ter sido levada a cabo antes mesmo da reunião das tropas de Urquiza com o exército de Caxias. Em outras palavras, a rendição de Oribe, objeto principal da aliança feita entre Brasil, Entre Ríos e Montevideu, fora conduzida somente por Urquiza, sem a participação dos demais aliados, em especial, do Império. Tal fato causou grande insatisfação e desconfiança por parte dos representantes diplomáticos brasileiros, que chegaram a cogitar a possibilidade de um rompimento da aliança com Urquiza e mesmo um conflito armado com o general entrerriano, conforme escrevia Silva Pontes a Paulino de Souza, em 10 de outubro:

No momento em que geralmente se diz que tudo está concluído, vejo que a situação de Montevideu está dependendo toda do arbítrio de um só homem, que a ser certo quanto de boa parte se me informa, despreza convenções, comprometimentos, e tudo quando pode ligar a palavra de alguém para atender aos seus próprios interesses. Tenho o maior pesar em dizer a V. Ex.^a que falo de Urquiza... Creio que devemos dar o convenio como roto e já prevejo uma guerra mais sanguinolenta do que tem sido até agora.²⁰⁷

Justificando sua atitude, que contrariava as determinações da aliança, Urquiza pronunciava-se, no dia 12 de outubro, afirmando não ter sido possível, naquele momento, esperar pelo exército de Caxias para agir contra Oribe. Era preciso, segundo ele, avançar contra inimigo que ainda se encontrava com considerável contingente e seguia entrincheirando-se nas redondezas de Montevideu:

O pronunciamento geral dos cidadãos desta República em favor dos princípios que sustentam os exércitos aliados me forçou a continuar as minhas marchas desde o Rio Negro, depois de ter esperado ali por muitos dias a aproximação do Sr. conde de Caxias com o exército de seu mando,

²⁰⁷ Apud. Idem, p. 537. O trecho citado está transcrito também em Ferreira, op. cit. p. 185.

apesar de minha resolução de não adiantar o passo enquanto se não verificasse a incorporação de ambos os exércitos. [...] Pela série de acontecimentos favoráveis que me conduziram a por-me diante dos últimos entrenchamentos de Oribe, não restava outra alternativa senão ou dar uma batalha a um exército que contava ainda com 8500 soldados das três armas, ou continuar a empregar os meios pacíficos, cujos resultado haviam sido até então tão felizes. [...]

Fiz ao general Oribe algumas concessões que talvez não se pudessem negar depois de uma vitória sangrenta. As fiz com a condição de obter a aquiescência dos governos aliados, mas com a confiança de que avaliariam devidamente os motivos de minha resolução e apreciariam seu bom resultado.

Nada é mais eficaz que o triunfo desta política tão humana como elevada [...]; essa convicção me fez colocar ao general Oribe as concessões que solicitou. Elas não são mais que a realidade das patrióticas e liberais declarações feitas [...] que tantas vezes encheram de orgulho aos amigos e defensores da causa defendida por V. Ex.^a, que por fim abraçam todos os orientais para o bem de sua dilacerada pátria.²⁰⁸

Mesmo com sua retratação frente aos governos aliados, Urquiza não conseguiu dissipar por completo a desconfiança que havia criado, ainda que, de alguma forma, tenha evitado um conflito maior. Sua postura não desagradava somente a diplomacia brasileira; Caxias, que teve de lidar por diversas vezes com as evasivas do general entrerriano na condução da campanha contra Oribe, descontentava-se não somente com os termos do tratado estabelecido em Pantanoso, mas também com a forma como a participação do Brasil (do exército brasileiro, em particular) havia sido diminuída frente ao modo como fora levada a cabo a rendição de Oribe. Mesmo assim, Caxias “mordeu os lábios e guardou digno e altivo silêncio”, seguindo sua marcha ao encontro de Urquiza, concretizada, finalmente, no dia 14 de outubro.²⁰⁹ Sabia muito bem o conde da importância de Urquiza para a continuidade da intervenção brasileira no Prata. A derrota de Oribe, mesmo sem a participação do Império, era somente uma das etapas para se alcançar o objetivo central da missão, ou seja, o de conter o avanço de Rosas sobre a região, para o que Urquiza seria fundamental.

Deste modo, em correspondências com o ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, Caxias demonstrava toda sua insatisfação com os últimos eventos, sobretudo após seu encontro com Urquiza, mas a circunscrevia por necessidades

²⁰⁸ Transcrito em *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembleia Geral Legislativa (Ministro Paulino José Soares de Souza)*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852, Anexo D, pp. 22-23. (disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1489/000146.html>, consultado em 24/02/2015)

²⁰⁹ A expressão é de Gustavo Barroso (*A Guerra contra Rosas*, 1929), apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 537.

estratégicas. Ressaltava o comandante das forças brasileiras, em 20 de outubro, a importância de aceitar os termos da capitulação de Oribe e acalmar os ânimos frente ao general entrerriano, dando-lhe tudo aquilo que pedisse. Antes mesmo de escrever ao ministro, conferenciando com o almirante Grenfell e com Silva Pontes, em 17 de outubro, Caxias já defendia a necessidade de manter o general entrerriano ao lado do Brasil a qualquer custo, visto que “não lhe seria [a Urquiza] difícil acertar-se com Rosas e voltar-se contra nós”²¹⁰ Neste sentido, não é demais pensar que a presença de Caxias na campanha e seu contato direto com Urquiza, naquele momento, foi fundamental para manter coeso o plano de ação de Império e evitar um conflito armado com o antigo aliado de Rosas, o que poria em risco os objetivos primordiais da intervenção brasileira no Prata.

Pode-se afirmar, portanto, que a tática cautelosa do Império, demonstrada acima, não teria sido somente em relação ao governador de Buenos Aires. Mais do que “esperar por Rosas”, que era o inimigo no horizonte, o Brasil teve também de “esperar por Urquiza”, o dubio e fundamental aliado para suplantar o fantasma do federalismo rosista no Prata. Senão desde o início das hostilidades contra Oribe, essa “espera” teria se dado, pelo menos, a partir do momento em que Urquiza passou a manejar os termos do convênio secreto de 29 de maio ao seu favor, orientando suas ações com certa autonomia e distância de seus aliados, em especial do Brasil. Desta maneira, a presença do comandante-em-chefe das forças brasileiras em operação teria sido peça valiosa na condução dessa nova tática militar, política e diplomática que, no contexto da guerra acabam por ser sinônimas.

Após mais de uma década de beligerância, o dia 10 de outubro de 1851 marcaria o fim oficial da Guerra Grande na República Oriental do Uruguai, com a concretização do tratado de Pantanoso entre Manuel Oribe e Justo José de Urquiza. No entanto, assim como os termos da aliança contra o inimigo oriental teriam dado as possibilidades de ação autônoma a Urquiza, deram-na igualmente ao Brasil, que as utilizou em outras sendas e em novos arranjos políticos com um Uruguai agora pacificado. Caxias, seguindo à frente do exército brasileiro no país vizinho²¹¹, continuaria sendo uma peça chave na condução dos interesses brasileiros na região, no entanto, muito mais no

²¹⁰ “Ofício do Conde de Caxias a Manuel Felizardo de Souza e Mello, Montevideu, 20/09/1851”, AHMI, docs 4903 e ss. Sobre a conferência entre Grenfell, Pontes e Caxias, ver Rosa, *La caída...*, p. 556.

²¹¹ José Maria Rosa afirma que após toda a tensão gerada pela capitulação de Pantanoso, circulou no teatro da guerra e mesmo na imprensa brasileira a possibilidade de renúncia de Caxias ao comando da missão, sendo substituído pelo general João Paulo dos Santos Barreto. Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit. p. 538.

campo político que no campo de batalha, conforme será demonstrado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

Mais político que militar: Caxias na construção de uma nova política brasileira no Rio da Prata (1851-1852)

Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar o nome dos partidos que entre vós existam.

(Luis Alves de Lima e Silva, Maranhão,
07/02/1840)²¹²

Com estas palavras iniciais, ao seu discurso de posse aos cargos de presidente e Comandante de Armas da província, o ainda coronel do Exército, Luis Alves de Lima e Silva, verbalizava toda sua “imparcialidade” frente aos súditos rebelados de Sua Majestade o Imperador no Maranhão, no início de 1840. Chegara à província com a missão de pacificar a província, às voltas com a revolta da Balaiada desde o ano anterior. Com seu discurso parcimonioso, pretendia, como conseguiu, colocar-se “no meio dos dois partidos políticos” de modo a aproveitar-se “de ambos para a pacificação da província”. Tomar como pública e oficial sua suposta equidistância tanto de “bem-te-vis” quanto de “cabanos” fora, naquele momento, a estratégia encontrada para debelar o conflito entre os membros da elite política, sem, contudo, deixar de mostrar todo aparato militar que o acompanhara no combate à arraia-miúda da província maranhense.

Evidentemente, não é pretensão deste trabalho tecer uma análise minuciosa dos acontecimentos da Balaiada ou da atuação do líder militar legalista que a findou. No entanto, recupero o discurso do futuro barão e conde de Caxias para problematizar a ideia que mais permeou (ou talvez ainda permeie) suas biografias ou mesmo outros trabalhos historiográficos que tem como sujeito sua “imparcialidade”, seu distanciamento em relação à política, de forma que fosse sempre definido mais como militar do que como político. Um discurso construído ainda no século XIX e que, reiterado, ao longo dos anos, pelas mais diversas obras memorialísticas e biográficas, acabou por ser tomado como uma síntese da vida pública de Caxias, mascarando, deste

²¹² Apud. Moraes, *O Duque de Ferro...*, op. cit., p. 51.

modo, outras possíveis interpretações tanto sobre suas missões militares, quanto sobre sua longa carreira na política brasileira oitocentista.

O objetivo desta pesquisa, desde suas primeiras páginas, foi buscar novas formas de compreender Caxias num contexto de consolidação do Estado nacional e de novas formas políticas que tangiam as mais diversas esferas institucionais do Império do Brasil nas primeiras décadas do Segundo Reinado. Para tanto, foi preciso, antes de mais nada, considerar que os campos de atuação do biografado, o militar e o político, não foram, de forma alguma, excludentes ao longo do século XIX. Ao contrário, conforme demonstrado até agora, ambos funcionaram de maneira complementar ou, em casos específicos, confundindo-se ou mesmo invertendo a chave interpretativa plasmada na epígrafe do capítulo. Em outras palavras, em determinados contextos, Caxias demonstrava um domínio muito apurado da política, exercendo-o em benefício dos interesses militares mais difíceis de serem concretizados.

Desta feita, problematizar tais questões faz sentido, sobretudo na interpretação do contexto aqui abordado. Analisar a participação de Caxias ao longo da campanha contra Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas (a seguir) é, acima de tudo, perceber sua função como agente estratégico da política brasileira naquela região. Mais que isso, agente de um novo projeto político do Império, do qual ele próprio, de alguma forma, já fazia parte desde os tempos da pacificação do Rio Grande do Sul, conforme apontado anteriormente. No capítulo que se segue, a partir da análise dos acontecimentos posteriores ao fim da Guerra Grande no Uruguai e da investida contra o governador da província de Buenos Aires, buscarei destacar de que forma tal projeto teria sido implantado, evidenciando os dispositivos políticos e os principais personagens que compuseram o grupo forte de representantes desse novo momento político que se constituía na região platina, do qual o futuro duque formou parte importante.

3.1. No Uruguai recém-pacificado: a montagem do novo sistema político

No capítulo anterior, viu-se a participação de Caxias na campanha contra o general uruguaio Manuel Oribe, desde sua licença do Senado – onde representava o Rio Grande do Sul, desde 1846 – até as dificuldades na organização dos contingentes brasileiros para a luta, a utilização da rede de influências políticas e militares construída ainda durante a pacificação da Farroupilha e depois, na aliança feita com os líderes dos Estados vizinhos; bem como as tensões na relação com Justo José de Urquiza,

governador da província argentina de Entre Ríos, surgidas ao longo da campanha. Este último, embora fosse objeto de grande desconfiança por parte dos brasileiros, sobretudo Caxias e seus principais interlocutores na diplomacia imperial, foi, conforme sugerido, uma peça fundamental na montagem e execução dos planos de ação do Brasil ao ingressar no conflito; mesmo antes, já nas negociações dos termos da aliança que redundaram, em primeiro lugar no *Pronunciamiento de Urquiza*, em 1º de maio de 1851, e, posteriormente, no convênio secreto de 29 de maio do mesmo ano, assinado pelo Brasil, Entre Ríos, Corrientes e o *Gobierno de la Defensa* de Montevideú.

Ultimada a Guerra Grande no território uruguaio, por meio do tratado assinado em Pantanoso, entre Urquiza e Oribe – motivo de grande insatisfação dos líderes brasileiros –, iniciava-se uma nova etapa na condução da campanha. Longe de solucionar suas questões no Estado Oriental, o Império passou a dividir as atenções com o necessário avanço contra o governador de Buenos Aires, que, embora enfraquecido pela capitulação de seu sectário uruguaio, Oribe, ainda oferecia riscos aos aliados, em especial aos interesses brasileiros na região platina. Apesar da declaração de guerra de Rosas ao Brasil datar de agosto de 1851, foi somente a partir de outubro, com a queda de Oribe, que condições favoráveis aos aliados favoreceram uma investida contra o “inimigo comum”.

Naquele momento, novos protagonistas surgiram no cenário militar e diplomático, tanto para o desenvolvimento da guerra do outro lado do Prata quanto na construção (ou reorganização) de novos arranjos políticos e diplomáticos no Uruguai recém pacificado. Um dos principais nomes foi, sem dúvida alguma, o senador mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná, nomeado ministro plenipotenciário do Brasil com a missão especial de entabular acordos entre o Império e o novo governo da República Oriental e com os outros Estados envolvidos no conflito, com vistas à consolidação dos interesses brasileiros naquela região. Carneiro Leão foi, desde sua chegada a Montevideú, um dos mais destacados arautos de um novo sistema político do Brasil frente às nações vizinhas, tornando-se, assim, um dos principais interlocutores de Caxias na condução das estratégias políticas e militares após a derrota de Oribe, na articulação do novo governo uruguaio e no avanço sobre as forças do general Rosas.

Destaca-se, nesse contexto, uma certa influência do comandante-em-chefe das forças brasileiras na formação desse grupo que liderou os momentos finais da intervenção no Prata. Dentre os nomes aventados na Corte para assumir o cargo de

plenipotenciário, Caxias, após ser consultado por Paulino de Sousa, teria indicado o nome de Carneiro Leão ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Conforme afirma um dos principais biógrafos do general, o futuro marquês de Paraná teria sido escolhido como ministro plenipotenciário do Brasil no Prata mediante a interferência direta do próprio comandante-em-chefe da missão. Nas palavras do Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, “o sr. Conde de Caxias indicou o Senador Honório Hermeto Carneiro Leão, por ser o homem político com que vivia mais intimamente ligado”, apesar das vozes contrárias, que apontavam a pouca capacidade diplomática do senador mineiro.²¹³

Pelas relações de amizade que tinham desde muito antes, era bastante plausível que Caxias fizesse coro pela nomeação de Honório ao referido cargo diplomático, trazendo para o Prata mais uma figura de sua confiança e proximidade política. No entanto, é preciso ponderar a afirmação a respeito das aptidões diplomáticas do senador mineiro, visto que, mesmo antes de partir rumo a Montevidéu, Honório já havia ganhado o destaque necessário para a missão e o *status* de plenipotenciário na assinatura de cinco tratados junto ao representante do governo da defesa uruguaio no Rio de Janeiro, Andrés Lamas. Conforme defende Bruno Estefanes, ao lado de Honório nas definições dos termos dos tratados estava o político liberal Antônio Paulino Limpo de Abreu, num momento crucial de acirramento das disputas partidárias no seio da política imperial. No entanto, “quando se tratou de nomear um representante para concretizar a política imperial em território estrangeiro, o imperador e o ministério não titubearam em escolher o político saquarema”.²¹⁴ Deste modo, a indicação de Honório por Caxias faz mais sentido se pensarmos que o segundo nome forte para assumir a função seria o liberal Limpo de Abreu.

A presença de Honório no Prata é importante para os objetivos deste trabalho na medida em que, como sublinhado acima, fora ele um dos principais interlocutores de Caxias no estabelecimento das bases de ação do Império para o avanço contra Rosas, bem como no que diz respeito às articulações para a reorganização de uma ordem política no Uruguai que fosse favorável aos interesses do Brasil após findada a guerra. Desembarcado em Montevidéu no dia 31 de outubro de 1851, acompanhado de seu

²¹³ Campos, op. cit., p. 139.

²¹⁴ A escolha de representantes dos dois grandes partidos do Império teria sido a maneira encontrada pelo ministério de manter as questões diplomáticas, tão candentes naquele momento, distantes das disputas partidárias e, de alguma forma, blindar a diplomacia no Prata de possíveis críticas da oposição, tendo em vista que os conservadores ocupavam o ministério desde 1848, no célebre “Gabinete Saquarema”. Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império: o marquês de Paraná e a política imperial (1842-1856)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2013, p. 231. Sobre o significado da escolha de representantes dos dois partidos, ver também Ferreira, op. cit., p. 187.

jovem secretário especial José Maria da Silva Paranhos, o futuro marquês de Paraná carregava consigo instruções claras de concretização dos projetos políticos do Império, que passavam, portanto, pela verificação segura das reais pretensões do governador entrerriano Justo José de Urquiza e pela promoção de eleições de representantes e de um novo presidente uruguaio que pactuassem com os tratados assinados no dia 12 do mesmo mês.

Conformando um “sistema de tratados” entre Brasil e Uruguai – expressão do próprio ministro Paulino de Sousa que se cristalizou na historiografia –, os cinco tratados assinados entre Honório e Lamas definiam novas bases às relações diplomáticas entre as duas nações, tratando da aliança, dos limites territoriais, dos subsídios financeiros, do comércio e da entrega recíproca de criminosos, desertores e escravos fugidos. De modo geral, foram convênios fortemente favoráveis ao Brasil e punham termos bem definidos aos principais focos de instabilidade na região, em especial atendendo aos anseios dos grandes estancieiros rio-grandenses no que concernia à consolidação das fronteiras com o Uruguai e à garantia de proteção de suas propriedades limítrofes, podendo, além disso, garantir a recuperação dos seus escravos que, em busca de proteção e liberdade, haviam passado para o lado oriental da fronteira, visto que ali a escravidão já havia sido oficialmente abolida.

Longe de desenvolver uma análise detida do conteúdo de cada tratado, é necessário tomá-los como um mote importante durante a condução das articulações políticas posteriores ao fim da guerra, tanto do ponto de vista diplomático, quanto no sentido dos eventos políticos desencadeados a partir daí e de seus possíveis significados na dinâmica *sui generis* da aliança entre os países que lutaram contra Oribe e se articulavam para avançar contra Rosas. Tomando por base, por exemplo, as datas tanto de capitulação de Oribe frente a Urquiza (data oficial do fim da Guerra Grande no Uruguai) e da assinatura do “sistemas de tratados” no Rio de Janeiro, nota-se um intervalo de apenas dois dias entre ambos, uma vez que o acordo de Pantanoso fora firmado no dia 10 de outubro.

Segundo destacado no capítulo anterior, todas as negociações e as concessões a Oribe foram feitas por Urquiza à revelia dos outros aliados, sem nem mesmo aguardar a chegada de Caxias, anulando qualquer possibilidade de interferência do general brasileiro nos termos de rendição do líder inimigo. Da mesma forma, algumas das determinações do convênio secreto de aliança entre Brasil, Entre Ríos e Uruguai davam margens consideráveis de ação autônoma para todas as partes envolvidas, sendo que

Urquiza soube utilizar os artifícios oferecidos pela aliança a seu favor, buscando tirar de suas ações militares e diplomáticas as maiores vantagens. Entretanto, assim como Urquiza se valeu das possibilidades abertas pelo convênio de 29 de maio, pode-se aventar o mesmo para o caso brasileiro. Dois artigos do documento autorizavam as nações envolvidas na aliança, independentemente dos demais aliados, a estabelecerem acordos paralelos de ajudas financeiras e demais ajustes necessários para “manter as boas relações internacionais”.

Desta feita, não somente no campo das ações militares que o Império encontrou vantagens na intervenção contra Oribe. Algumas determinações do tratado davam ao Brasil possibilidades reais de conduzir as negociações diplomáticas a seu favor e lançar importantes bases para uma nova dinâmica política no estuário do Prata. Pelo artigo 13º, qualquer tipo de “socorro extraordinário” para a guerra, além daqueles referentes à sustentação e aparelhagem das tropas (artigo 12º), poderia ser definido por meio de acordos “entre as partes interessadas”, como se lê abaixo:

Art. 12º. As despesas com soldos, manutenção de boca e guerra, e fardamento das tropas aliadas, serão feitas por conta dos Estados respectivos.
Art. 13º. No caso de que tenham de prestar-se alguns socorros extraordinários, o valor destes, sua natureza, emprego e pagamento, será matéria de convenção especial entre as partes interessadas.

Assim, no contexto da guerra, o Brasil poderia tirar grandes vantagens, na medida em que era o único, entre seus vizinhos aliados, capaz de sustentar materialmente seu exército e oferecer os tais “socorros extraordinários” àqueles que o solicitassem. Este foi o caso do próprio governo da defesa sitiado em Montevideu, que, mesmo antes da assinatura do convênio de 29 de maio, já vinha dependendo profundamente dos montantes emprestados pelo governo brasileiro para sustentar a defesa da capital e aparelhar seu exército debilitado, visando à campanha contra o general Oribe. Nesse sentido, a dependência uruguaia diante dos empréstimos brasileiros (em especial daqueles feitos pelo banqueiro e industrial Irineu Evangelista de Sousa, futuro visconde de Mauá) só teria se intensificado após a oficialização da aliança com o Brasil.²¹⁵

²¹⁵ Sobre a dependência econômica crescente do Uruguai frente ao Brasil nesse contexto, ver Barrán, op. cit., pp. 39-47 e 50-52.

Para além disso, pelo artigo 21º, ficava determinada a necessidade de criação de mecanismos de proteção e justiça aos cidadãos dos Estados vizinhos residentes no Uruguai (com destaque aos brasileiros), levando-se em conta inclusive a viabilidade de novos tratados que versassem sobre a questão:

Art. 21º. E para que esta paz seja profícua a todos, consolidando ao mesmo tempo as relações internacionais da cordialidade e harmonia que devem existir e tanto interessam aos Estados vizinhos, será também obrigação do Presidente eleito [no Uruguai], logo que o seu governo se ache constituído, a dar segurança por meio de disposições de justiça e de equidade às pessoas, direitos e propriedades dos subditos brasileiros, e dos subditos dos outros Estados aliados, que residem no território da República; e celebrar com o governo imperial, assim como com os outros aliados, todos os ajustes e convenções exigidas pela necessidade e interesse de manter as boas relações internacionais, *se tais ajustes e convenções não tiverem sido celebrados antes pelo governo precedente.*²¹⁶

Deste modo, pode-se notar que não foi somente Urquiza que se aproveitou das possibilidades dadas aos aliados pelo convênio de 29 de maio. Da mesma forma com que o governador de Entre Ríos tratou isoladamente os termos de capitulação de Oribe (sem a participação da diplomacia brasileira e, tampouco de seu comandante-em-chefe), o Império também soube, através de outros meios, se beneficiar das margens de ação e das indefinições presentes no tratado de aliança. Agora, se Urquiza articulou suas negociações com o chefe militar derrotado, o Brasil teria assumido a mesma postura, porém, por outros caminhos.

Em outras palavras, reconhecendo o governo da defesa de Montevideú (e todos os seus representantes dentro e fora da República Oriental) como legítimo – mesmo que ainda separado pela guerra –, o Império tratou de, antecipadamente, lançar as bases mais importantes para a defesa de seus interesses frente àquele país, sem romper com qualquer dos dispositivos da aliança. Ao contrário, conforme se vê acima, em especial no trecho destacado, tais questões apresentavam-se como necessárias para o restabelecimento da ordem e seriam feitas cedo ou tarde. Caberia, pois, ao novo governo a ser eleito após a guerra, com toda a ajuda dos governos aliados (especialmente do Brasil) somente a confirmação de todas as medidas, e não sua legitimação, visto que os

²¹⁶ Grifo meu.

acertos precedentes entre o governo de Montevideu e do Brasil aparentemente já davam conta disso.²¹⁷

Caberia às lideranças militares e diplomáticas do Brasil, nesse novo momento da guerra, portanto, agir com cuidado para consolidar o “sistema de tratados”, estabelecido antes mesmo da queda definitiva dos inimigos. Esta nova etapa exigiu de Caxias e da diplomacia brasileira ainda mais atenção no que diz respeito aos limites de ação de Urquiza e de seus interesses, que ficaram especialmente evidentes no episódio de Pantanoso. Conforme defendia o conde, mesmo reduzindo o prestígio e as vantagens do Brasil na missão contra Oribe, o acordo de Pantanoso deveria ser considerado um “fato consumado”, tendo em vista que qualquer movimento em falso levaria Urquiza novamente para as hostes rosistas, comprometendo gravemente as próximas etapas no avanço contra o governador de Buenos Aires. No mesmo sentido, pois, eram os objetivos da missão de Honório Hermeto Carneiro Leão no Prata, segundo esclarece o ministro Paulino de Sousa a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Segundo ele, “era preciso aproveitar a ocasião, apertar Rosas, dar com ele em terra e obter o complemento dos tratados de 12 do corrente, ligando ao nosso sistema e política aqueles governos”, por meio da reunião de forças políticas e militares brasileiras na região.²¹⁸

Para garantir tais objetivos, era preciso consolidá-los, em primeiro lugar, no Uruguai. Para tanto, aproximar-se e estabelecer acordos com grupos políticos estratégicos no Estado Oriental era fundamental. Pelo acordo de aliança, ficava acertado que, com fim da guerra e a retirada do general Oribe do território uruguaio, o primeiro ato em prol do restabelecimento da ordem política no país seria a convocação das eleições dos novos representantes que, por sua vez, escolheriam o próximo presidente da república. Deste modo, todos os países envolvidos na aliança se esforçariam no

²¹⁷²¹⁷ É preciso destacar que, desde 1846, o governo uruguaio funcionava de maneira extraordinária, não somente em decorrência da guerra e da divisão do país. Naquele ano, com o fim do mandato da legislatura eleita em 1842, os representantes desejavam seguir ocupando seus cargos, porém o poder executivo optou por dissolver as câmaras e formar um regime de emergência. Criou-se, então, em fevereiro daquele ano, a Assembleia de Notáveis e o Conselho de Estado. O primeiro órgão possuía atribuições semelhantes às do legislativo, porém centralizava também funções judiciais. O segundo, composto por 7 membros escolhidos pelo chefe do executivo, tinha por função central assessorar o presidente. Foi naquele momento que ocorreram algumas transformações importantes na composição política do governo, com a deposição do então presidente Fructuoso Rivera (que, em seguida, seria desterrado e preso no Rio de Janeiro) e a escolha do presidente do Senado, Joaquín Suárez, para substituí-lo. Suárez exerceria o cargo até o fim da guerra, quando se realizariam novas eleições legislativas e se restabeleceria o sistema político no país, segundo as determinações constitucionais. Cf. Barrán, op. cit., p. 30.

²¹⁸ Citado por Estefanes, op. cit., 230-231.

sentido de garantir o bom transcurso do pleito, evitando qualquer interferência ou levante armado que pudesse por em risco a escolha de deputados e senadores uruguaios.

Além do mais, o próprio Império havia, pelo novo tratado de aliança assinado em 12 de outubro, garantido a possibilidade de intervenção militar em qualquer ato que julgasse hostil ao governo e à ordem pública posterior à guerra, o que foi facilitado pela permanência das tropas brasileiras em território oriental, a pedido do próprio governo brasileiro. Em ofício confidencial datado de 13 de novembro de 1851, Honório tratava do tema com Caxias nos seguintes termos:

Hontem me intelligencieei com Herrera a respeito da marcha do Exercito do Brasil, e como por um dos arts. do Convenio de 29 de maio estava disposto que o nosso Exercito sahiria deste Estado para fazerem as eleições, convimos em que me dirigisse uma nota pedindo sua conservação nelle e indicando os pontos em que devia acampar-se. Isto é as divisões que V. Ex^a leva consigo ficarão nas immediações de Colonia do Sacramento, e a do comandante David Canavarro em Sta. Luzia no lugar em que esteve o seu acampamento, por ficar mais arredado da povoação. Logo que receber a nota officiarei a Canavarro para mudar o seu acampamento.²¹⁹

Ainda que, pelo convênio de 29 de maio, o Brasil houvesse se comprometido a evacuar, junto com os outros aliados, o território uruguaio, suas tropas, ainda sob a liderança de Caxias, permaneceram ali, mesmo que distantes de Montevidéu. Como é possível perceber pela leitura do trecho acima, tal permanência fora articulada pelos representantes diplomáticos dos dois países em favor do Exército brasileiro. Não é demais pensar, portanto, que os objetivos de Honório e Herrera referiam-se diretamente aos trâmites eleitorais e que a permanência das forças imperiais teria uma função especial ao garantir a paz durante os trabalhos eleitorais e organizar a participação do contingente brasileiro contra o governador de Buenos Aires a partir do acampamento de Colônia do Sacramento, à beira do Rio da Prata.

Embora, naquele primeiro momento do processo eleitoral, os prognósticos apontassem para um pleito favorável aos interesses brasileiros, era preciso assegurar que nada se desviasse gravemente do plano de ações do governo. Da mesma forma, quando do tratado de 29 de maio, que a escolha do general Eugênio Garzón fora estratégica – no sentido de reunir o maior apoio possível dos civis uruguaios e de tropas oribistas

²¹⁹ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 13/11/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

dissidentes –, também na organização das eleições o nome do velho general foi levantado como o único capaz de aglutinar em torno de si tanto *blancos* quanto *colorados*. Naquele momento, o projeto político de “fusão” no Uruguai ganhava cada vez mais força, pondo em destaque a figura dos “doutores” de cada um dos grandes partidos nacionais, em detrimento do poder dos “caudilhos”, defensores da “política de pactos”.²²⁰

Mesmo com a saúde seriamente comprometida, Garzón – que era o nome defendido tanto pelos brasileiros quanto por Urquiza – despontava como o principal candidato à presidência uruguaia, tendo em vista que, além de depender da escolha do Parlamento (bem encaminhada, dado seu respeito e influência em ambos os partidos), sua figura, pelos compromissos que tinha com os aliados, favorecia francamente a consolidação do “sistema de tratados” de 12 de outubro e a nova política brasileira em seu país, além de manter a proximidade com o governador de Entre Ríos, peça fundamental para os planos do Império.

Deste modo, a eleição de representantes para a Câmara e o Senado uruguaios, marcada para o dia 30 de novembro de 1851, tomou proporções ainda maiores. Internamente, porque representava um passo importante para a reorganização do sistema representativo do país e do rearranjo das forças e interesses políticos abalados desde a derrubada de Oribe da presidência e a ascensão de Rivera, por meio das armas, em 1838. Externamente, era a oportunidade ideal para o governo brasileiro consolidar,

²²⁰ Segundo o historiador uruguaio José Pedro Barrán, com o fim da Guerra Grande, dois grandes projetos políticos surgiram no país, ambos com o mesmo objetivo central: a consolidação da paz interna. Deste modo, a “política de fusão” – encampada pelos elementos “cultos” de cada partido, os “doutores” – e a “política de pactos” – defendida pelos grandes caudilhos *blancos* e *colorados* – deram novas cores a uma secular disputa no seio da cultura política oriental, qual seja, a dualidade entre cidade e campo. No processo eleitoral posterior à guerra, no entanto, o historiador destaca que, embora o projeto fusionista tivesse ganhado força, em decorrência da perda de prestígio dos caudilhos (entre eles os próprios Oribe e Rivera, rivalidade política que deu origem ao conflito no país), o nascimento das novas propostas políticas para a nação fizeram emergir, ao mesmo tempo, disputas de poder dentro de cada um dos grupos, em especial entre os *colorados*, que se enfraqueceram internamente ao longo dos anos de guerra, uma vez que o *blanco* Oribe, não obstante sua capitulação, havia controlado grande parte do território e da política do país enquanto Montevideú, reduto *colorado*, permanecia sitiada. Para Barrán, tais novos caminhos políticos surgidos em prol da paz interna estariam ligados diretamente a um sentimento nacional nascido da própria guerra, independentemente dos mecanismos políticos elaborados para concretizar cada um dos projetos. No entanto, pondera que o próprio conflito, que exigira novas fórmulas políticas dos grandes líderes partidários (ou, então, novas formas de lidar com um velho problema interno), ao mesmo tempo, fez com que os partidos saíssem ainda mais divididos: “El sentimiento nacional se había impuesto al partidario y su fortaleza derrotó a la larga los intentos brasileños de absorción. La fusión de los partidos tradicionales, que todos veían como la garantía de la paz interna e internacional, fué la materialización de ese nacionalismo. Primacía de lo oriental sobre lo colorado y lo blanco era sinónimo de paz. Pero blancos y colorados habían salido del conflicto mucho más definidos que cuando entraron en él. Los políticos de la fusión al pretender eleiminar los partidos no advirtieron que el pasado no se olvida por decreto.” Barrán, op. cit. Pp. 47 e ss (sobre as políticas de fusão e de pactos, ver pp. 54-55).

de fato, todos os dispositivos políticos e diplomáticos plasmados no “sistema de tratados” e dar novas bases à sua política no Rio da Prata. Era fundamental, portanto, que fosse eleito um parlamento favorável ao novo contexto, ou seja, comprometido em corroborar os termos dos cinco tratados no seio da representação nacional, tomados por muitos como uma política de forte tutela e intervenção brasileira no Uruguai.²²¹

Foi nesse contexto que as relações entre Caxias e Honório mais se imbricaram. No mesmo ofício em que o plenipotenciário brasileiro comunicava as articulações para a permanência do exército em território oriental, ele informava a Caxias um dos principais objetivos envolvidos na ação, qual seja, a influência dos brasileiros, tanto civis quanto militares, nas eleições dos representantes uruguaios:

Herrera há de até amanhã dar-me a lista dos seus futuros Deputados e Senadores, e terei de comunicar a V. Ex^a e ao Canavarro para *fazerem espalhar pelos brasileiros residentes neste Estado, afim de que influão quanto puderem para o triumpho da lista do Governo.*²²²

Antes mesmo de partir para seu novo acampamento, em Colônia do Sacramento, Caxias inteirava-se de suas principais funções em sua permanência no Uruguai, que, como se vê acima, ultrapassavam os limites da ação militar. Cinco dias depois, Honório voltava a escrever ao conde, dando notícias do andamento da questão, demonstrando, no entanto, certa preocupação com a morosidade de Herrera, seu principal interlocutor, no envio das listas de candidatos de algumas localidades importantes:

Já mandei a Canavarro as listas para a elleição de Representantes em alguns departamentos, não mandei porém de todos porque as não pude conseguir do Sr. Herrera, que está sempre embaraçado, e em resultado é sempre moroso. Ainda a noite passada estive com elle, e apenas trouxe listas de alguns departamentos que faltavão, mas ainda não as obtive de Durazno, Paysandú,

²²¹ Esta interpretação está presente na maior parte das obras consultadas sobre o período. Do lado uruguaio, Barrán, em sua obra citada, destaca não só o aspecto político e diplomático da questão, mas também o aprofundamento da dependência econômica do país em relação ao Brasil, visto que um dos tratados assinados em 12 de outubro, referente aos subsídios, oficializava os empréstimos do Brasil ao país vizinho, reconhecendo inclusive as dívidas anteriores como de todo o Estado Oriental a partir de então. Por sua vez, o historiador argentino, José Maria Rosa, vai além disso, carregando nas cores ao criticar essa intervenção e controle brasileiro no Uruguai. Segundo ele, o “sistema de tratados” de modo geral, mas especialmente os de aliança e subsídios, seriam formas claras de “federalizar” a República uruguaia ao Brasil e “alimentar” tanto o governo “imposto pelo exército de Caxias”, em 1851, quanto os governos vindouros. Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 552 e 577. Para uma abordagem mais sóbria e bem desenvolvida do “sistema de tratados” na historiografia brasileira, ver Ferreira, op. cit., pp. 186-192.

²²² “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideu, 13/11/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10. (Grifo meu).

e Montevideo. Também não obtive as listas dos Senadores que ainda as não tem impressas.²²³

A partir destes pontos, depreendem-se outras formas de ação de Caxias em particular e, de modo geral, da presença das forças militares brasileiras no Uruguai, mesmo após o fim da guerra. Ao que parece, Caxias funcionou como um importante intermediário entre a diplomacia brasileira e a população uruguaia no contexto das eleições parlamentares, o que lhe dava, por assim dizer, funções eminentemente políticas no processo de articulação da representação e, conseqüentemente, na construção de novos arranjos políticos que atendessem aos interesses gerais do Estado brasileiro no Uruguai. O papel político do general e a proximidade com as questões da região platina, naquele momento, podiam também ser notados em outros assuntos diretamente relacionados à política mais ampla do Brasil. Pelo que se vê de alguns trechos dos inúmeros ofícios do plenipotenciário brasileiro remetidos a Caxias, este último envolveu-se inclusive em assuntos ministeriais a respeito da guerra, sendo que “muitas e muitas vezes me tem dito cousas, e me recommendado que falle dellas aos ministros”, segundo as palavras do próprio Honório no ofício a Caxias acima citado.

Para além disso, a percepção do papel do conde corrobora o que fora exposto anteriormente a respeito da construção das redes de influência com a elite rio-grandense, em especial na região da fronteira. A presença de Davi Canabarro não parecia ser por acaso, bem como não parecia ser uma casualidade que o antigo líder farrapo e então Comandante Superior da Guarda Nacional tivesse permanecido, junto com as tropas de Caxias no Uruguai, justamente em um acampamento “mais arredado da população” (conforme destacado acima, no ofício de Honório a Caxias, datado de 13 de novembro). Valendo-se de toda experiência e influência na região fronteira, Canabarro seria capaz de intermediar com maior facilidade os interesses brasileiros entre os civis e militares uruguaio. Deste modo, Caxias poderia atuar no mesmo sentido, porém mais a distância, visto que, além de suas atribuições políticas no Uruguai, ainda tinha de lidar com a organização das forças brasileiras a serem enviadas para o território argentino para lutar sob as ordens do general Urquiza. Por essa razão, era o acampamento de Colônia do Sacramento tão estratégico, uma vez que dali Caxias podia exercer sua dupla atribuição no contexto da ação brasileira posterior à guerra.

²²³ Idem.

Até o final do mês de novembro, os trabalhos ocorreram normalmente. Como vimos acima, os líderes militares e diplomáticos do Brasil, em sintonia com os políticos orientais, trabalharam para eleger as “listas do Governo”, influenciando diretamente no processo eleitoral que comporia o corpo legislativo responsável por confirmar as novas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai propostas nos tratados de 12 de outubro. Elegeu-se, no dia 30 de novembro, enfim, uma lista “fusionista” de representantes defendida pelo Império, tendente à escolha de Eugenio Garzón para a presidência e, por consequência, mais simpática ao “sistema de tratados”.

Entretanto, no dia seguinte à eleição, o revés temido desde o início das campanhas aconteceu: a morte do general Garzón, que chegou a ser indicado à presidência, mas não pode sequer assumir o cargo. Apesar do esforço empreendido por uruguaios e brasileiros, fluindo e financiando as campanhas dos candidatos às câmaras, os planos iniciais de confirmar o mais breve possível o “sistema de tratados” foi adiado. Com a morte de Garzón, foi preciso lidar novamente com as disputas internas dos partidos, que voltaram a se aflorar mediante a ausência do principal nome que inspirava a confiança das mais diversas bandeiras políticas. Além do mais, dentro do ministério do antigo governo da defesa de Montevideu (que assumira o poder nacional e a condução das eleições após o fim da guerra), as divergências ganharam relevo e refletiram fortemente nos interesses dos fusionistas, visto que um dos principais articuladores das eleições do lado uruaio era o ministro das Relações Exteriores, Manuel Herrera y Obes.²²⁴

Contrário à política defendida por Herrera estava seu companheiro de ministério, Lorenzo Battle, ministro da Guerra e da Fazenda. Battle, com a morte de Garzón, abriu franca oposição à política de acordos com o Brasil e à interferência estrangeira nos rumos da política uruaia, inclusive no que dizia respeito às eleições de representantes

²²⁴ Durante todo o período de guerra, Manuel Herrera y Obes compôs o lado *colorado* do conflito contra Oribe e foi um dos principais líderes dirigentes do Governo da Defesa. Era representante do grupo de “doctores” de seu partido, que tinha suas raízes na cidade e, cada vez mais, se distanciava dos interesses políticos da campanha. Participou ativamente do movimento que depôs, prendeu e exilou Fructuoso Rivera, em 1847 e, com a ascensão de Joaquín Suárez à presidência, foi nomeado ao cargo de Ministro das Relações Exteriores, exercido até o fim da guerra. Foi o mais destacado articulador, do lado oriental, dos acordos com os opositores de Oribe e Rosas na América do Sul que deram origem tanto ao “pronunciamiento de Urquiza”, de 1º de maio de 1851, quanto ao convênio de aliança contra Oribe, em 29 de maio do mesmo ano (e, posteriormente, à aliança ofensiva contra Juan Manuel de Rosas, oriunda do primeiro acordo). Além disso, foi o responsável pela nomeação do enviado especial de Montevideu no Rio de Janeiro, Andrés Lamas, que, como visto acima, teve papel fundamental na negociação dos tratados bilaterais assinados em 12 de outubro de 1851. Com o fim da guerra no Uruguai, em outubro de 1851, Herrera seguiu trabalhando em prol dos tratados com o Brasil e da construção de uma política favorável a tal aproximação entre os países vizinhos. Cf. Rosa, *El pronunciamiento...*, op. cit.; e Barrán, op. cit., pp. 24-33.

mais favoráveis à aprovação do “sistema de tratados”. A saída encontrada pelos aliados para reverter a situação, foi a nomeação de um terceiro ministro que pactuasse com Herrera e, portanto, pendesse novamente a balança para o lado do Brasil. Tal proposta, fortemente encampada por Honório Hermeto Carneiro Leão, não foi bem aceita pelas lideranças uruguaias, tampouco por Battle, que se recusava a permanecer no cargo caso o plano fosse levado adiante. Desta feita, pressionado pelos aliados, o presidente uruguaio Joaquín Suárez, sucessor de Rivera desde 1846, assinou, em 12 de dezembro de 1851, o decreto de demissão de seu ministro da Guerra e da Fazenda, atendendo aos interesses de seus principais apoiadores e levando adiante o projeto iniciado antes da morte de Garzón.²²⁵

Em substituição ao falecido general, despontava, pelo lado do governo *colorado*, o nome do então ministro Herrera, sob os auspícios tanto do presidente Suárez, e seu corpo diretivo, quanto dos líderes aliados. Entretanto, mesmo sem a presença de Lorenzo Battle, após sua saída do ministério, Herrera teve de enfrentar forte oposição, visto que a câmara havia se dividido e demonstrava não brindar o ministro das Relações Exteriores com o mesmo apoio e confiança que dava a Eugenio Garzón. Nesse sentido, o partido *blanco* optou por lançar um candidato próprio para concorrer com o *colorado* Herrera, o recém eleito senador Juan Francisco Giró.²²⁶ Assim, e por ser um “homem do Brasil”, Herrera via paulatinamente o apoio à sua candidatura diminuir. O governo brasileiro, por sua vez, perdia as garantias da manutenção dos tratados de 12 de outubro, na medida em que os representantes – muitos deles eleitos sob a influência e o financiamento do Império – tendiam mais e mais a rechaça-los, sob a alegação de que haviam sido assinados pelo governo da defesa e em circunstâncias extraordinárias, devendo, portanto, serem submetidos ao crivo da nova representação nacional eleita após o fim da guerra.

O novo momento de tensão política no Uruguai preocupava os aliados e passou a mobilizar os esforços das lideranças políticas e militares na região. Em uma carta de

²²⁵ Sobre o episódio da demissão de Lorenzo Battle e a pressão exercida pelo Brasil, por meio de Honório Hermeto, ver Rosa, *La caída...*, op. cit., pp. 574-576.

²²⁶ Juan Francisco José Giró Zufriategui não era um nome de grande destaque dentro do partido *blanco*. Foi um forte entusiasta da eleição de Manuel Oribe, em 1835, ainda que houvesse permanecido em Montevideu após a deposição do presidente *blanco* com o golpe de Fructuoso Rivera, em 1838. Somente em 1844, pouco antes da intervenção franco-inglesa, Giró deixou a capital sitiada, incorporando-se ao lado de Oribe. Não foi figura de relevo na direção política oribista, embora tenha feito parte da Comissão de Instrução Pública do Governo de Cerrito. Com o fim da guerra, candidatou-se a uma cadeira de senador e foi um dos que se beneficiou do longo domínio *blanco* em grande parte do país durante o conflito. Cf. Barrán, op. cit., p. 56.

Herrera a Andrés Lamas, no início de dezembro de 1851, ficavam claras as suspeitas em torno da candidatura de Giró, inclusive pelo apoio de Caxias e Urquiza ao então ministro *colorado* e pelo risco que se avizinhava com a presença de um antigo sectário de Oribe num pleito tão importante para os interesses brasileiros:

El día que los médicos desahuciaron al general Garzón, me dijo Urquiza: “Y ¿qué hacemos? Mi opinión es que Vd. debe reemplazarle, sin esto yo lo tenía pensado”, y entró en sus razones... *Vio despues al Conde [de Caxias] y hablando del mismo asunto le dijo: “O debe ser Herrera o Giró, éste no lo puede ni lo debe, pues tiene el pecado muy grave para nosotros de haber sido el candidato de don Manuel [Oribe] y de haber estado con él hasta el último momento, preciso es que lo sea Herrera...” El Conde afirmó su opinión...* Desde ese momento fue el tema de las conversaciones...

Ahora, em cuanto a mí, le digo que no aceptaré la candidatura, aun cuando hoy es popular menos entre enemigos. Quiero descanso a todo precio y estoy resuelto a obtenerlo. Pero es preciso sostenerla ahí... Carneiro Leão me cree necesario en este puesto... Si ese gobierno le habla [o governo brasileiro], secunde el pensamiento obteniendo instrucciones etc etc.

Digo esto a Vd. porque los girondinos [os *blancos* apoiadores de Giró] trabajan ardientemente por su candidato, que es el único temible. *Lo es porque sé de cierto como piensan respecto a nuestros convenios. Dicen que ellos no los prohijan; que no son obligaciones nacionales, sino del gobierno de Montevideo: se reservan entera libertad de acción para anularlos o aprobarlos.* El general Urquiza está prevenido... Si, Vd., desde ahí y Urquiza desde Entre Ríos nos apoyan, venceremos.²²⁷

Ficava evidente que Herrera era uma peça fundamental na construção da nova política brasileira no Estado Oriental e que a mobilização em torno de sua candidatura envolvera politicamente todas as esferas da liderança brasileira naquele país. Além do mais, nota-se que a preocupação com os tratados anteriormente assinados no Rio de Janeiro estava na ordem do dia, uma vez que os “girondinos” uruguaios atribuíam completa responsabilidade sobre o tema ao governo da defesa, com o qual não pactuavam, mostrando-se, portanto, avessos à sua efetivação.

Para além disso, tal afastamento entre as posições políticas no parlamento uruguaio recém eleito e a desconfiança depositada em Herrera acabaram por se refletir em novos conflitos armados, e não somente em Montevideu. A situação mais preocupante encontrava-se nas regiões de fronteira ou no interior do país, que ainda vivia o rescaldo da guerra, uma vez que a longa dominação de Oribe dera grande poder e influência aos *blancos* na região da campanha uruguaia que, após o conflito, fora posta

²²⁷ Manuel Herrera y Obes a Andrés Lamas, 5 de dezembro de 1851, Apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 576 (grifos meus).

em cheque, em especial com a possibilidade de eleição à presidência de um antigo ministro do governo inimigo. Essa situação teria criado, nas mais diversas localidades do interior do país, novas situações de beligerância, com as quais o exército e a diplomacia brasileiros tiveram de lidar com cuidado. Na fronteira com Rio Grande do Sul, foi preciso inclusive adiar algumas incursões para o resgate de gado no território oriental para evitar a indisposição com os estancieiros vizinhos, na sua maioria partidários de Giró.

Pelas correspondências de Honório a Caxias, pode-se notar o tom de preocupação com o qual o plenipotenciário brasileiro tratava a questão. Além de temer os riscos causados pelos levantes em algumas localidades próximas às fronteiras, Honório alertava o conde da necessidade de agir com cautela, dada a situação delicada em que se encontravam os brasileiros – ou, mais especificamente, seus interesses políticos – no Estado Oriental:

Convem que não intervenhamos nas dissensões internas dos orientaes sem previa requisição de seu governo, e ainda assim, que só empreguemos a força material depois de desprezadas as advertencias de paz e obediencia ás authoridades. *Mas estas restrições não nos devem prender a tal ponto que, por falta de prompta requisição, ou por escrupulo nosso, deixemos de suffocar em sua nascença algum movimento que possa desenvolver-se, anarquizar este Paiz, e dar-nos ao depois muito mais trabalho [...]*²²⁸

Em outros termos, Honório dava a Caxias pleno aval para intervir nas contendas internas do Estado Oriental, na medida em que tais conflitos tomassem proporções alarmantes para a ordem interna, mas, no limite, para o andamento dos arranjos políticos externos entre os dois países. Porém, tais ações deveriam ser levadas a cabo com cuidado, visto que uma das principais críticas dos opositores de Herrera era exatamente a ingerência que o Império vinha exercendo naquele Estado – que se intensificaria com a execução do “sistema de tratados” – sob a legitimação do governo *colorado*. Assim, as próprias incursões para a retomada de propriedades de terras e gado na região de fronteira teriam sido comprometidas, ou então retardadas, para que se evitassem maiores indisposições com os proprietários uruguaios, como é possível perceber pelo trecho abaixo:

²²⁸ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 06/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 750, Pasta 39. (Grifo meu).

Permita-me V. Ex^a que eu lhe observe a conveniencia de reiterar suas ordens ao dito Barão [de Jacuí] para que proceda com summa prudencia, não se desviando do fim único de sua comissão e evitando com todo o rigor que alguns dos seus officiaes protejão a passagem de gado para a provincia do Rio Grande que não pertencão aos introductores ou cuja propriedade esteja em litigio [...].²²⁹

Não foi possível encontrar documentos anteriores que comprovassem o real caráter da comissão da qual se encarregava o barão de Jacuí, tampouco os ofícios enviados por Caxias ao plenipotenciário brasileiro. Porém, pelo teor desta e de outras fontes consultadas, pode-se supor que, logo após o fim da guerra em território uruguaio, os líderes rio-grandenses, em especial os já bastante citados barão de Jacuí e Davi Canabarro, teriam sido encarregados de fazer valer os acordos firmados em 12 de outubro, mais especificamente no que concernia à proteção ou recuperação das propriedades dos estancieiros seus contrerrâneos em território oriental.²³⁰ Por mais de uma vez, as operações do barão de Jacuí foram mencionadas em correspondências entre Caxias e Honório, sempre tratando da questão das propriedades em litígio entre rio-grandenses e uruguaio. Nesse sentido, o mais interessante é notar como isso tomou outras proporções e passou novamente a interferir, ou, pelo menos, a oferecer riscos às relações diplomáticas na região, mesmo que em outra conjuntura.

Neste novo contexto, as dificuldades envolvendo as propriedades brasileiras na região de fronteira não eram mais tratadas como ações isoladas de um ou outro estancieiro, sem a intervenção do governo imperial – como foram as “califórnicas”, que teriam levado, entre outros fatores, ao rompimento de relações diplomáticas entre o governo de Buenos Aires e o Império, conforme destacado anteriormente. Tratava-se agora de ações oficialmente ordenadas e legitimadas por políticas bem estabelecidas nas instâncias representativas dos governos brasileiro e uruguaio. Desta feita, as precauções na condução de tais ações eram claramente justificadas, tendo em vista que era preciso ainda que a representação nacional do Estado Oriental confirmasse o “sistema de

²²⁹ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 11/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 750, Pasta 39.

²³⁰ Em outro ofício, Honório menciona uma ordem dada pelo conde de Caxias para que as tropas lideradas por Davi Canabarro se unissem à missão do barão de Jacuí, na região fronteiriça de Cerro Largo. Honório, naquela oportunidade, recomendava ao general-em-chefe brasileiro que suspendesse temporariamente a missão, mandando-lhe notícias da situação política periclitante tanto na capital quanto em outras localidades do interior do Uruguai, e que exigia o retardamento das ações dos dois militares rio-grandenses, num momento de desconfiança dos uruguaio em relação à presença do Brasil e de seu Exército ainda estacionado naquele território. Cf. “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 20/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 750, Pasta 39.

tratados” e desse ao Brasil a garantia necessária para a estruturação de sua nova política na região platina.

Por isso, a mobilização em torno da candidatura de Herrera foi tão intensa e envolveu as mais diversas lideranças dos aliados. Assim, toda e qualquer informação que circulasse nas localidades a respeito do tema faria a diferença. Era fundamental manter o controle das ações militares, mas, acima de tudo, do cenário político no qual atuavam os brasileiros. Em uma carta enviada a Caxias, no final do ano de 1851, Honório demonstrava claramente o pano de fundo no qual se desenvolviam as negociações e a consolidação da política brasileira no Uruguai após ultimada a Guerra Grande:

Esta será levada á V. Ex^a pelo vapôr brasileiro “Esmeralda”. Tratei este vapôr pelo tempo de um mez para conduzir um dinheiro que D. Diógenes tinha de remetter ao Pai, o General Urquiza, e principalmente para entender-me com este sobre a candidatura de Herrera á eleição de Presidente deste Estado, que corre perigo e convem em tempo sustentar com todas as forças. Os Blancos querem eleger Giró; e, como V. Ex^a bem avaliará, um Presidente Blanco não nos pode offerecer a garantia necessaria. É negócio este por que nos cumpre tomar o maior empenho. A repulsa da candidatura de Herrera é uma hostilidade aos governos alliados, que por ella se interessão, e á quem os Blancos devem concessões as mais generosas. Aproveitarei também o Esmeralda para facilitar as minhas communicações com V. Ex^a e com Grenfell. Espero que communique-me tudo o que aí souber de importante sobre a elleição presidencial que acima fallo, e principalmente sobre as operações de nossa esquadra e do General Urquiza.²³¹

As “concessões as mais generosas” que os *blancos* deviam aos aliados diziam respeito, certamente, à forma como se ultimou a guerra, sob a máxima de que “não haverá vencedores nem vencidos”, o que muito beneficiou os sitiadores de Montevideú e os eximiram de diversas punições e restrições políticas, visto que, pouco tempo depois, os mesmo partidários do general Oribe formaram boa parte da representação nacional eleita em 30 de novembro e passaram a fazer frente aos planos daqueles que, militar e politicamente, haviam contribuído para o fim da guerra, ainda que com interesses bem definidos. Deste modo, a simples repulsa à candidatura de Herrera era tomada como hostil aos aliados, à qual estes poderiam responder na mesma altura, se necessário.

²³¹ ²³¹ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideú, 24/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 750, Pasta 39.

Nesse contexto, a permanência do exército imperial se mostrou fundamental para que a manutenção da ordem interna no Uruguai funcionasse a favor dos interesses do Brasil. A presença de Caxias, ao que parece, teria sido estratégica no sentido de orquestrar, ao lado do plenipotenciário brasileiro, as ações de controle das dissensões políticas entre os grupos rivais e manter a rede de informações e influências entre as lideranças e facções rivais. Para além disso, estar estacionado em Colônia do Sacramento também não aparentava ser, a partir do exposto, uma casualidade. Tendo em vista que a marcha em direção a Rosas já avançava pelo território argentino, permanecer em Colônia significava estar “no meio do caminho”, por assim dizer, entre Montevideu e Buenos Aires. Em outras palavras, fixar-se em Colônia dava a Caxias a possibilidade de auxiliar nas questões políticas dentro do Uruguai, sem deixar de ter no horizonte a necessidade de garantir militar e politicamente os interesses do Brasil do outro lado do Prata.

A perspectiva aqui aventada pode ser notada, uma vez mais pela desconfiança que pairava sobre a figura de Oribe e os riscos que corria o Império em deixar novamente o general *blanco* agir autonomamente, dentro ou fora de seu país. Ainda no início de dezembro de 1851, Honório informava ao conde da ameaça de levantes armados no Uruguai que pudessem convulsionar o contexto pós eleições e por em cheque os trabalhos em prol da candidatura de Herrera e, conseqüentemente, da garantia dos interesses imperiais:

[...] Tenho avisos confidenciaes de que o Governador Oribe está em relações com o Governador Rosas, e que este se esforça por agitar este paiz e fazer apparecer alguma commoção que distrahia as forças imperiaes da cooperação que devem prestar á alliança. Cumpre-nos, pois, estar de sobre aviso, primeiro em defesa do nosso Exercito, em segundo lugar para a defesa da ordem publica deste Estado.²³²

Conforme veremos adiante, as ameaças de levantes planejadas por Rosas e Oribe não ganharam corpo em decorrência do enfraquecimento do governador de Buenos Aires após a capitulação do general *blanco*. Porém, outras velhas preocupações, envolvendo o acordo de Pantanoso, fizeram valer a posição estratégica do conde de

²³² “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideu, 06/12/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 750, Pasta 39.

Caxias entre Montevideu e Buenos Aires; entre a política e a ação militar de modo geral.

3.2. Rumo ao outro lado do Prata: a aliança contra Rosas e a batalha de Caseros

Ao mesmo tempo em que a situação política no Uruguai pós guerra aguardava uma definição, outro fator dividia as preocupações dos líderes brasileiros no Prata. Era preciso concretizar os planos de construção de uma nova política na região e, para tanto, Rosas tinha que ser retirado do poder em Buenos Aires. Embora houvesse perdido muita influência e poder de ação no estuário platino após a capitulação de Oribe (ou mesmo antes, com o “bloqueio” das relações entre o Uruguai e Buenos Aires pela esquadra brasileira), Rosas ainda oferecia todos os riscos possíveis para a concretização dos objetivos políticos brasileiros, fosse em próprio território argentino, fosse na campanha oriental, ainda muito influenciada pelos líderes *blancos* e *unitarios* de outrora.

Conforme apontado no capítulo anterior, o caráter “oriental” da intervenção, num primeiro momento, deu ao exército e à diplomacia brasileira a chance de estabelecer mecanismos importantes visando a um avanço futuro contra o governador de Buenos Aires. Em outras palavras, a “ilusão” de uma guerra somente contra Oribe dava todas as possibilidades ao Brasil de se preparar para levar a cabo seu principal objetivo, qual fosse, retirar Rosas do poder – além de lançar sobre o inimigo a responsabilidade de romper relações diplomáticas e declarar guerra, visto que o Brasil e seus aliados haviam aberto hostilidades contra seu aliado *blanco*.

Justificava-se, portanto, o disposto no artigo 15º do convênio de aliança de 29 de maio, segundo o qual “se por causa desta mesma aliança o governo de Buenos Aires declarar a guerra aos aliados, individual ou coletivamente, a aliança atual se tornará em aliança comum contra o dito governo, ainda quando os seus atuais objetos se tenham preenchido, *e desde esse momento a paz e a guerra tomarão o mesmo aspecto.*”²³³ Enquanto a “paz” era consolidada de um lado do Prata, por meio das eleições e da concretização dos tratados, a “guerra” era planejada como condição *sine qua non* para

²³³ Grifo meu.

por fim a todas as ameaças que a presença de Rosas e seu projeto político para a América do Sul ofereciam ao Império e seus aliados.

Entretanto, os arranjos posteriores que confirmariam o citado artigo do convênio de fim de maio não se deram de forma simples. Segundo destacado anteriormente, o avanço das tropas lideradas por Urquiza e a assinatura da capitulação de Oribe, à revelia dos demais aliados e sem a presença de Caxias, pôs em risco os interesses brasileiros, naquele momento, e indisps os representantes do Império com o general entrerriano, fomentando desconfianças de parte a parte, além de maior cuidado do Brasil no trato com o vizinho aliado, evitando que este se voltasse contra a aliança e novamente entrasse em acordo com Rosas.

Ainda que o próprio tratado desse amplas margens de ação a todas as partes envolvidas na ofensiva contra Oribe – conforme apontado no capítulo anterior por meio da análise de seus artigos –, a preocupação de Caxias em manter Urquiza ao lado do Brasil (partilhada pelas demais lideranças brasileiras, não obstante a insatisfação com o acordo de Pantanoso) tinha fundamento, não somente em termos militares. Politicamente, a presença do governador de Entre Ríos, de alguma forma, atribuía à continuidade da campanha, agora contra Rosas, um caráter “nacional”, por assim dizer, para o conflito. Desta maneira, era preciso, a princípio, manter a aliança anterior sem perder de vista a segurança do Império na nova fase do conflito. Em segundo lugar, era fundamental criar meios de ação que não comprometessem em demasia o Império, do ponto de vista diplomático, de modo que fossem garantidos os maiores benefícios ao país com a vislumbrada queda de Rosas.

Foi, portanto, nesses termos que o novo convênio de aliança ofensiva, agora contra o “inimigo comum”, fora negociado durante os meses de outubro e novembro de 1851. Além da articulação das eleições e da execução do “sistema de tratados” no Uruguai, Honório Hermeto Carneiro Leão havia partido em missão especial ao Prata com instruções claras para o entabulamento de um acordo com Urquiza que fosse favorável ao Império. Uma das principais razões para a nomeação do senador mineiro como plenipotenciário teria sido a desconfiança gerada pelo citado episódio de Pantanoso, em decorrência das concessões que Urquiza havia oferecido a Oribe. Por isso, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino de Sousa, via na nomeação de Honório a possibilidade de ter uma liderança diplomática *in loco*, evitando as tantas dificuldades e atrasos em decisões importantes por conta da longa distância e dos problemas nos transportes entre o sul e a Corte.

Deste modo, os objetivos eram “aproveitar a ocasião, apertar Rosas, dar com ele em terra, e obter o complemento dos Tratados de 12 do corrente, ligando ao nosso sistema e política aqueles governos [argentinos]”. Com estas metas, o plenipotenciário centralizaria as decisões da diplomacia e mobilizaria os mais diversos interesses, sempre “coadjuvado pelas nossas legações e chefes militares”.²³⁴ Tal coadjuvação, como visto acima, efetivou-se durante o processo eleitoral uruguaio, no qual Caxias e alguns dos líderes rio-grandenses da região fronteira teriam influenciado fortemente as campanhas dos candidatos defendidos pelo antigo governo da defesa de Montevideú. Além disso, essa participação fora importante, ainda antes da eleição de 30 de novembro, na definição da aliança contra Rosas, consolidada pelo convênio secreto assinado em Montevideú, em 21 de novembro de 1851, confirmando o artigo 15º da aliança contra Oribe e, portanto, ratificando o convênio de 29 de maio do mesmo ano.

Segundo Genserico de Vasconcelos, o “avanço” da aliança ofensiva contra Rosas em relação àquela firmada em 29 de maio teria sido a presença de lideranças políticas e militares durante suas negociações. Para o autor, isso possibilitou a atenção a alguns pontos importantes no que dizia respeito às ações militares, evitando, por exemplo, o distanciamento das diversas tropas em operação e, com isso, novas ações autônomas por parte do general Urquiza, que fundamentava sua missão militar estritamente em interesses políticos particulares. No entanto, Vasconcelos pondera que a negociação cometia o mesmo erro do convênio anterior, de modo que se baseava em um “hibridismo político e militar” que, no lugar de restringir as lideranças militares e definir formas de ação, destacava, na prática, três líderes para a missão: Urquiza, enquanto general-em-chefe “de toda a missão”; Caxias, como general-em-chefe das forças brasileiras e; por último, o almirante John Pascoe Grenfell, como comandante da esquadra brasileira, cuja importância era notável na missão.²³⁵

De fato, de acordo com os primeiros artigos do novo convênio de 21 de novembro, o general Urquiza ficava responsável por toda a liderança das operações em território argentino. Entretanto, nada havia de claro a respeito de sua condição de comandante geral da missão, uma vez que sua atribuição era a de “general em chefe do exército Entrerriano-Correntino”. Tampouco se determinava a submissão dos demais chefes militares às suas ordens; o que havia era a delimitação de acordos e inteligências

²³⁴ “Carta de Paulino José Soares de Sousa a Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, 21/10/1851”, Apud. Estefanes, op. cit., pp. 230-231.

²³⁵ Vasconcelos, op. cit., pp. 230-231.

prévias entre os líderes militares, em caso de ações separadas, com uma tênue, ainda que fundamental, diferença: no caso brasileiro, essa inteligência com o general entrerriano deveria ser feita *se possível*, ficando vedado, portanto, para os demais membros da aliança qualquer decisão ou ação militar à revelia dos demais chefes aliados.

A grande vantagem tirada pelo Império, pelos termos do convênio, dizia respeito à sua posição oficial enquanto participante da campanha contra Rosas. Além de propor, pelo artigo I, uma guerra com o objetivo de libertar o “povo Argentino da opressão que suporta sob a dominação tirânica do governador D. João Manuel de Rosas”, e não uma guerra contra a Confederação Argentina, o convênio dava a iniciativa das ações bélicas às províncias argentinas envolvidas, retirando tanto o Brasil quanto o Uruguai do centro da ofensiva, mesmo que oficialmente, conforme o artigo II, a letra do convênio fosse mais ambígua:

Art. II – Em virtude da declaração precedente, os Estados de Entre Ríos e de Corrientes tomarão a iniciativa das operações de guerra, constituindo-se parte principal nela; e o Império do Brasil e a República Oriental, tanto quanto permitir o bom e mais breve êxito do fim, a que todos se dirigem, *obrarão somente como meros auxiliares*.²³⁶

Nota-se, portanto, a articulação de uma estratégia importante no tocante aos interesses imperiais na missão. Colocar-se na posição de “mero auxiliar” dava ao Brasil margem de manobra diplomática frente às possíveis intervenções europeias, em especial dos ingleses. Além do mais, reforçava o caráter “nacional” da luta contra Rosas, ficando sempre sob a responsabilidade do general Urquiza a requisição dos auxílios dos países aliados, fossem estes militares ou financeiros. Tomando a iniciativa bélica contra o governo de Buenos Aires, as províncias de Entre Ríos e Corrientes assumiam a maior parte do ônus da campanha, por meio de um tratado de aliança que, ao contrário, oferecia os maiores benefícios aos interesses do Brasil.²³⁷

²³⁶ *Convênio especial de Aliança entre o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, e a República Oriental do Uruguai, e os Estados de Entre Ríos, e Corrientes, com o fim de assegurar o modo e meios de fazer efetiva a Aliança comum estipulada no art. 15 do Convênio de 29 de Maio de 1851, assinado em Montevideu em 21 de Novembro daquele ano, e ratificado por parte do Brasil em 10 de Dezembro, pela da República Oriental em 21 de Novembro e pela dos Estados de Entre Ríos, e Corrientes em 1º de Dezembro de 1851.* Apud. Vasconcelos, op. cit., vol. 2, pp. 347-352. A íntegra do convênio segue transcrita no Anexo 2 do presente trabalho. (Grifo meu).

²³⁷ A questão da “nacionalização” da guerra encontra-se em Rosa, *La caída...*, op. cit.; Halperín Donghi, op. cit.; e José Maria Sarobe, “*Campaña de Caseros. Antecedentes con referencia a la política interna y*

Nesse sentido, o convênio de 21 de novembro criou mecanismos para atenuar o caráter internacional da guerra contra Rosas, ao mesmo tempo em que consolidou artifícios que conectavam profundamente todos os demais aliados aos interesses do Império. Em outras palavras, a posição “auxiliar” do Brasil, oficializada no tratado, contrastava com a centralidade e liberdade de ação que o restante do convênio lhe dava, fazendo, inclusive, com que os demais Estados conveniados se tornassem efetivamente seus dependentes militar, política e financeiramente. Essa vinculação (ou dependência) das províncias argentinas ao Brasil ficava mais clara nos artigos que tratavam do financiamento dos gastos de guerra. Segundo o artigo VI:

Art. VI – Para habilitar os Estados de Entre Ríos e Corrientes à ocorrência às despesas extraordinárias que terão de fazer com o movimento do seu exército, Sua Majestade o Imperador do Brasil lhes fornecerá por empréstimo a soma mensal de cem mil patações durante o prazo de quatro meses contados da data em que os ditos Estados ratificarem o presente Convênio, ou durante o tempo que decorrer até o desaparecimento do governo do general Rosas, se este sucesso tiver lugar antes do vencimento daquele prazo.

Esta soma será realizada por meio de letras sacadas sobre o Tesouro nacional a oito dias de vista, e entregue mensalmente pelo ministro plenipotenciário ao agente de S. Ex^a. o Sr. Governador de Entre Ríos.

No limite, boa parte da campanha contra o governador de Buenos Aires seria custeada pelo Brasil, por meio de empréstimos mensais ao general Urquiza, enquanto chefe da coalizão entrerriana-correntina. Além disso, empréstimos de materiais de guerra (especialmente o envio a Urquiza de duas mil espadas, efetuado por Caxias) seriam somados ao montante mensal do empréstimo. Entretanto, o que mais chama a atenção, e reverbera com mais força na historiografia, é a disposição das formas de pagamento dos referidos empréstimos, uma vez que resultariam em dívidas futuras ao governo da Confederação que se formasse após a deposição do governador portenho, ou então, às duas províncias participantes do convênio:

Art. VII – S. Ex^a. o Sr. Governador de Entre Ríos se obriga a obter que o governo que suceder imediatamente ao do general Rosas reconheça aquele empréstimo como dívida da Confederação Argentina, e efetue o seu pronto pagamento ao juro de 6 por cento ao ano.

externa”. In: Ricardo Levene (dir.) *Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva em 1862*. Vol. 7, Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1962, pp. 445-492.

No caso, não provável, de que isso se não possa obter, a dívida ficará a cargo dos Estados de Entre Ríos e de Corrientes, e para garantia de seu pagamento com o juro estipulado, SS. EExs. os Srs. Governadores de Entre Ríos, e de Corrientes desde já hipotecam as rendas e os terrenos de propriedade pública dos referidos Estados.

Deste forma, há que se concordar que se criava uma dependência significativa das duas províncias mesopotâmicas em relação ao Brasil, colocando-o em posição privilegiada na articulação de seus interesses mais prementes na região platina. Isso fica ainda mais evidente se levarmos em conta as determinações contidas no artigo XIV, referente à navegação dos rios da bacia do Prata, conforme se lê abaixo:

Art. XIV – A estipulação contida no art. 18º do Convênio de 29 de Maio continuará em vigor.²³⁸ E além disso, os governos de Entre Ríos e de Corrientes se comprometem a empregar toda a sua influência junto ao governo que se organizar na Confederação Argentina, para que este acorde e consinta na livre navegação do Paraná e dos demais afluentes do Rio da Prata, não só para os navios pertencentes aos Estados Aliados, senão também para os de todos os outros ribeirinhos que se prestem a mesma liberdade de navegação naquela parte dos mencionados rios que lhes pertencer. Fica entendido que se o governo da Confederação e os dos Estados ribeirinhos não quiserem admitir essa livre navegação pelo que lhes diz respeito, e nem convir nos ajustes para esse fim necessário, os Estados de Entre Ríos e Corrientes a manterão em favor dos Estados aliados e com eles somente tratarão de estabelecer os regulamentos precisos para a polícia e segurança da dita navegação.

Com isso, o Império alcançava um de seus mais destacados objetivos, não somente com o tratado de aliança, mas também com a própria intervenção militar na Guerra Grande. Garantido o compromisso da livre navegação dos rios da bacia platina por meio do “sistema de tratados” com a República Oriental – que já era tomado como certo antes mesmo das eleições dos representantes uruguaios²³⁹ –, a diplomacia brasileira colocava como obrigação das províncias argentinas aliadas o mesmo compromisso da abertura dos rios interiores e do estuário do Prata, tanto durante a campanha contra Rosas quanto posteriormente. Desta feita, o artigo acima dava a Entre

²³⁸ “Art. 18º - Os governos de Entre Ríos e Corrientes (se este anuir ao presente convênio) consentirão às embarcações dos Estados aliados a livre navegação do Paraná, na parte em que aqueles governos são ribeirinhos, e sem prejuízo de direitos e estipulações provenientes da convenção preliminar de paz de 27 de Agosto de 1828, ou de qualquer outro direito proveniente de qualquer outro princípio.”

²³⁹ Em mais de um artigo do convênio de 21 de novembro, as disposições referem-se exclusivamente às províncias mesopotâmicas, uma vez que algumas das determinações já constavam dos cinco tratados assinados em 12 de outubro daquele ano entre o Império e o Uruguai. Ver, por exemplo, o artigo XIX.

Ríos e a Corrientes a responsabilidade de zelar pela medida junto aos futuros governos da Confederação Argentina.

Todas estas vantagens obtidas, não há dúvida, geraram fortes vínculos e compromissos das províncias argentinas frente ao Império, dando algumas garantias à consolidação dos interesses brasileiros no estuário platino. Ainda que o convênio de 21 de novembro oferecesse ao Brasil privilégios e possibilidades de controle sobre Entre Ríos e Corrientes, seria demais afirmar, como o faz José Maria Rosa, que os compromissos financeiros, a garantia da livre navegação dos rios Paraná e Uruguai e a proteção que as províncias vizinhas receberiam do Império em caso de derrota e recuo das tropas aliadas (definida pelo artigo XVII do convênio) significassem uma deliberada promoção da formação de uma república separada da Confederação Argentina. Segundo o autor, os pontos acordados na aliança atenderiam a um projeto de criação da “República Mesopotâmica”, sob a liderança de Justo José de Urquiza, porém, sob os auspícios e o financiamento do Império.²⁴⁰

Assim, partilho da posição defendida por Gabriela Nunes Ferreira, em obra já citada, que não desconsidera todas as possibilidades de controle e influência do Brasil sobre as províncias argentinas, embora circunscreva o hipotético projeto de separação de Entre Ríos e Corrientes no contexto ainda indefinido de formação do Estado argentino:

O certo é que, nesse contexto em que a formação nacional argentina ainda era uma incógnita, o Brasil considerava seriamente a possibilidade de separação dos dois Estados – e talvez mesmo não a visse com maus olhos. Tanto assim que, em outros pontos do convênio (a questão da livre navegação dos rios e a do reconhecimento da dívida para com o Império), procurou obter garantias da parte de Entre Ríos e Corrientes, independentemente do futuro governo da Confederação Argentina.²⁴¹

Ao contrário do convênio de aliança contra Oribe, o de 21 de novembro de 1851 limitou fortemente as possibilidades de ação de Urquiza e não é demais pensar que a experiência recente com a capitulação de Pantanoso teria sido fundamental para que o Império se amparasse em meios de ação mais limitados aos seus aliados e mais bem delimitados para si. Além disso, não parece absurdo pensar que a posição de Caxias nos primeiros acertos da alianças foram importantes para que o Brasil pusesse sobre um

²⁴⁰ Rosa, *La caída...*, op. cit., especialmente p. 569.

²⁴¹ Ferreira, op. cit., p. 196.

terreno mais seguro sua aliança com o general entrerriano. Em primeiro lugar, porque as conversações a respeito da organização da coalização que avançaria contra o governador de Buenos Aires haviam se iniciado tão logo Caxias se encontrara com Urquiza, poucos dias após a assinatura do acordo de Pantanoso, ainda sob forte desconfiança do general brasileiro e de seus pares em relação ao aliado.

Em segundo lugar, as reuniões entre Caxias e Urquiza aconteceram antes mesmo da chegada de Honório Hermeto Carneiro Leão a Montevideu, principal responsável por definir os termos do convênio, uma vez que em 21 de novembro Caxias já se encontrava estrategicamente acampado em Colônia do Sacramento. Além disso, grande parte das principais exigências de Urquiza, como condições para a confirmação da aliança, era defendida pelo conde; não por serem justas ou fundamentais para a condução da campanha, mas sim para manter Urquiza do lado brasileiro no conflito. Exemplo disso é o caso específico dos empréstimos mensais que seriam dados pelo Império. Os cem mil patações mensais pedidos por Urquiza eram, sem dúvida, um valor bastante alto e que a diplomacia brasileira, ainda à distância, resistia veementemente a aceitar. Entretanto, sabendo das disposições do general entrerriano em relação ao tema – “o patacones, o se manejaba por su cuenta” –, Caxias defendia a pronta aceitação da exigência, percebendo, bem como antes o havia feito, o risco de Urquiza facilmente se voltar contra o Brasil, no caso de encontrar no lado inimigo maiores vantagens. Em uma carta ao então ministro da Guerra, Manuel Felizardo de Sousa e Mello, Caxias sublinhava, já em 20 de outubro, suas impressões e os cuidados com os quais deveriam ser conduzidas as relações com Urquiza:

Urquiza é muito despeitado e orgulhoso; qualquer negativa de nossa parte irrita-lo-ia, sendo elle, como V. Ex^a sabe, alguem a quem pouco falta para mudar de opinião da noite a manhã. Achando-se hoje com um exercito forte pelos reforços que recebeu das tropas argentinas que encontravam-se ao mando de Oribe, não ser-lhe-ia muito difficil arranjar-se com Rosas mediante algumas concessão que este lhe fizesse, e voltar-se contra nós.²⁴²

Por isso, mesmo considerando as dificuldades em ceder às exigência do aliado, o ministro Paulino de Sousa resignou-se, aceitando a inclusão dos empréstimos mediante todas as garantias possíveis de que o montante fosse devidamente pago, senão pela

²⁴² “Conde de Caxias a Manuel Felizardo de Souza e Mello, 20/10/1851”, apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 563. (algumas correções foram feitas em relação à transcrição encontrada na obra citada, porém sem alterar o sentido da citação).

Confederação Argentina, pelas províncias aliadas (formando ou não uma “República Mesopotâmica” apartada do restante do país).²⁴³

Contudo, mesmo acedendo às exigências de Urquiza, o Império não deu ao aliado as mesmas margens de manobra que haviam resultado do convênio de 29 de maio. Em relação às ações militares, ficava claro que o general entrerriano não teria a mesma chance de conduzir autonomamente a campanha contra seu rival portenho. O fato destacado por Genserico de Vasconcelos como mais um erro na definição das estratégias de guerra – a presença de três lideranças, com Urquiza, Caxias e Grenfell – não parecia ser casual ou equívoca, se analisada num contexto político e militar mais amplo. Isso ficava evidente nos artigos concernentes à divisão das forças de cada país e às especificidades de cada um dos contingentes:

Art. IV – Estes contingentes serão:

Por parte de sua Majestade o Imperador do Brasil, uma divisão composta de três mil homens de infantaria, um regimento de cavalaria e duas baterias de artilharia, bem providas de guarnição, animais e todo o material necessário
²⁴⁴ [...]

Art. V – A divisão do exército imperial de que trata o artigo antecedente *nunca poderá ser fracionada ou disseminada de modo que deixe de estar sob o comando imediato de seu chefe respectivo.*

Este, porém, obrará sempre em conformidade das disposições e ordens superiores de S. Ex. o Sr. General Urquiza, *excetuando o caso em que seja impossível a prévia inteligência e acordo.*²⁴⁵

Pode-se depreender, em especial dos trechos grifados acima, que mesmo participando oficialmente como “mero auxiliar”, o Império estava longe de ser um simples contingente a ser livremente manejado pelo general aliado. Mesmo a divisão “auxiliar”, destacada para avançar em direção a Buenos Aires junto a Urquiza, cujo

²⁴³ Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 564.

²⁴⁴ Segundo oficiava Honório a Caxias, antes mesmo da assinatura do convênio, o Brasil se encarregaria de mandar uma força de três mil homens (ficando “ao arbítrio de V. Ex^a fazel-o mais ou menos numeroso”, conforme afirmava ao conde), além dos demais itens de guerra solicitados pelo general entrerriano. O que chama a atenção nesse ofício, de 18 de novembro de 1851, são as pretensões de Honório, que muito se coadunavam às de Caxias, a respeito da composição das tropas brasileiras. Nas palavras do plenipotenciário, “muito particular satisfação tenho de que possamos apresentar um bom contingente, e que seus chefes e principais figuras sejam todas Brasileiras. [...] Tenho prazer em que no nosso contingente não entre a infantaria Alemã”. A preocupação de ambos os líderes brasileiros parecia também estar, portanto, na boa composição das tropas imperiais, de modo a evitar as sublevações ou deserções recorrentes entre os soldados estrangeiros, que já vinham preocupando o conde e comprometendo as ações militares desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, conforme apontado no capítulo anterior. Cf. “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevidéu, 18/11/1851”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

²⁴⁵ Grifos meus.

comando ficaria a cargo de Manuel Marques de Sousa²⁴⁶, guardava certa autonomia em relação às ordens do general entre-riano, uma vez que ficava garantida a indivisibilidade das tropas e a possibilidade de ação independente das ordens deste. Se levarmos em conta os termos do convênio referentes às forças lideradas por Caxias, estacionadas em Colônia do Sacramento como “exército de reserva”, a autonomia que tinha o Império na missão fica ainda mais clara:

Art. VIII – O exército imperial, ora estacionado no Estado Oriental ai permanecerá ocupando os pontos da costa do Rio da Prata ou do Uruguai que mais convierem, e seu general em chefe fornecerá os auxílios que lhes forem requisitados por S. Ex. o Sr. Governador de Entre Ríos, ou seja para a defesa deste Estado e o de Corrientes, ou seja para as operações da banda ocidental do Paraná.

Fica, porém, entendido, que, *independente de requisição o general em chefe do exército imperial poderá passar-se com todas as forças sob seu comando para o teatro das operações, se os sucessos da guerra assim o exigirem. E neste caso o dito general conservará o comando de todas as forças de Sua Majestade o Imperador*, pondo-se, sempre que for possível de prévio acordo e inteligência com S. Ex. o Sr. General Urquiza, assim no que diz respeito à marcha das operações, como sobretudo quanto possa contribuir para o seu bom êxito.²⁴⁷

Por este artigo, definiam-se dois pontos essenciais para os rumos da presença brasileira na região platina, em geral, e para o papel de Caxias na condução das ações brasileiras na guerra, em particular. Em primeiro lugar, por meio do artigo XIX, o Império garantia não só sua permanência em território uruguaio, visando à “manutenção da ordem pública e do regime legal”, independentemente do fim do conflito naquele

²⁴⁶ Nesse sentido, a influência de Caxias na montagem do grupo político e militar que conduziria a campanha contra Rosas teve de enfrentar a posição defendida por seu amigo Carneiro Leão. Tratava-se da escolha do oficial que comandaria o contingente das três armas brasileiras sob as ordens de Urquiza. Para ocupar o posto, o ministro plenipotenciário indicara o general João Francisco Caldwell. Opondo-se à indicação de Honório, Caxias vindicada o nome de Manuel Marques de Sousa, um experiente militar rio-grandense, com quem o conde já havia estado por diversas vezes no campo de batalha. Marques de Sousa, que participara das campanhas durante a Guerra da Cisplatina, ainda na década de 1820 e, mais tarde, compôs o alto escalão do exército liderado por Caxias contra os farrapos, era seu amigo pessoal e gozava, pois, de toda a confiança do general-em-chefe. Longe de ser uma escolha que atendesse à mera aspiração e capricho pessoal do conde, insatisfeito pela ingerência de Honório nas questões militares – como quer um de seus mais influentes biógrafos, Eugênio Vilhena de Moraes –, a opção por Marques de Sousa faz mais sentido na lógica de continuidade de suas redes de influência política e militar criadas durante o processo de pacificação da Farroupilha, que, de alguma forma, já vislumbrava uma futura intervenção nas questões platinas, conforme demonstrado no primeiro capítulo deste trabalho. Ver Moraes, *O duque de ferro...*, op. cit., especialmente o capítulo 7, “A escolha do comandante. Caxias e Honório Hermeto”, pp. 83-100. As discussões sobre a escolha do comandante descrita acima podem ser vistas também nos diversos ofícios de Honório Hermeto a Caxias, acima citados.

²⁴⁷ Grifo meu.

país, e referindo-se, inclusive, às determinações do tratado de aliança assinado poucos dias antes entre Brasil e Uruguai.²⁴⁸

Em segundo lugar, e mais importante, os termos do artigo, no limite, davam a Caxias plenas condições de movimentar seu contingente e agir na campanha contra Rosas completamente à revelia das ordens e ações de Urquiza, dentro ou fora do território argentino, com a garantia, além de tudo, de poder liderar toda a força imperial em caso de invasão dos territórios ocidentais do Prata. Com isso, dos três líderes destacados pelo convênio, os “auxiliares” eram os que possuíam o maior poder de ação, tendo em vista que, por terra, Caxias oficialmente não dependia de nenhuma ordem para agir nem no Uruguai, tampouco em terras argentinas, caso julgasse necessário; e Grenfell, por seu turno, como comandante da esquadra brasileira, também independia, na prática, das ordens de Urquiza para conduzir suas ações, fossem elas no Prata, fossem em águas interiores.²⁴⁹

Sobre esse pano de fundo que se formou com o convênio de aliança assinado em 21 de novembro de 1851, amplamente favorável aos interesses do Brasil, sobretudo no tocante ao controle das ações de Urquiza, José Maria Rosa sintetiza a questão num tom inflamado, quase de um nacionalismo ferido – e, em certos momentos, até teleológico – mas que, ainda assim, vale à pena ser transcrito na íntegra:

Así, por este tratado, «que se conservaría secreto» (art. 21) por temor al espíritu nacionalista de los descendientes de españoles o a un veto británico a la expansión brasileña, Urquiza obraría como un *mero auxiliar* de los imperiales, no obstante el trastrueque consciente de los vocablos. Acepta guerras contra su propia patria disimulando el hecho como «guerra contra su gobierno»; recibe dinero, armas y municiones de Brasil; admite que el ejército imperial de Reserva proceda con independencia; tolera que la división brasileña, integrante del Ejército a sus órdenes, se maneje por su cuenta cuando su jefe no estuviera «en inteligencia y acuerdo» con él; sufre que el almirante brasileño pueda tomar por sí solo las disposiciones que creyese oportunas. El único que no pudo hacer mucho por *sí solo* es Urquiza, que ni siquiera ajustaría por su responsabilidad exclusiva la cesación de hostilidades. Y, finalmente, en las cláusulas del tratado definitivo de paz permite, como en mayo del año anterior, ceder las Misiones Orientales y la soberanía de los ríos. Y si Inglaterra consintiera que se formase la República

²⁴⁸ “Art. XIX – O exército de Sua Majestade o Imperador, enquanto conservar-se estacionado na República Oriental, prestará todo o auxílio possível, e que lhe for requisitado pelo governo respectivo, para a manutenção da ordem pública, e do regime legal, se durante esse tempo, e antes da eleição presidencial, ocorrer qualquer dos casos especificados no art. 6º do tratado de aliança existente entre o Império, e a República.”

²⁴⁹ Segundo o texto do artigo IX: “A esquadra imperial colocar-se-á nos pontos que mais convierem, a juízo de seu chefe, com que se entenderá S. Ex. o Sr. General Urquiza, afim de que ele possa prestar-lhe toda a coadjuvação que for possível, quer para a passagem do Paraná, quer para a segurança de seus territórios e costas, ou para qualquer outra operação que tenda a conduzir aos fins da aliança.”

de la Mesopotamia bajo el patrocinio brasileño, cedería los ríos y las Misiones a nombre de ésta. La República de la Mesopotamia nacería – en caso de permitirlo las rivalidades foráneas – hipotecada al Imperio en la cuantiosa suma de las mensualidades *fornecidas* al general pronunciado, más sus correspondientes intereses.²⁵⁰

Evidentemente que o autor carrega nas cores ao analisar o convênio, ainda assim, uma leitura mais atenta dos artigos do acordo de aliança deixa claro que o texto impunha claramente um cerceamento às ações de Urquiza e dava uma ampla margem de ação ao Império, política e militarmente, do começo ao fim da campanha. E o “fim” vislumbrado para a campanha não poderia ser aquele permitido para o caso de Oribe. É provável que a experiência com a primeira etapa da guerra, ainda no Uruguai, tenha levado o Brasil a limitar mais fortemente qualquer possibilidade de negociação de Urquiza com os inimigos da aliança, em especial nesse segundo ato da guerra, quando o inimigo era Rosas, situação que estava no horizonte desde o início da intervenção brasileira.

Como temia Caxias, uma nova aproximação entre os governadores de Buenos Aires e Entre Ríos comprometeria profundamente a consolidação da nova política brasileira na região. Não é demais pensar que, com a determinação do artigo XVIII, referente aos termos de paz, o convênio eliminava quase totalmente as possibilidades de que acordos promovidos por Urquiza fossem legitimados pela aliança, visto que “as condições de paz serão ajustadas entre os chefes das forças aliadas, solicitando-se para sua execução a aprovação dos governos respectivos ou de seus representantes devidamente autorizados”.

Diante de todas as determinações do convênio de aliança e das negociações cuidadosas e bem fundadas durante outubro e novembro de 1851, o Brasil acumulava boas e seguras margens de ação para seu exército, pouca responsabilidade diplomática em relação à nova fase do conflito que se abria, grande autonomia ao seu general-em-chefe e seus subordinados, além de perspectivas bastante promissoras para a concretização de seus interesses políticos e econômicos na região platina, antes mesmo da passagem para o outro lado do Prata. Deste modo, os reflexos das prerrogativas abertas pela aliança foram notados no avanço contra Rosas, que duraria por pouco menos de três meses.

²⁵⁰ Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 569 (grifos no original).

Após as primeiras negociações do convênio de aliança, Caxias seguiu, no início de novembro, com o grosso das forças brasileiras para seu novo acampamento em Colônia do Sacramento. Definidas as condições do “auxílio” do Brasil a Urquiza e nomeado Manuel Marques de Sousa, futuro conde de Porto Alegre, para o comando da divisão brasileira em território argentino, o contingente imperial foi reunido e, tão logo obteve as ordens de seu general-em-chefe e a devida proteção da esquadra brasileira, embarcou rumo ao território argentino, onde já se encontrava o exército entrerriano-correntino, embarcado dias antes, e cujo comandante havia marcado o ponto de encontro de todas as forças aliadas em Diamante, na província de Entre Ríos.²⁵¹

Durante a subida do Rio Paraná, parte da esquadra que carregava a divisão de Marques de Sousa obteve o primeiro êxito contra as forças de Rosas. Ao norte da província de Buenos Aires, na região conhecida como “Paso del Tonelero”²⁵², as embarcações brasileiras foram surpreendidas por uma bateria portenha que havia fortificado a margem direita do rio sob o comando do general Lucio Norberto Mansilla. Naquela ocasião, as duas forças travaram uma batalha naval, porém as perdas foram praticamente insignificantes, bem como a própria resistência das tropas de Mansilla, em terra. Em pouco mais de uma hora, a esquadra brasileira se afastou do alcance do fogo inimigo e, contando com o abandono da fortificação de Tonelero por parte de Mansilla, forçou a passagem do Paraná com relativa facilidade, chegando logo a Diamante, ponto de encontro da divisão e da esquadra brasileiras com o Exército Grande, liderado por Urquiza. Entre os dias 24 e 25 de dezembro de 1851, o exército aliado transpôs o rio e iniciou sua marcha rumo a Buenos Aires, desde o sul da província de Santa Fé (aliada a Rosas), na altura de Diamante.

Ao longo da marcha, os aliados contaram com a passividade do exército inimigo e com algumas deserções e sublevações de tropas rosistas, em especial em Rosário (outra importante fortificação às margens do Paraná), que acabou por não oferecer resistência à passagem das forças lideradas por Urquiza. Mesmo possuindo um contingente militar superior em relação ao inimigo, o exército rosista não foi capaz de conter o avanço dos aliados, tanto pela falta de ações efetivas de defesa, quanto pelas divergências entre as principais lideranças militares. O general entrerriano, inteirado de

²⁵¹ Não farei aqui uma descrição minuciosa das etapas da marcha em direção a Buenos Aires, do final de dezembro de 1851 ao início de fevereiro de 1852. Para uma narrativa detalhada da missão do exército aliado contra Rosas, ver Sarobe, op. cit., pp. 465 e ss.; e Vasconcelos, op. cit., pp. 241 e ss.

²⁵² Uma ilha localizada entre as águas portenhas e entrerrianas do Rio Paraná, na altura da atual cidade de Ramallo.

tais rusgas, soube se aproveitar delas e comprometer ainda mais as relações no seio da elite militar portenha.

Por meio de um ardil bem tramado ao longo da marcha em direção a Buenos Aires, Urquiza fez com que Rosas rompesse com seu mais destacado comandante, o general Ángel Pacheco. Enviando diversas cartas a este general, num tom amistoso, quase íntimo, Urquiza pretendia espalhar a desconfiança de que havia um entendimento entre eles, como de fato ocorreu. Todas as missivas foram transportadas por caminhos nos quais as chances de serem interceptadas eram grandes e, por mais de uma vez, chegaram ao conhecimento do governador de Buenos Aires. Por conta disso, no final de janeiro de 1852, Rosas se desentendeu e rompeu relações com Pacheco, que deixou o alto posto de general-em-chefe do exército rosista que ocupava desde os primeiros anos do governo federalista em Buenos Aires. Desta feita, Rosas teve de assumir diretamente o comando de seu exército em campo de batalha e organizar as táticas de defesa da capital contra o avanço do exército inimigo.

Este, por seu turno, embora tenha sido beneficiado pelo enfraquecimento moral e pela falta de reação de Rosas, teve de enfrentar dificuldades no transcurso da marcha, sobretudo em relação à manutenção das tropas. Na altura de San Nocolás, já transposta a fronteira entre as províncias Santa Fé e Buenos Aires, Urquiza tinha duas opções de marcha a seguir. Uma que seguiria pelas margens do Paraná e a outra que obrigaria suas forças a empreender um longo desvio pelo interior do território até as imediações da capital. O primeiro era mais curto em 25 léguas e oferecia a vantagem de poder contar, durante toda a marcha, com o apoio total da esquadra brasileira que, após a vitória na batalha de Tonelero, dominava completamente as águas do Paraná, além do Prata, também guarnecido pela outra parte da esquadra comandada por Grenfell.

Mesmo assim, Urquiza optou pela segunda rota. Embora a primeira encurtasse consideravelmente o caminho à capital, as margens do Paraná careciam de pastos que servissem para a alimentação das cavalhadas e de água tanto para os animais quanto para os soldados, visto que, embora fosse ribeirinha, a região apresentava margens muito acidentadas que dificultavam o aproveitamento das águas do rio. Dessa forma, o general-em-chefe ordenou o desvio pelo interior em busca de melhores condições, mesmo que isso significasse mais tempo de marcha.

No entanto, o distanciamento da região costeira não resultava somente na perda de apoio e proteção naval. Por meio da esquadra brasileira, Caxias recebia com maior frequência e rapidez as notícias do exército aliado, em especial da situação da divisão

brasileira comandada por Marques de Sousa, podendo, assim, organizar melhor suas ações desde Colônia do Sacramento, onde permanecia estacionado. Com o desvio das forças de Urquiza para o interior, perdeu-se também tal facilidade de comunicação, fazendo com que o general brasileiro ficasse por semanas sem notícias acerca do andamento da missão. Deste modo, em meados do mês de janeiro, o conde decidiu organizar uma incursão de reconhecimento a Buenos Aires com vistas a uma ação efetiva contra Rosas, pela parte sul da capital. Dava, portanto, os primeiros frutos a liberdade de ação do general-em-chefe brasileiro perpetrada pelo convênio de 21 de novembro.

Concentrada toda a esquadra em Colônia, Caxias zarpou rumo à outra margem do Prata no dia 17 de janeiro. Mesmo com a presença da esquadra de Rosas e de forças militares artilhadas no porto, as tropas brasileiras entraram no território de Buenos Aires sem sofrer qualquer hostilidade ou resistência. Ao contrário, segundo relata Vasconcelos, na ocasião de seu desembarque, Caxias e seu exército de observação foram recebidos com saudações tanto pela população da cidade, quanto pelas tropas estrangeiras ali estacionadas.²⁵³ Entretanto, para além da falta de comunicação entre as forças de Urquiza, a esquadra e o exército de reserva, outras razões pareciam motivar essa tomada de decisão de Caxias.

Dias antes de seu embarque a Buenos Aires, Honório lhe respondia um ofício do dia 10 de janeiro, que dá algumas ideias sobre o propósito da missão. Além de enviar “algumas caricaturas de Rosas para V. Ex^a divertir-se com elas”, o plenipotenciário brasileiro demonstrava entusiasmo e satisfação com a decisão tomada pelo conde de organizar, junto com Grenfell, a incursão de reconhecimento da capital argentina com o intuito de atacar as forças de Rosas. O que chama a atenção são as preocupações dos dois líderes brasileiros, evidenciadas no trecho abaixo:

Alegra-me a comunicação de que já tinha combinado com Grenfell procederem aos exames necessários para decidirem da conveniência de um desembarque de tropas ao sul de Buenos Ayres.

Quanto mais eficaz e direta for a nossa operação, mais influencia política e credito militar tiraremos em proveito dos sacrifícios que o Imperio tem feito. Não posso deixar de ponderar a V. Ex^a que, a darmos esse golpe, deve ser como V. Ex^a bem diz com toda a segurança; e parece-me que não haverá essa segurança se além de outras condições, não espera-se que o General Urquiza esteja em frente ao inimigo, que assim ficará sob a ação simultânea de duas forças.

²⁵³ Vasconcelos, op. cit., PP. 270-271.

Creio que V. Ex^a só projeta levar, a ter de efetuar o desembarque, 1000 homens de cavalaria, por falta de clavinhas e pela dificuldade do transporte da cavalaria; mas se entender-se com o General Urquiza, este lhe poderá fornecer cavalos, e V. Ex^a reforçar aquela expedição com mais um regimento ou mesmo dois regimentos de cavalaria, embora estes vão só armados de lanças.²⁵⁴

Fica claro, pelo trecho destacado, que a decisão de avançar sobre Buenos Aires tinha como objetivo central a garantia de uma missão segura e eficaz de deposição de Rosas, não só pela desconfiança que tinham os brasileiros da capacidade militar de Urquiza. Com a presença do general-em-chefe e do almirante brasileiros, a incursão asseguraria os interesses do Império com a tomada da capital, evitando, assim, possíveis ações independentes de Urquiza, como na capitulação de Oribe, meses antes. Podendo ou não contar com o auxílio material do general entrerriano, o exército de reserva teria condições de se impor frente às forças inimigas, obrigadas, assim, a lutar em duas frentes.

Além do mais, outro importante fator teria influenciado a decisão e a celeridade do deslocamento do contingente estacionado em Colônia. Conforme destacado no início deste subcapítulo, uma das pretensões do Império em oficializar uma posição de “mero auxiliar” na campanha contra Rosas era evitar possíveis interferências das potências europeias no conflito e, assim, garantir maior influência na condução da missão e na defesa de seus projetos políticos na região. Nesse sentido, o envio de uma só divisão ao território argentino permitiria tanto a continuidade dos trabalhos ainda inconclusos no Uruguai, quanto a manutenção do conveniente *status* de auxiliar do exército brasileiro a uma disputa teoricamente “nacional”. Porém, planejar o desembarque de todo o contingente de Caxias em Buenos Aires mudaria a situação e acarretaria novos riscos ao Brasil, como alertava Honório ao conde, em ofício reservado de 14 de janeiro de 1852:

Como verá da carta que dirijo ao General Urquiza, que junto remeto a selo volante para que V. Ex^a e o Chefe de Esquadra Greenfell se inteirem do seu conteúdo, o Sr. Southern lá está incomodando ao Governo Imperial, e ameaçando-nos com a intervenção das forças Britânicas. Cumpre, pois, que o que se tiver de fazer se faça quanto antes, de sorte que a se realizarem as ameaças, todas as forças, elementos de guerra que possam

²⁵⁴ “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideu, 12/01/1852”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10 (grifo meu).

ser necessários, já estejam no território em que tem de obrar. O Governo Imperial assim lho recomenda nos termos [?] mais instantes.²⁵⁵

Naquele momento, a ameaça de intervenção inglesa era mais alarmante em decorrência de algumas alterações feitas nas representações diplomáticas na América do Sul. Por ordem de lorde Palmerston, Henri Southern, antes a serviço da Coroa inglesa em Buenos Aires, fora enviado ao Rio de Janeiro. Este, por sua vez, chegara à Corte com planos de intervir em favor de Rosas, declaradamente seu amigo pessoal. Southern, em primeiro lugar, exigiu explicações oficiais do governo brasileiro sobre os rumores da assinatura de um tratado secreto entre o Brasil, Montevideu e Entre Ríos, em 29 de maio de 1851. A isso, o ministro Paulino de Sousa respondeu com a publicação do dito acordo, visto que nele estavam definidas somente as bases para a ofensiva contra Oribe, conforme havia planejado a diplomacia brasileira na ocasião. Buscando outros meios de favorecer Rosas, Southern teria inclusive articulado uma alteração no gabinete brasileiro que substituísse Paulino de Sousa por Francisco Jê de Acaiaba Montezuma, sabidamente o principal arauto da oposição à intervenção brasileira no Prata.

Pressionado, o ministro dos Negócios Estrangeiros tentou se esquivar do diplomata britânico até o início de janeiro de 1852, quando, enfim, atendeu às requisições por uma conferência. Naquela oportunidade, Southern colocou-se à disposição para uma mediação entre o Império e Buenos Aires, sem, contudo, apresentar nenhuma ameaça ao governo brasileiro. Evadindo-se, uma vez mais, às proposições do representante europeu, Paulino de Sousa teria dito que precisava deliberar com o restante do ministério e esperar ordens claras do próprio imperador para aceitar a oferta de mediação inglesa. Curiosamente, depois desse encontro de 2 de janeiro de 1852, Southern não procurou mais o ministro brasileiro, preferindo deixar a questão em suspenso e “aguardar os próximos acontecimentos”, segundo pontua Gabriela Nunes Ferreira.²⁵⁶

Mesmo após o desembarque do exército de observação de Caxias, em 17 de janeiro, o receio de uma intervenção inglesa ainda permanecia. O temor dos principais

²⁵⁵ “Ofício reservado de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideu, 14/01/1852”, IHGB, “Coleção Leão Teixeira Filho”, Lata 748, Pasta 10.

²⁵⁶ As informações se baseiam na análise de Ferreira, op. cit., pp. 197-199. A autora ainda sublinha que o ministro dos Negócios Estrangeiros conjecturava, em despacho a Honório Hermeto no início de janeiro, que Southern e o governo inglês teriam desistido de intervir na questão por meio da negociação diplomática, ainda que tentassem, pela via indireta, atingir o Brasil, “fomentando no Uruguai a má vontade dos Blancos para com o Império”.

líderes brasileiros era que houvesse o bloqueio da esquadra de Grenfell, que, naquele momento, encontrava-se toda reunida em Colônia do Sacramento. Uma ação contra a frota imperial ofereceria barreiras quase intransponíveis a qualquer pretensão brasileira de transporte e desembarque de tropas em Buenos Aires para atacar Rosas. Sem notícias concretas a respeito da posição inglesa, tampouco da movimentação das tropas lideradas por Urquiza, Caxias, no fim de janeiro, reuniu todas as forças de seu exército de reserva em Colônia e colocou à disposição todo o necessário para “embarcar toda a força que tencionava levar dentro de duas horas”. O conde planejava aguardar somente a chegada de Urquiza às proximidades de Santos Lugares – nas imediações da cidade, onde Rosas acampava, aguardando o ataque inimigo – para levar a cabo o desembarque de suas forças ao sul de Buenos Aires, colocando o inimigo “entre dois fogos”. Por fim, conforme informava Honório ao ministro Paulino de Sousa, no dia 4 de fevereiro de 1852:

Não foi preciso levar-se a efeito a expedição de um segundo contingente a frente do qual estaria o Conde de Caxias. O Conde tinha todo o disposto em 31 do corrente para embarcar toda a força que tencionava levar dentro de duas horas...

Os vapores de guerra são insuficientes para o transporte dessa expedição; e por isso estava ajustado o fretamento do vapor oriental *Rio Uruguay*, e tencionava-se frotar o *Rio de Janeiro* logo que chegasse. Tudo, porém, ficou sem efeito a vista das notícias que chegaram hontem para hoje.²⁵⁷

As notícias às quais se referia Honório versavam sobre a célebre batalha de Caseros. Na noite do de 2 de fevereiro, as forças de Urquiza, inesperadamente, se encontraram com o exército diretamente comandado por Rosas (após a saída do general Pacheco), que punha em prática seu avanço em direção ao inimigo, deixando, portanto, sua posição mais segura em Santos Lugares. Naquele momento, Urquiza bloqueou todas as passagens do exército inimigo e ordenou o ataque. Todos os autores descrevem Caseros como uma batalha desesperada, com forças militares desorganizadas e sem liderança, de ambos os lados.

Nesse sentido, a parte aliada tirou as maiores vantagens, em decorrência da rápida dispersão das tropas rosistas pelo contingente de Urquiza, na região de Morón. A resistência mais efetiva se deu pela tropa de artilharia comandada por Martiniano Chilavert. No perímetro das propriedades da abastada família Caseros (daí o nome da

²⁵⁷ Apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 604.

batalha²⁵⁸), o coronel argentino enfrentou, sem dispersão, a divisão brasileira de Marques de Sousa, que havia se separado das forças de Urquiza no último momento. Apesar da resistência, Chilavert, em poucas horas, viu-se completamente cercado pelas forças brasileiras e se rendeu.

Rosas, que, segundo José Maria Rosa, havia deixado seu acampamento em Santos Lugares porque “tal vez quiso ahorrar a la ciudad el ataque de los brasileños de Caxias”²⁵⁹, ao ver suas tropas rapidamente dispersadas em Morón e rendidas em Caseros, bateu em retirada do campo de batalha rumo ao sul da cidade, de onde, ainda no dia 3 de fevereiro, escreveu sua renúncia oficial à Sala de Representantes. De todas as possibilidades de intervenção e auxílio da Inglaterra, Rosas logrou somente um curto refúgio na legação inglesa em Buenos Aires, durante a tarde daquele dia, pois, na madrugada do dia 4 de fevereiro, embarcou no navio de guerra inglês *Centaur*, que o levou para o exílio na Europa, após mais de vinte anos como governador de Buenos Aires.

Se, antes, Caxias planejava um desembarque ofensivo contra Rosas, após as notícias vindas do outro lado do Prata, sua missão passou a ser outra. De seu acampamento em Colônia seria importante para fazer valer os interesses do Brasil e organizar o rescaldo da guerra contra o governador deposto, conforme veremos adiante.

3.3. Acertos finais: a política ao fio da espada

Muito satisfeito com as últimas notícias vindas de Buenos Aires, Caxias as remetia ao seu amigo, e então ministro da Guerra do gabinete Saquarema, Manuel Felizardo de Souza e Mello, uma semana depois do enfrentamento nos campos de Morón e Caseros:

Havendo-se encontrado as 6 e ½ horas do dia 3 do cte. as forças do Exército Aliado com as do Exército inimigo nos campos de Morón, se deu a batalha

²⁵⁸ Sobre a designação da batalha que se perpetuou, José Maria Rosa destaca a disputa simbólica das “glórias” da vitória: “La considerable extensión del campo de batalla hizo que se la llamara de diversas maneras: Morón, le dijeron en un principio, porque su centro y su derecha quedaban en el arroyo de ese nombre; Monte-Caseros o Caseros quisieron corregir los brasileños, no obstante encontrarse la estancia y palomar de Caseros a la derecha, pero allí, en Caseros, precisamente, habían combatido los imperiales mientras los cuerpos argentinos y orientales lo hicieron en Morón. Um comunicado de Urquiza adoptaría definitivamente el nombre *Caseros*, dando, por lo tanto, la gloria del combate a la división de Marques de Souza.” Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 605.

²⁵⁹ Idem, p. 603.

no mesmo dia como consta no informe [?] do Comandante da 1ª Divisão do Exército sob meu comando.

Cumpre-me comunicar a V. Ex^a, para que o faça chegar a S. M. o Imperador, que a citada divisão, formando parte do Exército Aliado que marchou sobre Buenos Aires, fez prodígios de valor recuperando a honra das armas brasileiras perdidas em 20 de fevereiro de 1827.²⁶⁰

A data citada pelo conde dizia respeito à derrota do exército brasileiro para as forças argentinas e orientais na célebre Batalha de Ituzaingó, já nos últimos tempos da Guerra da Cisplatina. Curiosamente, quando da vitória dos aliados sobre Rosas, tal efeméride estava próxima de completar seus vinte e cinco anos, o que, nos acontecimentos posteriores a Caseros, teria causado alguns constrangimentos e tensões entre os líderes aliados.

Caxias exigia a recuperação das bandeiras de Ituzaingó, tomadas pelos argentinos após sua vitória em 1827 e que, desde então, exibiam os despojos de tal desonra militar brasileira na catedral de Buenos Aires. Além disso, para engrossar o coro pela devolução das bandeiras brasileiras, Marques de Souza não dispensava, como celebração da vitória, o desfile do Exército Aliado pela capital portenha. Mesmo opondo-se à entrada dos aliados estrangeiros em Buenos Aires, os líderes argentinos acederam às exigências dos brasileiros, não obstante o curioso, senão perigoso, inconveniente da data em que fora marcado o desfile: 20 de fevereiro de 1852! Mesmo temendo “manifestações desagradáveis” durante a entrada na cidade, Urquiza aquiesceu, levando a cabo todos os esforços para evitar qualquer incidente durante a marcha. Ao contrário do que se esperava, a população que assistia à passagem das tropas saudou efusivamente a divisão brasileira, hostilizando, em alguns momentos, o próprio Urquiza, que encabeçava o desfile triunfal do Exército Aliado.²⁶¹ Quanto às bandeiras tomadas depois de Ituzaingó, estas sim, tiveram de permanecer na catedral de

²⁶⁰ “Ofício do Conde de Caxias a Manuel Felizardo de Souza e Mello, ministro da Guerra, 12/02/1852”, apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 605.

²⁶¹ Descrevendo os acontecimentos acerca da devolução das bandeiras de Ituzaingó e do desfile dos aliados sobre Buenos Aires, Rosa destaca que, mesmo tentando dissuadir o brigadeiro Marques de Sousa – respaldado por seu general-em-chefe, Caxias –, ressaltando os riscos que um desfile sobre a capital, no aniversário de Ituzaingó, poderiam trazer, com possíveis manifestações contrárias, o brigadeiro brasileiro teria sido inflexível, afirmando a Urquiza que “a vitória desta campanha é uma vitória do Brasil e a Divisão Imperial entrará em Buenos Aires com todas as honras que lhe são devidas, quer V. Ex^a. ache conveniente ou não”. Urquiza, desta feita, resignou-se, aceitando o desfile que, a princípio, havia sido marcado para o dia 8 de fevereiro, passando-se para o dia 19 e, por fim, curiosamente, para o dia 20. Para evitar possíveis hostilidades, Urquiza instalou o terror na capital portenha, com centenas de execuções sumárias de líderes políticos e militares dissidentes ou antigos apoiadores de Rosas. Cf. Idem, pp. 505-507.

Buenos Aires, para evitar maiores inconvenientes diplomáticos que pudessem atrapalhar os planos do Brasil, ainda não completamente consolidados.²⁶²

A vitória do Exército Aliado e a renúncia de Rosas, longe de encerrarem o conflito, colocaram novas questões na agenda dos líderes brasileiros. Depois Caseros, a execução do “sistema de tratados” mobilizou todas as forças políticas do Império, tanto no Uruguai quanto na Argentina. Do lado oriental do Prata, a indefinição da eleição presidencial ainda trazia enormes riscos aos interesses brasileiros; do lado ocidental, a desconfiança em relação às ações de Urquiza também forçava o Império a agir com cautela para evitar que o general entrerriano impusesse obstáculos à ampliação dos projetos brasileiros para toda a região platina.

Logo após a ocupação de Buenos Aires pelas forças aliadas, as dúvidas que pairavam sobre o posicionamento de Urquiza só aumentaram, especialmente depois da abertura dos trâmites para as negociações dos termos de paz. O general entrerriano mostrou-se resistente a fazer novas concessões ao Império, sobretudo no que dizia respeito aos termos dos tratados de 12 de outubro, que a diplomacia brasileira pretendia estender também à Confederação.

Urquiza bradava, por ocasião de um tenso encontro com Honório Hermeto no palácio de Palermo, antiga residência de Rosas, que o Brasil já havia obtido conquistas suficientes com a guerra, visto que lograra sustentar, com sua ajuda, “a coroa na cabeça do Imperador”. Dizia ao plenipotenciário brasileiro que Rosas planejava revolucionar o Brasil, derrotando e cooptando o exército rio-grandense e fomentando a contestação à monarquia nas demais partes do país. Honório, bastante exaltado, respondeu que, com ou sem o apoio de Urquiza, o Brasil teria plenas condições de entrar no conflito. Além do mais, disse também que a Coroa se sustentava pela opinião dos brasileiros e que Rosas jamais alcançaria o Rio de Janeiro com seus cavalos, nem mesmo por meio da imprensa de oposição por ele custeada.²⁶³ Este primeiro encontro, após a derrota de Rosas, reacendeu a discórdia gerada com a capitulação de Oribe, em Pantanoso, ainda

²⁶² Mesmo que Urquiza tivesse concordado, de antemão, com a devolução das bandeiras, Andrés Lamas, representante diplomático uruguaio no Rio de Janeiro, teria recorrido ao ministro Paulino de Sousa, com o intuito de impedir que tal medida afrontasse a honra tanto de argentinos quanto de orientais, aliados no episódio de 1827. Paulino, tentando temporizar a situação, propunha, então, que a devolução fosse feita por Urquiza como uma “cortesia internacional”, e não por meio de uma imposição do Brasil. Ainda temendo o caráter impopular do ato, Lamas teria inclusive pedido a intervenção de d. Pedro II na questão. Cf. Idem, pp. 607-608.

²⁶³ Cf. Ferreira, op. cit., pp. 212-213.

em 1851. Honório deixou Buenos Aires, em março de 1852, com a clara impressão de que não se despedia de um aliado, mas sim de um novo “inimigo em potencial”.²⁶⁴

Mesmo ressaltando os compromissos assumidos com os convênios de maio e novembro de 1851, a diplomacia brasileira encontrava inconvenientes barreiras para confirmar seu projeto político, uma vez que, sem alcançar um acordo com Urquiza, o Império não conseguiria garantir a consolidação da livre navegação dos rios interiores e uma demarcação favorável das fronteiras com os países vizinhos. Tampouco obteria o apoio e influência do governador de Entre Ríos na defesa dos tratados assinados com o Uruguai, uma vez que Urquiza poderia operar uma mudança na resistência à execução do “sistema” por parte dos *blancos*.

De volta a Montevideú, Honório enfrentaria dois outros revezes em seus planos. O primeiro deles foi a eleição de Juan Francisco Giró à presidência, em meados de março, e com ampla maioria entre os parlamentares uruguaios.²⁶⁵ A segunda foi a nomeação de Tomás Guido como representante diplomático da Confederação Argentina. Guido trazia ainda mais desconfiança a respeito da posição de Urquiza, visto que era considerado “o diplomata de Rosas” e circulava a informação de que tinha ordens bem definidas de negociar os termos das fronteiras com o Brasil, sem abrir mão das Missões orientais e da proeminência argentina na navegação dos rios interiores.

Tudo isso teria feito com que Honório deixasse de lado a via da negociação estrita e, junto com Caxias, planejasse uma ação militar visando a conter as aspirações de Urquiza, mas, principalmente, a executar os tratados no Uruguai por meio da força. Não à toa, já que, no final de março de 1852, o novo ministro oriental dos Negócios Estrangeiros, Florentino Castellanos, lhe havia assegurado que nenhum dos tratados seria executado no Uruguai, e que tampouco seu país estaria aberto a concessões ou transações com o Brasil.²⁶⁶

²⁶⁴ Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., pp. 620-621.

²⁶⁵ Segundo informa José Maria Rosa, ao retornar de Buenos Aires, Honório Hermeto, muito insatisfeito com Herrera, antes “homem do Brasil”, teria rechaçado definitivamente a opção pelo antigo aliado e oferecido todos os meios possíveis para a eleição de Florentino Castellanos (que, pouco antes, havia sucedido Herrera no ministério das Relações Exteriores), propondo, inclusive, o custeio da campanha e a compra dos votos necessários. Apesar de todas as negociações e esforços brasileiros, Giró venceu o pleito com 35 votos, contra 1 para Castellanos. Herrera, por fim, não receberia voto algum. José Pedro Barrán aponta para uma opção dos *colorados* por Giró em decorrência da escassa maioria, de apenas dois votos, que o partido *blanco* havia formado antes da eleição. A eleição do candidato “girondino”, portanto, teria sido um resultado direto do projeto “fusionista” encampado pelos “doctores” de ambos os grupos, após o fim da Guerra Grande. Ver Rosa, *La caída...*, pp. 630-631; e Barrán, op. cit. P. 56.

²⁶⁶ Honório teria oferecido uma pequena margem de negociação acerca dos limites entre os dois países, aceitando ratificar a antiga linha demarcatória do Chuí e desistindo das duas meias léguas nas desembocaduras dos rios Cebolatí e Taquarí, propostas no novo tratado de limites de 12 de outubro e que

Desta feita, após algumas conferências entre Honório e Caxias, definiram-se os principais pontos do plano de ação que seria submetido ao imperador. Prevvia-se a ocupação, pelas tropas do conde, das “fronteiras de 1819” (zona em litígio entre Arapeí e Quaraí) e, para evitar dificuldades na marcha em direção a fronteira, os líderes planejavam atrasar o máximo possível as respostas ao ministro Castellanos. Além disso, definia-se a exigência do pagamento de todos os créditos brasileiros pelo Estado Oriental, sob a ameaça de ocupação de partes do território fronteiriço como garantia de tais montantes, cobrando-se, também, como indenização aos estancieiros brasileiros prejudicados por Oribe, a quantia de quatro milhões de patações. Por fim, se o governo uruguaio quisesse exercer a soberania nos territórios ocupados pelas forças brasileiras, o Império responderia à agressão com toda a força necessária.²⁶⁷

Aproximando-se do ministro da Guerra de Giró, César Díaz²⁶⁸, Honório também teria oferecido todo auxílio necessário para que este se tornasse presidente da república, com a condição de que o ministro *colorado* do governo fusionista se voltasse contra seu presidente *blanco*. Com isso, Honório tencionava auxiliar, militar e financeiramente, um levante da oposição que dissolvesse o legislativo eleito e alçasse um *colorado*, mais simpático à execução dos tratados, à presidência, já que Giró mostrava-se cada vez mais decidido a submeter os cinco tratados ao debate e aprovação dos representantes constitucionalmente eleitos e, por sua vez, Urquiza não vinha mediando a questão junto aos *blancos* como pretendiam os brasileiros após a queda de Oribe e Rosas.²⁶⁹

Nesse contexto, segundo informa José Maria Rosa, ainda que houvesse encaminhado os planos militares à apreciação e aprovação do imperador, Honório não aguardaria a resposta vinda da Corte e encaminharia ordens expressas para que Caxias organizasse o exército e logo iniciasse a marcha rumo às regiões de fronteira, com o intuito de tirar as maiores vantagens sobre os uruguaio da campanha. Sendo assim, o conde partiria de seu acampamento, em Colônia do Sacramento, e Marques de Sousa,

ainda aguardavam as missões demarcatórias. Ver Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 636. Desde o início, esta parecia ser a única definição do “sistema de tratados” que a diplomacia brasileira aceitaria negociar em caso de dificuldades de execução, cf. Ferreira, op. cit., p. 189.

²⁶⁷ Para os cinco pontos principais do plano definido por Honório e Caxias, ver Rosa, op. cit., pp. 636-637.

²⁶⁸ A escolha do *colorado* César Díaz para compor o ministério do presidente Juan Francisco Giró teria sido um dos frutos da política fusionista, segundo Barrán, op. cit., p. 57.

²⁶⁹ Díaz teria exigido do Brasil, para aceder aos planos de Honório, um auxílio de quatro mil homens das forças de cavalaria de Caxias para entrar em ação quando fosse necessário, ao que a diplomacia brasileira, a princípio, teria concordado. Nessa ocasião, para evitar acusações de envolvimento em intrigas contra o governo, Honório teria mandado à negociação com o ministro da Guerra uruguaio seu secretário especial, José Maria da Silva Paranhos, segundo as informações de Rosa, *La caída...*, pp. 637-638.

por sua vez, que já havia deixado Buenos Aires após a vitória em Caseros, deixaria Montevideu para reforçar o grosso das forças brasileiras. Entretanto, os planos do plenipotenciário não encontraram ressonância nem na Corte, visto que o imperador e o ministério não viam com bons olhos outro conflito armado no Uruguai, e tampouco por parte do próprio general-em-chefe brasileiro.

Corria, entre as lideranças políticas de Buenos Aires, a notícia de que Caxias não concordava com a execução dos tratados com o Uruguai por meio da força, embora houvesse participado da elaboração dos planos de ação militar. Não é demais pensar que as experiências recentes tanto na campanha contra Oribe, quanto na sequência da missão, no avanço contra Rosas, davam razões suficientes para que o conde evitasse qualquer nova hostilidade na região platina, sobretudo após o fim da guerra e a ascensão de novas forças e a elaboração de projetos políticos. Mesmo que o risco da reaproximação de Urquiza com Rosas tivesse desaparecido depois de Caseros, a presença do governador de Entre Ríos, agora na proa da política argentina, não garantia, como vinha ocorrendo a princípio, a efetivação dos compromissos assumidos antes da guerra.

Diante dessa oposição de Caxias às aspirações belicosas de Honório, Urquiza teria prontamente se aproximado do conde com o intuito de entabular com ele uma ação comum que tirasse do horizonte o novo conflito que se avizinhava, propondo uma saída pacífica para a execução dos tratados. Longe de agir à revelia das opiniões de Honório, Caxias inteirou o plenipotenciário das conversações com o general argentino, passando a agir como intermediário das negociações entre as partes. Respondendo às comunicações de Urquiza, por indicação do próprio Honório, o conde expunha as insatisfações do Brasil em relação às últimas decisões do aliado, em 19 de abril de 1852:

O destino não permitiu a era da paz que eu julgava ter sido por V. Excia. conquistada em Monte Caseros, com o que vai fugindo, ao menos para mim [...]

O Império não pode ter quebra de sua dignidade... não sei, pois, quando esta questão terminará [...]

Causou a mais exagerada impressão no Rio de Janeiro a nomeação de Guido. Sua Majestade, não obstante ter sempre tratado com benevolência a pessoa do general Guido, não pode deixar de admirar-se de que fosse escolhido.²⁷⁰

²⁷⁰ Apud. Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 640.

Ao que parece, a intervenção de Caxias nas negociações com Urquiza, abaladas após seu encontro de fevereiro com Honório, surtiu os melhores efeitos para os interesses brasileiros. Duas semanas depois, o entrerriano respondia à missiva do conde, informando as alterações a respeito da nomeação de Tomás Guido ao posto de enviado especial, conforme consta do trecho da carta abaixo, datada de 3 de maio:

He separado al Sr. general Tomás Guido de su misión. Irá el Dr. [Luis José] de la Peña. Esta resolución ha sido tomada hoy en consideración de las indicaciones de Vd. Yo cuento con que encontraré nuevamente en su influjo un poderoso apoyo para arribar al término que todos deseamos.²⁷¹

É notável, portanto, que o envolvimento direto de Caxias na questão, sem que a participação de Honório fosse revelada, tenha sido fundamental para uma mudança de posição do general entrerriano, conforme fica claro do trecho destacado acima, no qual Urquiza evidencia a confiança e o crédito atribuídos ao general brasileiro, contando com o apoio deste na condução dos sucessos vindouros àquele respeito.

Entretanto, há que se considerar também um fator importante nos acontecimentos posteriores à queda de Rosas. Urquiza, desde a ocupação da capital portenha, sustentava seu poder por meio de uma série de execuções sumárias de antigos inimigos, sectários de Rosas. Conforme nos conta Ricardo Salvatore e outros historiadores do período, em toda a cidade de Buenos Aires, especialmente no caminho que levava até a residência de Palermo, “los visitantes podían ver, como símbolo del fin de una era, cadáveres colgados de los árboles”.²⁷² Urquiza não era uma unanimidade na capital, uma vez que sua força política e militar estava em Entre Ríos e Corrientes, onde era o homem mais poderoso e contava com grandes redes de influência. Em Buenos Aires, encontrava forte resistência de grupos políticos locais que viam com repulsa o fato de ter um governador de outra província conduzindo as questões mais prementes da Confederação.²⁷³

²⁷¹ Idem.

²⁷² Cf. Salvatore, “Consolidación...”, op. cit., p. 379. Sobre isso, Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 606, destaca que, durante as primeiras semanas após a batalha de Caseros, contaram-se mais execuções de opositores políticos em Buenos Aires, ordenadas por Urquiza, que nos vinte anos de governo de Rosas.

²⁷³ Mesmo que Urquiza não tivesse assumido o governo de Buenos Aires – uma vez que, pelos termos do tratado que confederava as províncias argentinas, o governador provincial deveria ser um nativo – as questões externas passaram para o seu controle após a queda de Rosas. Quem governava interinamente Buenos Aires após Caseros, por indicação do próprio Urquiza, era Vicente Lopez y Planes. Sobre as dificuldades enfrentadas por Urquiza em Buenos Aires, vistas com bons olhos pelo Império, ver Ferreira, op. cit., p. 213.

Nesse sentido, a pronta aproximação de Urquiza com Caxias ganhava outro tom. O general entrerriano sabia que manter uma posição intransigente frente ao Império e negar os compromissos assumidos pelos convênios de aliança poderiam desencadear um novo conflito, o qual ele não teria condições materiais e apoio interno para sustentar, visto que, apesar de suas “bravatas” em relação aos aliados, “no era hombre de aventurarse en una guerra sin tenerla ganado de antemano”²⁷⁴. Por seu turno, ainda que fosse contrário à execução forçada do “sistema de tratados”, e a contribuir para mais um embate militar com os argentinos, Caxias tinha plena noção de que o Império teria todas as condições necessárias para manter mais uma guerra, militar e diplomaticamente, conforme se depreende do trecho abaixo, de um ofício de Honório ao Rio de Janeiro:

A única esperança dos blancos era Urquiza. Este não quer guerra, porém por várias razões que não devo desenvolver. Logo que pela carta do conde de Caxias entendeu que as medidas de coerção iam ser postas em prática, mudou completamente. Disse aqui que os tratados deviam ser observados, ainda que para isso fosse necessário empregar a força.²⁷⁵

Dessa forma, a opção pela via de uma negociação mediada por Caxias foi, ao que parece, mais um artifício encontrado pelas lideranças brasileiras para cercear o poder de ação de Urquiza, forçando-o a ceder à imposição do projeto político do Império, completamente respaldado pela força das armas, como já havia feito em maio e novembro, quando da assinatura das alianças contra Oribe e Rosas.

A partir daquele contexto, a mudança no posicionamento de Urquiza foi rápida. Ainda no mês de abril de 1852, reunido com o governador interino do Buenos Aires, Vicente Lopez y Planes, e seu chefe do Estado Maior (e governador de Corrientes), Benjamín Virasoro, Urquiza assinou alguns “protocolos” legais que lhe davam oficialmente o controle pleno das relações exteriores da Confederação, com caráter retroativo ao ano de 1851. Isso, no limite, legitimava os dois convênios de aliança assinados no ano anterior, tornando-os, portanto, um compromisso de toda a Confederação Argentina e não somente das províncias aliadas ao Brasil nas campanhas contra Oribe e Rosas.²⁷⁶

²⁷⁴ A expressão é de Rosa, *La caída...*, op. cit., p. 642.

²⁷⁵ Idem, nota 37, pp. 660-661.

²⁷⁶ Além disso, os “protocolos” previam a convocação de uma Assembleia Constituinte, o que, segundo José Maria Rosa, buscava distrair a opinião pública a respeito das relações exteriores. Cf. Rosa, *La caída...*, op. cit., pp. 643-644.

Tal decisão, juntamente com os acertos mediados por Caxias, mais uma vez, garantiam boas margens de ação às lideranças brasileiras. Por um lado, viam-se reconhecidos, pela via legal, os termos dos tratados de aliança profundamente favoráveis aos projetos políticos imperiais para a região platina, especialmente considerando que o responsável pela política externa da Argentina era então um Urquiza muito mais maleável que o de fevereiro. Por outro, com a assinatura de tais “protocolos”, a Confederação Argentina passava oficialmente a operar do lado brasileiro, dando um duro golpe nos políticos uruguaios (sobretudo os *blancos* mais resistentes às investidas brasileiras), que ainda contavam com um possível apoio do general entrerriano, tanto militar quanto politicamente, para conter a execução do “sistema de tratados”, de 12 de outubro de 1851.

A partir daí, a diplomacia brasileira pode se voltar, de forma ainda mais agressiva, contra o governo oriental. Ignorando as recorrentes negativas do ministro Castellanos, Honório exigia a execução imediata dos tratados, sob o risco de levá-la a cabo por meio das armas, sobretudo após a mudança de posição de Urquiza. A situação ficou ainda mais favorável ao Império quando, em meados de maio de 1852, o representante diplomático argentino, Luis de la Peña – substituto de Tomás Guido na missão –, tornou públicas todas as garantias, por parte do governo da Confederação, para o “cumprimento fiel dos tratados”, fazendo da Argentina, portanto, uma “mediadora espontânea” entre Brasil e Uruguai na demarcação das fronteiras. Tal posicionamento, de alguma forma, disfarçava a total abdicação dos direitos argentinos sobre as Missões orientais (que passaram a considerar como legalmente brasileiras) e, inclusive, sobre as reivindicações de qualquer território fronteiriço durante a demarcação dos limites.

Sem meios possíveis de conter o ultimato da diplomacia brasileira, o ministro uruaio dos Negócios Estrangeiros se resignou e tentou, de alguma forma, salvar alguns pontos de interesses de seu país. Castellanos reivindicou, nas negociações com Honório, as duas meias léguas na desembocadura dos rios na Lagoa Mirim, a antiga linha demarcatória do Chuí, a navegação partilhada dos rios limítrofes e a retirada do dispositivo que determinava a extradição de escravos fugidos ao Brasil, que considerava temerário e prejudicial para um país que já havia abolido a escravidão de seu território.

De todos os pedidos do ministro uruaio, Honório aceitou somente aqueles que eram tidos como negociáveis desde a assinatura dos tratados, em 12 de outubro. Em um novo tratado, assinado em 15 de maio (e já garantidas as redações integrais dos demais),

cedeu ao Uruguai as duas meias léguas e a ratificação da linha do Chuí, confirmando, no entanto, a obrigatória devolução dos escravos brasileiros e a exclusividade de navegação da Lagoa Mirim e dos rios Jaguarão e Quaraí, na fronteira com o Estado Oriental. Este novo tratado foi logo aprovado pelos senadores e pela câmara dos deputados e, posteriormente, ratificado pelo presidente da República, no início do mês seguinte.

Poucos dias depois da execução dos tratados, Honório embarcou em Montevideú, de volta ao Rio de Janeiro, deixando no cargo de ministro plenipotenciário seu secretário especial, José Maria da Silva Paranhos. O conde de Caxias – que regressaria ao Rio de Janeiro já agraciado com o título de marquês –, apesar do sucesso brasileiro na consolidação do “sistema de tratados”, ainda permaneceu em território uruguaio até o final de junho de 1852. Reunindo todo o exército brasileiro – tanto o estacionado em Colônia do Sacramento, sob suas ordens, quanto as tropas sob o comando de Marques de Sousa, que havia evacuado a cidade de Montevideú no início de maio –, caberia ainda ao general-em-chefe deslocar suas forças para as regiões a serem demarcadas e fixar ali alguns postos militares para prevenir qualquer tipo de hostilidade ou desrespeito às determinações dos tratados de limites.

Chegava ao fim, portanto, a missão brasileira de intervenção no conflito nos territórios vizinhos. Como rescaldo da Guerra Grande, inaugurava-se, por assim dizer, um novo momento do Brasil na região do Rio da Prata, fruto direto de um intrincado processo político e militar, iniciado anos antes, e no qual os interesses e projetos brasileiros para a porção sul de suas terras, ainda que pela via da negociação política, foram constantemente conduzidos ao fio da espada.

ANEXO 1

*Convênio de 29 de Maio de 1851, celebrado entre o Brasil, a República Oriental do Uruguai e o Estado de Entre Ríos, para uma aliança ofensiva e defensiva a fim de manter a independência e de pacificar o território daquela República.*²⁷⁷

Art. 1º - Sua Majestade o Imperador do Brasil, a República Oriental do Uruguai, e o Estado de Entre Ríos, se unem em aliança ofensiva, para o fim de manter a independência e de pacificar o território da mesma República, fazendo sair do território desta o general D. Manuel Oribe, e as forças Argentinas que comanda, e cooperando para que restituídas as coisas ao seu estado normal, se proceda a eleição livre do Presidente da República, segundo a constituição do Estado Oriental.

Art. 2º - Para preencher o objeto a que se dirigem os governos aliados, concorrerão com todos os meios de guerra e que possam dispor em terra ou mar, a proporção que as necessidades o exijam.

Art. 3º - Os Estados aliados poderão antes do rompimento de sua ação respectiva, fazer ao general Oribe as intimações que julgarem convenientes, sem outra restrição mais do que dar-se conhecimento recíproco dessas intimações antes de verificadas, a fim de que concordem no sentido, e haja em tais intimações unidade e coerência.

Art. 4º - Logo que se julgue isso conveniente, o exército brasileiro marchará para a fronteira, a fim de entrar em ação sobre o território da República, quando seja necessário; e a esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil, se porá em estado de hostilizar imediatamente o território dominado pelo general Oribe.

Art. 5º - Porém, tomando-se igualmente em consideração que o governo do Brasil deve proteger aos súditos brasileiros que tem sofrido e sofrem ainda a opressão imposta pelas forças e determinações do general D. Manuel Oribe, fica ajustado que,

²⁷⁷ Versão retirada de Francisco Felix Pereira da Costa. *História da Guerra do Brasil contra as republicas do Uruguay e Paraguay*. Vol. 2, Rio de Janeiro: A. G. Guimarães & Cia., 1870, pp. 78-81. A ortografia do texto foi atualizada, mantendo-se somente as pontuações da versão consultada.

dado o caso dos artigos anteriores, as forças do Império, além das que se destinam às operações da guerra, poderão fazer efetiva aquela pretensão, encarregando-se (de acordo com o general em chefe do Estado Oriental) da segurança das pessoas e das propriedades, tanto de brasileiros, como de quaisquer outros indivíduos que residam e estejam estabelecidos sobre a fronteira até uma distância de vinte léguas dentro do Estado Oriental; e isto se fará contra os roubos, assassinatos e tropelias praticadas por qualquer grupo de gente armada, qualquer que seja a denominação que tenha.

Art. 6º - Desde que as forças dos aliados entrarem no território da República Oriental do Uruguai, estarão debaixo do comando e direção do general em chefe do exército oriental, exceto o caso de que o total das forças de cada um dos Estados aliados exceda o total das forças orientais, ou dado o caso de que o exército do Brasil, ou o de Entre Ríos passe todo para o território da República. No primeiro caso as forças brasileiras ou aliadas, serão comandadas por um chefe de sua respectiva nação, e no seguinte caso os seus respectivos generais em chefe; mas em qualquer dessas hipóteses o chefe aliado deverá pôr-se de acordo com o general do exército oriental, pelo que respeita a direção das operações de guerra, e para tudo quanto possa contribuir ao seu bom êxito.

Art. 7º - Abertas as operações de guerra, os governos dos Estados aliados cooperarão ativa e eficazmente para que todos os emigrados orientais que existam em seus respectivos territórios, e sejam aptos para o serviço das armas, se ponham as ordens imediatas do general em chefe do exército oriental, auxiliando-os (por conta da República) com os recursos de que necessitarem para o seu transporte.

Art. 8º - Os contingentes com que devam concorrer os exércitos aliados, serão subministrados por simples requisição do general em chefe do exército oriental, quando e como o requisite, prevenindo com antecipação e pondo-se de acordo com os generais respectivos, sempre que seja possível.

Art. 9º - O artigo antecedente e o artigo 5º não se devem entender de modo que prejudiquem a liberdade de ação das forças imperiais, quando o acordo e prévia inteligência com o chefe das forças orientais não seja possível, ou para as operações de guerra, ou para a proteção a que se refere o citado artigo 5º.

Art. 10º - O governo oriental declarará roto o armistício de acordo com os aliados, e desde esse momento a manutenção da ilha de Martim Garcia em poder das forças e autoridades orientais, incumbirá a cada um dos aliados (segundo os meios de que possa dispor) de acordo com o governo da República Oriental do Uruguai; sendo principalmente do dever do comandante em chefe da esquadra brasileira proteger a dita ilha, seu porto e fundeadouro, assim como a navegação livre das embarcações pertencentes a qualquer dos Estados aliados.

Art. 11º - Chegando o momento da evacuação do território pelas tropas argentinas, terá lugar este ato pelo modo e forma que se combine com o governo atual de Entre Ríos.

Art. 12º - As despesas com soldos, manutenção de boca e guerra, e fardamento das tropas aliadas, serão feitas por conta dos Estados respectivos.

Art. 13º - No caso de que tenham de prestar-se alguns socorros extraordinários, o valor destes, sua natureza, emprego e pagamento, será matéria de convenção especial entre as partes interessadas.

Art. 14º - Obtida a pacificação da República, e restabelecida a autoridade do governo oriental em todo o Estado, as torças aliadas de terra tornarão a passar as suas respectivas fronteiras, e permanecerão aí estacionadas, até que tenha lugar a eleição do presidente da República.

Art. 15º - Conquanto esta aliança tenha por único fim a independência real e efetiva da República Oriental do Uruguai se por causa desta mesma aliança o governo de Buenos Aires declarar a guerra aos aliados individual ou coletivamente, a aliança atual se tornará em aliança comum contra o dito governo, ainda quando os seus atuais objetos se tenham preenchido, e desde esse momento a paz e a guerra tomarão o mesmo aspecto. Se, porém, o governo de Buenos Aires se limitar a hostilidades parciais contra qualquer dos Estados aliados, os outros cooperarão com todos os meios a seu alcance para repelir e acabar com tais hostilidades.

Art. 16º - Dado o caso previsto no artigo antecedente, a guarda e segurança dos rios Paraná e Uruguai será um dos principais objetos em que se deva empregar a esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil, coadjuvada pelas forças dos Estados aliados.

Art. 17º - Como consequência natural deste pacto, e desejosos de não dar pretexto à mínima dúvida, acerca do espírito de cordialidade, boa fé e desinteresse que lhe serve de base, os Estados aliados se afiançam mutuamente a sua respectiva independência e soberania, e a integridade dos seus territórios sem prejuízo dos direitos adquiridos.

Art. 18º - Os governos de Entre Ríos e Corrientes (se este anuir ao presente convênio) consentirão às embarcações dos Estados aliados a livre navegação do Paraná, na parte em que aqueles governos são ribeirinhos, e sem prejuízo de direitos e estipulações provenientes da convenção preliminar de paz de 27 do Agosto de 1828, ou de qualquer outro direito proveniente de qualquer outro princípio.

Art. 19º - O governo oriental nomeará o general D. Eugenio Garzon, general em chefe do exército da República, assim que o dito general tenha reconhecido no governo de Montevideú, o governo da República.

Art. 20º - Sendo interessados os Estados aliados, em que a nova autoridade governativa da República Oriental tenha todo o vigor e estabilidade que requer a conservação da paz interior, tão comovida pela larga luta que se tem sustentado; se comprometem solenemente a manter, apoiar, e auxiliar aquela autoridade com todos os meios ao alcance de cada um dos ditos Estados, contra todo o ato de insurreição, ou sublevação armada, desde o dia em que a eleição do Presidente tenha tido lugar, e pelo tempo somente de sua respectiva administração, conforme a constituição do Estado.

Art. 21º - E para que esta paz seja profícua a todos, consolidando ao mesmo tempo as relações internacionais da cordialidade e harmonia que deve existir, e tanto interessa, aos Estados vizinhos, será também obrigação do Presidente eleito, logo que o seu governo se ache constituído, a dar segurança por meio de disposições de justiça e de equidade às pessoas, direitos e propriedades dos súditos brasileiros, e dos súditos dos outros Estados aliados, que residem no território da República; e celebrar com o governo imperial, assim como com os outros aliados, todos os ajustes e convenções exigidas pela necessidade e interesse de manter as boas relações internacionais, se tais ajustes e convenções não tiverem sido celebrados antes pelo governo precedente.

Art. 22º - Nenhum dos Estados aliados poderá separar-se desta aliança, enquanto se não tenha obtido o fim que tem por objeto.

Art. 23º - O governo do Paraguai será convidado a entrar na aliança, enviando-se-lhe um exemplar do presente convênio; e se assim o fizer, concordando nas disposições aqui exaradas, tomará a parte que lhe corresponda na cooperação, a fim de que possa gozar também das vantagens mutuamente concedidas aos governos aliados.

Art. 24º - Este convênio se conservará secreto até que se consiga o fim a que se dirige.

ANEXO 2

*Convênio especial de Aliança entre o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, e a República Oriental do Uruguai, e os Estados de Entre Ríos, e Corrientes, com o fim de assegurar o modo e meios de fazer efetiva a Aliança comum estipulada no art. 15 do Convênio de 29 de Maio de 1851, assinado em Montevideu em 21 de Novembro daquele ano, e ratificado por parte do Brasil em 10 de Dezembro, pela da República Oriental em 21 de Novembro e pela dos Estados de Entre Ríos, e Corrientes em 1º de Dezembro de 1851.*²⁷⁸

Art. I – Os Estados aliados declaram solenemente que não pretendem fazer guerra à Confederação Argentina, e nem coatar de qualquer modo que seja a plena liberdade de seus povos no exercício dos direitos soberanos que derivem de suas leis, e pactos, ou da independência perfeita de sua nação. Pelo contrário, o objetivo único a que os Estados aliados se propõem é libertar o povo Argentino da opressão que suporta sob a dominação tirânica do governador D. João Manuel de Rosas, e auxiliá-lo para que, organizado na forma regular, que mais julgue convir aos seus interesses, à sua paz, e amizade com os Estados vizinhos, possa constituir-se solidamente, estabelecendo com eles as relações políticas e de boa vizinhança, de que tanto necessitam para seu progresso, e engrandecimento recíproco.

Art. II – Em virtude da declaração precedente, os Estados de Entre Ríos e de Corrientes tomarão a iniciativa das operações de guerra, constituindo-se parte principal nela; e o Império do Brasil e a República Oriental, tanto quanto permitir o bom e mais breve êxito do fim, a que todos se dirigem, obrarão somente como meros auxiliares.

Art. III – Como consequência da estipulação precedente, S. Ex. o Sr. General Urquiza, governador de Entre Ríos, na qualidade de general em chefe do exército Entrerriano-Correntino se obriga a passar o Paraná, no prazo mais breve que for possível a fim de operar contra o governador D. João Manuel de Rosas, com todas as

²⁷⁸ Versão retirada de Genserico de Vasconcelos. *História Militar do Brasil. Introdução da influência do fator militar na organização da nacionalidade: a Campanha de 1851-1852*. 2 vols., 3ª ed., Rio de Janeiro: Bedeschi/ Biblioteca do Exército, 1941, vol. 2, pp. 347-352. A ortografia do texto foi atualizada, mantendo-se somente as pontuações da versão consultada.

forças de que puder dispor, e com os contingentes dos Estados aliados que são postos à sua disposição.

Art. IV – Estes contingentes serão:

Por parte de sua Majestade o Imperador do Brasil, uma divisão composta de três mil homens de infantaria, um regimento de cavalaria e duas baterias de artilharia, bem providas de guarnição, animais e todo o material necessário.

Por parte de S. Ex. o Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai, uma força de dois mil homens de infantaria, cavalaria e artilharia, com uma bateria de seis mil peças providas abundantemente de tudo que precisarem.

Art. V – A divisão do exército imperial de que trata o artigo antecedente nunca poderá ser fracionada ou disseminada de modo que deixe de estar sob o comando imediato de seu chefe respectivo.

Este, porém, obrará sempre em conformidade das disposições e ordens superiores de S. Ex. o Sr. General Urquiza, excetuando o caso em que seja impossível a prévia inteligência e acordo.

Art. VI – Para habilitar os Estados de Entre Ríos e Corrientes à ocorrência às despesas extraordinárias que terão de fazer com o movimento do seu exército, Sua Majestade o Imperador do Brasil lhes fornecerá por empréstimo a soma mensal de cem mil patações durante o prazo de quatro meses contados da data em que os ditos Estados ratificarem o presente Convênio, ou durante o tempo que decorrer até o desaparecimento do governo do general Rosas, se este sucesso tiver lugar antes do vencimento daquele prazo.

Esta soma será realizada por meio de letras sacadas sobre o Tesouro nacional a oito dias de vista, e entregue mensalmente pelo ministro plenipotenciário ao agente de S. Ex. o Sr. Governador de Entre Ríos.

Art. VII – S. Ex. o Sr. Governador de Entre Ríos se obriga a obter que o governo que suceder imediatamente ao do general Rosas reconheça aquele empréstimo como dívida da Confederação Argentina, e efetue o seu pronto pagamento ao juro de 6 por cento ao ano.

No caso, não provável, de que isso se não possa obter, a dívida ficará a cargo dos Estados de Entre Ríos e de Corrientes, e para garantia de seu pagamento com os juros estipulados, SS. Eexs. os Srs. Governadores de Entre Ríos, e de Corrientes desde já hipotecam as rendas e os terrenos de propriedade pública dos referidos Estados.

Art. VIII – O exército imperial, ora estacionado no Estado Oriental ai permanecerá ocupando os pontos da costa do Rio da Prata ou do Uruguai que mais convierem, e seu general em chefe fornecerá os auxílios que lhes forem requisitados por S. Ex. o Sr. Governador de Entre Ríos, ou seja para a defesa deste Estado e o de Corrientes, ou seja para as operações da banda ocidental do Paraná.

Fica, porém, entendido, que, independente de requisição o general em chefe do exército imperial poderá passar-se com todas as forças sob seu comando para o teatro das operações, se os sucessos da guerra assim o exigirem. E neste caso o dito general conservará o comando de todas as forças de Sua Majestade o Imperador, pondo-se, sempre que for possível de prévio acordo e inteligência com S. Ex. o Sr. General Urquiza, assim no que diz respeito à marcha das operações, como sobretudo quanto possa contribuir para o seu bom êxito.

Art. IX – A esquadra imperial colocar-se-á nos pontos que mais convierem, a juízo de seu chefe, com que se entenderá S. Ex. o Sr. General Urquiza, afim de que ele possa prestar-lhe toda a coadjuvação que for possível, quer para a passagem do Paraná, quer para a segurança de seus territórios e costas, ou para qualquer outra operação que tenda a conduzir aos fins da aliança.

Art. X – Independente dos mencionados auxílios, o governo imperial fornecerá ao exército Entrerriano-Correntino duas mil espadas de cavalaria; e posteriormente o general em chefe do Exército de Sua Majestade o Imperador se prestará aos suprimentos de armas e munições de guerra que lhes forem requisitados, e tiver disponíveis. A importância dos suprimentos será lançada como adição ao empréstimo de dinheiro, e pagável do mesmo modo.

Art. XI – S. Ex. o Sr. General Urquiza subministrará os cavalos que forem precisos ao corpo ou corpos de cavalaria da divisão imperial, de que trata o art. 4º, e de quaisquer contingentes que sejam por ele requisitados, encontrando a sua importância no pagamento da dívida que houver contraído com o governo imperial.

Art. XII – S. Ex. o Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai contribuirá pela sua parte com todos os recursos que puder dispor, além da força mencionada no art. 4º, e subministrará de seu parque de artilharia todas as munições de guerra que lhe forem pedidas por S. Ex. o Sr. General Urquiza.

Art. XIII – As despesas de soldo, subsistência e provisões de guerra das tropas com que contribuírem os Estados aliados serão feitas à custa dos mesmos Estados aliados.

Art. XIV – A estipulação contida no art. 18º do Convênio de 29 de Maio continuará em vigor. E, além disso, os governos de Entre Ríos e de Corrientes se comprometem a empregar toda a sua influência junto ao governo que se organizar na Confederação Argentina, para que este acorde e consinta na livre navegação do Paraná e dos demais afluentes do Rio da Prata, não só para os navios pertencentes aos Estados Aliados, senão também para os de todos os outros ribeirinhos que se prestem a mesma liberdade de navegação naquela parte dos mencionados rios que lhes pertencer. Fica entendido que se o governo da Confederação e os dos Estados ribeirinhos não quiserem admitir essa livre navegação pelo que lhes diz respeito, e nem convir nos ajustes para esse fim necessário, os Estados de Entre Ríos e Corrientes a manterão em favor dos Estados aliados e com eles somente tratarão de estabelecer os regulamentos precisos para a polícia e segurança da dita navegação.

Art. XV – Se as forças aliadas, por qualquer vicissitude da guerra, tiveram de abandonar todo o território que ocuparem nas margens direitas do Paraná e do Prata, incumbe à esquadra imperial proporcionar e proteger essa retirada.

Art. XVI – No caso acima suposto, as forças orientais e as de Sua Majestade o Imperador reunir-se-ão, sendo possível, em um só corpo, e ficarão debaixo do comando do chefe de maior graduação, ou, sendo esse igual, sob o daquele que comandar a maior força.

Art. XVII – As ditas forças assim reunidas deverão guardar, e defender os Estados de Entre Ríos, e de Corrientes, se esse auxílio lhes for requisitado pelos chefes dos exércitos, ou pelos governadores dos ditos Estados.

Art. XVIII – As condições de paz serão ajustadas entre os chefes das forças aliadas, solicitando-se para sua execução a aprovação dos governos respectivos ou de seus representantes devidamente autorizados.

Art. XIX – O exército de Sua Majestade o Imperador, enquanto conservar-se estacionado na República Oriental, prestará todo o auxílio possível, e que lhe for requisitado pelo governo respectivo, para a manutenção da ordem pública, e do regime legal, se durante esse tempo, e antes da eleição presidencial, ocorrer qualquer dos casos especificados no art. 6º do tratado de aliança existente entre o Império, e a República.

Art. XX – O governo da República do Paraguai será convidado a entrar na aliança, enviando-se-lhe um exemplar do presente convênio; e se assim o fizer, concordando nas disposições acima exaradas, deverá tomar a parte que lhe corresponda na cooperação, para o fim da dita aliança.

Art. XXI – Este convênio se conservará secreto até que se consiga seu objeto: sua ratificação será trocada na Corte do Rio de Janeiro no prazo de trinta dias, se antes não puder ser.

Em testemunho do que nós abaixo assinados, plenipotenciários de Sua Majestade o Imperador do Brasil, dos Estados de Entre Ríos e de Corrientes, e de S. Ex. o Sr. Presidente da República Oriental do Uruguai, em virtude de nossos plenos poderes, assinamos o presente convênio com os nossos punhos, e lhe fizemos por o selo de nossas armas.

Feito na cidade de Montevideú, aos vinte e um de Novembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e um – (L.S.) Honório Hermeto Carneiro Leão – (L.S.) Diógenes José de Urquiza – (L.S.) Manuel Herrera y Obes.

ARTIGO ADICIONAL RELATIVO AO ARTIGO 6º DO CONVÊNIO FIRMADO AOS VINTE E UM DIAS DO CORRENTE MÊS

Artigo Único – Conveio-se em que, atenta a estreiteza do tempo, e a urgente necessidade de começar as operações de guerra, o plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil realizará a primeira prestação mensal de cem mil patações, do

empréstimo estipulado no artigo sexto do mencionado convênio, entregando as respectivas letras imediatamente depois da ratificação por parte do governo da República Oriental do Uruguai; ficando assim alterado nesta cláusula o dito artigo 6º e subsistente em todas as outras.

O presente artigo adicional terá a mesma força e vigor como se fosse inserido no convênio de vinte e um de Novembro do corrente.

Feito na cidade de Montevideu, aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e um – (L.S.) Honório Hermeto Carneiro Leão – (L.S.) Diógenes José de Urquiza – (L.S.) Manuel Herrera y Obes.

ARTIGOS ADICIONAIS AO CONVÊNIO DE 21 DE NOVEMBRO, RELATIVOS À REPÚBLICA DO PARAGUAI

Art. I – Se o governo da República do Paraguai aderir ao convite de que trata o artigo 20 do mencionado Convênio, fica desde já estipulado que além de qualquer outro auxílio que queira prestar, deverá contribuir com o contingente de três a quatro mil homens de infantaria, podendo elevar este contingente de força se assim lhe aprover.

Art. II – A divisão paraguaia marchará sem perda de tempo a reunir-se ao exército de reserva das forças aliadas em operações sobre a margem direita do Paraná, e será posta à disposição do Senhor general em chefe para ser empregada como convenha aos fins da aliança.

Art. III – A disposição do artigo 13º do Convênio de 21 de Novembro corrente relativa aos gastos do soldo, subsistência, e provisões de guerra das forças aliadas é literalmente aplicada ao contingente que, segundo fica disposto no artigo 1º, fornecer o governo da República do Paraguai, e nesta conformidade será ajustado entre o encarregado de negócios da República do Paraguai e S. Ex. o Senhor general em chefe o suprimento das provisões de boca e de mobilidade para o dito contingente.

Art. IV – Anuindo o governo da República do Paraguai ao Convênio de 21 do corrente, e concordando nos presentes artigos, além das vantagens que, como aliado lhe competem em conformidade das estipulações do dito Convênio; os governos de Entre

Ríos e de Corrientes se comprometem a empregar toda sua influência junto ao governo que se organizar na Confederação Argentina, para que este reconheça a independência da dita República, e em todo o caso os governos de Entre Ríos, e Corrientes se obrigam a defendê-la contra qualquer agressão de mão armada, e a cooperar para esse fim, com o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai, que por tratados já se acham ligadas a esse compromisso.

Art. V – Os presentes artigos adicionais terão a mesma força, e vigor como se fossem insertos palavra por palavra no Convênio de 21 de Novembro corrente.

Feito na cidade de Gualeguaychú, aos 30 dias do mês de Novembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e um.

Honório Hermeto Carneiro Leão – Diógenes J. de Urquiza.

FONTES

Fontes manuscritas

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)

DL 393.17 – Coleção Duque de Caxias – “Decreto Imperial de nomeação do Conde de Caxias a Senador do Império”.

DL 845.27 – Coleção Alencar Araripe – “Carta de d. Fructuoso Rivera ao presidente da República Rio Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim, 15/03/1844”.

DL 820.9 – Coleção Alencar Araripe – “Carta de Bento Gonçalves a Caxias, 13/10/1844”.

DL 393.18 – Coleção Duque de Caxias – “Decreto Imperial concedendo a demissão do cargo de Presidente de Província ao Conde de Caxias, 08/10/1846”.

DL 748.10 – Coleção Leão Teixeira Filho – “Carta de Honório Hermeto Carneiro Leão ao conde de Caxias”, Montevideu, 24/12/1851”.

DL 748.10 – Coleção Leão Teixeira Filho – “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias”, Montevideu, 10/12/1851”.

DL 748.10 – Coleção Leão Teixeira Filho – “Ofício de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Conde de Caxias, Montevideu, 08/12/1851”.

Arquivo Nacional – Seção de Manuscritos (Rio de Janeiro)

Coleção Caxias:

“Ofício do Barão de Caxias ao ministro da Guerra, 29/11/1842” – Caixa 810, Pasta 1, doc. 22.

“Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/04/1844” – Caixa 810, Pasta 4, doc. 177.

“Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 07/06/1844” – Caixa 810, Pasta 4, doc. 198-2.

“Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 11/09/1844” – Caixa 810, Pasta 5, doc. 231.

“Ofício de Fructuoso Rivera ao Barão de Caxias, 30/09/1844” – Caixa 810, Pasta 5, doc. 238.

“Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 02/10/1844” – Caixa 810, Pasta 5, doc. 242.

“Ofício do Barão de Caxias a Jerônimo Francisco Coelho, ministro da Guerra, 29/12/1844” – Caixa 810, Pasta 4, doc. 153-1.

“Ofício de Vicente Paulo d’Oliveira Vilas Boas ao Conde de Caxias, 12/06/1845” – Caixa 810, Pasta 7, doc. 322-A.

“Ofício do Conde de Caxias a Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ministro da Guerra, 08/07/1845” – Caixa 810, Pasta 7, doc. 332.

“Ofício do Conde de Caxias a José Calos Pereira de Almeida Torres, ministro do Império, 18/08/1845” – Caixa 810, Pasta 7, doc. 343-1.

Arquivo Histórico do Museu Imperial (Petrópolis)

“Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 17/08/1843” – Maço 106, doc. 5143.

“Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 11/11/1843” – Maço 106, doc. 5146.

“Ofício do Barão de Caxias a Salvador José Maciel, ministro da Guerra, 31/10/1843” – Maço 106, doc. 5160.

“Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 05/05/1844” – Maço 107, doc. 5195.

“Noticias interessantíssimas da Provincia do Rio Grande” – Maço 107, doc. 5249.

“Documento sem assinatura..., 11/09/1844” – Maço 107, doc. 5218.

“Carta do Barão de Caxias ao seu pai, Francisco de Lima e Silva, 20/11/1844” – Maço 107, doc. 5236.

“Instruções reservadas dadas ao General Conde de Caxias em data de 18 de Dezembro de 1844” – Maço 107, doc. 5246.

“Ofício do Conde de Caxias a Manuel Felizardo de Souza e Mello, Montevideu, 20/09/1851”, Maço 106, docs 4903.

Archivo General de la Nación (Buenos Aires)

Colección “Secretaria de Rosas”, Relaciones Exteriores (Brasil). “Nota de Felipe Arana a Tomás Guido, Buenos Aires, 15/05/1850”, Sala X, legajo 1-7-7, doc. s/n.

Academia Nacional de Historia Argentina (Buenos Aires)

Conde de Caxias, Despacho Oficial. Bagé, 3 de agosto de 1851. Academia Nacional de Historia Argentina – Colección Enrique Fitte, Sección XII, doc., 54.

Fontes publicadas

Convênio de 29 de maio de 1851, celebrado entre Brasil, a República Oriental do Uruguai e o Estado de Entre Ríos, para uma aliança ofensiva e defensiva afim de manter a independência e de pacificar o território daquela República. Apud. COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as republicas do Uruguay e Paraguay*. Vol. 2, Rio de Janeiro: A. G. Guimarães & Cia., 1870, pp. 78-81.

Convênio especial de Aliança entre o Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, e a República Oriental do Uruguai, e os Estados de Entre Ríos, e Corrientes, com o fim de assegurar o modo e meios de fazer efetiva a Aliança comum estipulada no art. 15 do Convênio de 29 de Maio de 1851, assinado em Montevideu em 21 de Novembro daquele ano, e ratificado por parte do Brasil em 10 de Dezembro, pela da República Oriental em 21 de Novembro e pela dos Estados de Entre Ríos, e Corrientes em 1º de Dezembro de 1851. Apud. Genserico de Vasconcelos. *História Militar do Brasil. Introdução da influência do fator militar na organização da nacionalidade: a Campanha de 1851-1852*. 2 vols., 3ª ed., Rio de Janeiro: Bedeschi/ Biblioteca do Exército, 1941, vol. 2, pp. 347-352.

Anais do Senado do Império do Brasil. 1846, Brasília: Senado Federal, 1976. (Volume único).

Anais do Senado do Império do Brasil. 1847, Brasília: Senado Federal, 1976. (4 volumes).

Anais do Senado do Império do Brasil. 1848, Brasília: Senado Federal, 1976. (5 volumes).

Anais do Senado do Império do Brasil. 1850, Brasília: Senado Federal, 1976. (6 volumes).

Anais do Senado do Império do Brasil. 1851, Brasília: Senado Federal, 1976. (5 volumes).

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembleia Geral Legislativa (Ministro Paulino José Soares de Souza). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852. (disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1489/000146.html>, consultado em 24/02/2015).

Archivo Historico del “Museo Mitre” (Buenos Aires)

ROSA, José Maria. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência

- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: os mapas de Candido Mendes*. Rio de Janeiro: Arte e História Livros e Edições, 2000.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 7 volumes.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar do Império*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Arquivo Nacional, 1962.
- SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999, 2 volumes.

Livros, capítulos e artigos publicados

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro: Revan/ EdUnB, 1998
- BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos dos anos 1860”. IN: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia M. B. P. (Orgs.) *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 295-324.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguai partoril y caudillesco (1839-1875)*. Colección Historia Uruguaya, Tomo 4, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1975.
- BASILLE, Marcelo. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 53-119.
- BERLINK, Eudoro. *Apontamentos para a História Militar do Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1934.
- BOSCH, Beatriz. *Urquiza y su tiempo: la visión de sus contemporáneos*. Buenos Aires: Centro Editor de Latino América, 1984.
- _____. *Historia de entre Ríos, 1520-1969*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1978.

- _____. *Urquiza, el organizador*. Buenos Aires: EUDEBA, 1963.
- _____. *Presencia de Urquiza*. Buenos Aires: RAIGAL, 1953.
- _____. *Urquiza: gobernador de Entre Ríos, 1842-1852*. Paraná: s. n., 1940.
- _____. *Sarmiento y Urquiza. Del unitarismo al federalismo*. Buenos Aires/ Paraná (R. A.): Coni, 1938.
- BURKE, Peter. “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. IN: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo:UNESP, 1992; p. 327-48.
- CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva; Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, desde o seu nascimento em 1803 até 1878*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1938.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/ Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar/ Graphics Bloch, 1938.
- CASTRO, Paulo Pereira de. “A “Experiência Republica”, 1831-1840”. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II: O Brasil Monárquico, v. 2: Dispersão e Unidade, São Paulo: Difel, 1978, pp. 9-67.
- _____. “Política e Administração, 1840-1848”. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II: O Brasil Monárquico, v. 2: Dispersão e Unidade, São Paulo: Difel, 1978.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as republicas do Uruguay e Paraguay*. Vol. 2, Rio de Janeiro: A. G. Guimarães & Cia., 1870.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo, Globo: 2005.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson C. C. de Souza, São Paulo: Edusp, 2009.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo.
- ETCHECHURY BARRERA, Mario. “Una guerra en busca de sus autores. Algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el Rio de la Plata (1835-1845), In: *Illes i Imperis* (monográfico), “Justicia, violencia y contrucción estatal”, nº 15, 2013, pp. 75-100.
- _____. “La ‘causa de Montevideú’. Inmigración, legionarismo y voluntariado militar en el Río de la Plata, 1848-1852”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Débats, dezembro de 2012. (Disponível no link <http://nuevomundo.revues.org/64670> consultado em 18/02/2015).

- FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUPPel, 2002.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: EdUFSM, 2010.
- FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ªed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. *Modelo político dos farrapos*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)*. Coleção “Os 170 anos do Parlamento gaúcho, v. 1, Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 21. (http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=7rql_XHGwSA%3D&tabid=3101&language=pt-BR, acessado em 20/12/2013).
- GELMAN, Jorge. *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la revolución de ls estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999.
- GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo”. IN: *Revista de História* 150 (1º - 2004), p. 129-155.
- GUZZELLI, César Augusto Barcellos. “Libertos, gaúchos, peões livres e a Guerra dos Farrapos”. IN: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 229-26.
- _____. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998, Tese (Doutorado em História), UFRJ, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Prefácio: A biografia como escrita da história”, IN: Souza, *Duque de Caxias: o homem por tras do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 19-26
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. *Argentina, de la Revolución de la Independencia a la Confederación Rosista*. Buenos Aires: Paidós, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II: O Brasil Monárquico, v. 7: Do Império à República, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- _____. “A Herança Colonial – sua desagregação”. IN: Idem (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II: O Brasil Monárquico, v. 1: O Processo de Emancipação, São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976, pp. 9-39.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”. IN: Sergio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II: O Brasil Monárquico, v. 3: Reações e Transações, São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 9-113.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. “The Black Ragmuffins. Social Hypocrisy in Nineteenth Century Southern Brazil”. *The Americas*, vol. 33, n. 3, jan. 1977, pp. 504-518.
- LEVENE, Ricardo (dir.) *Historia de la Nación Argentina: desde los origenes hasta la organización definitiva em 1862*. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1962.
- LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da biografia à história*. Trad. Fernando Scheibe, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ªed, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Luiz de Mello. *Paginas d’Historia Constitucional do Brasil (1841-1848)*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Edictor, 1870.
- MENEGAT, Carla. “Cultura Política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011
- MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de Ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.
- _____. *O Gabinete São João: a última etapa da carreira política do Marechal Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1977.
- _____. *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na “Questão Religiosa”*. Rio de Janeiro, 1930.
- MORAES, A. P. Quartim de. *Caxias (1803-1880)*. São Paulo: Editora Três, 1974.
- NEEDELL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº10, Nov. de 2009.
- _____. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. 2013, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo.

- PAGANI, Rosana; SOUTO, Nora; WASSERMAN, Fabio. “El ascenso de Rosas al poder y el surgimiento de la Confederación (1827-1835)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 283-321.
- PASAVENTO, Sandra Jatahy. “Uma certa Revolução Farroupilha”, IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.), *O Brasil Imperial*. v. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 233-267.
- _____. *A Revolução Farroupilha*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nome tutelar na nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1917.
- ROSA, José María. *La Caída de Rosas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2010.
- _____. *El Pronunciamiento de Urquiza (a través de documentos diplomáticos brasileños y orientales)*. Buenos Aires: A. Peña Lillo Editor, 1960.
- SABA, Roberto N. P. F. *As Vozes da Nação: a atividade peticionaria e a política do início do Segundo Reinado*. 2010, Dissertação (Mestrado em História), FFLCH-USP, São Paulo.
- SALVATORE, Ricardo. “Consolidación del régimen rosista (1835-1852)”, In: GOLDMAN, Noemi (dir.). *Revolución, república, confederación (1806-1852)*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999, pp. 323-380.
- _____. “Expresiones federales, formas políticas del federalismo rosista”. In: Noemi Goldman y Ricardo Salvatore (comp.) *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, pp. 189-222.
- SANTA CRUZ, Fabio Santiago. *Em Busca da Conciliação: Idéias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. 2008, Tese (Doutorado em História), UnB, Brasília.
- SAROBÉ, José Maria. “Campanha de Caseros. Antecedentes con referencia a la política interna y externa”. In: LEVENE, Ricardo (dir.) *Historia de la Nación Argentina: desde los orígenes hasta la organización definitiva em 1862*. Vol. 7, Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1962, pp. 445-492.
- SCHULZ, John, “O Exército e o Império”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. T. II: O Brasil Monárquico, v. 6: Declínio e queda do Império, 8ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 275-302.
- _____. *O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na formação do Império. Um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

- _____. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo/ Brasília: Cia Editora Nacional/ EdUnB, 1980.
- _____. *A epopéia farroupilha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.
- VASCONCELOS, Capitão Genserico de. *História Militar do Brasil. Introdução da influência do fator militar na organização da nacionalidade: a Campanha de 1851-1852*. 2 vols, 3ª ed., Rio de Janeiro: Bedeschi/ Biblioteca do Exército, 1941.
- ZUBIZARRETA, Ignacio. *Los Unitarios: faccionalismos, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica*. 2012, Tese (Doutorado em História), Verlag Hans-Dieter Heinz, Stuttgart, Alemanha.